UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

LUIZ FELIPE FERRARI CERQUEIRA DE FARIAS

Classe trabalhadora na “capital do agronegócio”:

Terra, trabalho e espaço urbano em Sorriso-MT

São Paulo

2020

LUIZ FELIPE FERRARI CERQUEIRA DE FARIAS

Classe trabalhadora na “capital do agronegócio”:

Terra, trabalho e espaço urbano em Sorriso-MT

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito obrigatório para a obtenção do título de doutor em Sociologia.

Orientador: Ruy Braga

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

d224c de Farias, Luiz Felipe Ferrari Cerqueira
Classe trabalhadora na "capital do agronegócio":
Terra, trabalho e espaço urbano em Sorriso - MT /
Luiz Felipe Ferrari Cerqueira de Farias ;
orientador Ruy Braga. - São Paulo, 2020.
355 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentração:
Sociologia.

1. Agronegócio. 2. Reforma agrária. 3. Trabalho
rural. 4. Cidades do agronegócio. I. Braga, Ruy ,
orient. II. Título.

Resumo: O objetivo desta tese é contribuir para a construção de uma perspectiva político-metodológica de interpretação da classe trabalhadora subordinada ao chamado “agronegócio”, entendida como processo vivo e heterogêneo impulsionado por um conjunto multifacetado, articulado e não coetâneo de contradições com o capital. Para tanto, investigaremos a formação da classe trabalhadora no estado do Mato Grosso, analisando contradições relativas à apropriação da *terra*, à exploração do *trabalho* e à formação do *espaço urbano* da segunda metade do século XX ao início do século XXI. A partir de então, selecionaremos e analisaremos trechos de entrevistas com três segmentos não excludentes de trabalhadores em Sorriso, autointitulada “capital do agronegócio” e principal município produtor de soja no Mato Grosso e no Brasil: acampados e assentados de reforma agrária, assalariados de fazendas e agroindústrias e moradores de bairros periféricos da cidade em condições precárias de moradia. A hipótese central que orientará a pesquisa como um todo é que o processo de urbanização de áreas que até recentemente compunham a fronteira agrícola do país provocou amplas alterações no modo de vida das classes trabalhadoras subordinadas ao chamado “agronegócio”, ao mesmo tempo preservando e subordinando a uma nova equação socio-espacial as contradições características da formação das zonas rurais desta região.

Palavras chave: Agronegócio, Reforma agrária, Trabalho rural, Cidades do agronegócio

Abstract: This thesis intends to offer a new political-methodological perspective on the working classes subordinated to the so-called “agribusiness” in Brazil, emphasizing the multiple, heterogeneous and articulated character of their contradictions with capital. To this end, we will investigate the making of the working class in the state of Mato Grosso, analyzing conflicts related to the appropriation of *land*, the exploitation of *work* and the production of *urban space* from the second half of the 20th century to the beginning of the 21st century. We will select and analyze excerpts from interviews with three non-exclusive segments of workers in Sorriso-MT, main soy producing municipality in Brazil: family farmers in land reform settlements, wage earners in farms and agro-industries and residents of peripheral neighborhoods of the city in poor housing conditions. Our central hypothesis is that the urbanization process of areas that until recently comprised the country's agricultural frontier caused wide changes in the way of life of the working classes subordinated to the so-called “agribusiness”, while preserving and subordinating to a new socio-spatial equation the contradictions characteristic of the formation of rural areas in this region.

Keywords: Agribusiness, Agrarian reform, Rural work, Urbanization

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a minha companheira Olívia pela contrução cotidiana de amor e carinho em meio a um mundo tomado crescentemente pelo obscurantismo. Agradeço especialmente ao pequeno Martin, que nasceu logo ao início desta pesquisa e me ensinou nestes últimos três anos como voltar a brincar.

Agradeço a minha mãe pela transmissão de uma inquietação perante um mundo cronicamente desigual e pelo apoio aos meus esforços para construir uma trajetória pessoal dotada de algum sentido.

Agradeço aos meus sogros pelo seu apoio imprescindível especialmente durante os meses de quarentena, sem o qual a conclusão desta tese teria sido muito mais difícil, talvez impossível.

Agradeço aos amigos em meu espaço de trabalho, em especial Rodrigo Alves, Anderson Bizarria, com quem pude compartilhar desafios de criar uma criança, realizar uma pesquisa de doutorado e continuar dando aulas.

Agradeço aos velhos amigos da graduação Tatiana Prado Vargas e Rodrigo Lima, com quem vivi as primeiras experiências em movimentos populares de luta pela terra, pela leitura e pelos comentários acerca do texto.

Agradeço aos novos amigos da pós graduação Allana Meirelles e Luiz Antônio Guerra, pelas leituras e comentários desde a fase de construção e reelaboração do projeto até o texto final da tese.

Agradeço aos meus contatos na cidade de Sorriso fundamentais durante a pesquisa, especialmente à Nete, ao Leandro, à Lili, à Marlene, à Maricilda, à Alessandra, ao Talvani, à Odila, ao Jackson, ao Jhonny, ao Picoli, ao Alessio, à Rosiane, ao Ademar, ao Rodrigo, ao Lindomar, ao Claudir, à Elizete, à Clarice, à Terezinha, ao Márcio, ao Devanir, ao Afrânio, à Rita e à Amália. Um agradecimento especial e um forte abraço no Eder, que me recebeu com braços abertos e enorme coração em sua casa.

Agradeço às professoras Maria Aparecida Moraes Silva e Leonilde Servolo Medeiros pelos apontamentos precisos e valiosos durante meu exame de qualificação. Agradeço também especialmente à professora Maria Orlanda Pinassi, importante referência em toda minha trajetória, por sua atenção fora de espaços acadêmicos formais.

Agradeço especialmente também ao meu professor orientador Ruy Gomes Braga Neto pelo acolhimento que me deu na Universidade de São Paulo e por sua disponibilidade em me apoiar sempre que precisei.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelos 48 meses de bolsa que tornaram esta pesquisa possível

Lista de abreviaturas

ABAG – Associação Brasileira de “Agribusiness”

APROSMAT – Associação de Produtores de Sementes de Mato Grosso

BASA - Banco da Amazônia

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CODEAGRI – Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Mato Grosso

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CPAC – Centro de Pesquisa do Cerrado

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra

DTC - Departamento de Terras e Colonização

EMATER – Empresa Mato-Grossense de Extensão Rural Emater

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMPAER – Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

ET – Estatuto da Terra

ETR - Estatuto do Trabalhador Rural

FETAGRI-MT - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Mato Grosso

FIDAM - Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia

GEFM – Grupo Especial de Fiscalização Móvel

IAC – Instituto Agronômico de Campinas

IAS – Instituto Agrônômico do Sul

IFMT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

IMEA – Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERMAT - Instituto de Terras do Mato Grosso

MODERFROTA – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC - Projeto de Assentamento Conjunto

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCA – Projeto de Assentamento Casulo

PEA – Projeto Especial de Assentamento

PIC - Projetos Integrados de Colonização

PIN - Programa de Integração Nacional

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

II PND - Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

I PNRA – Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.

II PNRA – Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária

POLAMAZONIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PRORURAL - Programa de Assistência do Trabalhador Rural

I PRRA/MT – Primeiro Plano Regional de Reforma Agrária de Mato Grosso

PSD - Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia

SIT – Secretaria de Inspeção do Trabalho

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

SUNAB – Superintendência Nacional de Abastecimento

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TI – Terra Indígena

UDN - União Democrática Nacional

UDR – União Democrática Ruralista

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UNEMAT – Universidade Estadual de Mato Grosso

Lista de tabelas

Tabela 1: Estrutura fundiária no Brasil de 1940 a 1960.....	32
Tabela 2: Estrutura fundiária no Brasil de 1960 a 1980.....	41
Tabela 3: Evolução do número de pessoas assassinadas em conflitos pela terra no Brasil e na Amazônia Legal entre 1964 e 1985.....	42
Tabela 4: Estrutura fundiária Brasil, Centro Oeste e Mato Grosso em 1985.....	58
Tabela 5: População total e taxa de crescimento médio segundo unidade da federação do Centro Oeste, Rondônia e Tocantins entre 1970 e 1991.....	59
Tabela 6: Volumes de imigração e emigração por unidade da federação do Centro Oeste, Rondônia e Tocantins nas décadas de 70/80 e 81/91.....	60
Tabela 7: População total e taxa de urbanização segundo unidade da federação do Centro Oeste, Rondônia e Tocantins entre 1970 e 1991.....	74
Tabela 8: Evolução da população de Cuiabá entre 1970 e 1991.....	83
Tabela 9: Estrutura fundiária no Brasil de 1985 a 2017.....	110
Tabela 10: Evolução do número de pessoas assassinadas em conflitos pela terra no Brasil entre 1985 e 2019.....	110
Tabela 11: Evolução da quantidade produzida de soja, milho e algodão herbáceo e do efetivo de bovinos, suínos e galináceos em Mato Grosso entre 2000 e 2017.....	117
Tabela 12: Número de estabelecimentos produtores de soja, área colhida e quantidade produzida por grupos de área total no Brasil (1985-2006).....	119
Tabela 13: Número de estabelecimentos produtores de soja, área colhida e quantidade produzida por grupos de área total no Mato Grosso (1985-2006).....	120
Tabela 14: Efetivo de rebanho bovino por Grande Região no Brasil (1990 e 2017).....	123
Tabela 15: Percentual de agricultores familiares que acessaram crédito rural em Mato Grosso (2011 – 2014).....	129
Tabela 16: Estrutura fundiária no Mato Grosso de 1985 a 2006.....	134

Tabela 17: Estrutura fundiária no Mato Grosso em 2017.....	134
Tabela 18: População total e taxa de crescimento médio segundo Unidade da Federação do Centro Oeste entre 1980 e 2010.....	135
Tabela 19: Volume de imigrantes (I) e emigrantes (E) com menos de 10 anos de residência em Mato Grosso entre 1991 e 2010.....	136
Tabela 20: Condição do domicílio e setor de inserção de migrantes interestaduais no Mato Grosso entre 1980 e 2010.....	137
Tabela 21: População total, taxa de crescimento demográfico e taxa de urbanização de microrregiões selecionadas do Mato Grosso de 1991 a 2010.....	138
Tabela 22: Número de trabalhadores escravizados libertados por Unidade da Federação entre 1995 e 2014.....	141
Tabela 23: Número total de máquinas agrícolas automotrizes comercializadas no Brasil, no Centro Oeste e em Mato Grosso entre 2003 e 2014.....	142
Tabela 24: Variação na quantidade e no número de estabelecimentos com tratores e equipamentos agrícolas em Mato Grosso entre 2006 e 2017.....	143
Tabela 25: Variação na quantidade e no número de estabelecimentos com tratores e equipamentos agrícolas no Brasil entre 2006 e 2017.....	143
Tabela 26: Número de pessoas empregadas por grupamentos de atividade do trabalho principal no estado do Mato Grosso entre 2003 e 2015.....	147
Tabela 27: Porcentagem de trabalhadores assalariados com carteira assinada por grupamentos de atividade do trabalho principal entre 2003 e 2015.....	148
Tabela 28: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no cultivo de soja e milho por grau de escolaridade no estado do Mato Grosso entre 2006 e 2018.....	148
Tabela 29: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no cultivo de soja e milho por faixa de remuneração média em Mato Grosso entre 2006 e 2018.....	149
Tabela 30: Número de pessoas empregadas com carteira assinada na fabricação de óleos vegetais em bruto (exceto óleo de milho), na fabricação de biocombustíveis (exceto	

álcool) e em atividades de armazenamento e depósito (inclusive câmaras frigoríficas e silos) por grau de escolaridade no Mato Grosso entre 2006 e 2018.....	152
Tabela 31: Número de pessoas empregadas com carteira assinada na fabricação de óleos vegetais em bruto (exceto óleo de milho), na fabricação de biocombustíveis (exceto álcool) e em atividades de armazenamento e depósito (inclusive câmaras frigoríficas e silos) por faixa de remuneração no Mato Grosso entre 2006 e 2018.....	153
Tabela 32: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no abate de bovinos, suínos e aves, na preparação de subprodutos do abate e na fabricação de produtos de carne por grau de escolaridade no Mato Grosso entre 2006 e 2018.....	155
Tabela 33: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no abate de bovinos, suínos e aves, na preparação de subprodutos do abate e na fabricação de produtos de carne por faixa de remuneração no Mato Grosso entre 2006 e 2018.....	156
Tabela 34: Número de pessoas empregadas com carteira assinada na construção de edifícios, em obras de urbanização e na construção de redes de água e esgoto por grau de escolaridade no Mato Grosso entre 2006 e 2018.....	157
Tabela 35: Número de pessoas empregadas com carteira assinada na construção de edifícios, em obras de urbanização e na construção de redes de água e esgoto por faixa de remuneração no Mato Grosso entre 2006 e 2018.....	158
Tabela 36: População total e taxa de urbanização segundo unidade da federação do Centro Oeste entre 1991 e 2010.....	160
Tabela 37: Distribuição da população urbana no Mato Grosso entre municípios classificados segundo o número de habitantes no núcleo urbano entre 2000 e 2010.....	160
Tabela 38: População rural e urbana em Rondonópolis entre 1940 e 2010.....	164
Tabela 39: População rural e urbana em Lucas do Rio Verde entre 1991 e 2010.....	170
Tabela 40: População rural e urbana em Sorriso entre 1991 e 2010.....	176
Tabela 41: Lotes urbanos existentes em 2018 e projetados para 2022.....	181
Tabela 42: Estrutura fundiária em Sorriso (MT) em 2017.....	189

Tabela 43: Comparação da estrutura fundiária no Brasil, em Mato Grosso e em Sorriso em 2017.....	190
Tabela 44: Evolução da área plantada e da quantidade produzida de soja e milho em Sorriso (2000 a 2017).....	190
Tabela 45: Evolução do rebanho de suínos e galináceos em Sorriso (2000 a 2017).....	190
Tabela 46: Evolução da produção da aquacultura em Sorriso (2013 a 2017).....	190
Tabela 47: Assentamentos de reforma agrária e número de famílias assentadas em Sorriso em 2015.....	191
Tabela 48: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no cultivo de soja e milho por grau de escolaridade em Sorriso entre 2006 e 2018.....	228
Tabela 49: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no cultivo de soja e milho por faixa de remuneração média em Sorriso entre 2006 e 2018.....	229
Tabela 50: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no armazenamento e processamento agroindustrial de grãos e carnes por grau de escolaridade no município de Sorriso entre 2006 e 2018.....	230
Tabela 51: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no armazenamento e processamento agroindustrial de grãos e carnes por faixa de remuneração média no município de Sorriso entre 2006 e 2018.....	231
Tabela 52: Número de pessoas empregadas com carteira assinada na construção de edifícios, em obras de urbanização e na construção de redes de água e esgoto por grau de escolaridade em Sorriso entre 2006 e 2018.....	232
Tabela 53: Número de pessoas empregadas com carteira assinada na construção de edifícios, em obras de urbanização e na construção de redes de água e esgoto por faixa de remuneração média no município de Sorriso entre 2006 e 2018.....	232
Tabela 54: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano de Sorriso e do Mato Grosso em 1991, 2000 e 2010.....	273
Tabela 55: Resultado das eleições para prefeito em Sorriso (1996-2016).....	278

Tabela 56: Loteamentos entregues para o município de Sorriso (2018).....	281
Tabela 57: Loteamentos em execução e em aprovação no município de Sorriso (2018).....	282
Tabela 58: Relação veículo por habitante em Sorriso, no Mato Grosso e no Brasil (2018).....	299

Lista de gráficos

Gráfico 1: Número de ocupações de terra no Brasil (1988-2016).....	94
Gráfico 2: Número de famílias em ocupações de terras no Brasil (1985-2016).....	94
Gráfico 3: Número de assentamentos rurais criados no Brasil (1985-2016).....	96
Gráfico 4: Número de famílias assentadas no Brasil (1985-2016).....	96
Gráfico 5: Participação de China e EUA nas exportações brasileiras (2000-2019).....	100
Gráfico 6: Exportações brasileiras por fator agregado (2001-2019).....	101
Gráfico 7: Evolução do Valor FOB (US\$) das exportações do Mato Grosso para China (2000-2019).....	118
Gráfico 8: Número de ocupações de terra em Mato Grosso (1988-2012).....	125
Gráfico 9: Número de famílias em ocupações de terra no Mato Grosso (1988-2012)	125
Gráfico 10: Número de assentamentos rurais no Mato Grosso (1979-2012)	125
Gráfico 11: Número de famílias assentadas no Mato Grosso (1979-2012)	125
Gráfico 12: Número de empregos formais em Sorriso entre 2002 e 2017.....	227
Gráfico 13: Número de matrículas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio em Sorriso entre 2010 e 2018.....	238
Gráfico 14: Evolução do PIB de Sorriso a preços correntes (unidade R\$ x 1.000) entre 2010 e 2017.....	273
Gráfico 15: Evolução do número de famílias cadastradas no Cadastro Único em Sorriso entre 2012 e 2020.....	274
Gráfico 16: Evolução do número de famílias beneficiárias do Bolsa Família em Sorriso entre 2012 e 2020.....	275
Gráfico 17: Evolução do número de homicídios em Sorriso (2000-2018).....	307

Lista de figuras

Figura 1: Planejamento original da Gleba Sorriso.....	173
Figura 2: Vieras na região leste da cidade de Sorriso.....	176
Figura 3: Quitinetes para trabalhadores na região leste de Sorriso.....	177
Figura 4: Park Shopping Sorriso.....	178
Figura 5: Principais instituições de ensino superior em Sorriso.....	179
Figura 6: Cartazes de Condomínio fechado de alto padrão em Sorriso.....	180
Figura 7: Perímetro urbano de Sorriso em 2005.....	182
Figura 8: Perímetro urbano de Sorriso em 2013.....	182
Figura 9: Malha urbana de Sorriso em 2019.....	184
Figura 10: Residencial Mario Raiter em Sorriso (2019).....	185
Figura 11: Distribuição da população por etnia no interior da cidade de Sorriso de acordo com o Censo IBGE 2010.....	186
Figura 12: Hortas no interior do espaço urbano de Sorriso.....	206
Figura 13: Feiras na cidade de Sorriso.....	224
Figura 14: “Agências de turismo” que realizam as viagens de trabalhadores entre estados do Nordeste e a cidade de Sorriso.....	250
Figura 15: Trabalhadores na coleta de material reciclável em Sorriso.....	259
Figura 16: Cartazes de instituições de ensino técnico em Sorriso.....	267
Figura 17: Cartazes de instituições de ensino superior em Sorriso.....	270
Figura 18: Cartaz de loteamento popular na cidade de Sorriso.....	291

Figura 19: Escombros após reintegração de posse em área vizinha ao bairro União.....	293
Figura 20: Localização do bairro União no extremo oeste de Sorriso envolto por condomínios fechados e loteamentos.....	294
Figura 21: Entrada do condomínio Costa Brava.....	297
Figura 22: Únicas três vias de acesso entre a região leste e a área central de Sorriso (2018).....	300
Figura 23: Estabelecimentos comerciais na região leste de Sorriso.....	303
Figura 24: Escultura “Tributo à capoeira” na Praça da Juventude em Sorriso.....	306
Figura 25: Esculturas representando tipos étnico-raciais na cidade de Sorriso.....	306
Figura 26: Escultura representando a cultura maranhense, comissionada mas nunca recolhida pela Prefeitura de Sorriso.....	307
Figura 27: Pichações referentes ao crime organizado em muros da região leste da cidade de Sorriso.....	308
Figura 28: Cartaz de apoio à violência policial em manifestação em 27/09/2019 em Sorriso.....	312
Figura 29: Pichações contra a tortura e a ditadura em muro da cidade de Sorriso.....	313
Figura 30: Cartazes de apoio a Jair Bolsonaro em manifestação no dia 15/03/2020 em Sorriso.....	314
Figura 31: Outdoor de apoio a Jair Bolsonaro em Sorriso (07/2020).....	314
Figura 32: Outdoors de apoio a Jair Bolsonaro no Mato Grosso (07/2020).....	315

Sumário

Introdução.....	21
PARTE I: Formação da classe trabalhadora no estado do Mato Grosso.....	30
Capítulo 1: Terra, trabalho e espaço urbano no Mato Grosso (1964-1985).....	31
<i>Grilagem e expropriação de terras.....</i>	<i>43</i>
<i>Migração e espoliação do trabalho.....</i>	<i>58</i>
<i>Proliferação de municípios e urbanização da fronteira.....</i>	<i>73</i>
Capítulo 2: Terra, trabalho e espaço urbano no Mato Grosso (pós 1985).....	87
<i>Expansão da soja e luta pela terra.....</i>	<i>111</i>
<i>Progresso tecnológico da lavoura e consolidação da cadeia carne/grãos.....</i>	<i>135</i>
<i>Cidades do “agronegócio” e segregação socioespacial.....</i>	<i>159</i>
PARTE II: Situação da classe trabalhadora na “capital do agronegócio”	188
Capítulo 3: Acampados, assentados e chacareiros em Sorriso.....	189
<i>Corrosão e permanência do mundo tradicional rural em meio à urbanização.....</i>	<i>197</i>
<i>Limites e perspectivas da reprodução social de chacareiros e assentados.....</i>	<i>214</i>
Capítulo 4: Assalariados em fazendas, agroindústrias e construção civil em Sorriso.....	227
<i>Inquietações com o mundo do trabalho e deslocamentos da força de trabalho.....</i>	<i>239</i>
<i>Múltiplos significados do imperativo da qualificação da força de trabalho.....</i>	<i>261</i>
Capítulo 5: Periferias urbanas e segregação socioespacial em Sorriso.....	273
<i>Especulação imobiliária e conflitos envolvendo moradia.....</i>	<i>283</i>
<i>Segregação étnica e violência urbana.....</i>	<i>297</i>
Conclusões e perspectivas teóricas e práticas.....	317
Bibliografia.....	333

“As classes não se caracterizam apenas pela lógica do capital. Elas criam e são criadas pelas relações sociais de um determinado modo de produção que se constitui como matriz das formações sociais. São proletários, camponeses, mas existem também como individualidades, como mulheres e homens, como Joana, Pedro e José, como Gramsci amava afirmar. Precisamos, mais que nunca, tematizar os subalternos e as periferias, vale dizer, a história vivida, desafio que poucas vezes foi trabalhado corretamente. Na imensa bibliografia já produzida aparece um fosso aparentemente intransponível entre a classe e os seres que a constituem” (Dias, 2012, p.13)

Introdução

Ao longo das últimas décadas o complexo da soja no Brasil alcançou um desempenho econômico excepcional, tornando-se atualmente um dos mais importantes sustentáculos do atual padrão de articulação de nosso país com o mercado internacional. Entre 2000 e 2018 a produção brasileira de soja saltou de 32,8 milhões de toneladas em 13,7 milhões de hectares para 117,9 milhões de toneladas em 34,8 milhões de hectares. Principal produtor brasileiro do grão no país hoje, o estado do Mato Grosso viu sua safra de soja saltar de 8,8 milhões de toneladas colhidos em 2,9 milhões de hectares no ano 2000 para 31,6 milhões de toneladas colhidos em 9,4 milhões de hectares no ano de 2018. Ao longo de todo este período, a soja e seus derivados consolidaram-se dentre os principais produtos da pauta de exportações brasileira: segundo as séries históricas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, as exportações brasileiras de soja em grãos, farelo e óleo saltaram de US\$ 4,2 bilhões ou 7,5% das exportações totais do país em 2000 para US\$40,7 bilhões ou 17% das exportações totais do país em 2018.

Tal desempenho serviu de fundamento a um significativo fortalecimento das burguesias agrária e agroindustrial dentre as frações das classes dominantes que compõem o bloco no poder no Brasil, um processo com amplos desdobramentos políticos. Durante as últimas décadas consolidou-se um “moderno” arco de alianças desde conglomerados financeiros até grandes meios de comunicação e instituições acadêmicas, responsável por elaborar um discurso segundo o qual o assim chamado “agronegócio” é a melhor (possivelmente única) oportunidade de inserção do Brasil na economia global. Este sólido e sofisticado bloco político e ideológico tem se dedicado a multiplicar seus canais de barganha e pressão no interior do Estado, bem como a remover quaisquer obstáculos à expansão tanto do mercado fundiário, quanto do cultivo de *commodities*. Neste contexto, a intelectualidade favorável à reforma agrária e os movimentos sociais de luta pela terra com relevância política durante o processo de redemocratização brasileira alcançaram um impasse teórico e prático, na medida em que seus principais instrumentos de crítica à ordem social no campo mostraram-se cada vez mais insuficientes para conter o avanço da apologia do chamado “agronegócio” sobre a academia e o senso comum. Com raras e valiosas exceções, a área da sociologia rural tem visto refluir seu potencial de investigação e explicação acerca do conjunto de relações sociais que subjaz ao estrondoso sucesso econômico das mais importantes cadeias agroindustriais no Brasil.

Dentre os principais desafios político-metodológicos da crítica ao assim chamado “agronegócio” hoje, destaca-se a tendência à fragmentação e unilateralização de determinadas contradições da ordem do capital no campo em detrimento das demais. Frequentemente, investigações acerca da espoliação de terras de povos tradicionais pelo capital pouco acrescentam a respeito da exploração do trabalho no campo brasileiro; investigações acerca das condições de vida e trabalho da pequena produção familiar pouco avançam na análise da força de trabalho assalariada rural e agroindustrial; investigações acerca das contradições impostas pelo capital aos assalariados rurais manuais pouco dizem a respeito de operadores de máquinas agrícolas mais qualificados; investigações acerca dos trabalhadores assalariados da lavoura via de regra abstêm-se das contradições impostas aos assalariados do chão de fábrica nas agroindústrias; investigações acerca de conflitos que permeiam o espaço rural mantêm-se distantes da análise das crescentes contradições no espaço urbano sob influência do “agronegócio”. Enquanto a crítica ao “agronegócio” assume predominantemente a forma fragmentária de conflitos locais envolvendo determinados povos ou segmentos de trabalhadores, a hegemonia da burguesia agrária e agroindustrial segue incontestada *em seu conjunto*.

Neste contexto, o objetivo desta tese é contribuir para a construção de uma perspectiva político-metodológica de interpretação da classe trabalhadora subordinada ao chamado “agronegócio”, entendida como um processo vivo e heterogêneo impulsionado por um conjunto multifacetado, articulado e não coetâneo de contradições com o capital. Para tanto, investigaremos a formação da classe trabalhadora no estado do Mato Grosso, analisando contradições relativas à apropriação da *terra*, à exploração do *trabalho* e à formação do *espaço urbano* da segunda metade do século XX ao início do século XXI. A partir de então, selecionaremos e analisaremos trechos de entrevistas com três segmentos não excludentes de trabalhadores em Sorriso, autointitulada “capital do agronegócio” e principal município produtor de soja no Mato Grosso e no Brasil: acampados e assentados de reforma agrária; assalariados de fazendas, agroindústrias e da construção civil e moradores de bairros periféricos em condições precárias de moradia. A hipótese central que orientará a pesquisa como um todo é que o processo de urbanização de áreas que até recentemente compunham a fronteira agrícola do país provocou amplas alterações no modo de vida das classes trabalhadoras subordinadas ao chamado “agronegócio”, ao mesmo tempo preservando e subordinando a uma nova equação socioespacial as contradições características da formação das zonas rurais desta região.

Investigaremos o assim chamado “agronegócio” como expressão de um curto-circuito no processo de modernização social no Brasil em que elevados padrões de produtividade exigidos por cadeias produtivas internacionais perpetuam e mesclam-se de maneira indissociável aos traços mais violentos de nosso passado histórico, dando origem a um compósito de relações sociais que esteve na base da atual crise política no país. Interessa-nos particularmente investigar os obstáculos e as potencialidades do processo de formação da classe trabalhadora subordinada ao assim chamado “agronegócio”, composta por heterogêneas frações que são o resultado da sedimentação de múltiplas contradições sociais herdadas de diferentes tempos históricos e ainda não solucionadas, mas também capazes de mobilizar estratégias de reprodução social que colocam em xeque em maior ou menor medida as relações de exploração e dominação em que se inserem. Em continuidade ao que construímos em nossa dissertação de mestrado, propomo-nos assumir uma perspectiva de *totalização*¹ que contribua para a construção de instrumentos teóricos/políticos capazes de elucidar potencialidades de articulação entre frações das classes trabalhadoras e colocar em xeque barreiras que as separam (Farias, 2014, p. 16). Hoje mais do que nunca a investigação do assim chamado “agronegócio” exige o questionamento de dicotomias profundamente enraizadas na pesquisa acadêmica, na organização sindical e em movimentos sociais de trabalhadores, especialmente no que toca ao enfrentamento de contradições características do mundo rural e do mundo urbano. Com este horizonte político-metodológico, o texto propõe-se organizado no formato de uma espiral em que as contradições envolvendo a terra, o trabalho e o espaço urbano são reencontradas em diferentes momentos históricos e em distintos graus de abstração, compondo um caleidoscópio de relações e conflitos que marcaram e seguem marcando as trajetórias de trabalhadores no estado do Mato Grosso a partir da segunda metade do século XX.

¹ O conceito de *totalização* foi proposto por Lefebvre no segundo volume de sua Crítica da Vida Cotidiana, problematizando impasses do conceito de totalidade dentro da tradição marxista durante o século XX. Lefebvre contrapõe-se especificamente ao conceito de totalidade enquanto um sistema fechado, que tende a suprimir ou desqualificar aqueles aspectos residuais da vida cotidiana que se lhe escapam. Enquanto contraponto a esta tendência fundada em um marxismo tornado poder institucionalizado, Lefebvre reafirma a totalização enquanto um processo permanentemente e irremediavelmente aberto de crítica radical às separações e unilateralizações que mutilam e fragmentam a vida social. Consequentemente, o conceito de totalização é formulado por Lefebvre não enquanto uma ontologia mas enquanto uma estratégia ou programa em que o impulso teórico e prático à totalidade é ao mesmo tempo reafirmado e colocado em xeque por aqueles resíduos insubmissos que insistem em desafiar-lo (Lefebvre, [1961] 2002 p.184-187).

No *primeiro capítulo* apresentamos a maneira como a sociedade e o espaço no estado do Mato Grosso organizaram-se durante a ditadura entre 1964 e 1985 segundo os parâmetros da contra-reforma agrária, em um processo de acumulação primitiva do capital que lançou os fundamentos do que atualmente nós chamamos de “agronegócio”. *Em um primeiro momento*, apontamos as múltiplas irregularidades do processo de transformação das terras públicas mato-grossenses em propriedades privadas, com especial destaque para a sistemática expropriação de terras indígenas e de posseiros e para as contradições dos projetos de colonização oficial e privada no estado depois de 1964. *Em um segundo momento*, apresentamos o processo desigual e combinado de proletarização de trabalhadores que migraram para o estado entre as décadas de 1960 e 1980, com especial destaque para a violenta espoliação do trabalho de peões na abertura de fazendas, de garimpeiros na extração do ouro e de prostitutas em bordéis da região. *Em um terceiro momento*, mostramos as transformações da hierarquia urbana mato-grossense com o surgimento de novos polos regionais e cidades locais concentrando, por um lado, os fluxos de capitais e mercadorias da moderna produção agropecuária e, por outro, os fluxos de trabalhadores migrantes expropriados e espoliados nas zonas rurais. Neste capítulo e no seguinte vamos nos ater especificamente à formação das classes trabalhadoras na região, com o objetivo de estabelecer bases para a exposição e análise dos materiais coletados na pesquisa empírica no restante da tese.

No *segundo capítulo* investigamos a maneira como terra, trabalho e espaço urbano no estado do Mato Grosso organizaram-se a partir do processo de redemocratização após 1985 segundo os parâmetros do assim chamado “agronegócio”. *Em um primeiro momento*, apontamos as causas e as consequências da expansão vertiginosa da cultura da soja no estado a partir da década de 1980, com destaque especialmente para as transformações da estrutura fundiária e para a multiplicação de novos e velhos constrangimentos à luta pela terra e à reprodução da agricultura familiar. *Em um segundo momento*, apresentamos as transformações do mercado de trabalho assalariado mato-grossense em um contexto de retração da demanda de trabalho braçal nas lavouras e de surgimento de agroindústrias processadoras de soja e carne, com destaque para alterações no volume e perfil da força de trabalho migrante para a região. *Em um terceiro momento*, expusemos o vigoroso crescimento econômico e demográfico a partir dos anos 1990 de alguns dos principais municípios produtores de soja no estado, dotados de um espaço urbano simultaneamente funcional às demandas do chamado

“agronegócio” e marcado por contradições características de médias e grandes cidades. O processo de acumulação primitiva do capital descrito em nosso primeiro capítulo e a consolidação do complexo carnes-grãos analisada em nosso segundo capítulo não são aqui considerados duas etapas históricas sucessivas e mutuamente excludentes, mas sim distintas temporalidades que atualmente se articulam de maneira desigual e combinada sobre o território mato-grossense.

No terceiro capítulo analisamos trechos de entrevistas realizadas em julho de 2018 e em julho de 2019 com chacareiros, assentados e acampados em Sorriso - MT. Foram realizadas no total 30 entrevistas com famílias de trabalhadores rurais neste município, seja nos lotes e chácaras onde moram e trabalham os entrevistados, seja durante as feiras populares que ocorrem regularmente em diferentes pontos desta cidade. Inicialmente, o contato com estes entrevistados foi construído com apoio do então Secretário de Agricultura do município durante o período de nosso trabalho de campo, surpreendentemente um assentado de reforma agrária que nos permitiu acompanhar uma agrônoma da prefeitura em uma série de visitas de apoio a assentamentos locais. Posteriormente, os contatos com agricultores familiares no município foram desdobrados em percursos por chácaras, por hortas privadas ou comunitárias e por feiras populares, que nos possibilitaram identificar modos heterogêneos de apropriação da terra a princípio invisíveis ao discurso e à prática hegemônicos do assim chamado “agronegócio”.

Ativemo-nos neste capítulo a chacareiros no entorno do núcleo urbano e a famílias de trabalhadores rurais dos assentamentos Jonas Pinheiro e Chão do Amanhã, que possuem um intercâmbio regular com pessoas, espaços e serviços na cidade de Sorriso. Em contraponto, não mobilizamos contatos no assentamento Santa Rosa II localizado em uma área mais distante da sede do município e com menor interação com sua vida urbana, o que infelizmente nos impediu de conhecer pequenos sojicultores familiares deste local. O objetivo da análise das entrevistas foi retratar as múltiplas origens e trajetórias dos agricultores familiares neste município, suas estratégias para ter acesso à terra de trabalho e seus desafios para se manter em suas propriedades em meio a um oceano de grãos. Buscamos em especial ilustrar a percepção destes trabalhadores acerca da permanência e corrosão do mundo tradicional rural em meio ao processo de urbanização de seu entorno, acompanhando o caminho que os levou do campo à cidade e as oportunidades que lhes permitiram retornar da cidade ao campo ao longo de suas vidas.

No **quarto capítulo** analisamos trechos de entrevistas realizadas em julho de 2018 e em julho de 2019 com os trabalhadores assalariados de fazendas de grãos, de agroindústrias do complexo carnes/grãos e da construção civil no município de Sorriso. Foram realizadas 30 entrevistas com estes sujeitos preferencialmente em seus locais de moradia em áreas periféricas da cidade, mas também por vezes no interior das empresas em que trabalhavam ou em instituições de ensino técnico ou superior em que estudavam. Os primeiros contatos para estas entrevistas foram construídos durante visitas a uma fazenda, a uma esmagadora de soja, a um frigorífico de suínos, a um frigorífico de aves e a um silo de armazenamento de grãos localizados no interior do município de Sorriso. Por sua vez, os trabalhadores que conhecemos durante estas experiências abriram-nos novos contatos com seus familiares e amigos, que nos permitiram enxergar uma complexidade maior do que suspeitávamos no mundo do trabalho dentro do município. Ademais, em nossa segunda ida a campo em 2019 fomos graciosamente hospedados na quitinete de um professor da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Domingos, que nos abriu caminhos para entrevistas com trabalhadores da educação da região leste de Sorriso.

Nossas entrevistas tiveram como foco inicial as inquietações com as condições de trabalho no município, com destaque para possíveis experiências de superexploração, para tensões étnico-culturais com patrões e encarregados acerca de diferentes percepções quanto ao trabalho e ao lazer, para a diminuição da demanda de trabalho braçal não qualificado na região, para conflitos pelo não cumprimento de legislação trabalhista, etc. Buscamos investigar especialmente a maneira como estas inquietações ganham forma individual e coletiva através de uma ampla rede de contatos e apoio que possibilita tanto o deslocamento periódico destes trabalhadores desde seus estados natais na região Nordeste, quanto sua permanência por maior ou menor período no município de Sorriso. Por fim, buscamos investigar também a perspectiva destes trabalhadores acerca da crescente demanda patronal por maior qualificação, interpretada alternativamente como valiosa ferramenta de ascensão socioeconômica dentro do município ou como fonte de frustração face a transformações tidas como insuficientes em sua condição de subalternidade tanto no mundo do trabalho, quanto no espaço urbano do “agronegócio”.

O **quinto capítulo** foi dedicado à análise de trechos de entrevistas realizadas em julho de 2018 e em julho de 2019 com moradores das periferias da cidade de Sorriso. Além daquelas já mobilizadas nos capítulos anteriores, foram realizadas mais 30

entrevistas com trabalhadores em seus locais de moradia, em estabelecimentos comerciais como bares, padarias e restaurantes e em espaços públicos de lazer como feiras e praças. O ponto de partida para as entrevistas analisadas neste capítulo foi o contato com o então Secretário da Cidade de Sorriso durante o período de nosso primeiro trabalho de campo, que nos apresentou de maneira incrivelmente franca a dinâmica da especulação imobiliária nesta cidade por meio da contínua abertura de novos loteamentos urbanos. Entrevistas com trabalhadores das incorporadoras e imobiliárias da cidade também foram fundamentais para compreender a intensa dinâmica de abertura e comercialização de loteamentos voltados para pessoas de alta, média e baixa renda na cidade de Sorriso. Paralelamente, realizamos novos contatos e novas entrevistas com trabalhadores ao percorrer a maior parte dos bairros periféricos localizados a leste e a oeste de Sorriso, bem como por meio do contato com algumas das instituições de assistência social e educação pública da cidade.

Inicialmente, nossas entrevistas tiveram como foco principal as inquietações destes trabalhadores em torno do acesso a moradia digna no interior da cidade de Sorriso, com destaque para suas percepções acerca da dimensão do aluguel na renda familiar, acerca de conquistas e deficiências vinculadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida e acerca das condições de pagamento em novos loteamentos urbanos “a preços populares”. Detivemo-nos em especial às percepções destes trabalhadores acerca das chamadas “invasões” de terrenos vazios que estiveram na origem de alguns dos bairros periféricos da cidade ou que ocorreram em período pouco anterior aos nossos trabalhos de campo². Por fim, investigamos os múltiplos desdobramentos para a vida cotidiana destes trabalhadores da crescente segregação socio-espacial no interior da cidade de Sorriso, com destaque para experiências de preconceito racial, para dificuldades de circulação devido à precariedade do transporte público e para níveis crescentes de criminalidade e violência policial.

² Pouco antes de nosso primeiro trabalho de campo ocorreu a reintegração de posse de um terreno localizado entre o Condomínio Costa Brava e o bairro de baixa renda União na periferia oeste da cidade. Nos anos anteriores ocorreu também uma sequência de “invasões” e reintegrações de posse na área de preservação permanente de uma fazenda anexa ao bairro de baixa renda São Domingos na periferia leste. Acerca desta última, houve cobertura da imprensa: Globo.com, “Famílias são retiradas de fazenda pela polícia após invasão em Sorriso (MT)”, 01/04/2015; Sorriso FM 99,1 “Reintegração de posse da Fazenda Vigolo prossegue na Grande São Domingos”, 08/04/2015; Globo.com, “Famílias tentam invadir área pela 2ª vez em MT 15 dias após desocupação”, 20/04/2015; Portal Sorriso MT, “Polícia executa nova reintegração de posse em fazenda de Sorriso”, 23/06/2016.

Como estudante, pesquisador e professor de classe média, habitante da região central da cidade de São Paulo, graduado e pós-graduado em universidades públicas paulistas e com circulação predominante dentre sujeitos com perfis semelhantes ao meu, sempre tive uma sensação de certo *desenraizamento* em relação ao Brasil como um todo. O caráter restrito de minha sociabilidade cotidiana pareceu-me durante minha formação um vetor de estranhamento em relação ao território, à cultura e ao “povo” brasileiros, angustiante condição de pretensão “cidadão global” estrangeiro em minha própria terra. Em um primeiro momento, procurei elaborar esta sensação por meio da experiência de militância política junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante as graduações em Ciências Sociais e em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas. Durante aquele período, minhas vivências práticas em acampamentos e assentamentos e minhas leituras de clássicos do pensamento social brasileiro acerca da questão agrária foram fundamentais para que eu reinterpretasse minha sensação singular de desenraizamento como expressão de impasses de nossa formação econômico-social. Limites cada vez mais nítidos das ferramentas teóricas e práticas a minha disposição em face da ofensiva do “agronegócio” e do refluxo dos movimentos de luta pela terra estimularam pesquisas de mestrado e doutorado em que me vi em grande medida isolado, dado o relativo desaparecimento dos temas de sociologia rural em universidades paulistas. Um tanto distante (temporariamente?) da atividade política e da interlocução teórica, vejo-me hoje com perplexidade como exilado interno em meio ao obscurantismo que crescentemente toma corpo e poder a nossa volta.

Em uma era de crescentes desencontros, minhas pesquisas de campo se tornaram laboratórios importantes para a ressignificação e elaboração de meu desenraizamento, abrindo caminho para jogos de resistência e cumplicidade em que minha condição de pesquisador-estrangeiro foi por vezes recebida com silêncio, reticências e desconfiança e por vezes representou estímulo ao compartilhamento de histórias nunca antes contadas. Diversas vezes minha aproximação afoita como entrevistador com linguagem, sotaque e gestual estranhos foi interpretada como elo a mais em uma longa cadeia de espoliações, algo a ser imediatamente repellido ou recebido com grande dose de receio e distância. Outras vezes, contudo, as clivagens sociais, raciais e linguísticas nítidas a cada contato não impediram que o choque entre distintos saberes se tornasse algo como uma dança, em que a oferta de perguntas e escuta por parte do entrevistador encontrou cadência e

compasso adequados à tessitura da memória por parte do trabalhador entrevistado. Relatos sobre a perda do acesso a terra de trabalho, sobre o estilhaçamento dos laços de solidariedade familiar, sobre experiências de superexploração da força de trabalho, sobre humilhações decorrentes da cor de pele, sobre desafios à obtenção de moradia digna, sobre a aceleração da violência urbana, dentre tantos outros, compõem aqui um mosaico de múltiplos *encontros* surpreendentes ao entrevistador e frequentemente ao entrevistado. A tese é resultado destes encontros.

PARTE I: Formação da classe trabalhadora no estado do Mato Grosso

“Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. [...] Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 1987, p. 225)

Capítulo 1: Terra, trabalho e espaço urbano no Mato Grosso (1964-1985)

O período que antecede o golpe de 1964 foi marcado por um forte ascenso da luta dos trabalhadores no campo brasileiro. Ainda no início da década de 1950, houve significativo aumento do número de greves nas grandes plantações de cacau e cana na Bahia e em Pernambuco e de café em São Paulo. Inseridos em relações de trabalho complexas, marcadas por laços de dependência pessoal em relação aos proprietários e pela produção própria de meios de subsistência através do acesso parcial e precário à terra, os trabalhadores rurais destas culturas realizaram diversas mobilizações reivindicando a extensão ao campo dos direitos formalmente garantidos ao operariado urbano pela Consolidação das Leis do Trabalho (Medeiros, 1989, p. 19). Simultaneamente, multiplicaram-se lutas pela terra por todo o Brasil ao longo das décadas de 1950 e 1960: lutas de arrendatários contra altas taxas de arrendamento ou contra contratos que os obrigavam a entregar as terras após um período de tempo com o pasto formado; lutas de posseiros contra sua expulsão frequentemente violenta das terras em que trabalhavam e viviam com base em falsificações de títulos realizadas por grileiros; lutas de foreiros e moradores contra restrições à concessão de terras para plantio próprio dos trabalhadores ou contra aumentos abusivos do “foro” (renda paga pelo uso da terra). Seja com objetivos trabalhistas, seja organizadas em torno da demanda pela terra, as lutas dos trabalhadores rurais das décadas de 1950 e 1960 colocaram em xeque o bloco histórico agrário-industrial que dirigia o Brasil desde 1930 e tinha por traços fundamentais a intocabilidade da estrutura agrária ultra-concentrada em nosso país e a aplicação restrita da legislação trabalhista ao campo.

Ao longo de todo este período, a inquietação dos trabalhadores rurais tanto com a escassez de terras quanto com a superexploração de seu trabalho provocou crescente migração, especial mas não somente em direção a regiões de fronteira agrícola no Brasil. Desde a região Sul, devido ao fracionamento das terras dentre as famílias das colônias sul-rio-grandenses, levas de trabalhadores rurais fluíram em direção norte, para o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná, especialmente entre as décadas de 1940 e 1950 (Brum, 1988, p. 92). Desde a região Nordeste, no mesmo período, paralelamente ao fluxo crescente de famílias em direção aos centros urbanos do Sudeste, trabalhadores rurais dirigiram-se também em direção oeste ocupando terras do Maranhão, Goiás e leste do

Mato Grosso, este último atraente principalmente devido às minas de ouro e diamantes (Branford e Glock, 1985, p.15). Desde a criação da Fundação Brasil Central em 1943, o Estado buscou crescentemente subordinar e disciplinar este processo espontâneo de ocupação do interior do país, com destaque inicial para a criação das Colônias Agrícolas Nacionais como pontas de lança da chamada Marcha para o Oeste (Lenharo, 1986, p. 54). Contudo, fluxos migratórios em direção às fronteiras agrícolas seguiram crescentemente fora do controle das forças da ordem, em tensão latente ou aberta com o processo de interiorização do mercado de terras e do ordenamento jurídico da propriedade privada. Especialmente com a construção da rodovia Belém-Brasília entre 1956 e 1960 acirraram-se conflitos entre posses de trabalhadores rurais e o avanço da grilagem e da especulação fundiária sobre as terras devolutas e indígenas das regiões Centro Oeste e Norte. Conforme indica a tabela abaixo, entre 1950 e 1960 a expansão da fronteira agrícola co-determinou uma relativa e molecular desconcentração da estrutura fundiária brasileira.

Tabela 1: Estrutura fundiária no Brasil de 1940 a 1960

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos					
	1940	%	1950	%	1960	%
Menos de 10	654.557	34,42	710.934	34,44	1.495.020	44,85
10 a 100	975.441	51,30	1.052.557	50,99	1.491.415	44,74
100 a 1.000	243.818	12,82	268.159	12,99	314.831	9,44
1.000 a 10.000	26.539	1,40	31.017	1,50	30.883	0,93
10.000 e mais	1.273	0,07	1.611	0,08	1.597	0,05
Total	1.901.628	100	2.064.278	100	3.333.746	100

Classes de área (ha)	Área Ocupada (ha)					
	1940	%	1950	%	1960	%
Menos de 10	1.993.439	1,01	3.025.372	1,30	5.952.381	2,38
10 a 100	33.112.160	16,82	35.562.747	15,32	47.566.290	19,04
100 a 1.000	66.184.999	33,63	75.520.717	32,52	86.029.455	34,43
1.000 a 10.000	62.024.817	31,51	73.093.482	31,48	71.420.904	28,58
10.000 e mais	33.504.832	17,02	45.000.788	19,38	38.893.112	15,57
Total	196.820.247	100	232.203.106	100	249.862.142	100

(IBGE – Censos Agropecuários)

Este período de ascenso de lutas dos trabalhadores rurais no Brasil foi quebrado com o golpe civil-militar de 31/03/1964, que desencadeou algumas das transformações econômicas e políticas que estão na base do campo brasileiro como o conhecemos hoje. A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965 – parte da reforma do sistema financeiro dos anos que se seguiram imediatamente ao golpe – garantiu que uma parcela dos recursos captados pelos bancos fosse direcionada a um alto volume de crédito rural, a taxas reais negativas e vinculado a finalidades pré-determinadas pelo poder público. Dessa forma, induziram-se novos nexos entre a indústria e a agricultura no Brasil, subordinando diversas culturas à dinâmica do processamento agroindustrial e ampliando significativamente a composição orgânica do capital aplicado a setores da agropecuária. Maior parcela do crédito rural no período, o crédito de custeio estimulou a criação de nexos entre agricultura e indústria de insumos (fertilizantes, defensivos, combustíveis). Também o crédito de investimento, vinculado a demandas específicas e discriminadas, ampliou o mercado interno do setor industrial a montante da agricultura, especialmente no que toca à produção de veículos, máquinas e implementos (Delgado, 1985, p. 79).

Da mesma forma, estimulou-se a articulação da agricultura às agroindústrias processadoras de matérias primas por meio de incentivos financeiros e não financeiros. Como incentivos não financeiros à agroindústria no período, destacam-se em especial para o complexo da soja as reduções de custos de processamento por meio de deduções fiscais e as cotas de fornecimento para assegurar abastecimento interno das indústrias. Como incentivos financeiros, destacam-se a garantia de preços mínimos (através da qual a indústria processadora beneficiava-se do diferencial entre os preços de matérias primas regulados pelo governo e os preços dos produtos finais no mercado interno e externo) e as operações de Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimos do Governo Federal (EGF) (através dos quais agroindústrias compunham estoques a taxas de juros vigentes no crédito rural abaixo dos juros de mercado) (Kageyama et alli, 1987, p. 177). Como resultado, especialmente dentre as médias e grandes propriedades do Sul e Sudeste dedicadas a culturas voltadas a agroindustrialização e exportação, estabeleceu-se uma agricultura capitalista apoiada nos princípios da chamada “Revolução Verde”, combinando a criação de variedades vegetais altamente exigentes em adubação química e irrigação com inovações físico-químicas e mecânicas fundadas em uma matriz energética intensiva no uso de derivados de petróleo.

Paralelamente, a ditadura do capital sob tutela militar combinou uma política de repressão sobre organizações e lideranças pregressas dos trabalhadores rurais com “reforma” das relações de trabalho e da estrutura fundiária no campo brasileiro, de modo a impor às massas rurais os parâmetros organizativos e estratégicos de sua mobilização. Às vésperas do golpe civil-militar de 1964, o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214 de 03/1963) formalizou a extensão de direitos trabalhistas ao campo brasileiro, ao mesmo tempo em que submeteu a auto-organização dos trabalhadores rurais à estrutura corporativa tradicional que moldara e contivera os sindicatos urbanos desde a Era Vargas. Dentre os principais limites da estrutura sindical impostos com o ETR, destacam-se a exigência de “carta de reconhecimento” assinada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (art. 119), estendendo ao campo o poder do Estado de outorgar aos sindicatos representatividade e poder de negociação com o capital; a criação da “contribuição sindical” (art. 135), impondo aos sindicatos de trabalhadores rurais da mesma forma que aos urbanos a dependência em última instância do Estado e não dos trabalhadores no que toca a seus recursos materiais; a criação do Funrural e a exigência de colaboração das entidades sindicais com os poderes públicos nos serviços previdenciários para os associados (art. 116), abrindo caminho para que o assistencialismo se convertesse no principal papel dos sindicatos de trabalhadores rurais (Colleti, 1998, p. 53).

A partir do golpe civil-militar de 1964, o controle governamental sobre os sindicatos rurais aumentou significativamente, em meio à prisão de lideranças anteriormente vinculadas às Ligas Camponesas ou ao Partido Comunista Brasileiro. Neste contexto, a portaria n° 71, de 2 de fevereiro de 1965 estabeleceu que diretores de sindicatos rurais deveriam dar “prova de boa conduta firmada pela autoridade pública”. No mesmo sentido, o Programa de Assistência do Trabalhador Rural (Prorural) criado com a Lei Complementar n. 11 de 25/5/1971 e regulamentado com o Decreto n. 69.919 de 11/1/1972 estabeleceu que as entidades sindicais de trabalhadores rurais seriam utilizadas na implantação, divulgação e execução dos serviços de assistência médica e odontológica, assistência jurídica, encaminhamento de aposentadorias e pensões, etc. Com isso, as classes dominantes tiveram sucesso na imposição do arcabouço institucional que daria forma à mobilização dos trabalhadores rurais, limitando e burocratizando a efervescência político-organizativa precedente. (Ianni, 1984, p. 128).

Por sua vez, o Estatuto da Terra (Lei n.4.504 de 11/1964) propôs-se converter a estrutura agrária latifundiária brasileira, considerada impermeável ao progresso técnico e incapaz de responder adequadamente aos estímulos do mercado, em uma estrutura agrária de caráter empresarial, apta a incorporar insumos modernos à produção e, portanto, a responder à crescente demanda urbana industrial por alimentos e por matérias primas. Para tanto, o ET estabeleceu pela primeira vez parâmetros legais para a definição de latifúndio, determinando como procedimentos para sua eliminação seja a desapropriação por interesse social, seja a tributação progressiva e medidas de apoio técnico à produção. Neste contexto, alterou-se o artigo 141 da Constituição de 1946, que inviabilizava a reforma agrária no país ao exigir que desapropriações de propriedades territoriais rurais fossem realizadas mediante *prévia* indenização, pelo *justo* preço e em *dinheiro*. Promulgada juntamente ao ET, a Emenda Constitucional nº10 introduziu a possibilidade legal do pagamento das desapropriações através de títulos da dívida pública. Pouco depois, o AI nº 9, de 25 de abril de 1969, eliminou a necessidade “prévia” de pagamento e o Decreto-lei 554, da mesma data, estabeleceu como parâmetro do “justo” valor o declarado pelo próprio proprietário para fins de pagamento do Imposto Territorial Rural (Silva, 1989, p. 14).

Os traços reformistas do ET permaneceram, contudo, letra morta: durante o período de 1965 a 1981 foram realizados em média oito decretos de desapropriação por ano, enquanto eclodiam cerca de 70 conflitos fundiários anualmente (Martins, 1984). Enquanto os instrumentos de arrecadação e alienação de terras públicas, desapropriações por interesse social, utilização do imposto territorial rural e projetos públicos de colonização foram aplicados de maneira tímida, divorciados de qualquer finalidade de alteração da estrutura fundiária, o princípio da intocabilidade da empresa e os incentivos ao “desenvolvimento rural” assumiram todo o espaço da política pública para o campo. Também previstos no ET, apoios à colonização privada, incentivos fiscais setoriais e investimentos em infra-estrutura para determinadas regiões ou projetos serviram de base à reprodução do monopólio das classes dominantes sobre a terra e os recursos públicos. Neste contexto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) dirigiu parte significativa de sua ação política nos anos 1970 à cobrança do cumprimento das medidas reformistas previstas no ET, assimilando como horizonte estratégico a superação do latifúndio pela via da construção de uma estrutura fundiária de perfil empresarial.

A fronteira agrícola nas regiões Norte e Centro Oeste expressou de maneira particularmente aguda as contradições das políticas da ditadura para o campo brasileiro. Por um lado, o Estado ofereceu incentivos fiscais e creditícios a projetos agropecuários, minerais, industriais e de colonização a serem realizados por empresários nacionais e estrangeiros na Amazônia Legal, referente a 3,5 milhões de km² da região Norte somados a 1,4 milhões de km² ao norte do paralelo 16°S do estado do Mato Grosso, ao norte do paralelo 13°S do estado de Goiás e a oeste do meridiano 44°W do estado do Maranhão³. Com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico desta imensa área, correspondente a cerca de 60% do território nacional, a Lei n. 5.173 de 10/1966 criou a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), dispondo de 2% da renda tributária da União e 3% da renda tributária dos estados, territórios e municípios amazônicos, com acesso também aos fundos do Fidam (Fundo para investimentos privados no desenvolvimento da Amazônia) referentes a 1% do orçamento federal anual. Estes recursos públicos converteram-se em subsídios para investimentos privados aprovados pela Sudam: empresas no país poderiam descontar até 50% de seu imposto de renda para investimentos em projetos na Amazônia Legal e até 75% para compra de obrigações do BASA (Banco da Amazônia). Para tornar os investimentos na região ainda mais atraentes ao grande capital, estes incentivos fiscais poderiam chegar a 100% caso os empreendimentos fossem instalados até 1971, prazo posteriormente estendido para 1974 (Cardoso e Müller, 1978, p. 115).

O fluxo de capitais oriundos do Sul e Sudeste do país em direção ao Norte e Centro Oeste nos anos 1970 não levou, contudo, ao aumento esperado da produção agropecuária da região amazônica, mas sim à sistemática especulação fundiária e à ampliação justamente da estrutura agrária latifundiária que o Estatuto da Terra propusera-se superar. Uma avaliação conjunta feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo BASA e pela própria Sudam em 1985 descobriu que de 33 projetos inspecionados apenas quatro funcionavam, enquanto os demais eram caracterizados por investimentos predominantemente especulativos no mercado de terras da região, mantendo-as largamente subutilizadas com frequentes exemplos de fraudes na apropriação de incentivos fiscais e creditícios oferecidos pelo poder público (Kowarick, 1995 p.161).

³ Com a separação entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estabelecida pela Lei Complementar n. 31 de 10/1977 e implementada em 1979, o novo estado do Mato Grosso foi integralmente incluído na Amazônia Legal.

Apenas como exemplo, o preço de terras para pastagem em Barra dos Garças no nordeste do Mato Grosso subiu a uma taxa média de 65% a 70% ao ano entre 1970 e 1975, de maneira que um investidor que comprasse terras de pastagens nesta região em 1970 e as vendesse em 1975 obteria um lucro de 504% sobre o gasto inicial, mesmo sem ter feito nenhuma benfeitoria na área (Mahar, 1979, p. 124).

Por outro lado, a partir do agravamento de tensões sociais no Nordeste em meio à seca de 1970 e a partir da descoberta de focos guerrilheiros operando no sul do Pará no mesmo ano, o governo militar adotou uma política sistemática de colonização na região amazônica inicialmente dirigida em especial aos trabalhadores nordestinos sem terra. Para tanto, o Decreto-Lei n. 1.106 de 06/1970 criou o PIN (Programa de Integração Nacional), dando início à construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e reservando para “colonização e reforma agrária” uma faixa de 10 km às margens destas rodovias. O Decreto-Lei n. 1.164 de 04/1971 estendeu esta área ao declarar “indispensáveis à segurança e desenvolvimento nacional” as terras devolutas situadas na faixa de 100 km em cada lado das rodovias construídas, em construção ou planejadas na Amazônia Legal. Estas terras foram colocadas sob controle do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), criado pelo Decreto-Lei n.1.100 de 07/1970, responsável pela elaboração dos Projetos Integrados de Colonização na região. Com isso, a “reforma agrária” proposta pelo Estatuto da Terra reduziu-se no discurso e prática oficiais quase exclusivamente à colonização amazônica, com o duplo objetivo de neutralizar conflitos sociais em regiões já consolidadas, preservando sua estrutura agrária ultra-concentrada, e “orientar, integrar, disciplinar ou subordinar” os fluxos migratórios espontâneos em direção às fronteiras agrícolas Norte e Centro Oeste (Ianni, 1979a, p. 57).

Entretanto, os resultados dos projetos de colonização oficial na primeira metade dos anos 1970 ficaram significativamente aquém dos objetivos inicialmente estipulados. Em 1970 o Incra havia previsto assentar 300 mil famílias às margens da Transamazônica dentro de 5 anos, mas ao final do ano de 1975 haviam sido expedidos apenas cerca de 35 mil títulos, majoritariamente regularizando as posses que já estavam instaladas na região. No PIC de Altamira, maior do período, foram assentados entre os anos 1971 e 1972 cerca de 3.500 parceiros, porém cerca de 40% deles já tinha deixado o projeto em 1975 especialmente devido ao lento ritual burocrático de obtenção de cartas de anuência, autorizações de ocupação, títulos definitivos e crédito bancário (Oliveira, 1997, p. 86). Neste contexto, Foweraker estima que para cada família trazida pelo Incra, outras cinco

tenham vindo por conta própria, de maneira que o fluxo migratório espontâneo seguiu muito superior à capacidade do Estado de controlá-lo (Foweraker, 1981, p. 182)

Para além destes malogros, as políticas da ditadura para a região da Amazônia Legal padeciam de uma ambiguidade fundamental desde o início da década de 1970. Desde a perspectiva do Incra, por um lado, o Estado destinaria esta região ao assentamento de excedentes populacionais sem terra com vistas a garantir a “segurança interna” da nação face as tensões latentes e abertas especialmente no campo nordestino. Desde a perspectiva da Sudam, por outro lado, o Estado destinaria esta região ao investimento de empresários privados nacionais e internacionais com vistas a integrar o território nacional a partir das demandas da acumulação capitalista no Centro Sul do país. Em certa medida, estes distintos horizontes para a Amazônia Legal articulavam-se na medida em que a colonização oficial propiciaria força de trabalho e produção de matérias primas e meios de subsistência aos projetos agropecuários, minerais e industriais locais. Contudo, os fluxos migratórios de trabalhadores rurais e os fluxos de capitais à região contrapunham-se na corrida pela apropriação das terras amazônicas devolutas e tribais. No início de 1973 foram liquidadas no interior do governo militar as posições favoráveis à ocupação da Transamazônica por meio da distribuição de terras e do disciplinamento da colonização espontânea, com a renúncia do então ministro da Agricultura Cirne Lima. O novo ministro Moura Cavalcante, junto aos ministros do Planejamento e do Interior, acompanhou no segundo semestre de 1973 vinte dos maiores empresários do Sul e do Sudeste em uma excursão pela Amazônia, quando o governo anunciou que pretendia incentivar os grandes consórcios na região com propriedades médias de 100 mil hectares. Empresários então anunciaram a compra de dois milhões de hectares de terras no entroncamento da Cuiabá-Santarém com a Transamazônica, divididos entre aqueles interessados em colonização particular e aqueles interessados em agropecuária. Inaugurava-se a época dos pólos de desenvolvimento (Martins, 1985, p. 46)

Sob o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/79) as fronteiras agrícolas Norte e Centro Oeste foram projetadas para receber investimentos de grandes empresas nacionais e internacionais com vistas à exportação prioritariamente de minérios e produtos agroindustrializados, em um contexto de deterioração da balança comercial brasileira devido ao aumento dos preços internacionais do petróleo após a crise de 1973. Para tanto, foram criados Programas Especiais, dentre os quais se destacam no escopo desta pesquisa o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

(Polamazônia), criado pelo Decreto n.74.607 de 09/1974, e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), criado pelo Decreto n. 75.320 de 01/1975. Ambos previam a programação de investimentos públicos orientados para viabilizar a implementação de atividades produtivas da iniciativa privada, dando origem a pólos concentrados de recursos que dinamizariam o desenvolvimento de espaços circundantes. O Polamazônia visava promover o aproveitamento integrado de potencialidades econômicas na região amazônica de modo a ocupar “espaços vazios” por meio do apoio ao empresário agrícola e aos grandes projetos minerais, madeireiros ou de colonização⁴. O Polocentro tinha como objetivo promover a ocupação de áreas selecionadas do planalto central brasileiro por uma agricultura empresarial com práticas agrícolas modernas e integrada ao mercado, através da criação de infra-estruturas básicas, pesquisas acerca de insumos à modernização agrícola dos cerrados e crédito subsidiado ao agricultor⁵. Oliveira assim descreve as transformações na região a partir de 1975:

“Até o ano de 1975 (ou seja, desde o descobrimento do Brasil até aquele ano) foram derrubados 12 milhões de hectares da floresta amazônica. Desse total, 9 milhões de hectares são os chamados desmatamentos antigos, ou seja, anteriores às políticas de incentivos fiscais da SUDAM, e 3 milhões de hectares foram devastados já sob incentivo governamental, ou seja, de 1966 até 1975. Em 1978, a área total desmatada chegava a 16,7 milhões de hectares, o que quer dizer que a área devastada pelos projetos agropecuários passou de 3 milhões para 7,4 milhões de hectares, crescimento de 150% em três anos. Em 1988, dez anos depois, a área total desmatada chegou a 34,3 milhões de hectares, ou seja, a área dos projetos passou a 25,1 milhões de hectares, crescendo pois mais de 800%. [...] Em 1975, o estado do Mato Grosso tinha menos de um milhão de hectares de cobertura vegetal alterada (922.000 he), chegando em 1978 a 2,6 milhões de hectares e em 1988 a 6,7 milhões de hectares” (Oliveira, 1997, p. 326)

⁴ No que concerne ao espaço mato-grossense, destacam-se no Polamazônia o pólo *Aripuanã-Juruena*, noroeste do estado, caracterizado pela provisão de infra-estrutura a grandes projetos minerais, madeireiros e de colonização, e o pólo *Xingu-Araguaia*, nordeste do estado, caracterizado pelo incentivo à pecuária através da implantação de pastagens artificiais em grandes propriedades (Abreu, 2014)

⁵ No que concerne ao espaço mato-grossense, destacam-se no Polocentro o pólo *Campo Grande-Três Lagoas*, no sul do estado (hoje Mato Grosso do Sul), caracterizado pela ampliação da rede de estradas e do sistema de armazenagem da produção de grãos e carne; o pólo *Bodoquena*, no sul do estado (hoje Mato Grosso do Sul), área estratégica para a produção do calcário necessário à correção dos solos do Cerrado; os pólos *Xavantina*, no nordeste do estado, e *Parecis*, no noroeste do estado, caracterizados pelo fomento à rizicultura através da ampliação de sistema de transportes, energia e armazenagem; o pólo *Cuiabá-Rondonópolis*, no centro-norte do estado, caracterizado pelo incentivo à pecuária, principalmente através da introdução de pastagens plantadas (Abreu, 2014)

Dentro deste processo, a redução do empenho do governo federal na colonização oficial foi acompanhada na segunda metade dos anos 1970 pelo incentivo à colonização privada como parte da política de desenvolvimento do capitalismo na Amazônia Legal. A presidência do Incra baixou no 1º semestre de 1976 a Instrução Especial n. 11, estabelecendo novos critérios de alienação de terras devolutas e possibilitando a venda de áreas na região amazônica com limites máximos de 500 mil hectares para empresas particulares de colonização, 72 mil para projetos florestais e 66 mil para agropecuários. Em seguida, a Instrução Especial n. 13 disciplinou a participação das cooperativas agropecuárias nos programas de colonização da Amazônia, visando ocupar a fronteira agrícola por meio da transferência de proprietários de minifúndios vindos do Sul do país. De fato, a colonização realizada por cooperativas agropecuárias ou por empresas privadas na Amazônia não mais teria como público preferencial os trabalhadores rurais sem terra do Nordeste, mas sim os colonos com terras insuficientes da região Sul, dotados de recursos para pagar por novos e maiores lotes especialmente no estado do Mato Grosso (Ianni, 1979a, p. 102).

Ainda no ano de 1976, duas medidas foram tomadas pelo Conselho de Segurança Nacional para tratar do problema dos títulos de terra fraudulentos na Amazônia Legal. Em primeiro lugar, a Resolução n. 05, *“no interesse de incremento de atividades de produção agropecuária, florestal e agroindustrial”*, honrou títulos de propriedade privada na Amazônia estabelecidos sem a observância de disposições legais, uma vez que *“muito embora gestados na tortuosidade de atitudes reprováveis, mesmo à revelia da Lei e da Ordem (...) se redimem na medida em que promovem o desenvolvimento da região”*. Em segundo lugar, a Resolução n. 06 permitia em áreas *“indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais”* a regularização da apropriação de terras públicas acima do módulo de 100 ha, reconhecendo títulos de até três mil hectares a quem tivesse efetivamente ocupado a terra por mais de dez anos. Tratava-se muito simplesmente de uma ampla regularização fundiária da grilagem de terras na Amazônia, de maneira a garantir a segurança jurídica de empresários internacionais e nacionais que tivessem investimentos na região com base em incentivos fiscais e creditícios do poder público (Martins, 1985, p. 47).

Como resultado do processo descrito até aqui, reverteu-se a tendência de relativa e molecular desconcentração da estrutura fundiária brasileira através do apossamento por trabalhadores rurais migrantes de terras devolutas nas fronteiras agrícolas do país:

segundo Martins, 84,6% das terras novas foram ocupadas por estabelecimentos com menos de 100 ha e 15,4% por estabelecimentos com mais de 100 ha entre 1950 e 1960, enquanto 5,7% das terras novas foram ocupadas por estabelecimentos com menos de 100 ha e 94,3% foram ocupadas por estabelecimentos com mais de 100 há entre 1970 a 1980 (Martins, 1985, p. 36). Consequentemente, acirraram-se os conflitos por terra no Brasil como um todo e na região amazônica em particular: especialmente a partir da segunda metade dos anos 1970 aumentaram em extensão e intensidade as contradições fundiárias nos estados da Amazônia Legal, com destaque para o Pará, o Maranhão e o Mato Grosso. As tabelas 2 e 3 ilustram estes resultados da contra-reforma agrária durante a ditadura do capital sob tutela militar entre 1964 a 1985

Tabela 2: Estrutura fundiária no Brasil de 1960 a 1980

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos					
	1960	%	1970	%	1980	%
Menos de 10	1.495.020	44,79	2.519.630	51,17	2.598.019	50,44
10 a 100	1.491.415	44,68	1.934.392	39,28	2.016.774	39,15
100 a 1.000	314.746	9,43	414.746	8,42	488.521	9,48
1.000 a 10.000	30.883	0,93	35.425	0,72	45.496	0,88
10.000 e mais	1.597	0,05	1.449	0,03	2.345	0,05
Total	3.337.769	100	4.924.019	100	5.151.155	100

Classes de área (ha)	Área Ocupada (ha)					
	1960	%	1970	%	1980	%
Menos de 10	5.952.381	2,38	9.083.495	3,09	9.004.259	2,47
10 a 100	47.566.290	19,04	60.069.704	20,42	64.494.343	17,73
100 a 1.000	86.029.455	34,43	108.742.676	36,97	126.799.188	34,85
1.000 a 10.000	71.420.904	28,58	80.059.162	27,22	104.548.849	28,73
10.000 e mais	38.893.112	15,57	36.190.429	12,30	60.007.780	16,49
Total	249.862.142	100	294.145.466	100	363.854.421	100

(IBGE – Censos Agropecuários)

Tabela 3: Evolução do número de pessoas assassinadas em conflitos pela terra no Brasil e na Amazônia Legal entre 1964 e 1985

	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	Total
Brasil	14	5	8	10	3	5	11	22	19	29	22	39	44	51	37	66	91	131	58	96	123	216	1.100
Amazônia	5	3	0	3	1	4	1	1	11	17	16	35	11	17	21	41	55	32	40	53	70	98	535
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1	1	1	6
RO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	4	0	0	2	1	3	1	2	1	0	2	3	20
AM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	5	7
PA	4	3	0	3	1	4	1	0	3	14	10	5	9	6	6	15	34	15	20	30	29	54	268
MA	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	26	1	4	9	11	8	3	14	9	17	19	125
GO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	2	4	5	6	3	9	10	13	55
MT	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	1	4	3	5	2	8	5	4	2	4	11	3	59

(Oliveira, 1993, p. 87)

Partindo deste contexto geral, vamos a seguir investigar como sociedade e espaço no estado do Mato Grosso organizaram-se segundo parâmetros da contra reforma agrária, em um processo de acumulação primitiva do capital que lançou bases do “agronegócio”. Em um primeiro momento, apontaremos as múltiplas irregularidades do processo de transformação das terras públicas mato-grossenses em propriedades privadas, destacando-se a sistemática expropriação de terras indígenas e de posseiros e as inúmeras contradições dos projetos de colonização oficial e privada neste estado depois de 1964. Em um segundo momento, apresentaremos o processo desigual e combinado de proletarianização de trabalhadores migrantes que se dirigiram ao estado entre 1970 e 1980, com destaque para a violenta espoliação do trabalho de peões na abertura de fazendas, de garimpeiros na extração do ouro e diamantes de prostitutas nos vários bordéis da região. Em um terceiro momento, mostraremos as transformações da hierarquia urbana mato-grossense com novos polos regionais e cidades locais concentrando fluxos de capitais e mercadorias da moderna produção agropecuária, ao mesmo tempo em que concentravam fluxos de trabalhadores migrantes expropriados e espoliados nas zonas rurais. Acompanharemos assim o surgimento de novas cidades entre as décadas de 1970 e 1980 que rapidamente combinaram planejamento do espaço urbano e segregação socioespacial. Ao longo deste percurso, vamos nos ater especificamente ao processo de formação das classes subalternas na região, com o objetivo de estabelecer bases para a posterior exposição e análise dos materiais coletados na pesquisa empírica.

Com a promulgação da Lei de Terras em 1850, o acesso à terra devoluta no Brasil passou a ser regido por contrato de compra e venda, cessando definitivamente as concessões dadas em sesmarias e as posses livres de terras. Com a primeira Constituição republicana em 1891 e a implantação do sistema federativo, as terras devolutas passaram do domínio da União para os estados membros, cabendo-lhes o ordenamento jurídico da propriedade fundiária em seus territórios. Desde então, especialmente em regiões com fraca atividade econômica, a venda de terras devolutas a particulares converteu-se em mecanismo fundamental de obtenção de receita para os cofres públicos e de consolidação de alianças políticas dentre as oligarquias regionais (Silva, 2008).

A primeira Lei de Terras do estado do Mato Grosso, de 15 de fevereiro de 1893, determinava o reconhecimento da propriedade privada de sesmarias e outras concessões anteriores a 1854 sem limites de área, desde que tivessem 1/3 de sua extensão cultivada e morada habitual do sesmeiro ou de seu representante legítimo. Já as posses ocorridas desde 1854 até a assinatura da lei, além de cultura efetiva e morada habitual, deveriam ter no máximo 900 hectares para lavoura, 3.600 hectares para criação e 450 hectares para indústria extrativa. Contudo, a mesma lei determinava que os serviços de medição das terras ficavam a cargo do proprietário, bastando para a regularização a apresentação do registro por juízes comissários em intendências municipais. Na medida em que praticamente não havia fiscalização por parte do órgão de terras, áreas exorbitantes foram regularizadas sob domínio particular. Ademais, os prazos para regularização de posses e sesmarias anteriores à lei foram continuamente estendidos pelos governos estaduais (Moreno, 2007, p. 66-67).

Complementarmente, a Lei de Terras de 1893 determinava que o estado do Mato Grosso poderia vender terras devolutas a particulares respeitando-se os limites acima descritos, além de ter a prerrogativa de conceder gratuitamente lotes de até 50 hectares para atrair imigrantes para a implantação de colônias agrícolas. No que diz respeito à venda de terras devolutas, além da burla no processo de medição e na extensão sistemática de prazos regularização, estabeleceu-se desde cedo a prática de compra de áreas contíguas por meio de procuração em nome de diversos “laranjas”, dando origem a propriedades que excediam em muito os limites legais. No que diz respeito às concessões gratuitas para imigrantes colonos, sua dimensão no estado do Mato Grosso ao longo de toda a Primeira

República foi irrisória, não ultrapassando 149 concessões em quase quarenta anos. Segundo Moreno, o total de terras regularizadas e alienadas pelo poder público a particulares no estado do Mato Grosso até 1929 correspondeu a 48.942.292,5 hectares, enquanto as concessões gratuitas a colonos no mesmo período não chegaram a somar 5.000 hectares de terras (Moreno, 2007, p. 73).

Em 6 de dezembro de 1949, todas as diretrizes legais sobre terras no Mato Grosso foram sistematizadas no novo Código de Terras do estado. O novo ordenamento jurídico da propriedade manteve o conteúdo liberal das anteriores regulamentações, buscando estabelecer mecanismos formais de saneamento das práticas de burla que já então criavam tumulto na titulação de terras no estado. Nesse sentido, foram estabelecidos novos critérios à contratação dos profissionais de medição de terras públicas e particulares e condições mais estritas para o cumprimento de prazos no processo de titulação. Os engenheiros e agrimensores responsáveis pela demarcação de terras deveriam ter seus diplomas legalmente reconhecidos e registrados no órgão de terras. Ademais, a lei previa suspensão ao profissional que deixasse de efetuar a medição e multas progressivas ao adquirente que deixasse de extrair os títulos definitivos dentro dos prazos estabelecidos em edital. Contudo, a designação do profissional seguia sendo indicação do particular interessado na compra da terra devoluta, mantendo-se espaço para conluíus informais em prejuízo do patrimônio público. Da mesma forma, a dilatação de prazos de regularização tornou-se prática regular a cada governo que assumia o poder, revalidando títulos que haviam se tornado caducos. Para além dos critérios formais, a aplicação concreta da lei implicou em acelerado processo de privatização de terras do Mato Grosso. Segundo Moreno, ao longo da Segunda República foram transferidos a empresas e indivíduos 69.079.935 hectares de terras públicas no estado (Moreno, 2007, p. 113-130).

Ao longo deste período, a oligarquia mato-grossense revezou-se no comando do governo do estado entre Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), o primeiro com maior presença ao norte e o segundo com maior presença ao sul do Mato Grosso. Cada governo que ascendia ao poder fazia denúncias ao governo antecessor, buscando justificar as demissões em massa e paralisações dos processos de transferência de terras de interesse da aliança regional adversária. Após breve interregno “saneador”, retomavam-se em seguida as mesmas práticas de alienação indiscriminadas de terras devolutas tanto como fonte de renda aos cofres públicos, como meio de consolidação de alianças regionais da administração no poder. Por quatro vezes

os trabalhos do Departamento de Terras e Colonização (DTC) do estado do Mato Grosso foram suspensos para “sanear” processos fraudulentos e em 1966 o órgão foi simplesmente fechado, privando por 12 anos o governo do Mato Grosso de meios burocráticos para administrar os negócios de terra no estado.

No período em que o DTC se manteve fechado, proliferaram sem qualquer fiscalização transações de terra registradas em cartórios com base em títulos provisórios “frios” ou “voadores”. Títulos “frios” poderiam ser desde simples protocolos de intenção de compra de terra anteriores a 1966 até documentos forjados grosseiramente pelo preenchimento dos claros de títulos que se encontravam assinados aparentemente pelo governador e negociados por ex-funcionários do antigo DTC. Títulos “voadores” eram aqueles com localização de área muito vaga, indicando apenas sua extensão e o município, sem menção aos confinantes e sem precisão das coordenadas com os correspondentes marcos no chão, podendo vários títulos cobrir a mesma área. Este emaranhado legal foi herdado por empresas nacionais e internacionais que ingressaram na região atraídas pelos incentivos da Sudam, levando a ditadura do capital sob tutela militar à decisão anteriormente mencionada de realizar uma ampla regularização fundiária da grilagem de terras na Amazônia na segunda metade dos anos 1970.

Criado em 1975 e aberto ao público em 1978, o Instituto de Terras do Mato Grosso (Intermat) foi instrumento para a legalização massiva dos instrumentos de burla e grilagem de terras no estado durante a ditadura. Reproduziram-se e regularizaram-se em escala ampliada toda a torrente de fraudes que havia marcado a história política mato-grossense: fraudes em autos de medição e demarcação de terras realizadas por engenheiros credenciados no Intermat; fraudes em “vistorias in loco” para determinar a ausência de indígenas e/ou posseiros nas terras reclamadas; fraudes nos limites constitucionais à regularização das áreas por meio do parcelamento das glebas em lotes distribuídos a “laranjas”; ultimação de processos de venda supostamente deixados incompletos pelo ex-DTC, com base em títulos “frios”; substituição total ou parcial dos limites de área de títulos “voadores” e com demarcação inconsistente, permitindo-se inclusive a permuta de terras originalmente requeridas por terras devolutas em outro município, etc. De maneira exemplar, o pretenso ímpeto saneador das práticas do poder público e modernizador das atividades econômicas propalado pela ditadura do capital sob tutela militar viu-se obrigado ao compromisso com práticas tradicionais das oligarquias regionais latifundiárias que haviam apoiado o golpe civil-militar de 1964.

Os primeiros e principais afetados por esse processo indiscriminado de grilagem de terras públicas foram os diversos *povos indígenas* que ocupavam o então estado do Mato Grosso, palco importante da elaboração do discurso e prática das forças da ordem no Brasil a respeito da questão indígena no século XX. Especialmente desde a Marcha para o Oeste, o discurso oficial acerca dos povos indígenas oscilou entre sua caracterização como patrimônio cultural nacional (herança autóctone, valente e pura a enriquecer a formação do povo brasileiro através da miscigenação) ou como empecilho ao desenvolvimento (seres preguiçosos e infantis a serem aperfeiçoados pelo Estado para sua adequação às relações modernas de trabalho). Similarmente, a política indigenista no período dividiu-se entre preservacionistas (segundo os quais o Estado deveria proteger os povos indígenas dos impactos corrosivos da sociedade moderna através de seu isolamento mais ou menos permanente) e integracionistas (segundo os quais o Estado deveria promover de modo mais ou menos rápido a transformação dos indígenas em trabalhadores assalariados ou produtores agrícolas). Estas dicotomias expressavam a suposta impossibilidade da reprodução no interior da sociedade moderna do indígena enquanto indígena, cabendo a ele ou isolamento geográfico ou a eliminação física ou cultural. Como veremos, contudo, os povos indígenas demonstraram inesperada capacidade de resistência e recuperação face os ataques sofridos pela sociedade envolvente, adaptando-se seletiva e criativamente a seus recursos.

Dentre os inúmeros casos de expropriação de territórios indígenas no estado do Mato Grosso, destacam-se inicialmente as experiências dos Xavantes no nordeste mato-grossense. No contexto da expedição Roncador-Xingú, os belicosos Xavantes foram contatados pacificamente pela primeira vez pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 08/1946. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, especialmente após a construção da rodovia Belém-Brasília, posseiros e fazendeiros avançaram aceleradamente sobre o território xavante, levando comunidades inteiras a refugiar-se junto a postos do SPI ou nas missões salesianas de São Marcos e Sangradouro. A título de exemplo, com a abertura da fazenda Suiá-Missu por empresários paulistas, 263 xavantes estabelecidos na região foram colocados em jatos da Força Aérea Brasileira e deportados para a missão São Marcos em 1966. Dedicadas a proteger os indígenas enquanto os submetiam à conversão religiosa, à vida sedentária e à mentalidade cívica, as missões salesianas abrigavam 1.165 xavantes em 1969, mais da metade da população total xavante estimada para aquele ano em 2.160 indivíduos. Buscando assumir controle sobre conflitos na região, em 09/1972 o

governo militar reservou cinco territórios aos xavantes, com terras de baixa qualidade e insuficientes às atividades de caça e coleta fundamentais à sobrevivência desta etnia (Garfield, 2011, p.241).

Em uma trajetória com traços semelhantes, ocupando o Vale do Guaporé e parte da Chapada dos Parecis na porção oeste do estado de Mato Grosso e sul de Rondônia, os Nabikwara sofreram ao longo do século XX uma dramática perda de sua população: Levi-Strauss calculou-os em 1938 em mais de 2 mil indivíduos, porém no início dos anos 1960 um censo governamental identificou cerca de 600 sobreviventes (Valente, 2017, p.206). A construção da rodovia Cuiabá-Porto Velho a partir de 1960 intensificou as pressões sobre este povo, devido ao aumento do fluxo de posseiros, garimpeiros e empresas madeireiras, de colonização e mineração à região. No ano de 1968, enquanto pelo menos 12 certidões negativas foram emitidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) autorizando empreendimentos agropecuários no Vale do Guaporé, uma reserva Nabikwara foi demarcada em uma área de cerrado na Chapada dos Parecis. Para abrir caminho à expansão de latifúndios e empresas agrícolas sobre suas terras originárias, em 1971 iniciou-se uma série de remoções forçadas dos Nabikwara para uma região de cerrado, com flora e fauna totalmente diferentes das da região de floresta onde habitavam. Os índios foram rapidamente atingidos pela fome e em meio a uma epidemia em 1971 toda a população Nabikwara com menos de 15 anos morreu, comprometendo a sobrevivência da própria tribo (Martins, 1994, p. 136)

Em mais uma história similar, os Kréen Akaróre foram inicialmente identificados no final dos anos 1940, quando da construção da base do Cachimbo em área próxima ao rio Peixoto Azevedo no norte do Mato Grosso. As primeiras tentativas malsucedidas de contato foram feitas a partir de 1968 pelos irmãos Villas Boas, em meio a tensões dentre os militares da base devido a aproximações dos indígenas. O início da construção da estrada Cuiabá-Santarém no ano de 1971 precipitou novas expedições, que estabeleceram “contatos pacíficos” com os Kreén-Akaróre em fevereiro de 1973 (Davis, 1978, p. 98). No mês seguinte foi assinado o decreto de criação de uma reserva às margens da rodovia em construção, cujos impactos corrosivos para esta etnia foram rápidos e dramáticos: dos cerca de 300 indígenas inicialmente contatados, restaram vivos apenas 82 em 01/1975. Três deles foram enviados para atendimentos médicos em Cuiabá enquanto os 79 restantes foram transferidos para o Parque Nacional do Xingú, junto aos inimigos tradicionais dos Kreén Akaróre, os Txukahamae. Ao final dos anos 1970, empresas e

cooperativas colonizadoras apropriaram-se das terras Kreén-Akaróre, vendendo-as em lotes a colonos vindos dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Valente, 2017, p. 138).

A violência deste processo de expropriação imposto aos povos indígenas levou parte dos membros da Igreja Católica a reavaliar criticamente seus objetivos missionários em meio às políticas agrícola e fundiária da ditadura na região amazônica. Em 04/1972 foi formado o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dispositivo católico específico para a questão indígena, e em 05/1974 algumas de suas principais lideranças publicaram o folheto “Y Juca Pirama, o índio: aquele que deve morrer”, com um diagnóstico sombrio acerca dos impactos da política da ditadura na Amazônia Legal. A atuação do Cimi catalisou uma profunda transformação organizativa da luta indígena durante a ditadura, ampliando significativamente seu impacto sobre a opinião pública nacional e internacional. A primeira das assembleias indígenas organizadas pelo Cimi ocorreu em 04/1974 em Diamantino (MT), reunindo catorze lideranças de nove diferentes etnias. Entre 1974 e 1978 ocorreram onze destes congressos, possibilitando às lideranças indígenas dialogar, articular demandas e expandir seu repertório político, amalgamando de maneira criativa suas tradições às ferramentas político-culturais da sociedade envolvente.

Forjou-se assim um discurso pan-indigenista, em que tradicionais clivagens étnicas foram relativamente fundidas em uma identidade comum do indígena enquanto representante originário da nação, sistematicamente desrespeitado ao longo da formação da sociedade brasileira. Estabeleceram-se também impulsos mútuos a experiências de ação direta para a retomada de territórios pré-contato não reservados, com destaque para as ações pioneiras dos Xavantes a partir de 1974 contra empresas agropecuárias instaladas em suas terras com base em incentivos fiscais da Sudam. Ao longo dos anos 1970 e 1980, também os Nambikwara, os Kreén-Akaróre e diversas outras etnias iniciaram processos de retorno a seus territórios pré-contato, colocando em xeque os limites das reservas em que haviam sido confinados. Superando as dicotomias entre integração e preservação, os indígenas afirmaram-se como atores fundamentais da questão agrária no Mato Grosso, capazes de mobilizar apoio de setores da sociedade civil às lutas contra sua eliminação física ou cultural em meio à modernização conservadora da agricultura promovida pela ditadura.

Paralelamente ao processo de expropriação de territórios indígenas, também os *posseiros* que há décadas fluíam ao norte do Mato Grosso em busca de terras livres foram crescentemente pressionados pelo processo acima descrito de grilagem de terras públicas na região. Entre as décadas de 1940 e 1960, famílias de posseiros nas frentes de expansão demográfica eram forçadas a se mudar uma ou duas vezes ao longo de suas vidas, seja devido à exaustão das terras em que viviam e trabalhavam, seja devido à pressão de latifundiários com títulos de propriedade sobre a área. Este processo acelerou-se dramaticamente a partir de 1964 com a construção de rodovias e com os incentivos fiscais e creditícios oferecidos na Amazônia Legal a projetos agropecuários, minerais, industriais e de colonização, forçando posseiros a se retirar de suas terras de trabalho em períodos cada vez mais curtos. Em um contexto de escassez de mediações institucionais aos conflitos fundiários, as lutas de posseiros contribuíram para dar forma a uma incipiente estrutura sindical organizada a partir de 1971 em torno da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Mato Grosso (Fetagri-MT), assim como à Comissão Pastoral da Terra, que a partir de 1975 dedicou-se a investigar e denunciar as violências contra trabalhadores rurais em todo o país. Com base em registros da Fetagri-MT, da CPT-Regional MT e do relatório final da CPI do sistema fundiário brasileiro de 1979, Ferreira identificou ao longo da década de 1970 somente no Mato Grosso 183 áreas de tensão social, localizadas em 43 dos 58 municípios do estado, envolvendo cerca de 31.933 famílias ou 200.000 pessoas, mais de 40% da população rural do estado (Ferreira, 1984, p. 97).

Dentro deste conjunto, destacam-se por sua resistência e permanência na terra os trabalhadores rurais de Santa Terezinha, no nordeste mato-grossense. Em 1955, o governo estadual do Mato Grosso firmou contratos com cerca de vinte “empresas colonizadoras”, concedendo-lhes cerca de 4.000.000 ha no vale do Araguaia. As terras alienadas passaram pelo domínio de várias “empresas” em transações meramente especulativas, até serem adquiridas ao final de 1966 pela CODEARA, ligada ao Banco Nacional de Crédito. Com base em incentivos fiscais da Sudam, iniciou-se um projeto agropecuário em uma área de cerca de 150.000 ha, englobando tanto a sede do povoado de Santa Terezinha, quanto as casas e áreas de serviços dos posseiros locais. Entre 1967 e 1972 houve um tensionamento crescente entre posseiros e CODEARA, referente ao cercamento de caminhos tradicionais e áreas comuns entre a vila e os sítios, referente à extensão das benfeitorias da empresa sobre a área dos posseiros, referente a tentativas de expulsão de posseiros localizados em locais estratégicos e, enfim, referente à organização do espaço urbano de Santa Terezinha.

O ápice do conflito foi o desacordo entre posseiros e CODEARA acerca da construção pela missão religiosa liderada pelo padre François Jentel de um espaço para escola e ambulatório no povoado, em desacordo com os planos urbanísticos da empresa. Em 03/03/1972 ocorreu embate armado entre posseiros e empregados da CODEARA, que juntamente a soldados da Polícia Militar buscavam interromper a construção proposta por Jentel (Esterci, 1987, p. 76-77). Com vistas a assumir controle sobre o conflito, o Estado garantiu o reconhecimento de títulos de propriedade a posseiros de Santa Terezinha que morassem e trabalhassem na área há 10 anos ou mais; ao mesmo tempo, prendeu e exilou definitivamente em 1975 o padre Jentel, retratado como liderança subversiva responsável pelo acirramento das tensões.

Em um primeiro momento, os posseiros em terras mato-grossenses tinham por características a ocupação antiga e sem documentação de terras devolutas e tribais, o uso direto da terra no trabalho agropecuário, a residência e trabalho da família no lote da posse e a resistência à expulsão da terra levada a efeito por grileiros que contavam com a inoperância ou conivência de forças policiais e judiciais. Mas a longa trajetória de conflitos fundiários ao longo da década de 1970 promoveu significativas transformações político-culturais dentre os trabalhadores rurais em busca de terras livres na fronteira agrícola. Primeiramente, em um contexto de múltiplas e seguidas expulsões, posseiros não mais se distinguiam unicamente pela ocupação antiga e sem documentação de terras públicas, mas também pela ocupação nova de terras privadas consideradas improdutivas e com titulação duvidosa. Multiplicaram-se entre os anos 1970 e 1980 os canais informais de difusão de informações acerca de terras com este perfil dentre os trabalhadores rurais da região amazônica, levando a fluxos espontâneos de migrantes a locais onde desapropriações para fins de reforma agrária pareciam possíveis. Em segundo lugar, em um contexto de sistemático favorecimento das forças policiais e judiciais do Estado aos grandes proprietários, posseiros elaboraram novas táticas de pressão sobre o poder público. Neste sentido, tornou-se mais comum a opção pela reação armada a violências promovidas por jagunços das fazendas, em um cálculo de que a intervenção do Estado e a desapropriação da terra apenas ocorreriam em situações de conflito social aberto. Em terceiro lugar, em um contexto de ausência de crédito para trabalhadores rurais sem título de propriedade, posseiros mobilizaram diferentes táticas de levantamento de recursos monetários. Para tanto, realizavam a venda de madeiras das terras ocupadas (usualmente a preços irrisórios) ou do próprio “direito de posse” a trabalhadores migrantes recém-

chegados à área, buscando com o dinheiro estabelecerem-se em novas terras mais a frente. Rotuladas como “indústria da posse” e caracterizadas como crime pelas forças da ordem, tais práticas correspondiam a esforços dos posseiros para se manterem enquanto posseiros em um contexto de extrema desigualdade de forças (Puhl, 2003, p. 28-29).

Dentro deste novo contexto político-cultural, destacam-se as experiências dos posseiros da gleba Mirassolzinho, no sudoeste do atual estado do Mato Grosso. Em 1953, o governo estadual alienou terras públicas na região do Vale do Guaporé que, após transações meramente especulativas, foram adquiridas por empresários paulistas em 1967. Constituiu-se então a Agropecuária Mirassol S.A., com base em incentivos fiscais da Sudam, em uma área de cerca de 25.000 ha. Quando parte destas terras foram ocupadas por trabalhadores rurais em 05/1983, cerca de um terço da área era ocupado por pastos para pecuária extensiva, enquanto dois terços permaneciam ociosos. Em 07/1983 jagunços da fazenda assassinaram um sitiante que oferecia passagem e apoio aos ocupantes, dando início a um período de violento conflito entre posseiros e empresa. Tentativas legais e extra-legais de “limpeza da área” e a resistência e permanência dos posseiros na terra levaram a um tensionamento crescente que culminou em 22/10/1984, quando uma manifestação de posseiros na cidade de Jaurú foi reprimida por forças policiais vindas de Cuiabá, resultando em três mortos, nove feridos e dez presos (Leite, 2008, p. 245). Com o objetivo de neutralizar o conflito, firmou-se um acordo entre empresa, Incra e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaurú, destinando 3.910 ha para cerca de 500 famílias de posseiros no local. Segundo este acordo, caberia ao sindicato fazer o cadastramento para seleção daqueles que seriam beneficiados e remanejar os trabalhadores rurais que estavam fora da área cedida pela empresa. Dada a insatisfação dos posseiros com a insuficiência de terras, novas ocupações de trabalhadores rurais ocorreram em 1986, colocando em xeque os limites do acordo. Novo ciclo de confrontos violentos entre posseiros e empresa culminou no dia 23/12/1986, quando 10 posseiros foram assassinados por jagunços e policiais em uma tentativa de despejo (Oliveira, 1991, p. 85). Em meio à repercussão nacional e internacional dos episódios de violência na área, o Estado desapropriou cerca de 20.000 ha da Agropecuária Mirassol S.A em 1987, assentando 620 famílias na área.

De maneira similar ao que vimos a respeito das populações indígenas, a expropriação de posseiros na Amazônia Legal durante a ditadura não foi linear, mas um processo desigual e combinado de desterritorialização e reterritorialização. Entre 1970 e

1985 no estado do Mato Grosso o número de estabelecimentos de posseiros oscilou negativamente em 6,5%, diminuindo de 22.222 em 1970 (antes da divisão do estado) a 20.819 em 1985 (6.741 no MS e 14.078 no MT). Em uma perspectiva mais ampla, entre 1970 e 1985 o número de posseiros na região Centro Oeste diminuiu em 16% mas aumentou em 48% na região Norte, resultando em uma ampliação tanto do número de estabelecimentos quanto da área total ocupada por posseiros no Brasil durante o período (Oliveira, 1991, p. 126). Contrariando leituras unidirecionais acerca do processo de proletarianização promovido pelo avanço do capital sobre o campo, parcela significativa dos posseiros expulsos pelo avanço das empresas agropecuárias, madeireiras, mineradoras e de colonização buscou manter-se como produtores familiares semi-autônomos avançando novamente sobre terras públicas e latifúndios privados.

Simultaneamente aos processos de expropriação e resistência de indígenas e posseiros, desenvolveram-se nas décadas de 1970 e 1980 no estado do Mato Grosso *projetos de colonização oficiais e privados*, voltados prioritariamente para pequenos proprietários com terras insuficientes na região Sul do país. Tavares dos Santos caracteriza a colonização sulista nas terras mato-grossenses como processo multidimensional, permeado pela tensão entre projetos de diferentes forças sociais (Tavares dos Santos, 1993, p. 14). Por um lado, a colonização pode ser lida como uma técnica social a partir da qual as classes dominantes reafirmam a subordinação do trabalhador rural, cooptando sua reivindicação por terra. Trata-se de uma ferramenta a partir da qual o Estado dá soluções típicas a conflitos no campo, colocando as inquietações dos trabalhadores rurais a serviço da expansão econômica, política e militar sobre as áreas de fronteira e neutralizando a dimensão política do questionamento da estrutura fundiária no país como um todo. Trata-se também de um mecanismo de subordinação da renda da terra ao capital, possibilitando às agências privadas de colonização diversas fontes de lucro: a venda de parcelas nas zonas rural e urbana; a conservação de parte das terras como patrimônio de reserva aguardando valorização a partir da instalação de infra-estrutura pública; a obtenção de incentivos fiscais e creditícios ao estabelecimento dos projetos; a exploração de jazidas minerais e madeireiras em áreas concedidas à colonização; a formação de cooperativas para intermediação de crédito entre as famílias e o Banco do Brasil; a criação de agroindústrias a serem abastecidas pelas matérias primas produzidas pelos colonos, etc. Daí a diferença fundamental entre posseiros e indígenas de um lado e colonos de outro: enquanto os

primeiros bloqueavam a realização da renda da terra, os segundos tornavam-na possível a partir de recursos advindos da venda de suas parcelas na região Sul.

Por outro lado, contudo, a colonização também pode ser lida como expressão da “fome de terra” dos camponeses sulistas em seu esforço para reproduzirem-se como trabalhadores relativamente autônomos, resistindo ao processo de proletarização imposto pela modernização conservadora do campo no sul do país. A fragmentação das parcelas dentre um crescente número de filhos; o aumento da subordinação dos produtores familiares a agroindústrias processadoras; o endividamento decorrente da crescente necessidade de insumos modernos à produção agrícola; a desagregação de valores culturais tradicionais face aos novos tempos da moderna agropecuária e a permanência inquestionada de latifúndios em especial na região dos pampas tornaram cada vez mais inviável a reprodução de milhares de camponeses dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Segundo Martins, entre 1970 e 1980 desapareceram cerca de 200 mil propriedades rurais nas regiões Sul e Sudeste (Martins, 1985, p. 99). Segundo Oliveira, a região Sul do país conheceu entre 1970 e 1985 o declínio absoluto do número de todos os tipos de produtores: proprietários – 6%, arrendatários – 7%, parceiros – 28%, posseiros – 2% (Oliveira, 1991, p. 37). Um dos principais destinos destes trabalhadores rurais com pouca ou nenhuma terra no Sul e Sudeste foi o estado do Mato Grosso: segundo Guimarães Neto, de um total de 101 empresas de colonização autorizadas a funcionar no país entre 1970 e 1981, aproximadamente 42% estavam localizadas em Mato Grosso e dentre os 125 projetos de colonização autorizados pelo Incra neste período, 60% foram efetivados em terras mato-grossenses, cerca da metade deles ao longo do eixo da rodovia Cuiabá-Santarém – BR163 (Guimarães Neto, 1986, p. 142).

Dentre os primeiros projetos de colonização privada no Mato Grosso neste período destaca-se o organizado a partir de 1972 pela Colonizadora Sinop S. A, 500 km ao norte de Cuiabá às margens da BR163. Presidente do grupo Sinop, Ênio Pepino comprou terras na região ao final dos anos 1960 e apropriou-se de áreas além de seus títulos de propriedade expandindo o núcleo inicial de 199 mil para 645 mil ha, aproveitando-se tanto da ausência de supervisão governamental, quanto de seu acesso a altos escalões do poder público para legalizar a grilagem (Branford e Glock, 1985, p. 85). Lotes de 12 a 100 ha foram vendidos à vista ou financiados pelo Banco do Brasil predominantemente a colonos do Paraná, onde a empresa já organizara experiências de colonização desde a década de 1940. Esta transação, contudo, representava apenas o

início dos nexos de subordinação da renda da terra e do trabalho do colono ao capital comercial, agroindustrial e financeiro. Compulsoriamente filiados à Cooperativa Agrícola Mista Celeste Ltda., os colonos foram por ela submetidos a vários mecanismos de extração de excedente econômico como taxas de intermediação do crédito agrícola junto ao Banco do Brasil, retenção de parte dos recursos advindos da venda dos produtos agrícolas dos colonos e taxa de estocagem em silos e armazéns próprios ou da Companhia Brasileira de Armazenamento (Oliveira, 1982, p. 103). Em contraponto ao ordenamento jurídico do cooperativismo, tais recursos foram investidos de acordo com interesses e diretrizes do Grupo Sinop, em deliberações que escapavam aos espaços de debate e participação dos parceiros. A mais importante destas iniciativas foi a Sinop Agroquímica (SAQ), usina de produção de álcool anidro a partir da mandioca criada com incentivos fiscais e creditícios da Sudam e do Banco do Brasil e apresentada como salvação dos colonos após o fracasso inicial das produções de café e lavouras brancas. A SAQ iniciou suas atividades em 1982 e fechou as portas definitivamente em 1994, colocando os colonos remanescentes em grandes dificuldades e contribuindo para o acirramento da reconcentração de terras em Sinop (Vidigal, 1992, p. 49).

Ainda dentre os primeiros projetos privados de colonização em terras mato-grossenses na década de 1970 destaca-se Alta Floresta, organizado pela colonizadora Indeco S. A. próximo à BR163, 800 km ao norte da capital do estado. Presidente da empresa, Ariosto da Riva adquiriu 400 mil hectares na região de Aripuanã em 09/1973, parte de um já mencionado processo de venda de 2 milhões de hectares de terras públicas mato-grossenses que ganhou notoriedade pelas explícitas práticas de favorecimento a um seleto grupo de empresários das regiões Sul e Sudeste (Branford e Glock, 1985, p. 87). Ariosto da Riva estabeleceu-se como um dos mais habilidosos artífices da mitologia que atraiu centenas de milhares de colonos sulistas à Amazônia, com um discurso em que se harmonizavam a primazia da empresa privada no processo de ocupação da fronteira agrícola e a “missão social” de fixar o trabalhador rural à terra junto a sua família. Tal mitologia envolvia a imagem de terras fartas e férteis no norte de Mato Grosso, acessíveis a pequenos proprietários familiares e ideais a culturas como café, cacau e guaraná. Envolvia também a imagem da fronteira agrícola como um espaço sem estratificação social pré-estabelecida, onde qualquer trabalhador disciplinado e resiliente seria livre para empreender e ascender socialmente. Em contraponto a esta narrativa dominante, Guimarães Neto aponta que 53% da gleba Alta Floresta estava desde o início destinada à

exploração agroflorestal ou agropecuária de grande porte em lotes entre 300 a 6.000 hectares, enquanto 30% da área estava destinada à exploração agrícola empresarial em lotes de 100 a 300 hectares e apenas 15% à exploração agrícola familiar em lotes de até 100 hectares, de modo que “*os objetivos de colonização nada mais eram que pano de fundo para a implantação de um grande empreendimento econômico*” (Guimarães Neto, 1986, p. 125). Ganham relevância nesse quadro mecanismos de triagem e práticas de violência mobilizadas pela empresa colonizadora contra posseiros e especialmente garimpeiros, com destaque para o chamado “massacre de Paranaíta” ao qual retornaremos a frente.

A partir de 1978, em resposta ao acirramento de conflitos fundiários no sul do país, o governo federal iniciou a organização de projetos oficiais de colonização no estado do Mato Grosso. O primeiro deles foi o Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) Terranova em área de 435 mil ha às margens da BR-163, 700 km ao norte de Cuiabá, destinado prioritariamente a famílias sem terra expulsas por índios Kaingang da reserva de Nonoai no Rio Grande do Sul em 05/1978 (Fernandes, 2000, p.51). Organizado a pedido do governo federal pela Cooperativa Agrícola Canarana (Coopercana), presidida pelo pastor luterano Norberto Schwantes, o PAC Terranova foi expressão clara das ambiguidades das cooperativas de colonização durante a ditadura. Por um lado, da mesma maneira que empresários como Pepino e Da Riva, Schwantes tinha acesso a altos escalões do governo federal durante o governo Geisel e compartilhava de sua postura de discriminação contra posseiros oriundos do Nordeste em favor dos colonos sulistas. Apesar disso, por outro lado, Schwantes concebia a colonização na fronteira agrícola prioritariamente como uma ferramenta de justiça social, o que se consubstanciava no fato de que no início de 1979 o preço de um lote de 200 hectares em Terranova custava menos de um terço daquele cobrado em Alta Floresta, a apenas 110 km de distância (Branford e Glock, 1985, p. 102-103). Pressionado pelo fluxo de posseiros e garimpeiros à região, pela pressão política contrária de empresas privadas de colonização e pela desorganização decorrente da urgência em se responder ao foco de tensão social no sul, o PAC Terranova mostrou-se incapaz de oferecer condições mínimas de vida e trabalho à maior parte dos colonos que recebeu, de modo que 80% da primeira leva deles abandonaram o programa ainda durante os anos de 1979/1981 (Tavares dos Santos, 1993, p. 169).

Dentre os projetos oficiais de colonização no período destaca-se também aquele realizado em Lucas do Rio Verde às margens da BR163, 300 km ao norte de Cuiabá. Esta

iniciativa foi criada em resposta ao acampamento Encruzilhada Natalino, que em 1981 chegou a reunir cerca de 600 famílias sem terra em um entroncamento próximo aos municípios de Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo no Rio Grande do Sul (Fernandes, 2000, p. 56). No momento da implantação do projeto de colonização cerca de 65.000 hectares estavam ocupados por posseiros que ali tinham se instalado durante a abertura da BR163 e que tiveram suas posses parcialmente reconhecidas pelo governo. Outros 40.600 hectares foram divididos em 203 lotes de 200 hectares para trabalhadores rurais de Encruzilhada Natalino, submetidos desde o primeiro momento a formas autoritárias de organização de seu trabalho e de sua vida social por parte do executor do Incra (Pereira, 2000, p. 69). Neste contexto, o contrato de crédito rural assinado pelos colonos previa que o Banco do Brasil destinaria diretamente recursos a empreiteiros executores dos serviços, como garantia de que o financiamento seria de fato voltado à produção. Em meio à frustração da primeira safra devido ao desconhecimento geral acerca das condições de produção em área de cerrado, as dívidas com o Banco do Brasil pressionaram os colonos seja no sentido do assalariamento de cada vez maior número de membros da família, seja no sentido do abandono do lote e retorno ao Rio Grande do Sul. A dimensão da evasão do projeto é indício de seu fracasso institucional: das 203 famílias originalmente assentadas, apenas 14 permaneceram em Lucas do Rio Verde (Zart, 1998, p. 9). Segundo Castro et ali, com a saída em massa dos colonos originais, o executor do Incra passou a vender ilegal e indiscriminadamente lotes rurais e urbanos para agricultores capitalizados do Sul e Sudeste (com destaque para aqueles vindos de Holambra no interior de São Paulo associados à Cooperativa Agropecuária de Lucas do Rio Verde - Cooperlucas) e para grandes comerciantes da região, resultando em um processo acelerado de concentração de terras (Castro et ali, 2002, p. 89).

Segundo Moreno, entre 1970 e 1992 no estado do Mato Grosso os projetos de colonização oficial ocuparam uma área de 10.634 km² e atenderam a 10.185 famílias, enquanto os projetos de colonização particular ocuparam uma área de 32.463 km² e atenderam a 19.558 famílias. No conjunto, as ações de colonização neste período cobriram apenas 4,78% do território estadual, preservando o domínio dos latifúndios sobre o Mato Grosso (Moreno, 2007, p. 182). Segundo dados do Incra de 1988 sobre a distribuição de recursos naturais mato-grossenses, 50% do total da área cadastrada do estado era considerada aproveitável para as diversas atividades econômicas, sendo assim distribuída: 81,72% latifúndios por exploração; 11,71% empresas rurais; 3,33%

latifúndios por dimensão; 3,22% empreendimentos familiares (Cunha, 2002, p. 113). Estes dados demonstram que os projetos de colonização representaram um processo limitado de distribuição de terras, não voltado a qualquer real transformação dos graves desequilíbrios da estrutura fundiária brasileira.

Ainda assim, especialmente nos projetos de colonização privada houve significativa ascensão social de pequenos produtores sulistas, auto-identificados como “pioneiros” capazes de amansar os sertões por meio do trabalho, da família e da ordem. Estes se tornaram os porta-vozes do tradicionalismo gaúcho na região (sintomaticamente marcado pela simbologia das estâncias latifundiárias pampeanas e não das colônias camponesas serranas do Rio Grande do Sul), importante mecanismo de distinção e coesão étnica e social em um meio natural e cultural distante de suas origens. Em contraponto, como vimos, parcela significativa dos colonos sulistas no Mato Grosso viu-se forçada a abandonar seus lotes e retornar aos seus estados de origem, sob forte estigma de fracasso e inaptidão ao trabalho. A re-elaboração crítica acerca de sua experiência tornou-se referência chave a movimentos de trabalhadores rurais em luta pela terra, que então se formavam a partir da crítica às políticas de contra-reforma agrária promovidas pela ditadura.

O resultado do processo descrito até aqui foi a consolidação, ao final da ditadura do capital sob tutela militar, do Mato Grosso como uma das unidades da federação com maior concentração fundiária no Brasil. Como mostra a tabela 4, o Centro Oeste como um todo em 1985 reproduzia e agudizava o caráter ultra-concentrado da estrutura fundiária brasileira, com os estabelecimentos com mais de 1.000 ha ocupando 71,8% e os com menos de 100 ha ocupando apenas 4,8% de toda área ocupada da região. No Mato Grosso a terra encontrava-se ainda mais concentrada em 1985: estabelecimentos com mais de 10.000 ha eram responsáveis por 46,1% e estabelecimentos entre 1.000 e 10.000 ha eram responsáveis por 37,4% da área ocupada total no estado, perfazendo um total de 83,5% das terras mato-grossenses nas mãos de grandes proprietários. No outro extremo, os estabelecimentos mato-grossenses com menos de 10 ha eram responsáveis por 0,3% e estabelecimentos entre 10 e 100 ha por 2,9% da área ocupada total no estado, perfazendo um total de apenas 3,2% das terras mato-grossenses nas mãos de pequenos produtores.

Tabela 4: Estrutura fundiária Brasil, Centro Oeste e Mato Grosso em 1985

	Número de estabelecimentos (%)				Área ocupada (%)			
	Menos de 10 ha	10 a 100 ha	100 a 1000 ha	Mais de 1000 ha	Menos de 10 ha	Menos de 100 ha	100 a 1000 ha	Mais de 1000 ha
Brasil	52,9	37,3	8,9	0,9	2,6	18,5	35,1	43,8
Centro Oeste	25,1	40,7	27,6	6,6	0,3	4,5	23,4	71,8
Mato Grosso	33	37,7	22,2	7,1	0,3	2,9	13,3	83,5

(Censo Agropecuário - IBGE)

Migração e espoliação do trabalho: peões, garimpeiros e prostitutas

O rápido e violento processo de apropriação privada das terras públicas mato grossenses descrito até aqui foi acompanhado de um acelerado crescimento da população do estado durante a ditadura do capital sob tutela militar. Ao longo da primeira metade do século XX, a região Centro Oeste como um todo apresentou taxas de crescimento demográfico inferiores à média nacional. A partir da década de 1950 iniciou-se um intenso incremento populacional primeiramente no que hoje conhecemos como Mato Grosso do Sul e Goiás. A partir da década 1970 a taxa de crescimento demográfico acelerou-se significativamente também no que hoje conhecemos como Mato Grosso e Rondônia, devido especialmente ao fluxo migratório de trabalhadores do Centro Sul com pouca ou nenhuma terra, atraídos pelos processos dirigido e espontâneo de colonização em áreas de fronteira agrícola. Como mostra a tabela 5 abaixo, a taxa de crescimento demográfico anual do Mato Grosso foi de 6,6% na década de 1970 e 5,4% na década de 1980, multiplicando-se em 3,4 vezes a população do estado em um período de vinte anos. Em Rondônia a taxa de crescimento demográfico anual foi de 16% na década de 1970 e 7,9% na década de 1980, multiplicando-se em mais de 10 vezes a população do estado no período.

A reprodução ampliada da estrutura latifundiária em todo o Centro-Oeste, decorrência da contra-reforma agrária levada a cabo pela ditadura, criou obstáculos à absorção destas massas de trabalhadores rurais que migraram em direção à região. Primeiramente, a sistemática expropriação de posseiros e as múltiplas contradições dos projetos oficiais e privados de colonização analisadas anteriormente impuseram limites à

reprodução de pequenos e médios produtores familiares nestas áreas de fronteira agrícola. Como ilustração, se entre 1970 e 1980 31,4% dos chefes de família imigrantes no Mato Grosso estabeleceram-se como “autônomos ou conta própria agropecuária” segundo critérios do IBGE, entre 1980 e 1990 apenas 12,9% o fizeram (Cunha, 2002, p.40). Paralelamente, a expansão da pecuária sobre a região e a subutilização de terras destinadas como anteriormente destacado prioritariamente à especulação fundiária levaram a uma baixa geração de empregos permanentes nas zonas rurais do Centro Oeste. Nesse contexto, se entre 1970 e 1980 16,3% dos chefes de família imigrantes no Mato Grosso estabeleceram-se como empregados agropecuários (não volantes), entre 1980 e 1990 apenas 9,2% foram capazes de fazê-lo. (Cunha, 2002, p.40).

Tabela 5: População total e taxa de crescimento médio segundo unidade da federação do Centro Oeste, Rondônia e Tocantins entre 1970 e 1991

Unidade da Federação	1970	1980	1991	Taxa de crescimento (% a. a.)	
				70/80	80/91
DF	537.492	1.176.935	1.598.415	8,15	2,82
GO	2.414.325	3.125.354	4.012.562	2,61	2,30
MT	598.879	1.134.230	2.022.524	6,59	5,40
MS	998.211	1.390.019	1.778.741	3,39	2,25
RO	111.064	491.069	1.130.874	16,03	7,88
TO	516.447	743.750	920.116	3,71	1,95
Total	5.176.418	8.064.357	11.463.232	4,53	3,25

(Cunha, 2002, p. 19)

Como consequência, as unidades da federação do Centro Oeste rapidamente tornaram-se não apenas polos de atração, mas também polos de repulsão populacional. Como mostra a Tabela 6 abaixo, entre 1970 e 1980 a saída de migrantes foi similar ou mesmo superior a sua entrada em Mato Grosso do Sul e Goiás, sinal do esgotamento da capacidade destas áreas de absorver força de trabalho excedente do restante do país. Condizente com este diagnóstico, o aumento da entrada de imigrantes em Goiás na década de 1980 parece ter sido resultado principalmente do transbordamento das periferias urbanas em torno do Distrito Federal e não da desconcentração de sua estrutura agrária. Por sua vez, as áreas que hoje conhecemos como Mato Grosso e Rondônia receberam

crecente volume de imigrantes durante o período da ditadura do capital sob tutela militar, mas ao longo da década de 1980 viram também aumentar de maneira significativa a emigração de trabalhadores, especialmente daqueles que abandonavam os projetos de colonização privada ou oficial e retornavam para seus estados nas regiões Sul e Sudeste. Isso significa que estas áreas se converteram rápida e crescentemente não somente em palcos de intensos conflitos pela posse e pela propriedade da terra, como já apontamos, mas também em espaços de grande circulação de população plenamente expropriada e desenraizada, desempregada ou subempregada, em contínua busca por condições mínimas de sobrevivência no espaço rural ou urbano.

Tabela 6: Volumes de imigração e emigração por unidade da federação do Centro Oeste, Rondônia e Tocantins nas décadas de 70/80 e 81/91

UF	1970/1980			1981/1991		
	Entrada	Saída	Saldo	Entrada	Saída	Saldo
DF	475.807	176.079	299.728	349.190	340.098	9.092
GO	308.196	323.859	-15.663	518.147	345.181	172.966
MT	325.804	121.456	204.348	541.743	244.434	297.309
MS	291.766	204.669	87.097	262.615	237.430	25.185
RO	285.494	20.988	264.506	411.795	157.951	253.844
TO	92.724	87.210	5.514	159.019	144.704	14.315
Total	1.779.791	934.261	845.530	2.242.509	1.469.798	772.711

(Cunha, 2002, p. 23)

Uma das principais atividades a absorver periódica e temporariamente estes trabalhadores rurais no Mato Grosso entre as décadas de 1970 e 1980 foi a abertura de novas fazendas, em uma relação de produção conhecida como *peonagem*. Neste período, estas atividades envolviam primeiramente a abertura de “picadas” ou linhas divisórias das fazendas com foice, machado e facão e a limpeza do local destinado à sede e ao campo de pouso para aviões, imprescindíveis em locais isolados. Encaminhava-se então a feitura das cercas externas e internas, o que exigia o corte das “lascas” ou mourões, seu transporte e a abertura de buracos no chão para fixá-los, a colocação de arames com grampos e a limpeza do “aceiro” ou faixa de dois a três metros de ambos os lados da cerca para cortar o fogo das queimadas. Após o fim das chuvas do “inverno” amazônico encaminhava-se o desmatamento: limpavam-se com foice os galhos finos, cipós e arbustos, realizava-se a

derrubada de árvores com machado, moto-serra ou pesadas correntes presas a tratores e, enfim, fazia-se a queimada para eliminar o que não havia sido cortado anteriormente. No final do “verão”, ao sinal das primeiras chuvas, realizava-se o plantio do capim sobre a cinza da queimada por meio de aviões ou manualmente por peões com sacos de sementes a tira-colo. Seguiu-se por fim a limpeza periódica por dois a três anos da “juquira”, ervas daninhas e brotação de árvores já derrubadas e queimadas que cresciam junto com o pasto. Uma vez formada a fazenda, a numerosa mão de obra temporária mobilizada para sua abertura já não era mais necessária, restando apenas pequeno número de empregados permanentes ou mensalistas (vaqueiros, maquinistas, motoristas e trabalhadores especializados ligados à administração): a fazenda Suiá Missú no nordeste do Mato Grosso, por exemplo, mobilizou cerca de 3.000 trabalhadores braçais para a abertura de 217 mil hectares destinados a atividades agropecuárias, mas criou apenas 250 postos de empregos fixos em sua operação (Martins, 1997, p. 90).

Relação de produção característica ainda hoje da abertura de fazendas agropecuárias na Amazônia Legal, a peonagem possui uma série de especificidades. Para a realização de tarefas como as descritas acima o proprietário da fazenda em geral não arregimentava diretamente os trabalhadores, mas contratava um empreiteiro ou “gato” para fazê-lo. O “gato” deveria então calcular o número de trabalhadores necessários à realização do serviço, organizar equipamentos e mantimentos necessários à empreita, mobilizar supervisores ou “jagunços” que o apoiassem no controle dos peões e, enfim, recrutar a mão de obra direta ou indiretamente por meio de subempreiteiros ou “gatinhos”. Empreiteiros maiores lidavam com turmas de centenas de trabalhadores, enquanto subempreiteiros menores se responsabilizavam por grupos de uma ou mais dezenas de homens. Estes intermediários não participavam diretamente do processo de trabalho, sua função prioritária era eximir os fazendeiros de quaisquer responsabilidades para com os peões: se a relação entre fazendeiro e “gato” era em geral mediada por contrato de prestação de serviço, a relação deste com os trabalhadores era mediada por acordos verbais distantes da aplicação de regulamentações trabalhistas. A intermediação da mão de obra tornou-se assim mecanismo eficaz de mistificação das tensões cotidianas no eito: quando confrontados com denúncias, fazendeiros usualmente declaravam não conhecer ou não ter controle sobre o modo como os empreiteiros atuavam. Nas palavras de Eujácio Ferreira de Almeida, proprietário da fazenda Moça Bonita em Eldorado dos Carajás: *“Meu contrato é com o gato. Se ele matou o pai, a mãe ou algum peão, não me interessa.*

O que interessa é que me entregue a terra limpa” (“Sem dó nem piedade”, Veja, 14/04/1993 *apud* Le Breton, 2002, p. 77).

A depender do tipo e dimensão da tarefa, a arregimentação de peões pelo “gato” se estendia por vasta área geográfica e envolvia diferentes perfis de trabalhadores. O “peão morador”, frequente em áreas de posse e na fase inicial de projetos de colonização, era aquele que vendia sua força de trabalho apenas temporariamente para suplementar o rendimento familiar em momentos em que seu lote não produzia o suficiente para a subsistência (Kinzo, 1982, p. 54). Incluía-se nesta categoria também os trabalhadores urbanos sem qualificação, que tinham família e moradia fixas e temporariamente trabalhavam como peões. O “peão de trecho”, por sua vez, era o trabalhador completamente expropriado e desenraizado, desprovido de acesso a terra e a laços de parentesco capazes de dar-lhe mínimo suporte material e afetivo. Em sua pesquisa no início dos anos 2000, Figueira acompanhou o processo através do qual “peões de trecho” quando jovens eram aliciados em estados do Nordeste em um contexto de insuficiência de terra e trabalho e de crises da estrutura familiar e da autoridade paterna, seduzidos por promessas de emprego e remuneração fartos (Figueira, 2004, p.114). Em sua pesquisa no início dos anos 1990, Barrozo retratou “peões de trecho” em cidades como Cuiabá e Várzea Grande, impossibilitados de retornar a sua família e terra natal pela própria dinâmica da peonagem, oscilando entre as frentes de trabalho nas fazendas e as pensões onde esperavam por um “gato” que lhes oferecesse trabalho e comprasse sua liberdade (Barrozo, 1992, p. 15).

De fato, a característica fundamental da peonagem era o processo a partir do qual o trabalhador perdia a liberdade de vender sua força de trabalho, aprisionado em um sistema de servidão por dívidas. Quando aliciado pelo “gato”, o peão frequentemente recebia um “abono” ou adiantamento em dinheiro destinado seja a manter sua família durante parte do período em que estivesse afastado, seja a financiar um último momento de diversões em bares e bordéis da cidade. Iniciava-se com isso uma dívida sobre a qual o trabalhador não tinha nenhum controle, acrescida pelos custos de transporte até o local da fazenda e pela compra de alimentos, remédios e mesmo instrumentos de trabalho na cantina organizada pelo “gato”, usualmente a preços acima do mercado. A dívida crescente tornava-se então justificativa para a imobilização dos trabalhadores, sendo comuns relatos de peões que não conseguiam liquidar o débito que os aprisionava por mais que intensificassem suas atividades e reduzissem seus gastos. O consentimento dos

peões a sua imobilização decorria ao menos parcialmente de uma coerção moral: o pagamento de uma dívida era aos seus olhos um princípio e a fuga do trabalhador em débito era um comportamento relativamente inadequado, apenas aceitável dentro de circunstâncias específicas. Ao fim da empreita o peão podia ou não receber um “saldo” (remuneração após desconto de despesas supostamente devidas), em geral rapidamente gasto em bares e bordéis da cidade após meses de confinamento na floresta. Sem recursos, o peão alimentava-se e hospedava-se às custas de uma pensão de onde apenas poderia sair se fosse recrutado para nova frente de trabalho por um “gato” que pagasse sua dívida, reiniciando o ciclo da peonagem (Esterci, 1987, p. 144).

A sistemática violência física praticada por milícias privadas de jagunços ou por forças policiais sob controle dos grandes proprietários de terra foi mediação fundamental à reprodução da peonagem, expressão da contradição entre as demandas de acumulação do capital e as demandas da reprodução social dos trabalhadores migrantes em áreas de fronteira agrícola. Por um lado, as atividades de abertura de fazendas necessitavam de grande massa de peões concentrados em um só local, gerando uma situação de escassez relativa de mão de obra. Especialmente em um contexto de luta aberta pela terra, a violência extra-econômica buscava garantir a força o suprimento necessário de trabalhadores, em substituição a mecanismos coercitivos estritamente econômicos característicos de um mercado de trabalho livre assalariado. Por outro lado, a quantidade restrita de empregados permanentes que de fato operariam a fazenda fazia com que o peão se tornasse uma mão de obra descartável desde o ponto de vista do proprietário. Diferentemente da típica relação capitalista de produção em que a reprodução da força de trabalho é fundamental à acumulação de capital, na peonagem a empresa agropecuária podia prescindir totalmente da maior parte dos trabalhadores que inicialmente mobilizava para a formação do pasto. Estabelecia-se assim um estado de violência permanente e banalizada, característico do que foi frequentemente denunciado como trabalho escravo ou “análogo à escravidão”. Martins oferece as seguintes estimativas acerca deste fenômeno:

“Um quadro do que ocorreu nas 431 fazendas em que se sabe que houve trabalho escravo, de 1970 a 1993, e em relação às quais pude colher informações, constitui, penso, um adequado ponto de partida para a análise do problema da escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Delas, 308 estão localizadas na Amazônia e 123 fora da Amazônia. Especificamente nestas fazendas foi estimado que somadas as denúncias de diferentes

épocas, houve pouco mais de 85 mil trabalhadores escravizados. Esse é um número mínimo, isto é, no mínimo foram esses os trabalhadores submetidos a cativeiro. Número que foi obtido com base nos depoimentos dos peões que conseguiram fugir e fizeram denúncias às autoridades [...] Foram quase nove mil trabalhadores que conseguiram fugir do cativeiro, na imensa maioria das fugas de fazendas amazônicas. Eles constituem 10,2% dos peões cuja situação chegou a ser denunciada no conjunto do país e 13,1% na Amazônia. Em 18,3% das fazendas denunciadas houve assassinato de peões, geralmente quando tentavam escapar, perseguidos por pistoleiros. Essa proporção é mais alta na Amazônia: 22,7%. Além disso, houve tortura de peões em 33,4% do total das fazendas e em 37% das fazendas amazônicas arroladas. Apesar destas condições adversas, em todo o país houve alguma revolta de peões em apenas 5,6% das fazendas denunciadas por escravização de seus trabalhadores e em 6,5% na Amazônia” (Martins, 1997, p. 90)

Como indica esta citação, a forma mais comum de resistência de peões à espoliação de seu trabalho foi a fuga, seguida ou não de denúncias às autoridades públicas ou principalmente às pessoas ligadas à Igreja Católica e à Comissão Pastoral da Terra⁶. Outras formas de resistência dos peões envolviam a burla do controle de empreiteiros sobre a qualidade da produção (por exemplo, deixando de desmatar áreas fora do alcance dos fiscais) ou a “greve” ou pressão coletiva sobre empreiteiros e empregados da fazenda contra atitudes especialmente lesivas aos olhos dos peões (por exemplo, quando recebiam o “tombo” do “gato” que se evadia sem pagar os trabalhadores) (Esterci, 1987, 150-151). Contudo, comportamentos auto-destrutivos permaneceram a forma mais frequente de expressão da inquietação dos trabalhadores face a espoliação a que estavam submetidos: em sua análise acerca de processos criminais na região de Três Lagoas (MS), Borges se deparou com diversos atos de violência de peões entre si por motivos aparentemente banais em meio a uma epidemia de alcoolismo a constantemente leva-los à “pedra”, ou seja, a uma condição de completa embriaguez e desamparo (Borges, 2002, p. 202-203). Em permanente trajetória nômade, o “peão de trecho” era resultado tanto da relativa desagregação do modo de vida do campesinato na fronteira agrícola quanto da ausência de um mercado de trabalho livre assalariado estruturado que possibilitasse a construção

⁶ Criada em 13/03/1970 abrangendo os municípios de Luciara e Barra dos Garças, que à época cobriam aproximadamente 150 mil km² no nordeste do estado do Mato Grosso, a prelazia de São Félix do Araguaia foi importante foco de investigação e enfrentamento de violências praticadas contra trabalhadores rurais na fronteira agrícola brasileira. Bispo desta prelazia, D. Pedro Casaldáliga, realizou de maneira pioneira denúncias públicas e bem documentadas contra o regime de peonagem utilizado em áreas beneficiadas por incentivos fiscais e creditícios da Sudam em sua carta pastoral de 10/10/1971 intitulada “*Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*”.

de novas organizações e identidades coletivas dentre os trabalhadores proletarizados. Nesse contexto, ele via se dissolverem as referências sociais de seu local de origem sem que novos laços de solidariedade estabelecessem parâmetros culturais alternativos estáveis, sendo reduzido na narrativa dominante ao “andarilho”, “pé-inchado”, ameaça à ordem estabelecida nas cidades por onde circulava (Guimarães Neto, 2009, p.79). Pesquisa realizada entre 1978 e 1979 acerca das tradições e transformações do folclore de posseiros e peões em Porto Alegre do Norte, nordeste do estado de Mato Grosso, chegou à seguinte conclusão a respeito da corrosão do mundo tradicional rural em meio ao avanço das empresas agropecuárias na fronteira agrícola durante a ditadura:

“Ora, o homem do Porto Alegre do Norte tem como única tradição a terra; sua cultura advém dela: é a forma de viver que conhece. Sua dignidade está em ser capaz de plantar e de colher. Conhece a natureza e com ela convive, suplantando secas e enchentes, mas respeitando suas condições: não usa toda terra para plantio, em imediatismo desnecessário. Não desmata literalmente sua posse. Ao contrário do que se diz, é trabalhador, sim. Apenas faz seus próprios horários, de acordo com o sol, a lua e temperatura: vive em tempo cósmico. Tirada sua posse, perde o homem sua vinculação maior. Deslocado, acaba por se tornar peão. Já não é senhor de sua força de trabalho. Já não vive em tempo cósmico, pois ganha por serviço executado. Já não pode respeitar os dias de guarda [dias em que não se trabalha por motivos religiosos], restando-lhe indefinido mal-estar. A demanda de mão de obra leva-o cada vez mais longe. Desvincula-se da família. Agora supre a carência de afeto comprando-o à rapariga, nos intervalos curtos, entre longos meses de trabalho. Embora participe da produção da fazenda, não tem dela nenhuma proteção. Não mais fixado à terra, esse homem – antes mantenedor de casa e família, bem querido no patrimônio – tem agora comportamento anômalo: aventureiro e sem ambição. Rejeitado pelo povoado, que contudo depende dele, torna-se apenas um migrante a mais” (Macruz, 1983, p. 204)

Assim como a peonagem, também o *garimpo* absorveu na Amazônia (e no Mato Grosso em particular) amplas massas de trabalhadores migrantes nos anos 1970 e 1980. A história de Mato Grosso confunde-se com a da mineração desde o século XVIII, quando bandeirantes descobriram regiões auríferas às margens dos rios Coxipó e Guaporé dando origem respectivamente às cidades de Cuiabá em 1719 e Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752. Nos séculos seguintes houve relativo esmorecimento da atividade mineradora, com destaque à extração de diamantes nas regiões de Diamantino ao norte de Cuiabá e Barra dos Garças no nordeste mato-grossense, importantes polos de atração

de trabalhadores migrantes vindos do Nordeste na primeira metade do século XX (Barrozo, 2007, p. 132-138). A partir de meados da década de 1970, o aumento dos preços internacionais do ouro e transformações técnicas que possibilitaram maior alcance e produtividade na extração aurífera e diamantífera deram impulso à retomada da atividade mineradora no estado, especialmente na região da baixada cuiabana em torno de Poconé, na região sudoeste mato-grossense em torno de Pontes e Lacerda, na região leste mato-grossense em torno de Nova Xavantina e na região norte mato-grossense em torno de Alta Floresta e Peixoto Azevedo. Este processo foi acompanhado de um significativo aumento dos fluxos migratórios intra e inter-estaduais em direção às áreas de garimpo: segundo Salomão, eram 86 mil os garimpeiros em atividade na Amazônia Legal ao final dos anos 1970 (Salomão, 1981, p. 40); segundo Pasca, o número de garimpeiros na região amazônica em 1989 chegou a 900 mil, cerca de 320 mil deles no estado do Mato Grosso (Pasca, 1994, p. 60). Compunham esta massa posseiros e colonos buscando suplementar o rendimento do lote familiar, peões em busca de alternativas à espoliação de seu trabalho e mesmo trabalhadores urbanos em situação de desemprego ou subemprego.

Os instrumentos e técnicas do garimpo no Brasil permaneceram até meados dos anos 1970 basicamente os mesmos do período colonial, com a utilização de ferramentas manuais para remoção da terra e exposição dos depósitos cascalhíferos, para a quebra e transporte do cascalho e para seu peneiramento e lavagem até a separação de ouro e/ou pedras preciosas. Dentre os principais tipos de garimpo artesanal, destacam-se o “monchão” ou exploração de depósitos longe de cursos d’água em terrenos secos e altos, as “grupiaras” ou exploração de depósitos em vales às margens de rios ou riachos e a exploração de depósitos nos leitos dos rios, quando o garimpeiro trabalha parcial ou totalmente submerso por meio de pesos presos ao corpo, com escafandro ou “a fôlego”, para quebrar o cascalho a ser içado à superfície (Barrozo, 2007, p. 81-84). Trata-se nestes casos de técnicas rudimentares com baixa produtividade e alcance superficial, mobilizadas por garimpeiros artesanais que exploravam livremente áreas de mata ou terras comuns dos “patrimônios”, com ferramentas próprias ou organizados no sistema de “meia praça”. Neste sistema, os garimpeiros ficavam com metade dos minérios extraídos, enquanto a outra metade cabia a um “patrão” com recursos para a aquisição de mantimentos e equipamentos e para as despesas de transporte até o local. Com a gradativa apropriação privada da terra na fronteira agrícola na segunda metade do século XX, fazendeiros passaram a cobrar 10% a 20% dos minérios extraídos como renda pela

permissão de garimpar em sua propriedade, além de impor preferência de compra sobre os minerais restantes usualmente a preços abaixo do mercado e de controlar monopolisticamente a venda de bens necessários à sobrevivência dos garimpeiros. Já em garimpos “abertos”, de livre acesso, mecanismos de subordinação do garimpeiro ao capital comercial garantiam que parcela significativa do excedente gerado terminasse nas mãos de donos de armazéns e cabarés e de comerciantes de ouro e pedras preciosas que serviam de intermediários entre a produção local e os mercados nacional e internacional (Esterci, 1980, p. 37-39).

A partir de meados da década de 1970 iniciou-se a mecanização de todas as etapas da exploração de minérios na região amazônica: a extração da terra e exposição dos depósitos cascalhíferos passou a ser feita por meios hidráulicos ou com a lâmina do trator; a quebra e remoção dos sedimentos passou a ser realizada por meio de dragas compostas por moto-bombas e mangueiras de alta pressão e a apuração do cascalho passou a ocorrer em caixas metálicas com declive acentuado dotadas de sistemas de peneiras e forros onde o ouro e as pedras preciosas ficam retidos. Nesta nova fase, a exploração aquática ocorre a partir de uma balsa equipada com dragas através das quais uma equipe de mergulhadores suga o lodo no leito do rio, enquanto a extração terrestre utiliza moto-bombas e mangueiras tanto para desintegrar os sedimentos sob pressão hidráulica quanto para bombear o cascalho reduzido a uma pasta para a caixa concentradora (Picoli, 2005, p. 69-70). Tais alterações técnicas ampliaram significativamente o impacto da atividade mineradora sobre a natureza: o funcionamento das dragas promoveu a abertura de crateras e o assoreamento dos leitos dos rios, enquanto a utilização indiscriminada do mercúrio para separação do ouro levou a uma contaminação generalizada das águas e da atmosfera, desorganizando-se acentuadamente os ecossistemas locais e as atividades agrícolas deles dependentes. Paralelamente, houve uma gradual metamorfose das relações de produção em áreas de garimpo: o garimpeiro artesanal dotado de relativa autonomia de trabalho foi tendencialmente substituído por trabalhadores subordinados aos donos dos meios de produção, desde pequenos proprietários de máquinas até grandes empresas mineradoras nacionais e internacionais (Barrozo, 2007, p. 78). Ainda assim, garimpeiros artesanais e semi-artesanais mantiveram-se entre os anos 1970 e 1980 os principais responsáveis pela extração de ouro e pedras preciosas na Amazônia Legal especialmente por meio da descoberta de novos depósitos ainda não explorados, atuando indiretamente como

prospectores de empresas de mineração que posteriormente requeriam com sucesso áreas assim descobertas junto ao Estado.

Em sua busca por novas frentes de extração mineral na Amazônia Legal, garimpeiros frequentemente entraram em choque seja com indígenas e posseiros, seja com grandes empreendimentos agropecuários e de colonização. O mais conhecido destes conflitos no Mato Grosso foi o chamado “massacre de Paranaíta”, ocorrido em terras da colonizadora Indeco no início de setembro de 1979. No ano anterior um importante filão de ouro havia sido descoberto às margens do rio Paranaíta no norte mato-grossense, impulsionando um significativo fluxo de garimpeiros para áreas ainda não loteadas do projeto Alta Floresta. Desde o ponto de vista da Indeco tal surto garimpeiro representava grave ameaça à viabilidade do empreendimento de colonização, baseado em seu controle sobre o estoque de terras e sobre os trabalhadores mobilizados para as atividades agrícolas. A narrativa oficial sobre os incidentes que se seguiram baseia-se em relatório produzido por comissão da Assembleia Legislativa do estado do Mato Grosso, que esteve na área para averiguar denúncias levantadas pelo deputado Paulo Nogueira a respeito de violências praticadas na região. Este relatório imputava a responsabilidade pelas tensões verificadas em Alta Floresta exclusivamente aos garimpeiros, caracterizados como a antítese da moral do trabalho dos “pioneiros” gaúchos, os quais armados de facões e enxadas teriam expulsado simbolicamente centenas de garimpeiros e prostitutas no dia 11/09/1979 (Ribeiro, 2008, p. 224). Em contraponto, a Comissão Pastoral da Terra realizou relatório paralelo a partir do depoimento de colonos e garimpeiros expulsos sobre as supostas arbitrariedades cometidas na região de Alta Floresta em setembro de 1979. O relatório da CPT é uma das mais impressionantes ilustrações de violências cometidas contra trabalhadores por milícias privadas de jagunços associadas a forças policiais locais durante a ditadura do capital sob tutela militar em áreas de fronteira agrícola no Brasil. Schaefer assim o resume:

“ [Os garimpeiros] receberam um aviso para desocuparem a área por etapas. Isto é, aproximadamente 30 pessoas por vez. Na medida em que saíam da mata, eram apanhados por um grande número de jagunços e alguns policiais fardados. Eram obrigados a entregarem todo o ouro que possuíam ao delegado de polícia de Sinop, José César Conte, e a entrar na fila; os documentos eram queimados sob o pretexto de que documentos do Maranhão e outros estados não valem no Mato Grosso; em seguida, eram obrigados a se despirem e deitarem de bruços. Os que não obedeciam apanhavam ou morriam ali mesmo.

Qualquer movimento bastava para levar uma rajada. Quase todos os garimpeiros (cerca de 3.500) foram torturados pelos bandidos. Em alguns introduziam o cano do mosquetão ou outros objetos no ânus, outros eram pendurados pelos pés, outros eram obrigados a manterem relações sexuais com os próprios companheiros. As mulheres eram violentadas na presença dos maridos pelos policiais e jagunços. Chegou-se ao ponto de colocar gasolina na vagina e em seguida atear fogo. Davam coices de mosquetão nas mulheres grávidas. Dificilmente alguém escapou sem ser espancado. Depois da carnificina eram carregados numa tombeira. O embarque procedia da seguinte maneira: um dos companheiros que havia sido surrado até sair sangue e cujas costas foram esfregadas com sal era colocado diante da tombeira. Este obrigatoriamente tinha que ser usado como degrau pelos demais companheiros, pulando-se com os dois pés em cima dele para o embarque. Em seguida eram despejados na beira do Teles Pires, na travessia da balsa da Indeco. Calcula-se em 300 o número de mortos conforme depoimento dos garimpeiros” (Schaefer, 1985, p. 150-151)⁷

Ao final da década de 1980 a atividade garimpeira na Amazônia Legal sofreu significativa queda devido à diminuição do preço internacional do ouro e à exaustão de depósitos acessíveis a técnicas artesanais e semi-artesanais de exploração, enquanto investimentos por parte das empresas mineradoras propiciaram um aumento progressivo na produção das minas industriais (Trindade e Filho, 2002, p. 305). Conjunturalmente, o Plano Collor provocou drástica desorganização das atividades garimpeiras, uma vez que o sequestro das cadernetas de poupança e a imposição de limites aos saques nas contas bancárias levaram a súbita paralisação da compra de ouro e pedras preciosas (Lima, 2009, p.71). Neste contexto, áreas de garimpo tornaram-se polos de emigração de força de trabalho, em meio à decadência decorrente da devastação ambiental e da ausência de atividades econômicas alternativas: segundo reportagem de 02/02/1992 do jornal *A Gazeta* de Cuiabá, a população garimpeira no Mato Grosso reduziu-se de 336 mil em 03/1990 para 186 mil em 12/1991 (Souza, 2007, p. 39). Atraídos pela perspectiva de “bamburrar”, alcançar riqueza rápida e abundante, garimpeiros terminaram sua trajetória em geral “blefados”, esgotados economicamente e sem sombra das riquezas que no passado eventualmente passaram por suas mãos. Grande parte deles dirigiu-se para outras cidades da fronteira agrícola, onde foram recebidos pelas elites locais como elementos

⁷ A Mineração Porto Estrela S/A, empresa do Grupo Paranapanema, incorporou em 1981 os direitos minerários da então Colonizadora Indeco, passando a pesquisar depósitos auríferos em uma área equivalente a 128.000 ha (Miranda, 1991, p. 80).

desagregadores da ética do trabalho e da moral familiar dos “pioneiros” (Souza, 2004, p. 92).

Paralelamente à peonagem e ao garimpo, a *prostituição* também absorveu na Amazônia Legal grande quantidade de trabalhadoras em processo de proletarização e desenraizamento entre as décadas de 1970 e 1980. Especialmente em áreas de extração de ouro e diamante ou de abertura de fazendas agropecuárias, bordéis multiplicaram-se como espaços de sociabilidade fundamentais a garimpeiros e peões. Em sua pesquisa no início dos anos 1980 na região do Vale do Araguaia no nordeste mato-grossense, Esterci constatou que muitas das “meninas de ambiente” em boates e cabarés eram egressas de famílias de pequenos produtores rurais, assim como muitos peões. Inicialmente, haviam saído da casa dos pais em geral devido à ruptura de alguma regra do parentesco: ou haviam se “perdido” e quebrado o tabu da virgindade pré-matrimonial, ou haviam se “separado” e quebrado a perspectiva de perpetuação do vínculo conjugal. Assim como os peões de trecho, essas trabalhadoras permaneciam pouco tempo no mesmo lugar, mudando diversas vezes de cidade e de nome, em uma trajetória de corrosão da própria identidade (Esterci, 1994, p. 90-93).

Em sua pesquisa a respeito da escravidão por dívidas no Pará e Mato Grosso, Figueira destacou o papel ambíguo das “meninas de ambiente” na peonagem, ora como mais um elo na corrente de aliciamento destes trabalhadores, ora como perspectiva de reconstrução de laços afetivos mais ou menos duradouros. Segundo o autor, por um lado, o cabaré cumpriu papel similar ao da pensão como espaço de endividamento de peões a serem posteriormente arregimentados por “gatos” para novas frentes de trabalho. Por outro lado, na medida em que as “meninas” tinham frequentemente a mesma origem social dos peões e sofriam como eles intensa discriminação social, formavam-se eventualmente relações de solidariedade mais ou menos estáveis entre eles (Figueira, 2004, p.183). Nestes casos, os “juntamentos” abriam para ambos novas perspectivas de inserção social: o peão teria maiores possibilidades de obter uma terra em áreas de posse ao (re)constituir uma família que o suportasse material e afetivamente, enquanto a “menina” poderia se libertar de uma atividade carregada de forte estigma, mesmo que em uma relação distinta do que era compreendido como casamento por posseiros e colonos (Figueira, Cerqueira, Oliveira, 2008, p. 307).

Barrozo identificou dinâmica similar de desagregação e reconstrução de laços familiares entre prostitutas e garimpeiros na região de Alto Paraguai e Diamantino, 200 km ao norte de Cuiabá. Por um lado, segundo o autor, o garimpo era um espaço em que valores tradicionais e mecanismos de controle social típicos de grupos camponeses eram corroídos pela ampla e acelerada circulação de dinheiro, homens solteiros e “raparigas” em geral distantes de suas redes de parentesco originais. Neste contexto, o cabaré era ponto focal da interação social e palco de conflitos violentos envolvendo usualmente mulheres, bebida, dívidas e jogos. Por outro lado, o garimpo era também espaço de reconstrução predominantemente informal de relações conjugais, seja através da reunião entre garimpeiros e companheiras deixadas temporariamente para trás no momento da migração, seja através do “juntamento” mais ou menos permanente entre garimpeiros e “meninas” locais. Segundo Barrozo, ainda que de maneira imperceptível a primeira vista, a companheira do garimpeiro era fundamental à reprodução de sua atividade não apenas por assumir os afazeres domésticos, mas também por estabilizar a renda familiar através do preparo e venda de alimentos, da lavagem e costura de roupas para fora, do assalariamento como empregada doméstica ou mesmo da realização de tarefas no garimpo em momentos de necessidade (Barrozo, 2007, p. 226-227)

Como obstáculo à reconstrução destes vínculos mínimos de solidariedade, Dimenstein constatou durante seu périplo no início dos anos 1990 pela Amazônia Legal (incluindo Cuiabá e áreas de garimpo no norte mato-grossense) a existência de um sistema de servidão por dívidas também em boates e cabarés. Atraídas por promessas de emprego e boa remuneração, as “meninas” eram enviadas por aliciadores para locais distantes e de difícil comunicação. Ao chegar eram informadas que tinham uma dívida decorrente do transporte até o local, que deveriam adquirir roupas, perfumes e mantimentos na cantina da boate a preços acima do mercado e que apenas poderiam sair quando saldassem o débito. Este frequentemente tornava-se impagável, de tal modo que o dinheiro obtido dos clientes nem passava pelas mãos da trabalhadora e ia direto para o caixa do estabelecimento, em um ciclo por vezes inescapável. Ocasionalmente o “passe” ou dívida das “meninas” era adquirido por outras boates ou indivíduos, em processos de compra e venda não da força de trabalho feminina mas sim das próprias trabalhadoras, que apenas se libertavam ao fugir, cair irremediavelmente doentes ou não mais atrair fregueses (Dimenstein, 1992, p. 20).

Em dimensão ainda mais ampla que a apontada acerca da peonagem, o estado de violência permanente e banalizada a que estavam submetidas estas trabalhadoras era mediação fundamental a sua imobilização. Em primeiro lugar, segundo Dimenstein, elas frequentemente relatavam abusos físicos e sexuais no ambiente doméstico desde tenra idade, em geral cometidos por pessoas íntimas, impulsionando-as à fuga de casa e à aceitação de propostas de aliciadores. Uma vez aprisionadas pela dívida, eram coagidas sob permanente ameaça de maus tratos e agressões a uma atividade sexual intensa, com conivência passiva ou ativa de forças policiais locais. Por fim, eram frequentemente submetidas a agressões por parte por seus clientes, peões ou garimpeiros que eventualmente reagiam à posição de impotência a que haviam sido reduzidos por meio da reafirmação de seu poder sobre outros mais fracos que eles. Articulavam-se e sucediam-se assim conflitos decorrentes da condição de classe e da condição de gênero destas trabalhadoras, em um caleidoscópio de violências a reproduzir sua subalternidade. Dimenstein assim retrata a prostituição na Praça do Porto em Cuiabá:

“Com o tempo, o educador de rua Carlos Alberto Caetano notou que, em determinadas épocas do ano, as meninas sumiam da praça. A princípio não entendeu. Sumiam durante vários meses e depois voltavam. Procurando uma resposta para este movimento, acabou se deparando com o tráfico de prostitutas. Elas desapareciam quando acabava o período das chuvas e o garimpo aumentava a produção – os intermediários vinham, então, em busca de garotas para trabalhar nas boates. Quando as chuvas voltavam, muitas delas retornavam à praça. ‘Carlão’ descobriu como funciona o mecanismo da escravidão através da dívida – muitas não retornavam porque não tinham saldado o débito. Outras só voltavam através da fuga. Conheceu diversas formas de aliciamento. Alguns aliciadores namoram as garotas, ganham sua confiança e, depois, as vendem na região do garimpo. Mas no início teve dificuldades de obter informações: *‘Elas têm medo de falar porque muitos cafetões são ligados ao tráfico de drogas e têm o hábito de mandar matar quem fala coisas’*” (Dimenstein, 1992, p. 102)

Os personagens descritos até aqui ilustram o conturbado processo de proletarização em Mato Grosso entre os anos 1960 e 1980, articulado de maneira desigual e combinada à reprodução da luta pela terra discutida anteriormente. Via de regra, estas massas de migrantes expropriados e desenraizados não foram absorvidas por um mercado de trabalho livre assalariado estruturado e mediado por relações contratuais. Em um contexto de acumulação primitiva do capital, foram em geral submetidas a relações de produção mediadas pela sistemática violência extra-econômica, com frequentes relatos

de imobilização por dívida em condições “análogas à escravidão”. A forma mais usual de resistência de trabalhadores e trabalhadoras a este contexto de espoliação foi a fuga e a contínua circulação em busca de condições mínimas de sobrevivência, retardando a construção de laços de solidariedade que poderiam dar substância a organizações coletivas de representação de setores subalternos da sociedade mato-grossense. Por um lado, em seu movimento de uma cidade, de um estado, de uma região à outra, peões, garimpeiros e prostitutas viram dissolverem-se seu nome de batismo, seus documentos de identidade e outras referências sociais básicas de seus grupos de origem. Por outro, invisíveis a uma estrutura sindical incapaz no mais das vezes de superar seu caráter predominantemente formal, estes personagens viram sua inquietação assumir frequentemente a forma de comportamentos auto-destrutivos, como o consumo abusivo de álcool e atos de violência banalizada. Privados tanto dos parâmetros da sociabilidade camponesa de seus locais de origem quanto de ferramentas para a construção de novas identidades e organizações coletivas, foram reduzidos na narrativa dominante dos prósperos “pioneiros” em projetos privados de colonização a “estrangeiros”, perturbações contra a ordem estabelecida face as quais seria necessário mobilizar ferramentas de exclusão e vigilância no espaço rural e urbano.

Proliferação de municípios e urbanização da fronteira: Sinop, Alta Floresta e Cuiabá

Os processos discutidos até aqui de apropriação privada de terras públicas e de proletarianização de massas de trabalhadores migrantes em áreas de fronteira agrícola tiveram como resultado a acelerada urbanização da região Centro Oeste como um todo e do estado do Mato Grosso em particular durante a ditadura do capital sob tutela militar. A proporção da população do Centro Oeste vivendo em espaços urbanos de acordo com os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁸ saltou de 48% em 1970 para 81,3% em 1991, enquanto no mesmo período a taxa de urbanização no Brasil como um todo aumentou de 55,9% para 75,6%. Como mostra a tabela 6 abaixo, no Mato Grosso o percentual de pessoas residindo em áreas oficialmente consideradas urbanas aumentou de 38,8% em 1970 para 73,3% em 1991. Este processo refletiu-se em uma expressiva reordenação da divisão administrativa do estado: se no início da década de

⁸ A definição oficial do IBGE, baseada no Decreto-Lei 331 de 1938, considera urbanas todas as aglomerações que sejam sedes de distrito ou município, independente de suas características estruturais e funcionais. Veiga argumenta que este critério formal leva a uma superestimação estatística do mundo urbano e a uma subestimação do mundo rural no Brasil contemporâneo (Veiga, 2002 p. 63).

1970 o Mato Grosso contava com apenas 34 municípios, em 1980 eram 55 e em 1991 eram 117. Segundo Moreno, quase metade dos municípios mato-grossenses criados entre as décadas de 1970 e 1980 estava vinculada a projetos de colonização privada, com destaque para aqueles em torno do eixo da rodovia Cuiabá-Santarém (Moreno, 2007, p. 182).

Tabela 7: População total e taxa de urbanização segundo unidade da federação do Centro Oeste, Rondônia e Tocantins entre 1970 e 1991

UF	1970			1980			1991		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
DF	96%	4%	537.492	96,8%	3,2%	1.176.935	94,7%	5,3%	1.598.415
GO	45,9%	54,1%	2.414.325	67,5%	32,5%	3.125.354	80,8%	19,2%	4.012.562
MT	38,8%	61,2%	598.879	57,7%	42,3%	1.134.230	73,3%	26,7%	2.022.524
MS	45,3%	54,7%	998.211	66,8%	33,2%	1.393.019	79,4%	20,6%	1.778.741
RO	53,6%	46,4%	111.064	46,5%	53,5%	491.069	58,2%	41,8%	1.130.874
TO	24,8%	75,2%	516.447	40,1%	59,9%	743.750	41,8%	42,3%	920.116

(Cunha, 2002, p. 19)

O processo de urbanização da região Centro Oeste foi produto tanto da concentração populacional em centros regionais de médio e grande porte, quanto da proliferação e expansão de pequenas cidades locais com características majoritariamente rurbanas. Parte dos trabalhadores rurais deslocados pela penetração do capital na fronteira agrícola dirigiu-se para pequenos centros urbanos de até 20 mil habitantes, engrossando ali significativo contingente de desempregados e subempregados temporariamente ocupados em atividades agropecuárias e garimpeiras. Face às precárias alternativas de absorção de força de trabalho e retenção populacional nestes locais, muitos destes trabalhadores seguiram fluxo migratório também em sentido urbano-urbano rumo a núcleos de maior dimensão. Em um contexto de intensa mobilidade populacional, a maior parcela das massas migrantes em direção ao Centro Oeste terminou por concentrar-se nas periferias do Distrito Federal e das capitais estaduais: segundo Jardim, 46,3% da população urbana da região em 1980 residiam em centros urbanos com mais de 100 mil

habitantes⁹, 22,8% em centros urbanos com 20 a 100 mil habitantes¹⁰ e 30,9% em centros urbanos com menos de 20 mil habitantes (Jardim, 1987, p. 105).

Esta hierarquia urbana serviu de base logística para o projeto de rápida ocupação da fronteira agrícola como suporte de fluxos de mão de obra, meios de consumo, meios de produção e capital monetário, em grande medida planejados e organizados por grandes empresas e instituições do poder público federal entre os anos 1970 e 1980 (Becker, 1990, p. 21-22). Neste contexto, centros urbanos tradicionais vinculados à circulação fluvial retraíram-se face à expansão da malha rodoviária, enquanto outros buscaram remodelar suas estruturas urbanística e arquitetônica pretéritas para dar forma a centralidades mais aptas às novas necessidades do capital na região. Simultaneamente, cidades recém-criadas e dotadas de largas avenidas integradas às principais rodovias afirmaram-se rapidamente como importantes centros de transporte e comunicação, promovendo-se como símbolos de dinamismo e progresso especialmente no norte do Mato Grosso (Guimarães Neto, 2000, p. 186-187). Tornou-se assim mais ampla e complexa a rede de pontos de convergência e difusão de informações, mensagens e ordens capaz de subordinar a organização do trabalho e a apropriação do território na fronteira agrícola a determinações macroeconômicas nacionais, ao mesmo tempo concentrando e exportando excedentes até os centros industriais do Sul-Sudeste.

Paralelamente a seu papel como base de operações para a expansão do capital, cidades em áreas de fronteira agrícola também serviram como lócus contraditório de ressocialização da massa de trabalhadores migrantes que para elas se dirigiram. Por um lado, o desenvolvimento de serviços e da circulação de mercadorias nestes centros foi instrumental para a atração e fixação de força de trabalho privada de acesso a terra, promovendo a internalização de novas formas de controle social através do assalariamento e do consumo (Machado, 1990, p. 113). Por outro, estratégias de controle e hierarquização na organização do espaço urbano pressionaram levas de migrantes a

⁹ Em 1980 os municípios da região Centro Oeste com centros urbanos com mais de 100 mil habitantes eram Campo Grande (MS); Cuiabá (MT); Anápolis e Goiânia (GO); Brasília, Gama e Taguatinga (DF) (Jardim, 1987, p. 122-123).

¹⁰ Em 1980 os municípios da região Centro Oeste com centros urbanos entre 20 e 100 mil habitantes eram Corumbá, Dourados, Aquidauana, Paranaíba, Três Lagoas, Amambai e Ponta Porã (MS); Várzea Grande, Rondonópolis, Barra dos Garças e Cáceres (MT); Rio Verde, Itumbiara, Luziânia, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Porangatu, Uruaçu, Goiás, Goianésia, Inhumas, Iporã, Formosa, Jataí, Aparecida de Goiânia, Catalão, Morrinhos, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás e Trindade (GO); Sobradinho e Brasilândia (DF) (Jardim, 1987, p. 122-123).

ocupar áreas precariamente atendidas por infraestrutura pública, promovendo a segregação e estigmatização especialmente de trabalhadores originários da região Nordeste. Neste contexto, centros regionais de médio e grande porte viram proliferar-se bairros periféricos interpretados no discurso dominante como focos de violência sem controle, contra os quais seria necessário reforçar os aparatos de segurança do Estado. Simultaneamente, pequenas cidades locais derivadas de projetos de colonização foram moldadas tanto por mecanismos violentos de exclusão especialmente contra posseiros e garimpeiros, quanto por políticas explícitas de divisão dos novos habitantes de modo a inscrever no espaço relações de poder em formação (Guimarães Neto, 2009, p.75).

O espaço urbano tornou-se assim mais uma importante arena de conflito na fronteira agrícola, moldado não apenas pelo planejamento do Estado e de grandes empresas, mas também por trajetórias nômades de populações pobres não plenamente controladas por projetos do Estado e do capital monopolista. Pequenas, médias e grandes cidades condensaram as contradições da construção de um espaço homogêneo e fluido desde o ponto de vista da circulação de mercadorias e capital, mas fragmentado e segregado desde o ponto de vista da circulação de trabalhadores e suas famílias. Nesse contexto, o “mito do eldorado” dotado de terras fartas, férteis e baratas, construído para atrair migrantes à região, mesclou-se e gradualmente cedeu lugar a um discurso que vinculava a “desordem urbana” ao fluxo descontrolado de trabalhadores desempregados e subempregados pelas cidades mato-grossenses. A representação de tais núcleos como polos de modernização e progresso, típica das iniciativas político-ideológicas do poder público federal e de empresas e cooperativas colonizadoras, foi com isso rápida e crescentemente contrariada pela reprodução de aspectos contraditórios típicos da urbanização brasileira (Tavares dos Santos, 1993, p. 228).

Dentre as novas cidades vinculadas a projetos de colonização no eixo da rodovia Cuiabá-Santarém destacam-se em primeiro lugar os núcleos planejados pela Colonizadora Sinop S. A., correspondentes a sucessivos loteamentos da Gleba Celeste realizados ao longo da década de 1970: cidade de Vera, instalada em 1972; cidade de Sinop, instalada em 1974; cidade de Santa Carmen, instalada em 1974; cidade de Cláudia, instalada em 1978. Por sua posição estratégica às margens da BR-163 a cidade de Sinop adquiriu primazia entre os centros urbanos da colonizadora, concentrando as principais atividades comerciais, industriais e de serviços da região. Desenhada à semelhança de Maringá-PR (local de origem da empresa colonizadora), Sinop foi instalada em um local

plano com traçado urbano em formato de tabuleiro de xadrez, revelador da obsessão com a ordem geométrica e o controle centralizado característica das cidades planejadas no período. Segundo Arruda, o projeto da cidade seguiu os parâmetros estabelecidos pelo urbanismo modernista para a “cidade funcional”, de modo que seu espaço urbano é fragmentado em bairros especializados a funções pré-determinadas como habitar, trabalhar, recrear e circular (Arruda, 1997, p.133). Desenhada com largas avenidas aptas a dar vazão de maneira eficiente a crescentes fluxos de pessoas, mercadorias, informações e serviços, Sinop rapidamente se transformou na principal base logística da ocupação do norte mato-grossense. Schaefer assim descreve os fluxos que perpassavam a cidade no início dos anos 1980:

“Duas empresas aéreas fazem a rota Norte do estado – Cuiabá com aviões Bandeirantes. O aeroporto de Sinop tem 1.200 metros de pista e suporta cargas de 15 toneladas. Existem também em Sinop revendedores de máquinas agrícolas e equipamentos da marca Ford, CBT, Valmet e de moto-serras Stihl e Husqvarna. Há três distribuidores de bebidas: Brahma, Antártica e Skol. Na cidade de Sinop existem 2 igrejas católicas e oito templos evangélicos de diversas crenças. Sinop será em breve [1985] sede do bispado com a divisão da diocese de Diamantina em duas. Cada comunidade rural tem sua igreja própria ou capela, em número de 54 no total. No campo das comunicações, Sinop possui serviço telefônico através de uma estação móvel da Telemat, com capacidade inicial para atender cerca de 1.000 telefones e final para o atendimento de 2.000 telefones. As primeiras 500 ligações já estão em funcionamento desde junho de 1981 e a partir de setembro do mesmo ano, o sistema DDD também entrou em funcionamento. Também serviços de Telex já foram inaugurados. No dia 16 de junho de 1981, o Ministro Haroldo Correia de Matos inaugurou a Rádio Nacional e TV Nacional de Sinop, do sistema Radiobrás. Está assim acabando aos poucos o isolamento em que se encontrava a população de todo o norte do Mato Grosso em relação às comunicações com o resto do país. Pode-se questionar certamente se uma TV a cores por Cr\$130.000,00 é mais importante que algumas vacas leiteiras para uma família de colonos (Schaefer, 1985, p. 65-66)

Ao longo dos anos 1980, Sinop experimentou vigoroso crescimento econômico impulsionado especialmente pelas atividades de extração e processamento de madeira: segundo reportagem do jornal *O sinopeano* de 30/09/1986, a cidade contava naquele momento com 330 serrarias, 44 laminadoras e 103 estabelecimentos de beneficiamento e fabricação de móveis, gerando cerca de cinco mil empregos diretos (Vidigal, 1992). Como consequência, a população de Sinop saltou de pouco mais de 14 mil habitantes em

1980 para 36 mil em 1991, cerca de 88,9% deles vivendo no espaço urbano tensionado por contradições que crescentemente transbordavam o controle da empresa colonizadora. Em seu estudo acerca de um dos bairros com maior concentração de madeireiras e serrarias de Sinop (o bairro São Cristóvão), Marta destaca o impacto da fuligem sobre seus habitantes, espécie de negativo do discurso de progresso permanentemente mobilizado na cidade. O autor relata que trabalhadores de madeireiras e serrarias entrevistados em 07/1995 chegavam a gastar com serviços médicos a metade de seu salário em decorrência de problemas respiratórios seus e de sua família (Marta, 1999, p. 75). Em especial após a crise do garimpo no norte do estado, Sinop recebeu fluxo crescente de migrantes vindos dos municípios como Guarantã do Norte e Peixoto Azevedo. Segundo Souza, estes trabalhadores deram origem aos bairros no extremo oeste da cidade (Jardim das Nações, Jardim Europa e Jardim Boa Esperança), exacerbando o processo de segregação socioespacial em Sinop:

“Com isso, a cidade é tomada de ruas cascalhadas em uma sucessão de bairros periféricos desprovidos de infra-estrutura e equipamentos urbanos, onde em habitações precárias vivem de forma marginalizadas os novos cidadãos. [...] O discurso do progresso em Sinop é muito presente e essa euforia é confirmada pelas realidades visíveis da urbanização planejada e controlada, do crescimento econômico, da industrialização e do grande fluxo de migrantes de outras partes do país que chegam ao município, reconfigurando o padrão demográfico e cultural da cidade. Nesse contexto, populações pobres escapam aos planos urbanos, ocupando áreas reservadas para a especulação imobiliária futura, captando recursos clandestinamente para poderem sobreviver (lixão), aproveitando oportunidades imprevistas e remodelando o uso dos espaços segundo suas necessidades específicas. O bairro Jardim Boa Esperança é um verdadeiro ‘Peixotinho’, formado por pessoas que fugiram da crise do ouro no extremo norte de Mato Grosso e vieram em busca de melhores condições de vida para suas famílias” (Souza, 2004, p.211)

Instalada pela colonizadora Indeco em 1976, a cidade de Alta Floresta consolidou-se como a segunda mais importante base logística de ocupação do norte mato-grossense neste período. Seu núcleo urbano era ligado à rodovia Cuiabá-Santarém na altura do quilômetro 653 pela J-1 (atual MT 208), estrada de 147 km construída em parceria entre a empresa e o poder público especificamente para atender a este projeto. A área escolhida para erguer Alta Floresta ficava na margem oposta do rio Teles Pires (com mais de 400 metros de largura naquele trecho), de modo que para alcançar a cidade era necessário tomar uma balsa de propriedade da colonizadora. Durante os primeiros anos do projeto

esta balsa serviu de posto de triagem e seleção a partir do qual a Indeco buscava conter o fluxo de pessoas consideradas inconvenientes, especialmente garimpeiros e posseiros vindos das regiões Norte e Nordeste (Ribeiro. 2001, p. 24-25). De maneira semelhante a Sinop, o espaço urbano de Alta Floresta foi desenhado para reforçar o controle centralizado e verticalizado da empresa colonizadora e do Estado sobre as relações sociais que ali se reproduziam. A malha urbana originalmente projetada para Alta Floresta se baseava em dois eixos centrais, ao longo dos quais se articulavam blocos divididos em dez setores separados entre si por áreas verdes. Segundo Oliveira, a empresa colonizadora orientava e controlava a instalação dos estabelecimentos comerciais e de serviços, desde os mais complexos (supermercados e bancos) até os mais simples (bares e loterias). Nas palavras da autora, cada uso, cada atividade, cada função tinha lugar estabelecido em um projeto que materializava o desejo de ordem, harmonia e felicidade pretendido pela colonização empresarial (Oliveira, 1992, p. 214). Guimarães Neto assim descreve o espaço urbano de Alta Floresta no início de 1980:

“O caso de Alta Floresta é exemplar, pois em curto espaço de tempo tornou-se um dos mais importantes centros de comunicação do norte mato-grossense, contando já no final de 1983 com serviços telefônicos nacionais e internacionais – DDD e DDI. Além desses serviços, Alta Floresta também possui emissoras de rádio (AM e FM), recebe as imagens da Rede Globo de televisão e é servida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Seu aeroporto, que é de padrão internacional, tornou-se um dos mais movimentados de toda a região. Além disso, conta ainda com um amplo e sofisticado setor de serviços, comparável ao de qualquer grande centro urbano, com modernos restaurantes, cinemas, hotéis de luxo, hospitais, clubes de recreação, supermercados, etc. Construída em tempo recorde, foi projetada segundo linhas modernas de planejamento urbano, mediante a contratação, através da Indeco, de um especialista da área. De fato, considerando os objetivos desta empresa, a missão deste especialista era a de realizar um planejamento urbano que levasse em conta um rápido e eficiente escoamento através de largas e retilíneas vias públicas, bem como a localização estratégica da prefeitura, dos bancos, dos órgãos do Estado, da área comercial, etc. todos muito próximos do próprio escritório da empresa colonizadora” (Guimarães Neto, 1986, p. 149-150)

Assim como em Sinop, o crescimento econômico de Alta Floresta não foi consequência prioritariamente da produção agropecuária de seus colonos, mas sim da extração e comercialização de um recurso natural: o ouro. Como destacado anteriormente, a Indeco fez uso de extrema violência para assegurar seu controle sobre a atividade

garimpeira local, que ao longo dos anos 1980 mobilizou a cidade como um todo: Alta Floresta chegou a contar com mais de 200 empresas de compra de ouro e com o maior prostíbulo da América Latina, o Saramandaia, com cerca de 600 mulheres (Tafner Júnior e Silva, 2016, p. 226). Por todo o município proliferaram pistas de pouso mais ou menos clandestinas dotadas de farmácias, armazéns, cabarés e cabanas de garimpeiros, aglomerando em centralidades instáveis milhares de trabalhadores em busca de independência financeira e distância em relação às determinações estabelecidas por instituições externas. De acordo com dados da Prefeitura Municipal citados por Oliveira, a população de Alta Floresta saltou de 23.113 habitantes em 1980 para 140 mil em 1992, cerca de 42% deles no espaço urbano (Oliveira, 1992, p. 223). Com isso, a malha urbana originalmente projetada sofreu significativas alterações e surgiram empreendimentos imobiliários específicos para a população pobre com terrenos menores em bairros afastados:

“Se inicia, nessa fase, o estabelecimento da periferia da cidade planejada de Alta Floresta com a implantação de loteamentos específicos para a população pobre, possuindo traçado em xadrez e maior aproveitamento das áreas parceladas de modo a obter maior quantidade de lotes. Nasce os ‘bairros’ Cidade Alta e Cidade Bela, distantes e contíguos à cidade de Alta Floresta. [...] Apesar da oferta de terrenos com menores dimensões e mais acessíveis à população pobre, muitos recém chegados não tinham condições de adquiri-los. Após exaustivas negociações entre o poder público municipal e a empresa Indeco – proprietária exclusiva de áreas de porte significativo no perímetro urbano – a colonizadora consentiu em ceder uma área bem distante da ‘cidade’ original para a implantação de um conjunto habitacional de 400 casas – Bairro Lapinski. Consta que esta concessão da empresa foi feita para impedir a instalação compulsória da primeira favela de Alta Floresta. Ainda assim, fora do perímetro urbano já existe hoje um loteamento irregular (Jardim Primavera), resultante do parcelamento com traçado em xadrez de lotes rurais e dirigido à população pobre. Nasce, assim, o primeiro concorrente para a empresa imobiliária e colonizadora Indeco. O plano regulador proposto há muito foi superado. Alta Floresta, em seu tecido projeto, será sempre uma camisa de força para seus habitantes” (Oliveira, 1992, p. 226)

Maior e mais antiga cidade do Mato Grosso, Cuiabá foi o principal ponto de convergência tanto dos fluxos de capital quanto dos fluxos migratórios para o estado, cristalizando as mais agudas contradições urbanas da fronteira agrícola mato-grossense. A fundação oficial da cidade ocorreu em 1719, quando bandeirantes liderados por Pascoal Moreira Cabral Leme em meio a uma expedição para prear índios descobriram ouro na

barra do Mutuca (tributário do rio Coxipó) e estabeleceram o Arraial da Forquilha, primeiro povoamento branco do que hoje conhecemos como Mato Grosso. Em 1722 a população da Forquilha foi atraída por novas e maiores jazidas descobertas por Miguel Sutil de Oliveira na barra do Prainha (tributário do rio Cuiabá), onde foi erguida a Igreja do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, atual centro histórico da cidade. Buscando assegurar domínio português sobre a região, formalmente sob controle espanhol segundo o Tratado de Tordesilhas, o governador de São Paulo Rodrigues Cezar de Menezes instalou em 1727 a Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Simultaneamente, estabeleceu restrições de acesso às minas mato-grossenses buscando garantir à Coroa portuguesa controle sobre a extração de metais e pedras preciosas da região por meio de seu isolamento proposital em relação ao restante da colônia. A despeito destes esforços, expedições comerciais fluviais garantiram à vila ao longo do século XVIII abastecimento de produtos e fluxo de pessoas atraídas pela atividade mineradora, sedimentando traços de um espaço urbano entre a área de lavras e o porto no rio Cuiabá (Rosa, 1996, p. 100).

Após o esgotamento do ciclo da mineração no final do século XVIII, Cuiabá subsistiu como centro regional, ainda que mergulhada em um contexto geral de marasmo econômico. Entre 1752 e 1820 Vila Bela da Santíssima Trindade no vale do Guaporé havia sido capital da província de Mato Grosso, contando com estímulos comerciais e fiscais da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão para defender e manter povoado o extremo oeste do território colonial. Consolidada a questão fronteiriça com o império espanhol, Cuiabá substituiu Vila Bela como capital da província a partir de 1821, afirmando-se como principal centro aglutinador da elite vinculada à grande propriedade rural, à pecuária e à produção açucareira (Moreno, 2007, p. 36-37). Paralelamente, a abertura da navegação do Rio Paraguai através do Tratado de Aliança, Comércio, Navegação e Extradicação, firmado entre Brasil e Paraguai em 1856, possibilitou que Cuiabá se tornasse polo de exportação de produtos regionais como charque, borracha, poaia e erva mate através de uma nova aquavia até o Estuário do Prata. Contudo, apesar de momentos pontuais de efervescência comercial, a baixa geração de excedentes econômicos provocou a relativa estagnação da população e do espaço urbano de Cuiabá ao longo do século XIX.

Na primeira metade do século XX o traçado de Cuiabá herdado do período colonial começou a ser rompido, em um processo lento e discreto de modernização da infra-estrutura da cidade. Já a partir do final do século XIX foram implantados alguns

serviços urbanos pela iniciativa privada, com destaque para o surgimento da linha de bonde por tração animal em 1891 e a instalação das primeiras ligações telefônicas em 1912. Transformações arquitetônicas de alguns casarões, introduzidas por imigrantes italianos e espanhóis, indicavam o desejo da elite local de acompanhar o que havia de mais moderno nas grandes capitais (Oliveira, 2018, p. 47). Mas foi apenas durante o Estado Novo sob a gestão do interventor Júlio Strubing Müller que ocorreram os primeiros esforços concentrados de modernização do espaço urbano cuiabano, com base em uma política fiscal centralista que assegurou às capitais recursos financeiros com que antes não contavam, somada aos primeiros esboços de políticas de ocupação da Amazônia e do Centro Oeste delineados por Vargas (Freire, 1997, p. 114). Durante este período foi realizada uma série de obras públicas, com destaque para a abertura da Avenida Getúlio Vargas, com caixa de 17 metros rompendo com o padrão tradicional de ruas estreitas, onde foram erguidas repartições de serviço público, o Cine Teatro e o Grande Hotel. Apesar destas transformações, Cuiabá seguia largamente isolada do território nacional: somente em 1950 se pôde falar por telefone interurbano de Cuiabá com o restante do Brasil e somente em 1952 começaram a correr linhas regulares de ônibus ligando Cuiabá aos demais centros do país (Póvoas, 1987, p. 55).

A construção das rodovias Cuiabá-PortoVelho (BR364) e Cuiabá-Santarém (BR163) transformaram a capital do Mato Grosso em uma das principais bases de operações da ocupação da fronteira agrícola amazônica, provocando a implosão da região central da cidade a partir da década de 1960. Obras de construção de avenidas e alargamento de ruas foram realizadas para dar vazão a um crescente fluxo de automóveis, com destaque para a duplicação das avenidas Tenente Coronel Duarte e Isaac Póvoas (radiais Leste-Oeste e Norte-Sul) e da avenida Miguel Sutil (perimetral projetada como via expressa da cidade). Simbolicamente, os principais espaços de poder no centro histórico foram redesenhados com uma linguagem mais adequada à nova fase da acumulação de capital e da organização do Estado: o Palácio dos governadores foi demolido em 1959 e substituído pelo Palácio Alencastro com uma típica arquitetura modernista, enquanto o prédio barroco da Catedral do Bom Jesus foi dinamitado em 1968 e substituído por um templo em estilo eclético e monumental (Bonfim, 2010, p.34). Apesar destas transformações, a antiga malha viária da região central de Cuiabá gradualmente tornou-se um obstáculo ao crescimento econômico da cidade, impulsionando a projeção de novas centralidades urbanas mais adaptadas às demandas

do capital ao longo da década de 1970. Neste contexto destaca-se a construção do Centro Político Administrativo a partir de 1971, desenhado para abrigar o gabinete do governador e as principais instituições públicas estaduais, tornando a avenida Historiador Rubens de Mendonça um dos principais eixos de especulação imobiliária da cidade. Simultaneamente, a implantação da Universidade Federal de Mato Grosso a partir de 1970 possibilitou a intensa valorização de áreas no eixo da Avenida Fernando Correa da Costa, deslocando populações de baixa renda e abrindo espaço a bairros de classes média e alta (Romancini, 2009, p.69).

Tabela 8: Evolução da população de Cuiabá entre 1970 e 1991

População	1970	1980	1991
Natural do município	85.512	114.196	209.590
Não natural do município	18.348	98.784	193.224
Natural do estado	93.137	164.302	273.795
Não natural do estado	7.723	48.678	129.019
Total	100.860	212.980	402.814

(Joanoni Neto, 2014, p. 194)

Enquanto fluxos de capital moldavam parcelas da cidade segundo seus critérios, fluxos migratórios em direção a Cuiabá a partir da década de 1960 provocaram um crescimento acelerado de sua população e uma multiplicação de formas ditas irregulares de apropriação do espaço urbano por trabalhadores desempregados e subempregados. Como ilustra a tabela 8, a população de Cuiabá quadruplicou entre 1970 e 1991 devido especialmente à contínua chegada de migrantes vindos de outras unidades da federação e/ou de outros municípios do estado do Mato Grosso, frequentemente após esforços frustrados de acesso à terra em projetos de colonização e áreas de posse ou após experiências de violência e super-exploração em aberturas de fazendas e áreas de garimpo. Com o deslocamento da elite cuiabana da região central da cidade para novas áreas em processo de valorização, casarões abandonados foram ocupados por pessoas designadas como “andarilhos”, “trecheiros” e “pés inchados”, enquanto praças do centro histórico foram crescentemente povoadas por meninos de rua, prostitutas e vendedores ambulantes. No mesmo contexto, em regiões periféricas da cidade propriedades privadas e públicas foram ocupadas por trabalhadores em busca de moradia, provocando a proliferação de bairros clandestinos carentes de infra-estrutura urbana básica.

Em reação, forjou-se um discurso nos principais órgãos da imprensa regional identificando a “cidade ilegal” como foco de desordem e violência e demandando mecanismos de controle capazes de subordiná-la aos parâmetros estabelecidos pelos aparelhos de Estado e pela acumulação de capital. Com a pretensão declarada de preservar parte da história e da tradição locais em meio ao processo de modernização da cidade, o tombamento de parte do centro histórico de Cuiabá nos anos 1980 justificou esforços para o deslocamento forçado da população “indesejável” que o ocupava. Situada em frente à Catedral, a Praça da República foi submetida a uma reforma e fechada por longo período com tapumes, em uma tentativa de despejar os mais diversificados vendedores de rua que ali se aglomeravam. Excluída do processo de tombamento, a região do Porto passou por um projeto de reurbanização buscando convertê-la em um centro de comércio e serviços, dotado de teatro, cinema, restaurantes e hotéis. Para tanto, o tradicional Mercado do Peixe foi transformado em museu e os feirantes locais foram transferidos para lugares mais higienizados e distantes do centro (Bonfim, 2010, p. 139).

Em regiões periféricas, políticas de reurbanização de loteamentos irregulares e de construção de conjuntos habitacionais para população de baixa renda foram frequentemente responsáveis por ampliar a segregação socio-espacial em Cuiabá. Neste processo destaca-se o Projeto Cura (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) implantado a partir de 1975 para reurbanizar os bairros do Quilombo, Araés e Lixeira, áreas periféricas que se tornaram centrais com o crescimento da cidade na direção do Centro Político Administrativo. Um dos principais resultados desta iniciativa foi a supervalorização do espaço não edificado entre a região central e o CPA, levando à gradual exclusão dos antigos moradores de menor poder aquisitivo deste corredor. No mesmo sentido, os conjuntos habitacionais construídos especialmente na primeira metade dos anos 1980 foram estrategicamente distribuídos de maneira a formar um cinturão distante da região central, valorizando as áreas intermediárias e agravando irracionalidades de um tecido urbano disperso (Biancardini Filho, 2014, p. 103). Durante este período, a expansão do perímetro urbano de Cuiabá foi ainda mais intensa que o crescimento populacional, saltando de 4,5 km² em 1960 para 251,94 km² em 1994 e dando origem a espaços vazios destinados única e exclusivamente à especulação imobiliária (Oliveira, 2018, p. 53).

Em meio a estas contradições, as áreas periféricas de Cuiabá tornaram-se um dos mais importantes laboratórios de reorganização da classe trabalhadora mato-grossense

durante o período de redemocratização do país. Os primeiros núcleos do Partido dos Trabalhadores no estado surgiram a partir das iniciativas de clérigos ligados à Paróquia Nossa Senhora do Rosário e de estudantes e professores da Universidade Federal de Mato Grosso junto aos loteamentos irregulares na periferia de Cuiabá. Segundo Thomas, contudo, o PT foi incapaz de alcançar dimensão massiva no estado devido à ausência em Mato Grosso de um movimento sindical forte e organizado como o que nascera no Centro-Sul do país na esteira das greves do ABC paulista após 1978 (Thomas, 2013, p. 74). Ao longo da década de 1980 foi o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) o principal canal de expressão política das camadas subalternas em Cuiabá, em especial devido aos laços construídos por Dante de Oliveira com os movimentos de ocupação urbana que lhe garantiram amplo apoio popular em sua eleição para a prefeitura em 1985.

Segundo Queiroz, a gestão Dante de Oliveira/Cel. Torquato de 1986 a 1988 construiu canais de aproximação e comunicação direta entre o representante do poder executivo municipal e os dirigentes de associações de moradores e clubes de mães de bairros periféricos da cidade. Contudo, ainda segundo a autora, múltiplos mecanismos de cooptação do movimento popular urbano foram mobilizados pela prefeitura durante este período, com destaque para o emprego de lideranças populares nos órgãos públicos e financiamento de entidades como forma de garantir apoio político; filiação de dirigentes de associações de moradores e vinculação da Federação das Associações de Moradores de Bairro (FEMAB) ao PMDB; criação de associações paralelas às existentes quando dirigentes locais pertenciam a forças de oposição ao prefeito (Queiroz, 2003, p. 178-179). Tais experiências ilustram desafios crônicos de organização da classe trabalhadora em escala nacional, intensificados em Mato Grosso devido à vulnerabilidade de suas organizações populares em um contexto de extrema violência e mobilidade.

Ao longo deste primeiro capítulo buscamos analisar a formação da sociedade mato-grossense entre as décadas de 1960 e 1980, destacando o modo como se articularam as contradições envolvendo a apropriação privada de terras públicas, a espoliação da força de trabalho e a produção do espaço urbano em uma região de fronteira agrícola. *Primeiramente*, destacamos o fato de que grande parte das terras desta região ainda não se havia no período convertido em propriedade privada regulada pelo mercado, ocasionando múltiplos choques entre diferentes formas de apropriação do espaço e, consequentemente, entre diferentes modos de vida e trabalho de diferentes forças sociais.

Assim, as tensões entre latifúndios, empresas agropecuárias, colonos, posseiros e povos indígenas representavam o embate entre os ditintos horizontes de ocupação da região, vista como espaço de agravamento ou de mitigação da concentração fundiária brasileira. *Em segundo lugar*, apresentamos esta área de fronteira agrícola como local em que massas de trabalhadores migrantes em processo de proletarização não foram absorvidas por um mercado de trabalho assalariado estruturado, mediado por relações contratuais e por mecanismos coercitivos estritamente econômicos sobre uma força de trabalho livre. Num contexto de luta aberta pela terra e expansão da atividade garimpeira, relações de produção e movimentos populacionais na região foram regulados por constante violência extra-econômica, expressa em relatos de servidão por dívidas de peões e de prostitutas. *Em terceiro lugar*, apresentamos esta área de fronteira agrícola como local onde se processou uma acelerada urbanização, dando origem a cidades que serviram não apenas como base de operações para a expansão do capital sobre a região, mas também como locus contraditório de re-socialização da massa de trabalhadores que para lá se dirigiram. Neste contexto, cidades de pequeno, médio e grande porte tornaram-se importantes arenas de conflito entre o planejamento do espaço por empresas e poder público e os fluxos de populações pobres não plenamente controladas pelos projetos do capital monopolista. Este conjunto de contradições envolvendo terra, trabalho e espaço urbano no Mato Grosso durante as décadas de 1960 e 1980 correspondeu a um processo de acumulação primitiva do capital que lançou as bases do que hoje é denominado “agronegócio”, conjunto de relações sociais a ser estudado no capítulo seguinte.

Capítulo 2: Terra, trabalho e espaço urbano no Mato Grosso (pós 1985)

Nosso objetivo ao longo deste segundo capítulo será investigar as continuidades e descontinuidades entre as relações sociais que hoje caracterizam o assim chamado "agronegócio" e aquelas que marcaram a agropecuária e a agroindústria durante a ditadura do capital sob tutela militar, tendo como foco prioritário o estado do Mato Grosso. Inicialmente vamos mapear as transformações econômicas e políticas em escala nacional que desde a década de 1980 deram origem ao assim chamado "agronegócio", simultaneamente destacando a preservação da concentração de terras e da violência contra trabalhadores rurais como obstáculos ao processo de redemocratização do país após 1985. Com base neste contexto geral, investigaremos a seguir a expansão do complexo carnes/grãos no Mato Grosso e as conseqüentes transformações dentre as diferentes frações da classe trabalhadora neste estado ao longo das últimas quatro décadas, de maneira a fundamentar a análise de entrevistas a ser realizada nos capítulos seguintes.

A consolidação do conjunto de relações sociais hoje denominado "agronegócio" remonta a uma série de transformações ao final da ditadura do capital sob tutela militar, que gradualmente colocaram em xeque as ferramentas que haviam promovido a modernização conservadora do campo brasileiro pós-1964. No início dos anos 1980 a crise da dívida provocou uma forte elevação da remessa dos juros pagos ao exterior pelo país, ao mesmo tempo em que se fechava nosso acesso ao mercado internacional de crédito especialmente após a moratória mexicana de 1982. O acirramento dos constrangimentos externos à economia brasileira levou o regime militar à adoção de ajustes econômicos para financiar o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos por meio da geração de saldos de comércio exterior, que praticamente haviam desaparecido no período de folgada liquidez internacional. Para tanto, adotou-se durante a primeira metade da década de 1980 uma política macroeconômica recessiva acompanhada por desvalorizações significativas da taxa de câmbio com o objetivo de estimular exportações. Neste contexto, particularmente as cadeias agroindustriais produtoras de *commodities* para o mercado internacional assumiram expressivo significado econômico e político, como fonte de divisas para enviar renda líquida ao exterior requerida por credores internacionais (Delgado, 2001, p. 33-34).

Simultaneamente, entretanto, a produção agrícola para mercado doméstico também apresentou na primeira metade da década de 1980 desempenho significativamente superior ao verificado nos anos 1970, quando a trabalhadores rurais com acesso parcial e precário à terra carregaram a maior parcela do ônus da modernização conservadora do campo. A partir de 1979, devido à escassez de recursos do poder público em meio à crise fiscal, restringiu-se crescentemente a disponibilidade de crédito rural subsidiado voltado até então preferencialmente para grandes propriedades e para culturas de exportação. Ademais, após 1980 aumentou a presença do governo na comercialização das safras por meio da política geral de preços mínimos, devido ao contexto de estrangulamento externo que tornava impossível garantir abastecimento interno estável e controle inflacionário através de importações de alimentos. Neste quadro, entre 1981 e 1985 verificou-se um crescimento no número de estabelecimentos com até 20 ha e uma diminuição da intensidade das migrações rurais-urbanas no Brasil, devido tanto à menor atratividade do mercado de trabalho urbano industrial quanto à intensificação da luta pela terra em todo país. Sobre essas bases, delineou-se um campo de tensão crescente acerca do papel e da configuração a ser assumida pela produção agropecuária em meio ao processo de redemocratização no Brasil (Delgado, 2010, p. 26-27).

Abriu-se neste momento um novo período de efervescência político-organizativa dentre trabalhadores rurais em todo o país, questionando de múltiplas formas o processo de contra reforma agrária imposto pela ditadura do capital sob tutela militar até então. Após longo período de relativa contenção da auto-organização dos trabalhadores rurais sob a estrutura sindical estabelecida pelo ETR, uma multiplicidade de organizações e grupos sociais emergiu ao longo da década de 1980: “atingidos por barragens” embargavam obras e exigiam assentamento em áreas próximas e de qualidade equivalente às que estavam sendo obrigados a abandonar; seringueiros realizavam grandes mobilizações ou “empates” para impedir a derrubada de árvores para limpeza de terrenos e formação de pastagens; pequenos fornecedores de matéria prima organizavam-se contra sua subordinação às agroindústrias e por uma política agrícola que os amparasse; trabalhadores rurais “sem terra” acampavam em beiras de estradas e ocupavam latifúndios para pressionar o poder público por desapropriações previstas no Estatuto da Terra; “bóias frias” realizavam greves para questionar precárias condições de trabalho e de vida em periferias de pequenas e médias cidades. Tamanho ascenso de lutas dos trabalhadores rurais trouxe a tona novos desafios ao debate sobre a reforma agrária,

recolocando-a como um dos temas centrais do processo de redemocratização (Grzybowski, 1987, p. 75).

Paralelamente, as classes dominantes rurais também passaram por um amplo processo de reorganização em meio à crise das estruturas de poder oligárquico locais e regionais, pressionadas tanto pela crescente intervenção militar centralizadora quanto pelo ascenso de lutas de trabalhadores rurais que marcaram o período final da ditadura. Ao longo da década de 1980 complexificaram-se os canais de representação deste setor na medida em que se reduziu o significado político da estrutura sindical patronal rural, enquanto multiplicavam-se as associações por produto e formava-se uma bancada ruralista organizada para combater a perspectiva de uma reforma agrária no Parlamento. Neste contexto, gradualmente ganhou forma uma nova retórica que auto-representava as classes dominantes no campo como modernos produtores e empresários, adaptados à integração da propriedade rural ao capital industrial e financeiro e a parâmetros tecnológicos e administrativos novos decorrentes da internacionalização da economia. Em contraponto, organizações de trabalhadores rurais que questionavam a concentração da estrutura fundiária brasileira foram crescentemente representadas como defensoras de formas arcaicas de produção agropecuária, incapazes de mobilizar os recursos técnicos e organizativos então demandados pelos mercados nacional e internacional. Possivelmente a mais significativa das novas organizações patronais deste período foi a União Democrática Ruralista, nascida em 06/1985 em reação tanto ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra quanto à apresentação do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. A UDR foi ponta de lança da defesa incondicional do domínio privado absoluto sobre a propriedade territorial rural e da inevitabilidade da violência para combater as assim chamadas “invasões” e desapropriações de terras, impondo-se também como principal articuladora do lobby ruralista durante a Assembleia Constituinte. Reafirmava desse modo o caráter ambivalente do patronato rural brasileiro, que simultaneamente buscava apresentar-se como progressista e liberal enquanto reatualizava velhas concepções e práticas de dominação, com destaque à formação de milícias privadas e à cooptação de polícias locais na repressão a movimentos populares (Bruno, 1997, p.47).

As trajetórias da proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária ao longo de 1985 e do processo constituinte entre 1987-1988 ilustraram de maneira precisa a correlação de forças no interior da sociedade brasileira, resultando em uma vitória da

grande propriedade fundiária que preparou o caminho à consolidação do “agronegócio” tal como hoje o conhecemos. Elaborada no início da Nova República com a participação de históricos defensores da reforma agrária e de assessores vinculados à Contag e demais entidades de trabalhadores rurais, a proposta do PNRA tinha como objetivo imediato o assentamento de 1,4 milhão de famílias sem terra ou com pouca terra em 43 milhões de hectares durante o período de 1985 a 1989. Priorizava para tanto os mecanismos previstos no Estatuto da Terra que haviam permanecido letra morta durante a ditadura, destacando-se a desapropriação por interesse social e a seleção de áreas prioritárias a serem submetidas a transformações fundiárias amplas, não restritas a intervenções pontuais em focos de conflito. Entretanto, o “moderno” empresariado do Centro-Sul mesclado a “arcaicos” latifundiários de áreas de fronteira agrícola mobilizou-se para impor à proposta do PNRA sucessivas reformulações que gradualmente esvaziaram seu potencial para transformar a estrutura fundiária brasileira. Paralelamente, uma burocracia estatal formada durante a ditadura mostrou dificuldades em se relacionar com os movimentos sociais que então emergiam, reproduzindo uma cultura institucional que identificava reforma agrária a colonização. Como consequência, os resultados do PNRA ficaram significativamente aquém de suas metas: segundo dados do Incra, foram assentadas entre 1985 e 1989 apenas 83.687 famílias (Medeiros, 2003, p. 38-39).

Por sua vez, a Constituição Federal de 1988 no que toca à reforma agrária combinou avanços formais a recuos significativos de conteúdo em relação ao que havia sido estabelecido pelos governos militares. Pela primeira vez na história brasileira a reforma agrária mereceu tratamento específico no texto constitucional, compondo o Capítulo III (Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária) do Título VII (Ordem Econômica e Financeira). Por um lado, estabeleceu-se no artigo 184 que compete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária os imóveis rurais que não estejam cumprindo sua função social, definida no artigo 186 como atendimento simultâneo a quatro requisitos: aproveitamento racional adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Por outro lado, o texto constitucional determinou que as desapropriações deveriam ser feitas mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real e resgatáveis no prazo de até vinte anos. Recuou deste modo em relação ao AI n° 9, de 25/04/1969, que havia eliminado

como vimos acima a exigência de pagamento antecipado das desapropriações. Ademais, o artigo 185 da Constituição tornou insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária as “propriedades produtivas” mesmo que não estejam cumprindo os demais critérios da função social, dando origem a uma clara contradição em relação ao que havia sido estabelecido no artigo constitucional imediatamente anterior (Silva, 1989, 201). Dedicada a regulamentar os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, a Lei n. 8.629 de 25/02/1993 manteve a tensão entre requisitos para o cumprimento da função social e a definição de quais propriedades produtivas não poderiam ser desapropriadas. Em meio a esta ambiguidade, a Lei determinou que em caso de desapropriações para fins de reforma agrária o proprietário poderia levar aos tribunais o julgamento do mérito, ao contrário das desapropriações por utilidade pública em que o proprietário só poderia discutir na Justiça o valor fixado para ressarcimento. Com isso, o processo de reforma agrária tornou-se refém de disputas judiciais que poderiam se arrastar por longos anos, durante os quais os valores das indenizações alcançavam frequentemente cifras exorbitantes e altamente lesivas ao erário público (Medeiros, 2003, p. 42).

Em meio a estes embates, os mecanismos de política agrícola que haviam impulsionado a modernização conservadora pós-1964 entraram em colapso na segunda metade da década de 1980. O agravamento da crise fiscal do Estado levou à queda abrupta dos subsídios do crédito agrícola com o fim em 1986 da “conta movimento” do Banco Central com o Banco do Brasil, mecanismo que permitira ao BB financiar-se automaticamente e garantir liquidez para o conjunto de políticas agrícolas e comerciais. Paralelamente, os planos de combate à inflação tiveram forte impacto desestabilizador sobre os preços agrícolas: a partir de 1986 alternaram-se períodos de implementação dos planos, desindexação da economia e queda da inflação (que provocavam fuga de capital de ativos financeiros em direção ao mercado de terras e estoques agrícolas, aumentando sua demanda e preço), com períodos de fracasso dos planos, reindexação da economia e retomada da inflação (que provocavam retorno do capital aos ativos financeiros desde o mercado de terras e estoques agrícolas, diminuindo sua demanda e preço). Esta oscilação agravou as condições financeiras dos agricultores, que aumentavam sua capacidade e disposição de se endividar em momentos de aumento dos preços agrícolas e viam-se estrangulados em momentos de queda. Neste contexto, a produção agrícola que crescera a taxa anual de 3,2% no período 1980-1989 (desempenho excepcional em comparação

com a taxa anual de crescimento de 1,3% da indústria no mesmo período) mergulhou em grave crise nos biênios 1989/1990 e 1990-/1991 (Rezende, 2003, p. 151).

Em resposta ao cenário de desorganização dos mecanismos públicos de regulação da produção agropecuária no Brasil, os anos 1990 foram marcados por uma virada neoliberal caracterizada pela diminuição ou remoção de tarifas para importação, pela preservação (entre 1994 e 1998) de uma taxa de câmbio sobrevalorizada e pela desregulamentação de políticas de fomento industrial e agrícola, caracterizando um abandono dos esforços de promoção de exportações agrícolas e agroindustriais que haviam marcado a década de 1980. O retorno a uma conjuntura internacional de liquidez aos países ditos “emergentes” sustentou momentaneamente a crença de que a abertura comercial e financeira de suas economias resolveria por outras vias o problema crônico da dependência de recursos externos (Delgado, 2012, p. 85). Neste contexto, foram desmontados os institutos de fomento por produto, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Instituto Brasileiro do Café (IBC), Centro do Trigo Nacional do Banco do Brasil – Departamento do Trigo Nacional da SUNAB (CNTRIN-DTRIG). Paralelamente, a política de formação física de estoques públicos e de intervenção estatal na formação de preços mínimos foi reduzida substancialmente e substituída por prêmios pagos pelo poder público à iniciativa privada para comprar e transportar produtos agrícolas. Por fim, o crédito rural foi reduzido ano a ano e substituído por mecanismos como as Cédulas do Produtor Rural (CPRs), a partir das quais agroindústrias e tradings financiariam o produtor agrícola em troca da venda antecipada de sua produção. O resultado deste conjunto de medidas foi um baixo crescimento do PIB e das exportações agrícolas, formação de crescentes déficits comerciais entre 1994 e 1998, queda acentuada da rentabilidade bruta das atividades agrícolas em comparação aos anos 1980 e queda dos preços dos imóveis rurais por toda a década de 1990 (Graziano, 1999, p. 81-83).

Face este relativo desmonte dos mecanismos públicos de política agrícola, aumentou de maneira acentuada nos anos 1990 o poder de grandes empresas transnacionais na regulação dos complexos agroindustriais brasileiros. Segundo Benetti, o setor de alimentos, bebidas e fumo (A&B&F) liderou a onda de fusões e aquisições que marcou a economia brasileira entre 1992-98, acumulando 208 operações contra 142 do segundo colocado dentre os setores com maior número de transações neste período. Segundo a autora, este processo de concentração agroindustrial foi marcado por uma participação crescente do capital estrangeiro na ponta compradora: a relação entre fusões

operadas pelo capital internacional no total das operações em A&B&F no mercado brasileiro subiu de 10% em 1992-1993 para 41% em 1994-1996, indicando uma significativa desnacionalização dos ativos no setor (Benetti, 2004, p. 28-29). Data deste período o ingresso de algumas das maiores tradings transnacionais no complexo soja brasileiro, com destaque para o grupo *Bunge* a partir da incorporação em 1997 da Ceval Ltda. e para o grupo *ADM* a partir da aquisição no mesmo ano das plantas industriais de soja da Sadia S. A.. Composto com os grupos *Louis Dreyfuss* e *Cargill* as quatro gigantes do grão, este oligopólio transnacional controlava em 2005 cerca de 48% da capacidade de esmagamento de soja e 60% da exportação de soja in natura e processada no Brasil (Frederico, 2008, p. 123-124). Data deste período também a intensificação do processo de transnacionalização da indústria de sementes no Brasil, com destaque para a aquisição do setor de sementes do grupo Agrocere pela Monsanto em 1998. Especialmente após o fortalecimento no Brasil de mecanismos legais de apropriação privada dos resultados da engenharia genética com a aprovação da Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456 de 25/04/1997), diminuiu significativamente a participação do setor público e cooperativo neste mercado e multiplicaram-se os canais de subordinação da produção agropecuária à indústria de insumos biotecnológicos (Wilkinson e Castelli, 2000, p. 120-127).

Em meio a estas transformações, foi criada em 05/1993 mais uma entidade de representação patronal ligada à agricultura: a Associação Brasileira de “Agribusiness” (Abag). Até então este termo havia sido utilizado no Brasil predominantemente no debate acadêmico para se referir a nexos entre indústria de insumos para a agricultura, produção agropecuária propriamente dita, agroindústria processadora e os serviços correlacionados. A Abag buscou trazer esta abordagem sistêmica para o campo da elaboração política com o objetivo de ultrapassar as fronteiras da defesa de interesses estritamente ruralistas e fortalecer a cadeia do “agronegócio” na construção de um projeto conjunto do empresariado brasileiro, pautado na defesa da internacionalização da economia e na crítica à ineficiência da máquina estatal. Para tanto a diretoria e o conselho administrativo da entidade reuniam não apenas grandes proprietários fundiários, mas também empresas ligadas a exportação e importação, empresas de implementos agrícolas e empresas agroindustriais, além de representantes do setor cooperativista, bancário e de pesquisa (Bruno, 1997, p. 37). Entretanto, esta modernização da retórica e da organização das classes dominantes no campo brasileiro permaneceu indissociavelmente vinculada à reprodução das tradicionais práticas de violência extra-legal como ferramenta para preservar intocado o caráter excepcionalmente concentrado de nossa estrutura fundiária.

A União Democrática Ruralista que havia oficialmente se autodissolvido no início dos anos 1990 reapareceu no cenário político nacional em meados da década em reação ao ascenso de ocupações de trabalhadores rurais sem terra, especialmente na região do Pontal do Paranapanema em São Paulo. No mesmo período, os massacres de Corumbiara em 08/1995 e Eldorado dos Carajás em 04/1996 tornaram-se símbolos do caráter ambivalente da modernização econômica e política do patronato rural.

Gráfico 1: Número de ocupações de terra no Brasil (1988-2016)

Gráfico 2: Número de famílias em ocupações de terras no Brasil (1985-2016)

Após estes episódios, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra assumiu protagonismo crescente dentre as lutas populares no Brasil, em um contexto de refluxos das categorias mais combativas de assalariados rurais e urbanos ao longo dos anos 1990. O MST foi um dos principais organizadores do expressivo aumento no número de ocupações de terra ocorrido durante os governos Fernando Henrique Cardoso, como ilustram os gráficos 1 e 2 baseados no Banco de Dados de Luta pela Terra (Dataluta). Apesar de sua crescente relevância política, tornaram-se neste período cada vez mais flagrantes os muitos desencontros entre as perspectivas abertas pela ação de movimentos sociais e os referenciais ideológicos que orientavam a sua intervenção na arena política.

Por um lado, segundo a leitura de José de Souza Martins, agências de mediação da luta pela reforma agrária frequentemente pautaram seu discurso por um superdimensionamento do significado político do campesinato sem terra, interpretado como centro de um projeto histórico de rejeição em bloco das complexidades do mercado globalizado desde valores agrários da economia mercantil simples (Martins, 2000, p. 48). Por outro lado, estas mesmas agências de mediação contraditoriamente pautaram-se por um subdimensionamento do significado político do campesinato sem terra, reduzindo-o à função histórica de desestabilização da ordem para viabilizar o acesso à cena política de outras forças sociais e aparelhos partidários através da eleição (Martins, 2000, p. 144). Desta maneira, a bricolagem confusa destas leituras polares ilustrava a incapacidade destas agências de mediação de elaborar um projeto social e político possível naquela conjuntura histórica a partir do espontaneísmo fragmentário da luta das famílias sem terra.

O governo Fernando Henrique Cardoso reagiu ao protagonismo político do MST de maneira marcadamente ambígua, avançando na formação de assentamentos de reforma agrária assim como na criação de mecanismos de criminalização de movimentos sociais. Em um contexto de relativa redução do preço da terra devido à crise agrícola, a segunda metade da década de 1990 foi o período com maior número de famílias sem terra assentadas durante toda a Nova República, como ilustram os gráficos 3 e 4 baseados no Banco de Dados de Luta pela Terra (Dataluta)¹¹. Em uma medida inédita de combate à grilagem de terras no país, a Portaria nº 558 de 15/12/1999 cancelou inicialmente o cadastro de 3.065 grandes propriedades com área igual ou superior a 10.000 hectares e com indícios de fraudes em sua titulação, perfazendo um total de 93 milhões de hectares (Guiducci Filho, 2001, p. 73). Simultaneamente, o governo federal por meio do Decreto nº 2.250 de 11/06/1997 determinou que imóveis objetos de “esbulho possessório” (as assim chamadas “invasões”) não poderiam ser vistoriadas e, consequentemente, desapropriadas enquanto não cessada a ocupação. Quatro anos mais tarde, a Portaria nº 62-27 de 27/03/2001 endureceu estes critérios ao determinar que os imóveis rurais

¹¹ Existe um infundável debate acerca do número de famílias assentadas durante os governos FHC. O número oficial anunciado pelo governo à época foi de 584,6 mil famílias entre 1995 e 2001. Scolese destaca que esta cifra incluía famílias que haviam recebido permissão para entrar em qualquer área adquirida pelo governo federal, mesmo quando ainda não estavam na terra. Incluía também a capacidade total do assentamento, sem que efetivamente se soubesse se todos os lotes estavam ocupados. Incluía ainda famílias que ocupavam determinada área há décadas e pela primeira vez receberam parcela de crédito agrário ou tiveram sua situação fundiária regularizada. Incluía por fim terrenos vazios como “novos assentamentos” (as chamadas “áreas fantasmas”) e não subtraía as famílias que abandonavam os lotes por problemas de crédito e infra-estrutura (Scolese, 2005, p. 82-83).

objetos de “esbulho possessório” não poderiam ser vistoriados pelo prazo de dois anos, prorrogáveis por igual período em caso de reincidência. Determinou-se também a exclusão de beneficiários do programa de reforma agrária que participassem de qualquer modo de “invasões” de terras de domínio público ou privado. Em um contexto de acirramento e impunidade da violência patronal no campo, tais medidas contribuíram para diminuir de maneira significativa qualquer margem de diálogo possível entre o poder público federal e os movimentos sociais em luta pela reforma agrária neste período (Guiducci Filho, 2001, p. 68).

Gráfico 3: Número de assentamentos rurais criados no Brasil (1985-2016)

Gráfico 4: Número de famílias assentadas no Brasil (1985-2016)

As iniciativas de política agrária dos governos Fernando Henrique Cardoso foram sistematizadas em 1999 no documento “*Novo Mundo Rural*”, consolidando uma nova orientação à intervenção do Estado no quadro fundiário brasileiro conhecida como “reforma agrária de mercado”. Em primeiro lugar, esta nova perspectiva implicava em uma ampla descentralização administrativa por meio da atribuição de novas responsabilidades a governos estaduais e municipais no que toca à arrecadação de terras para reforma agrária, tendo em vista as necessidades de infra-estrutura, crédito e

assistência técnica em escala regional e local. No mesmo sentido, diversas atribuições do Incra (topografia, demarcação de lotes, construção de infra-estrutura básica, elaboração do plano de desenvolvimento do assentamento) passaram a ser responsabilidade dos assentados por meio de suas associações. Ainda no mesmo contexto, propunha-se a emancipação rápida dos assentamentos (dois ou três anos após a demarcação das terras), acelerando-se a transformação dos assentados em agricultores familiares plenos e capazes de pagar pela terra que receberam (Medeiros, 2003, 56-57).

Em segundo lugar, o “*Novo mundo rural*” propunha que o assentado fosse visto como um “empreendedor” que deveria ajustar-se aos critérios de competitividade do mercado o mais rápido possível, em uma leitura marcadamente produtivista do processo de reforma agrária. Para tanto, o antigo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) foi substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), assim dividido em grupos de acordo com a renda bruta familiar anual segundo valores de 2010: assentados da reforma agrária (Grupo A); agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 4 mil e que obtenham ao menos 30% desse valor da atividade agropecuária (Grupo B); agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 4 mil até R\$ 18 mil e que obtenham ao menos 60% dos seus rendimentos da atividade agropecuária (Grupo C); agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 18 mil até R\$ 50 mil e que obtenham ao menos 70% dos seus rendimentos da atividade agropecuária (Grupo D); agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 50 mil até 110 mil e que obtenham ao menos 80% dos seus rendimentos da atividade agropecuária (Grupo E). Embora o volume de recursos disponibilizados pelo Pronaf tenham aumentado significativamente ao longo dos dez anos posteriores a sua criação, eles se concentraram cada vez mais nos grupos de maiores rendas: em 2007 os grupos D e E receberam 60% do crédito para agricultura familiar, enquanto os grupos A e B receberam apenas 10% (Costa e Gonçalves, 2012, p. 102).

Em terceiro lugar, o “*Novo mundo rural*” previa a valorização do mercado como mecanismo para ampliar o estoque de terras destinado à reforma agrária, em complemento e substituição aos processos de desapropriação por interesse social, caracterizados no documento como extremamente lentos e custosos ao erário público. Para tanto, a Lei Complementar n° 93 de 4/02/1998 criou o Banco da Terra com recursos do governo federal, governos estaduais e Banco Mundial, voltados a financiar associações de trabalhadores rurais interessados em comprar terra de um ou mais proprietários dispostos

a vender-lhes o imóvel nas condições especificadas pelo programa. Segundo o governo federal, este mecanismo promoveria a neutralização de conflitos fundiários e a desideologização da reforma agrária, supostamente transformada em ato de racionalidade econômica em meio à queda do preço das terras. Em contraponto, seus críticos consideravam que este mecanismo representava o abandono de qualquer projeto real de democratização do acesso à terra, colocando a reforma agrária definitivamente sob o controle econômico e político dos grandes proprietários de terras (Peixoto, 2017, p. 210).

A crise cambial de 1999, ecoando aquela de 1982, marcou uma nova retração de liquidez internacional e o início do período final de consolidação do que Guilherme Delgado chamou de *economia do agronegócio* no Brasil. O acúmulo de déficits em conta corrente entre 1994 e 1999, somado a crises financeiras recorrentes no mercado internacional, levaram ao ataque especulativo contra a moeda brasileira entre 12/1998 e 01/1999. Esgotado o regime cambial anterior, o Brasil foi obrigado a desvalorizar sua moeda e aceitar novos empréstimos condicionados do FMI, como fizera no início dos anos 1980. Neste contexto, o setor agrícola e agroindustrial para exportação voltou a ser chamado a responder ao estrangulamento externo por meio da formação de saldos comerciais. Ainda no segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), o agronegócio contou com o *Programa Brasil em Ação*, conjunto de compromissos de investimento em obras rodoviárias, ferroviárias e portuárias visando incorporar novos territórios e corredores de escoamento à produção agrícola e agroindustrial, posteriormente retomado e aprofundado nos governos Lula (2002-2010) sob o *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC). Paralelamente, estabeleceu-se uma tendência à retomada do crédito rural a partir do *Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras* (Moderfrota), posteriormente mantida e ampliada sob os governos Lula. Segundo Guilherme Delgado, tomando-se a média do triênio 1999-2001 como referência, entre 2001 e 2010 o crédito rural concedido no Brasil cresceu 148% (9,5% ao ano), composto por recursos públicos em 2/3 do total. Subvenções financeiras inscritas no crédito rural totalizaram entre 2000/2010 cerca de R\$86,6 bilhões de reais (a preços de 2010), cerca de R\$7,9 bilhões de reais anuais médios, distribuídos em subvenções de juros, subvenções da política de preços e subvenções para a rolagem da dívida agrária (Delgado, 2012, p. 103-104)

Estas transformações foram concomitantes a uma elevação geral do preço das *commodities* agrícolas e agroprocessadas no mercado mundial e à emergência dos chamados “biocombustíveis” ou “combustíveis verdes” enquanto pauta global do capital. A perspectiva de escassez de combustíveis fósseis somada à instabilidade de seu mercado estimulou a busca de fontes de energia a partir de produtos vegetais com fortes impactos sobre a distribuição de lavouras e sobre as correlações de forças no campo brasileiro. Paralelamente, investimentos especulativos em preços agrícolas e os processos de industrialização e urbanização acelerado de China e Índia abriram um cenário favorável no mercado internacional às burguesias agrária e agroindustrial de países como o Brasil. Em uma transformação geopolítica de consequências ainda imprevisas, a parcela dirigida à China (incluindo Hong Kong e Macau) de todas as exportações brasileiras aumentou de 2,8% em 2000 para 29,2% em 2019, enquanto a participação dos EUA dentro deste conjunto caiu de 23,9% para 13,2% neste mesmo período conforme mostra o gráfico 5. Este incremento das relações comerciais com a China levou a um aumento da exportação brasileira de produtos básicos como minério de ferro e soja em grãos e ao aumento de importações especialmente de produtos manufaturados, provocando o enfraquecimento de determinadas cadeias produtivas industriais nacionais enquanto se fortaleciam cadeias produtivas ligadas às *commodities* minerais e agrícolas (Fearnside e Figueiredo, 2017). Neste contexto, entre 2001 e 2008 o Brasil saltou de sexto para terceiro maior exportador mundial de *commodities* agrícolas, atrás apenas de Estados Unidos e União Européia (*Estado de São Paulo*, “Brasil supera Canadá e se torna o terceiro maior exportador agrícola”, 7/3/2010).

Gráfico 5: Participação de China e EUA nas exportações brasileiras (2000-2019)

(Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços)

Gráfico 6: Exportações brasileiras por fator agregado (2001-2019)

(Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços)

Este desempenho permitiu às burguesias agrária e agroindustrial reforçar sua posição dentre as frações da classe dominante que compõem o bloco no poder no Brasil. Acelerou-se neste período a construção de um “moderno” arco de relações que se estende desde conglomerados financeiros até instituições acadêmicas, responsável por apresentar o “agronegócio” como a melhor oportunidade de articulação do país com a economia internacional, por remover quaisquer obstáculos à expansão do mercado fundiário e de *commodities* e por multiplicar os canais de pressão e barganha no interior do Estado. Ponta de lança neste processo, a assim chamada bancada ruralista dedica-se a articular em favor do “agronegócio” diversas modalidades de políticas públicas no campo brasileiro: distribuição desigual de crédito rural favorável a grandes produções, renegociação periódica das dívidas agrícolas, incentivos fiscais à conformação de distritos agroindustriais, construção de eixos modais de escoamento de produtos agropecuários destinados à exportação, etc. (Heredia, Palmeira e Leite, 2010, p. 166). Apesar de sua retórica modernizante, a bancada ruralista segue baseada na tríade *relações de parentesco/cargos públicos eletivos ou não/patrimônio fundiário*, marca do atraso continuamente modernizado que perpetua oligarquias no interior do Congresso Nacional. Em pesquisa acerca dos membros desta bancada entre 1994 e 2010, Costa identificou 408.982 hectares em nome de deputados ruralistas e outros 434.319 hectares em nome de empresas declaradas por deputados ruralistas, de acordo com dados do cadastro do Incra. Segundo esta autora, cerca de 42,38% da área em nome de deputados ruralistas e 62,25% da área em nome de suas empresas correspondiam a grandes propriedades improdutivas (Costa, 2012, 234-237). Costa ainda destaca como característica marcante na ação política

ruralista a projeção de familiares a cargos eletivos municipais, estaduais e federais: levantamento de 08/2017 da Revista Congresso em Foco revelou que pelo menos 319 deputados (62%) e 59 senadores (73%) da legislatura em vigência tinham laços de sangue com outros representantes políticos, destacando a relevância das relações de parentesco para a perpetuação do poder econômico e político no Brasil (Revista Congresso em Foco, “Congresso, um negócio de família: seis em cada dez parlamentares têm parentes na política”, 01/08/2017).

Aprisionado pelos mesmos mecanismos de ajustamento constrangido às demandas do mercado internacional mobilizados pelo segundo governo Fernando Henrique Cardoso, os governos Lula entre 2003 e 2010 sacrificaram em escala crescente o compromisso histórico do Partido dos Trabalhadores com a bandeira da reforma agrária. No início do primeiro mandato de Lula foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária, cujas metas incluíam para o quadriênio 2003-2006 assentamento de 400 mil famílias, regularização fundiária de 500 mil posses e venda de terras para outras 150 mil famílias através do Programa Nacional de Crédito Fundiário (anterior Banco da Terra). Como ilustram as figuras 1 e 2, o primeiro governo Lula ficou aquém destas metas, apesar do significativo aumento do número de famílias assentadas entre os anos 2005 e 2006¹². No segundo mandato de Lula foi explicitamente abandonado qualquer projeto de democratização do acesso à terra no país, na medida em que não foi elaborado um novo Plano Nacional de Reforma Agrária para o período e o número de famílias assentadas caiu dramática e continuamente entre 2007 e 2010. Implementou-se em realidade uma aberta contra reforma agrária, uma vez que a política fundiária deste quadriênio foi pautada por uma ampla legalização da grilagem de terras públicas na Amazônia Legal: as Medidas Provisórias 422 (Lei nº 11.763 de 01/08/2008) e 458 (Lei nº 11.952 de 25/06/2009) estabeleceram o programa Terra Legal e possibilitaram a regularização fundiária de ocupações de terras públicas na Amazônia Legal com até 15 módulos fiscais (isto é, até o máximo de 1.500 hectares). Segundo Therry, Mello, Hato e Girardi, estabelecimentos com até 4 módulos fiscais ocupavam menos de 11,5% da área passível de regularização, enquanto estabelecimentos acima deste patamar ocupavam 88,5% da área regularizável (Therry, Mello, Hato e Girardi, 2012, p.47)

¹² Existe um infundável debate acerca do número de assentamentos realizados durante o primeiro governo Lula. Segundo Oliveira, foram emitidas pelo Incra 448.954 Relações de Beneficiários naquele período, mas apenas 163 mil famílias referentes a assentamentos novos. As demais famílias seriam referentes à regularização fundiária (113 mil), reordenação fundiária (171 mil) e reassentamentos de atingidos por barragens (2 mil) (Oliveira, 2010, p. 308).

Ao longo dos anos 2000 esvaiu-se em grande medida a relevância política que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra havia conquistado na década anterior. Por um lado, o decréscimo do número de ocupações de terra realizadas no Brasil a partir de 2005 foi resultado da redução da taxa de desemprego, da valorização do salário mínimo e da ampliação de políticas públicas de transferência de renda, que levaram a uma diminuição do apelo da reforma agrária dentre a base social mobilizada pelo movimento. Por outro lado, tratou-se de uma opção política especialmente do MST pela manutenção da defesa de um governo que assentava número cada vez menor de famílias, mas criava e ampliava significativamente recursos de programas como o *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera* (conjunto de projetos educacionais especificamente voltados para assentados e acampados), *Programa de Aquisição de Alimentos - PAA* (aquisição de produtos da agricultura familiar para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar) e *Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE* (utilização de ao menos 30% dos recursos da alimentação escolar na compra de produtos da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária). Soma-se a este quadro o fato de que o governo Lula não revogou, mas recuou na aplicação dos decretos e portarias baixados por FHC que haviam aprofundado a criminalização dos movimentos de luta pela terra ao final da década de 1990 (Albuquerque, 2006, p.105).

Em seu 6º Congresso realizado em 02/2014, o MST buscou enfrentar as contradições de sua aliança com o governo federal através da perspectiva de construção da chamada “*reforma agrária popular*”, em contraposição à “*reforma agrária clássica*”. Segundo esta proposta, o capitalismo mundial entre as décadas de 1980 e 1990 teria entrado em uma nova fase caracterizada pela hegemonia do capital financeiro, o que no Brasil teria levado ao aprofundamento do modelo do “agronegócio” e à inviabilização da realização de uma “*reforma agrária clássica*”, baseada em uma aliança com aqueles setores mais progressistas da burguesia industrial para superar relações sociais atrasadas no campo e promover o desenvolvimento capitalista nacional relativamente autônomo. Em contraponto, a “*reforma agrária popular*” se basearia em uma aliança dos trabalhadores do campo e da cidade a partir de um projeto de desenvolvimento agroecológico para além dos limites do capitalismo, em um embate contra o latifúndio e contra o domínio do capital financeiro e de empresas transnacionais sobre o campo. Segundo esta leitura, a realização da “*reforma agrária popular*” teria como desafio central o acúmulo de forças dentre as massas trabalhadoras com vistas a democratizar do Estado, seja por meio da difusão no interior da sociedade civil dos projetos de reformas (com

especial destaque à reforma agrária), seja por meio da eleição de representantes políticos comprometidos com esta concepção de desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido, apesar da retórica radical da “nova concepção de reforma agrária”, seu encaminhamento político não fez mais que reafirmar o caráter subsidiário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aos projetos eleitorais do Partido dos Trabalhadores (Brito, 2015, p. 71).

Expressão mais acabada do paradoxo das políticas de reforma agrária no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra concentra atualmente 100 cooperativas, 96 agroindústrias, 1.900 associações e 350 mil famílias assentadas em 88 mil hectares. Segundo reportagem da Revista Exame de maio de 2020, algumas das cooperativas ligadas ao movimento apresentam faturamento significativo, como a Cooperoeste de Santa Catarina, com uma receita anual que então ultrapassava R\$200 milhões de reais¹³. Dentro deste contexto, ao longo da década de 2010 o MST realizou um esforço crescente em ocupar nichos de mercado especialmente de alimentos orgânicos, tanto diretamente por meio das feiras da reforma agrária realizadas em diversas cidades do país quanto indiretamente por meio de parcerias entre o movimento e empresas do “agronegócio”. Dentro deste contexto, Ana Elisa Cruz Correa oferece como exemplo a compra anunciada durante a Rio+20 em junho de 2012 de 15 milhões de toneladas de arroz orgânico da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (RS) pelo Grupo Pão de Açúcar, maior transação já realizada entre o movimento e uma cadeia de supermercados, intermediada pelo programa Brasil Sem Miséria do governo federal (Correa, 2018, p. 93). No mesmo contexto, destaca-se também o lançamento de um fundo de investimentos no primeiro semestre de 2020 batizado de Finapop (Financiamento Popular), gerenciado em parceria entre cooperativas do MST e uma corretora de investimentos para possibilitar que pequenos investidores coloquem seu dinheiro em projetos sustentáveis da agricultura familiar em troca de um retorno pré-fixado pouco acima da valorização da poupança. Segundo reportagem do site do MST, a primeira cooperativa a ser financiada com um aporte de R\$ 1 milhão será justamente a Coopan (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita – RS), considerada a maior produtora de arroz orgânico da América Latina que também contaria com sua criação própria e abatedouro de carne suína e leite¹⁴.

¹³ Revista Exame, “MST lança fundo de investimento e capta R\$1 milhão no mercado financeiro”, 22/05/2020

¹⁴ MST, “Fundo de investimento permite financiar cooperativas de pequenos agricultores”, 22/05/2020.

Em clara expressão de desencontro entre as elaborações ideológicas e a prática concreta de um movimento social, a despeito de sua retórica aparentemente radical a assim chamada “reforma agrária popular” vem se caracterizando pelo crescente abandono da tática de ocupações de terra e por esforços de convivência pacífica com o “agronegócio”. Atendendo a demandas das famílias assentadas vinculadas ao movimento e pressionado pela restrição de desapropriações para fins de reforma agrária ao longo da década de 2010, o MST tende cada vez mais claramente ao abandono de perspectivas de transformação radical das relações que historicamente caracterizaram a sociedade e o campo brasileiros. A trajetória do MST simboliza assim o estreitamento de horizontes da reforma agrária, considerada originalmente questão estratégica do processo de redemocratização do país e reduzida hoje à gestão da subalternidade da agricultura familiar face o “agronegócio”.

O impeachment da presidente Dilma Rousseff concluído em 08/2016 representou o coroamento da dialética que marcou os governos federais a partir de 2003, caracterizada pelo acúmulo de forças daqueles setores historicamente contrários ao Partido dos Trabalhadores e pelo enfraquecimento de alguns dos movimentos populares que haviam atuado como esteio às conquistas eleitorais deste partido ao longo das últimas décadas. Entre 2010 e 2015 o número de assentamentos criados diminuiu significativamente em comparação com o primeiro e o segundo governos Lula, equiparando os governos Dilma Rousseff apenas aos governos Fernando Collor/Itamar Franco quanto à reforma agrária. A nova queda a partir de 2010 no número de ocupações de terra foi causa e consequência deste retrocesso, levando ao paroxismo as contradições de movimentos de luta pela reforma agrária em apoio a um governo que se recusava explicitamente a aprofundá-la (Silva, 2017, p.117). Paralelamente, setores vinculados à grande propriedade e ao “agronegócio” aumentaram a capacidade de impor sua pauta à sociedade, com especial destaque para a aprovação do Novo Código Florestal (Lei nº12.651 de 25/05/2012)¹⁵.

¹⁵ Em propriedades com até quatro módulos fiscais, o Novo Código Florestal determina que a Reserva Legal será constituída da área nativa existente em 22/07/2008, anistiando-se desmatamentos anteriores. Em propriedades com mais que quatro módulos fiscais, a Lei determina que desmatamentos anteriores a 22/07/2008 realizados de acordo com a legislação da época serão anistiados, mesmo que excedam os atuais índices de proteção. Caso o desmatamento tenha sido realizado em desacordo com a legislação da época, o proprietário pode regularizá-lo recompondo a Reserva Legal ou compensando-a em outra propriedade no interior do mesmo bioma. No primeiro caso, a Lei permite que proprietários contabilizem Áreas de Preservação Permanente no percentual de Reserva Legal e empreguem espécies exóticas não necessariamente de hábito arbóreo (inclusive de interesse comercial) em até 50% da Reserva Legal desmatada. No segundo caso, a compensação da Reserva Legal na escala de bioma e não mais na mesma bacia hidrográfica (como previa a regra vigente até 2012) poderá levar ao estabelecimento de regiões inteiras desmatadas e outras bem distantes preservadas, causando extinções locais de diversos grupos de organismos de acordo com a distribuição geográfica das espécies (Oliveira, 2015, p. 40).

Apesar da continuidade de uma política agrária marcadamente conservadora e de uma política agrícola amplamente favorável ao “agronegócio”, as principais entidades do setor com exceções pontuais apoiaram o impedimento da presidente Dilma Rousseff: segundo Lerrer, a Frente Parlamentar Agropecuária (também conhecida como “Bancada Ruralista”) garantiu 87 dos seus 92 votos em favor do impeachment (Lerrer, 2018, p. 96). Dentre as articulações políticas que tornaram isso possível, Lauro Mattei relata uma reunião ocorrida no dia 27/04/2016 entre a Frente Parlamentar da Agropecuária e Michel Temer em que teriam sido apresentadas as pautas do “agronegócio” pós impeachment, com especial destaque para a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário criado em 1999 e historicamente vinculado à defesa e promoção das políticas de reforma agrária (Mattei, 2016, p. 14). Coerentemente, dentre as primeiras ações do governo interino de Michel Temer no meio rural destaca-se a extinção deste Ministério e a atribuição de suas funções para um secretariado no novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, que seria extinto pelo futuro presidente eleito e sucedido pelo Ministério da Cidadania. Ainda dentre as medidas do governo de Michel Temer relevantes ao nosso tema destaca-se a Medida Provisória 759 (Lei nº 13.465 de 11/07/2017) que alterou o programa Terra Legal ao estender a possibilidade de regularização fundiária da ocupação ilegal de terras públicas para além da Amazônia Legal e aumentou o limite de imóveis passíveis de regularização de 15 módulos fiscais (isto é, até 1.500 hectares) para 2.500 hectares. Paralelamente, a Lei nº 13.465/2017 também determinou que um Projeto de Assentamento seja considerado consolidado após 15 anos de sua criação, independentemente de as famílias terem recebido os créditos ou de o poder público ter realizado por meio do Incra investimentos exigidos pela Lei de Reforma Agrária de 1993, apontando para a conversão de terras destinadas à Reforma Agrária em bens alienáveis. O tenso balanço de forças que se materializara sob os governos Lula e Dilma e que se movera gradual e continuamente em desfavor dos movimentos sociais de luta pela terra culminou enfim em um novo contexto de deslegitimação radical de qualquer debate acerca da questão agrária no Brasil como problema econômico e político ainda vigente.

Nas eleições presidenciais de 2018 os principais setores do “agronegócio” aproximaram-se da candidatura de extrema direita de Jair Bolsonaro, que significativamente alcançou seus melhores resultados nas regiões Sul e Centro Oeste. No primeiro turno Jair Bolsonaro recebeu 46,03% dos votos em todo país, alcançando 56,8% no Paraná, 65,8% em Santa Catarina, 52,6% no Rio Grande do Sul, 58,3% no Distrito

Federal, 60% em Mato Grosso, 57,2% em Goiás e 55% no Mato Grosso do Sul. No segundo turno Jair Bolsonaro recebeu 55,13% dos votos no país, obtendo 68,43% no Paraná, 75,9% em Santa Catarina, 63,2% no Rio Grande do Sul, 69,9% no Distrito Federal, 66,4% em Mato Grosso, 65,5% em Goiás e 65,2% no Mato Grosso do Sul. Dentre outras determinações, parece possível sustentar a hipótese de que inflexões político-culturais autoritárias representadas pela vitória de Jair Bolsonaro estão relacionadas ao fortalecimento de setores ligados à produção e comercialização de *commodities* agrícolas e agroprocessadas dentre frações da burguesia no bloco no poder. Evidências neste sentido durante os primeiros 2 anos do governo Bolsonaro incluem a flexibilização pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) do marco legal para avaliação de riscos à saúde vinculados a agrotóxicos; a flexibilização de regras para posse de armas em regiões rurais do país; o aumento excepcional de focos de fogo no arco do desmatamento na região amazônica, em especial no estado do Mato Grosso; o congelamento da reforma agrária e da demarcação de terras indígenas e quilombolas; a multiplicação de atos infralegais com objetivo de flexibilizar a legislação ambiental¹⁶. Ademais, a Medida Provisória 910 de 2019 tentou promover a terceira flexibilização em dez anos das condições de regularização das terras públicas invadidas na Amazônia, estendendo a data limite de ocupações beneficiadas de 22/07/2008 para 05/05/2014 e ampliando de 4 para 15 módulos fiscais a dimensão dos imóveis cujos requisitos de regularização seriam declarados pelo próprio ocupante e isentos de vistoria prévia in loco. Com a medida, o governo Bolsonaro também se propunha conceder títulos definitivos de propriedade a pessoas que ainda não o detêm em assentamentos de reforma agrária, incorporando potencialmente ao crédito bancário e ao mercado de terras os lotes de cerca de 700 mil famílias sem titulação em 2019 segundo declaração do presidente do Incra. Apesar da fragilidade crônica da oposição e do apoio da Frente Parlamentar Agropecuária, esta Medida Provisória não conseguiu ser aprovada em meio ao contínuo agravamento da crise política do governo Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19 no primeiro semestre de 2020.

¹⁶ Folha de S. Paulo, “Anvisa adota risco de morte como único critério para classificar agrotóxicos”, 23/07/2019; Folha de S. Paulo, “Câmara aprova projeto que flexibiliza posse de armas no campo”, 21/08/2019; Folha de S. Paulo, “País tem maior número de incêndios desde 2010”, 04/09/2019; Folha de S. Paulo, “Bolsonaro anistia grilagem, freia novas áreas indígenas e estaciona reforma agrária”, 04/01/2020; Folha de S. Paulo, “Com aval ruralista, governo Bolsonaro prevê regularizar terras e gera temor de grilagem”, 12/12/2019; Folha de São Paulo, “Governo acelerou canetadas sobre meio ambiente durante pandemia”, 28/07/2020.

Neste contexto, multiplicaram-se evidências de tensões entre o governo Bolsonaro e sua base no “agronegócio” inicialmente devido a pressões pontuais da equipe econômica ultraliberal para reduzir subsídios ao setor e devido a alinhamentos geopolíticos aos EUA capazes de ameaçar os mercados internacionais de algumas commodities brasileiras¹⁷. Tais tensões elevaram-se com as declarações de membros do primeiro escalão do governo Bolsonaro e de seus familiares durante a pandemia de Covid-19 no início de 2020, responsabilizando diretamente a China e seus interesses geopolíticos pela criação e propagação do novo vírus que então paralisou de modo inédito parte da economia global. Como resposta imediata, o governo chinês ameaçou no início de abril de 2020 aumentar as importações de soja dos Estados Unidos e reduzir as compras do grão brasileiro, contribuindo ao final daquele mês para o aumento de rumores acerca de uma possível saída de Tereza Cristina do cargo de Ministra da Agricultura do governo Bolsonaro¹⁸. Ainda nesse contexto, a aceleração do desamatamento na floresta amazônica levou ao aumento da insatisfação de empresas do “agronegócio” vinculadas ao mercado europeu, especialmente após a ameaça em junho de 2020 de empresas de investimento europeias de desinvestir em produtores de carne, operadoras de grãos e títulos do governo no Brasil. Como reação, especialmente os frigoríficos e as tradings em operação no país começaram a advogar pela demissão do então Ministro do Meio Ambiente Ricardo de Aquino Salles, defendido por outras forças ruralistas por sua flexibilização da legislação ambiental¹⁹. Ruídos como estes entre os interesses do “agronegócio” e o governo Bolsonaro são uma ilustração dos limites das pretensões hegemônicas do setor dentro do bloco no poder. Nesse sentido, o fortalecimento político do chamado “agronegócio” e seu desempenho econômico acima da média nacional não parecem capazes de dar qualquer resposta estável à crise de hegemonia que vêm corroendo a institucionalidade política no Brasil.

¹⁷ Folha de São Paulo, “Apoio de Bolsonaro a Israel ameaça venda de carne aos países islâmicos”, 11/10/2018; Folha de São Paulo, “Banco do Brasil pode diminuir subsídios do crédito rural, diz novo presidente”, 07/01/2019; Folha de São Paulo, “Alinhamento aos EUA na disputa com o Irã pode custar caro para o Brasil”, 07/01/2020

¹⁸ Folha de São Paulo, “Embaixada da China reage a acusações de Eduardo Bolsonaro à China”, 18/03/2020; Folha de São Paulo, “Weintraub usa Cebolinha da turma da mônica para fazer chacota de chineses”, 04/04/2020; Folha de São Paulo, “China anuncia que vai comprar soja dos EUA por ‘segurança’”, 06/04/2020.

¹⁹ Folha de São Paulo, “Investidores europeus ameaçam tirar dinheiro do Brasil por causa do desamatamento”, 19/06/2020; Folha de São Paulo, “Antiambientalismo de Bolsonaro já prejudica empresas brasileiras”, 11/07/2020; Folha de São Paulo, “Empresários do agronegócio aumentam pressão por demissão de Salles, mas Bolsonaro resiste”, 11/07/2020

Pelo contrário, a incapacidade do bolsonarismo de construir consenso entre as frações da classe dominante para o exercício da hegemonia sobre as classes subalternas parece apontar para um crescente protagonismo político das Forças Armadas no Brasil. Segundo o Painel Estatístico de Pessoal do Ministério da Economia, o número de militares da ativa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica cedidos para cargos de confiança no Executivo Federal aumentou de 1.137 em 01/1999 para 1.925 em 01/2019, usualmente com atuação restrita a três órgãos: Ministério da Defesa, Vice-Presidência e Presidência da República (mais especificamente, o Gabinete de Segurança Institucional). Após apenas um ano e meio da gestão Bolsonaro, a participação de militares da ativa no governo federal saltou em 33% para 2.558 até 07/2020, com atuação diversificada a ao menos 18 órgãos de Ministérios como Saúde, Economia, Família e Minas e Energia²⁰. Neste mesmo sentido, entre 01/2019 e 07/2020 o número de ministros que possuem origem militar aumentou de 7 para 10 dentre os 23 que compõem o governo Bolsonaro. Em uma espécie de eterno retorno, o processo de modernização da sociedade brasileira parece uma vez mais recorrer ao autoritarismo aberto e à tutela militar para garantir a permanente atualização de alguns dos traços de nosso passado colonial e escravista. Werneck Vianna assim se colocou a este respeito, ao início do governo Bolsonaro:

“Não será a primeira vez, mas a terceira, que nos deixamos enredar na trama sinistra do que vem por aí. E, pior, sempre por nossos erros, pela desconsideração do País real, conservador a tal ponto que permitiu que sua quasímoda estrutura fundiária, herdada do período colonial, não só encontrasse sobrevivência, mas se convertesse, com a emergência do agronegócio, num dos esteios do processo de modernização burguesa ainda em curso, caso clássico de passagem para o capitalismo pela via prussiana de desenvolvimento capitalista e seus efeitos antidemocráticos. Estão aí a sua robusta bancada parlamentar e sua presença em postos estratégicos do novo governo. As anteriores, de 1937 a 1945 e de 1964 a 1985, foram longevas, e em ambas a preservação da estrutura agrária cumpriu papel relevante: sob o regime de Vargas excluiu-se o trabalhador do campo da legislação social, reservada apenas aos trabalhadores urbanos; e no regime militar, por meio de uma generosa abertura de créditos para proprietários selecionados politicamente e de uma política de colonização que lhes concedessem acesso a mercados, convertendo-os em capitalistas modernos” (Vianna, 2019)

²⁰ Folha de São Paulo, “Presença de militares da ativa no governo federal cresce 33% sob Bolsonaro e mais que dobra em 20 anos”, 18/07/2020

Segundo o Dataluta entre 1979 e 2016 tenham sido criados em todo o país 9.444 assentamentos de reforma agrária reunindo 1.127.078 famílias em 82.159.838 hectares, mas ao longo de todo este período as políticas de reforma agrária mantiveram-se no interior dos estreitos limites estabelecidos pela subordinação da renda da terra ao capital, tanto por meio de superindenizações nos casos de desapropriações por interesse social, quanto por meio da compra e venda de propriedades financiada pelo Banco da Terra. Como resultado, a maior parte dos assentamentos foi criada em regiões com grande quantidade de terras públicas ou com terras privadas com menor valor de mercado: durante o período entre 1979 e 2016, a região Norte concentrou 44,8% das famílias assentadas e 74,6% da área dos assentamentos de reforma agrária (Dataluta, 2017). Milhares de famílias encontraram nesses locais condições de vida e trabalho mais dignas que aquelas disponíveis em periferias de pequenos, médios e grandes centros urbanos, mas parcela dos beneficiários do programa de reforma agrária abandonou seus lotes por diversos motivos: dificuldades de transporte e acesso a escolas e hospitais; falta de apoio à produção e infra-estrutura precária de escoamento e comercialização; endividamento e dificuldade em lidar com a burocracia de instituições de crédito; imposição tanto por organizações de trabalhadores quanto por organismos estatais de regras estranhas às experiências anteriores dos assentados; pressões e ameaças de grandes proprietários especialmente enquanto o Incra não regulariza a situação da área (Medeiros, 2003, p. 84). Como resultado destes limites e contradições, a política de reforma agrária durante a Nova República mostrou-se até o momento incapaz de promover qualquer alteração significativa na estrutura fundiária no país: entre 1985 e 2017 diminuiu a participação de estabelecimentos com menos de 100 ha na área total ocupada de 21,21% para 20,49%, enquanto ampliou-se consideravelmente a participação de estabelecimentos com mais de 1.000 ha na área ocupada por estabelecimentos rurais no Brasil de 43,73% para 47,53%. Em meio à perpetuação da concentração de poder econômico e político no campo ocorreram 1.965 assassinatos de trabalhadores rurais no Brasil entre 1985 e 2019 segundo a Comissão Pastoral da Terra, dois terços deles em estados da Amazônia Legal com destaque para Pará, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso, conforme dados da tabela 10. Neste contexto, podemos sustentar a hipótese de que o fracasso das políticas de reforma agrária ao longo das últimas décadas em reverter ou ao menos minimizar esta herança histórica de nossa formação colonial e escravista é um dos fatores a co-determinar o atual impasse do ciclo de redemocratização iniciado em 1985.

Tabela 9: Estrutura fundiária no Brasil de 1985 a 2017

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos							
	1985	%	1996	%	2006	%	2017	%
Menos de 10	3.064.822	52,91	2.402.374	49,65	2.447.151	50,04	2.543.778	50,93
10 a 100	2.160.340	37,29	1.916.487	39,61	1.971.600	40,31	1.979.915	39,64
100 a 1.000	517.431	8,93	469.964	9,71	424.288	8,68	420.136	8,41
Mais de 1.000	50.411	0,87	49.358	1,02	47.578	0,97	50.865	1,02
Total	5.793.004	100	4.838.183	100	4.890.617	100	4.994.694	100
Classes de área (ha)	Área Ocupada (ha)							
	1985	%	1996	%	2006	%	2017	%
Menos de 10	9.986.637	2,66	7.882.194	2,23	7.798.777	2,34	7.989.114	2,28
10 a 100	69.565.161	18,55	62.693.585	17,73	62.893.979	18,85	63.783.346	18,21
100 a 1.000	131.432.667	35,06	123.541.517	34,94	112.844.186	33,82	112.029.612	31,98
Mais de 1.000	163.940.463	43,73	159.493.949	45,10	150.143.096	45,00	166.451.258	47,53
Total	374.924.928	100	353.611.245	100	333.680.038	100	350.253.330	100

(IBGE - Censos Agropecuários; Resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017)

Tabela 10: Evolução do número de pessoas assassinadas em conflitos pela terra no Brasil entre 1985 e 2019

	1985-1989	1990-1994	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2018	2019	Total
AP	0	5	1	0	0	0	0	0	1	7
RR	8	0	0	0	2	1	5	1	0	17
AC	11	2	1	3	0	1	2	0	0	20
RO	29	6	13	4	12	8	17	64	1	154
AM	8	3	6	1	2	4	4	6	6	40
PA	293	86	68	42	89	45	33	63	12	731
MA	58	34	12	3	10	9	18	24	4	172
GO	16	3	3	0	1	2	0	0	0	25
MT	56	24	7	4	18	9	9	14	3	144
TO	20	11	4	1	2	3	0	3	0	44
UFs da Amazônia Legal	499	174	115	58	136	82	88	151	0	1.303
Demais UFs	219	105	47	58	56	38	48	35	5	611
Brasil	718	279	162	116	192	120	136	210	32	1.965

(Cedoc Tomás Balduino - CPT)

Partindo deste contexto geral, investigaremos a seguir de que maneira terra, trabalho e espaço urbano no estado do Mato Grosso a partir do processo de redemocratização organizaram-se segundo os parâmetros do chamado “agronegócio”. Em um primeiro momento, apontaremos as causas e consequências da expansão da cultura da soja na região a partir da década de 1980, com destaque para as transformações da estrutura fundiária e para a multiplicação de novos e velhos constrangimentos à luta pela terra e à reprodução da agricultura familiar neste estado. Em um segundo momento, apresentaremos as transformações do mercado de trabalho assalariado mato-grossense em um contexto de retração da demanda de trabalho braçal nas lavouras e de surgimento de agroindústrias processadoras de soja e carne, com destaque para alterações no volume e perfil da força de trabalho migrante para a região. Em um terceiro momento, exporemos o vigoroso crescimento econômico e demográfico a partir dos anos 1990 de alguns dos principais municípios produtores de soja, dotados de um espaço urbano simultaneamente funcional às demandas do chamado “agronegócio” e marcado por contradições características de médias e grandes cidades.

Expansão da soja e luta pela terra: “sem terra”, assentados e agricultores familiares

A evolução da cultura da soja sintetiza com precisão algumas das principais transformações do campo brasileiro descritas nos primeiros dois capítulos desta tese. Segundo Hasse, a soja chegou ao Brasil no final do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX foi cultivada de maneira incipiente por imigrantes europeus no Rio Grande do Sul como planta forrageira e por imigrantes japoneses em São Paulo para a fabricação caseira de tofu, misso e shoyo. Iniciativas pioneiras de agroindustrialização do grão no país culminaram na inauguração em 1958 em Esteio (RS) da fábrica de óleo de soja da Sociedade Anônima Moinhos Rio-Grandenses (Samrig). Aproximadamente no mesmo período, durante o segundo governo Vargas desenhou-se um pacote tecnológico pioneiro voltado especialmente para a região Sul para fortalecer a triticultura nacional, utilizando-se da soja como cultura subsidiária para a entressafra do trigo no verão. Antecipando projetos das décadas posteriores, o pacote já prescrevia o uso de calcário, adubos químicos, sementes híbridas selecionadas e máquinas agrícolas para preparo do solo, plantio e colheita. Impulsionada pela demanda agroindustrial e por estímulos do poder público, a produção de soja saltou de 200 mil toneladas em 1960 para 1,5 milhão de toneladas em 1970, sendo 88% desse volume produzido nos três estados da Região Sul (Hasse, 2011, p. 35).

O início dos anos 1970 foi marcado por uma grave escassez de proteínas no mercado internacional decorrente de múltiplos fatores ambientais e políticos, impulsionando um aumento excepcional dos preços da soja (Brum, 1988, p. 78). Estimuladas pela demanda externa e pelos incentivos oferecidos pelo poder público durante a ditadura do capital sob tutela militar, cresceram aceleradamente na região Sul a moderna produção de soja e sua articulação com a agroindústria processadora. A produção do grão no país passou de 1,5 milhão de toneladas em 1970 para cerca de 13,7 milhões de toneladas em 1980, concentrando-se nos três estados da Região Sul cerca de 80% do volume de soja produzida e 75% da capacidade de esmagamento instalada ao final da década de 1970. Entretanto, o avanço da produção de soja provocou um aumento explosivo do preço da terra no sul do país e uma tensão social crescente entre agricultores familiares incapazes de manter-se e/ou de transmitir terras às novas gerações. Ademais, a expansão da sojicultura foi acompanhada do agravamento da subordinação de agricultores familiares a instituições financeiras e a indústrias produtoras de insumos agrícolas: o número de sacas de soja necessários para cobrir o custo financeiro do cultivo de 1 hectare subiu de 0,55 em 1973 para 12,81 em 1985 (Rückert, 2003, p. 128). Consequentemente, muitos produtores rurais endividados viram-se obrigados a vender suas terras nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, alimentando os fluxos migratórios especialmente em direção a projetos de colonização no estado do Mato Grosso, como descrito no capítulo anterior.

Ao longo da década de 1980 a produção de soja permaneceu estagnada na região Sul e expandiu-se significativamente na região Centro Oeste, especialmente a partir do desenvolvimento de inovações tecnológicas que permitiram a tropicalização do grão, originalmente adaptado às latitudes subtropicais. Desde a década de 1950 investigações a esse respeito foram desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e pelo Instituto Agrônomo do Sul (IAS), em Pelotas, em cooperação com centros de pesquisa de universidades norte-americanas sob o programa Aliança para o Progresso. A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1973 possibilitou a sistematização e aprofundamento dos resultados destes estudos no Centro Nacional de Pesquisa da Soja, instalado em 1975 em Londrina (PR). Ali foram desenvolvidos métodos de correção da acidez e do teor de alumínio dos solos dos cerrados, bem como linhagens da soja adaptadas às condições fotoperiódicas e de temperatura de baixas latitudes

(Zancopé e Nasser, 2005, p. 177)²¹. Paralelamente, a expansão da infra-estrutura e os incentivos fiscais e creditícios durante a ditadura colocaram o estoque de terras das regiões Centro Oeste e Norte à disposição de investimentos de capital oriundos do Centro Sul, como apontado no capítulo anterior. Neste contexto, destaca-se o *Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados* (Prodecer), proposto pelo governo japonês ao brasileiro em 1974 em meio à crise de escassez de proteínas no mercado internacional, com objetivo de aumentar a oferta internacional de grãos por meio da incorporação dos cerrados ao circuito produtivo capitalista mundial. O Prodecer I a partir de 1978 incorporou cerca de 70 mil hectares no estado de Minas Gerais, o Prodecer II a partir de 1985 incorporou cerca de 200 mil hectares nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia e o Prodecer III a partir de 1995 incorporou mais 80 mil hectares nos estados do Maranhão e de Tocantins, somando cerca de 350 mil hectares de cerrado voltados para a produção de grãos (Inocêncio, 2010, p. 95). Como resultado, a produção de soja no Brasil saltou de 13,7 milhões de toneladas em 1980 para 20 milhões em 1990, expandindo-se gradualmente por todas as grandes regiões do território nacional. Enquanto na região Sul o volume produzido do grão manteve-se no patamar de 11 milhões de toneladas, na região Centro Oeste ele expandiu-se de 1,5 para 6,5 milhões de toneladas ao longo da década de 1980²².

²¹ “A soja, como a maioria das plantas, para florescer é influenciada pela temperatura e pela duração do período luminoso, o fotoperíodo. [...] Seus hormônios florígenos, que induzem a floração, são produzidos à noite. Isso significa que a soja precisa de uma duração da noite maior que o dito nictoperíodo crítico para iniciar o processo de floração e frutificação no momento certo, isto é, após ter atingido o crescimento vegetativo adequado. Se uma determinada variedade está adaptada a determinada latitude, quando deslocada para latitudes significativamente diferentes, onde as noites são relativamente mais curtas ou mais longas, floresce antes ou depois do prazo esperado, obviamente com impacto sobre a produtividade” (Zancopé e Nasser, 2005, p. 172)

²² Com base na experiência do *Prodecer* foi idealizado em 2009 o *Prosavana*, resultado de uma cooperação triangular entre o governo de Moçambique, a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC – órgão do Ministério das Relações Exteriores). O programa tinha como objetivo introduzir explorações agrícolas comerciais no corredor de Nacala, uma região que compreende três províncias e dezenove distritos ao norte de Moçambique. Com uma superfície de 14 milhões de hectares, a área foi considerada propícia a culturas de exportação como soja, algodão e milho, destinadas ao mercado mundial através do Porto de Nacala no Oceano Índico. Contudo, esta região é habitada por cerca de 5 milhões de pessoas, em sua maioria pequenos agricultores que produzem boa parte dos alimentos consumidos no país. Temendo o mesmo destino que tiveram indígenas e posseiros na fronteira agrícola brasileira especialmente a partir da década de 1970, a mobilização destes trabalhadores rurais foi até o momento capaz de bloquear a implementação do *Prosavana*. (Le Monde Diplomatique, “Camponeses moçambicanos derrotam o agronegócio”, 04/07/2018).

Ao longo da década de 1990 a região Centro Oeste ultrapassou a região Sul em volume de produção de soja, com destaque para o Mato Grosso que saltou de terceiro para primeiro lugar entre 1990 e 2000 dentre os principais estados produtores do grão. Em 1977 a Embrapa, a Empresa Mato-Grossense de Extensão Rural (Emater), a Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Mato Grosso (Codeagri), o Centro de Pesquisa do Cerrado (CPAC) e a Secretaria de Agricultura de Mato Grosso iniciaram pesquisas em campos experimentais de soja no estado com apoio do Polocentro. Durante a primeira metade da década de 1980 a produção de soja mato-grossense se concentrou na mesorregião sudeste do estado em torno dos municípios de Rondonópolis e Primavera do Leste, dotada de infra-estrutura e próxima a fontes de calcário em Goiás. A partir da segunda metade dos anos 1980 assumiu liderança no estado a produção de soja na mesorregião norte, especialmente nas microrregiões do Alto Teles Pires (municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso, Nobres e Tapurah) e Parecis (municípios de Diamantino, Campos de Júlio, Sapezal e Campo Novo dos Parecis). Com destaque para estas áreas, o estado de Mato Grosso apresenta uma série de características climáticas e geomorfológicas que favoreceram o rápido crescimento das lavouras de soja: topografia plana, vegetação de baixa densidade florestal, solos profundos e bem drenados e clima estável dividido em duas estações bem definidas. Neste cenário, entre 1990 e 2005 a área de cultivo de soja em Mato Grosso quadruplicou de 1,5 para 6,1 milhões de hectares e a produção do grão saltou de 3 milhões para 17 milhões de toneladas, cerca de um terço da safra brasileira de 51 milhões de toneladas alcançada em 2005 (Cunha, 2008, p. 40).

Em meio a estas transformações na distribuição e no volume da lavoura de soja, ao longo da década de 1990 ocorreu também uma ampla reestruturação das agroindústrias processadoras do grão no país, impulsionada pelo processo de transnacionalização do setor e por mudanças regulatórias decorrentes da promulgação da chamada Lei Kandir. A Lei complementar nº 87 de 13/09/1996 desonerou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações de matérias primas e manteve o ônus tributário sobre os produtos industrializados. Isso aumentou a competitividade das *commodities* brasileiras no mercado internacional, ao mesmo tempo em que reduziu o interesse em sua agroindustrialização para o mercado externo. Como resultado, a participação brasileira na produção de soja global aumentou de 22% para 29% entre 1996 e 2006, mas sua participação no processamento agroindustrial global do grão caiu de 24% para 19% no mesmo período (Wesz Júnior, 2011, p.34). Ademais, a cobrança de 12% de

ICMS quando se transporta a soja de um estado para o outro estimulou que as agroindústrias processadoras se deslocassem para novas regiões produtoras: se até a década de 1980 o processo de beneficiamento da soja era restrito às regiões Sul e Sudeste, a partir de 2004 a região Centro Oeste assumiu a liderança na capacidade de processamento dentre as agroindústrias esmagadoras ativas no Brasil (Wesz Júnior, 2001, p. 76). Este processo de reorganização espacial foi concomitante a uma acelerada desnacionalização e oligopolização do complexo agroindustrial da soja: enquanto em 1995 as quatro maiores empresas processadoras de soja no Brasil eram Ceval, Santista, Cargill e Sadia, em 2010 ocupava a liderança o grupo ABCD composto pelas quatro maiores tradings transnacionais – ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus. Estas gigantes do grão ampliaram seu domínio sobre a cadeia produtiva da soja através de uma crescente participação não apenas sobre a armazenagem, comércio e processamento do grão, mas também sobre o mercado de insumos agrícolas e de crédito para os produtores rurais. Como resultado, um conjunto restrito de grandes empresas assumiu controle sobre parcela significativa da vida econômica e social das principais regiões produtoras de soja no Brasil: junto à empresa nacional Amaggi, o grupo ABCD controlava em 2009 cerca de 90% da capacidade de esmagamento do grão, 63% das exportações e 55% das importações totais do Mato Grosso (Wesz Júnior, 2011, p. 127).

As consequências de tamanha dependência em relação a uma única cadeia produtiva orientada pela demanda internacional e pelas estratégias de empresas transnacionais ficaram claras pela primeira vez com a crise dos anos 2005 e 2006, quando a área plantada e a quantidade produzida de soja no estado do Mato Grosso tiveram retração após uma década de contínua expansão. Especialmente a partir do ano 2000, o aumento expressivo dos preços internacionais do grão e a desvalorização cambial do real estimularam um ciclo de endividamento de produtores rurais junto a bancos públicos e às principais *trading companies*, aumentando a vulnerabilidade dos sojicultores à medida que expandiam a área plantada no estado. Em 2005 a valorização cambial e a diminuição dos preços internacionais da soja provocaram a uma redução da renda recebida pelo produtor rural ao mesmo tempo em que aumentavam seus custos de produção, levando muitos sojicultores à falência e detonando uma série de protestos no meio norte mato-grossense a partir de abril de 2006 (Almeida, 2013, p. 157-159). Diante das pressões conduzidas pela bancada ruralista no Congresso Nacional, o governo editou uma série de medidas para compensar as perdas dos produtores de soja: recursos para a quitação de

dívidas junto a fornecedores de insumos relativas às safras de 2004/2005 e 2005/2006 através da Medida Provisória nº372 de 22/05/2007; prorrogação das operações de custeio e investimento contraídas junto ao Banco do Brasil; subvenção para redução de diferenças entre custo de produção e preço de comercialização através dos Leilões Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO) e Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP); repactuação das parcelas do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA); aumento de recursos e redução de juros para novos financiamentos agrícolas (Fernández, 2007, p. 203).

Neste contexto, os anos 2000 foram marcados por uma relativa diversificação da produção agropecuária nas grandes propriedades e por estratégias de agregação de valor por meio da instalação da cadeia carne/grãos em Mato Grosso (Vieira, 2009, p. 87). Conforme dados da tabela 12, paralelamente ao avanço da produção de soja ocorreu a partir da década de 2000 um significativo incremento da produção de algodão herbáceo e principalmente de milho no estado, que também viu aumentar de modo expressivo seu rebanho de bovinos, suínos e galináceos no período. Em uma conjuntura relativamente desfavorável no mercado internacional de soja, parte da produção mato-grossense dirigiu-se à cadeia composta pelo esmagamento de grãos, fabricação de ração e abate de animais, voltada aos mercados externo e interno. Proliferaram-se então em curto espaço de tempo frigoríficos industriais de médio e grande porte nos principais municípios produtores de soja de Mato Grosso, dentre os quais se destacam a unidade de abate de aves da Perdigão inaugurada em Nova Mutum em 2007, a unidade de abate de aves e porcos da Sadia inaugurada em Lucas do Rio Verde em 2008 e as unidades de abate de aves da empresa Anhembi e de abate de suínos da empresa Nutribrás, instaladas respectivamente em 2002 e 2011 em Sorriso. Diferentemente do modelo característico da região Sul em que é significativa a presença de pequenos e médios produtores familiares de aves e porcos integrados às agroindústrias processadoras, predominam nestes municípios mato-grossenses contratos de frigoríficos com um número reduzido de produtores com perfil empresarial, maior capacidade de obtenção de financiamentos e realização de investimentos e maior acesso a informação e tecnologia no que se refere à genética, à alimentação, ao manejo e ao programa sanitário (Bernardes, 2010, p. 22-23)

Tabela 11: Evolução da quantidade produzida de soja, milho e algodão herbáceo e do efetivo de bovinos, suínos e galináceos em Mato Grosso entre 2000 e 2017

		2000	2010	2017
Lavouras (Toneladas produzidas)	Soja	8.774.470	18.787.783	30.479.870
	Milho	1.429.672	8.164.273	29.942.322
	Algodão	1.002.836	1.454.675	2.578.596
Rebanhos (Número de cabeças)	Bovino	18.924.532	28.757.438	29.725.378
	Suíno	834.084	2.109.979	2.559.616
	Galináceos	15.946.930	41.021.664	59.688.419

(IBGE – Produção Agrícola Municipal e Pesquisa da Pecuária Municipal)

Contudo, a produção de soja permaneceu o vetor mais dinâmico do agronegócio no estado do Mato Grosso, na medida em que os preços internacionais do grão recuperaram-se após a queda entre 2006-2007 impulsionados pela demanda chinesa. Conforme o gráfico 7, a segunda metade da década de 2000 foi marcada por um aumento expressivo das exportações do Mato Grosso à China, com destaque para soja em grão. Segundo o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA), cerca de 50% da soja produzida no estado do Mato Grosso no ano de 2015 foram exportadas *in natura*, sendo que cerca de 65% dos quais se destinaram ao mercado chinês (IMEA, 2015, p. 13). Com tamanho estímulo externo, a área plantada e o volume de soja produzida no Brasil mantiveram sua impressionante trajetória ascendente, alcançando na safra 2017/2018 a marca de 116 milhões de toneladas colhidas em 35 milhões de hectares em todo o país. O Mato Grosso permaneceu o maior estado produtor com 35 milhões de toneladas colhidas em uma área de 9,5 milhões de hectares, seguido pelo Paraná com 19 milhões de toneladas colhidas em uma área 5,4 milhões de hectares e pelo Rio Grande do Sul com 16,9 milhões de toneladas colhidas em 5,7 milhões de hectares na safra 2017/2018. Contribuiu esta evolução para um processo de reprimarização da pauta de exportações brasileiras, com amplos desdobramentos econômicos e políticos (Delgado, 2010). Conforme o gráfico 6 acima, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, a participação dos produtos manufaturados nas exportações totais do Brasil caiu de 59% em 2000 para 36% em 2019, enquanto a participação dos produtos básicos aumentou de 23% para 51% no mesmo período²³.

²³ <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>, acesso em 22/05 de 2020.

Gráfico 7: Evolução do Valor FOB (US\$) das exportações do Mato Grosso para China (2000-2019)

(Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços)

Acerca da trajetória histórica da sojicultura interessa-nos destacar três aspectos. Em primeiro lugar, ao longo das últimas décadas a lavoura de soja no Brasil como um todo concentrou-se crescentemente em estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, processo que ocorreu com maior intensidade no estado do Mato Grosso em particular. Como mostra a tabela 12, entre 1985 e 2017 o número de estabelecimentos produtores de soja com menos de 100 hectares no Brasil como um todo caiu de 92,4% para 75,9%, enquanto sua participação na área colhida com o grão caiu de 38,8% para 10,2% e sua participação na quantidade de soja produzida caiu de 36,8% para 10,3% do total do país. No outro extremo, entre 1985 e 2017 o número de estabelecimentos produtores de soja com mais de 1.000 hectares no país como um todo aumentou de 0,8% para 4,8%, enquanto sua participação na área colhida do grão aumentou de 20,6% para 60% e sua participação na quantidade de soja produzida aumentou de 21,4% para 59,7% do total. Como podemos ver, os dados do Censo Agropecuário de 2017 indicavam uma crescente e excepcional concentração da soja produzida no Brasil, na medida em que menos de 5% dos produtores eram responsáveis por quase 60% do volume do grão produzido no país. No Mato Grosso por sua vez, como mostra a tabela 13, entre 1985 e 2017 o número de estabelecimentos produtores de soja com menos de 100 hectares caiu de 18,4% para 17,4% do total, enquanto sua participação na área colhida com o grão caiu de 1,8% para

0,6% e sua participação na quantidade de soja produzida caiu de 1,7% para 0,6% do total. No outro extremo, entre 1985 e 2006 o número de estabelecimentos produtores de soja com mais de 1.000 hectares no estado aumentou de 25,7% para 45,3% do total, enquanto sua participação na área colhida do grão aumentou de 68,3% para 90,6% e sua participação na quantidade de soja produzida aumentou de 68,3% para 90,6% do total. Diferentemente do que ocorreu nos estados da região Sul, no Mato Grosso a lavoura de soja já nasceu excepcionalmente concentrada em grandes propriedades nos anos 1980 e viu esta concentração aumentar ainda mais ao longo das décadas seguintes.

Tabela 12: Número de estabelecimentos produtores de soja, área colhida e quantidade produzida por grupos de área total no Brasil (1985-2006)

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos produtores de soja							
	1985	%	1996	%	2006	%	2017	%
Menos de 10	125.175	29,8%	57.203	23,5%	38.748	17,9%	30.960	13,1%
10 a 100	263.150	62,6%	157.148	64,7%	141.491	65,2%	148.329	62,8%
100 a 1.000	28.225	6,7%	24.713	10,2%	30.461	14%	45.459	19,3%
Mais de 1.000	3.537	0,8%	3.927	1,6%	6.080	2,8%	11.393	4,8%
Total	420.204	100%	242.999	100%	217.015	100%	236.141	100%
Classes de área (ha)	Área colhida com soja (ha)							
	1985	%	1996	%	2006	%	2017	%
Menos de 10	370.324	3,9%	195.068	2,1%	284.318	1,6%	127.394	0,4%
10 a 100	3.293.734	34,9%	2.328.920	24,6%	2.813.942	15,7%	3.013.649	9,8%
100 a 1.000	3.824.098	40,5%	3.759.820	39,7%	6.195.681	34,6%	9.134.029	29,7%
Mais de 1.000	1.943.310	20,6%	3.195.987	33,7%	8.588.353	48%	18.437.148	60%
Total	9.434.686	100%	9.479.893	100%	17.883.297	100%	30.712.220	100%
Classes de área (ha)	Quantidade produzida de soja (ton)							
	1985	%	1996	%	2006	%	2017	%
Menos de 10	521.844	3,1%	356.726	1,7%	703.345	1,5%	420.909	0,4%
10 a 100	5.644.254	33,7%	5.035.466	23,4%	6.628.958	14,3%	10.259.216	9,9%
100 a 1.000	6.971.811	41,7%	8.602.321	39,9%	15.793.874	34,2%	30.916.256	30%
Mais de 1.000	3.587.032	21,4%	7.569.043	35,1%	23.067.318	49,9%	61.527.005	59,7%
Total	16.730.087	100%	21.563.768	100%	46.195.842	100%	103.123.386	100%

(Wesz Júnior, 2014, p. 36; Censo Agropecuário 2017)

Tabela 13: Número de estabelecimentos produtores de soja, área colhida e quantidade produzida por grupos de área total no Mato Grosso (1985-2006)

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos produtores de soja							
	1985	%	1996	%	2006	%	2017	%
Menos de 10	70	2,3%	8	0,3%	3	0,1%	7	0,1%
10 a 100	490	16,1%	158	5,8%	393	10,5%	1.227	17,3%
100 a 1.000	1.698	55,9%	1.401	51%	1.706	45,4%	2.651	37,4%
Mais de 1.000	782	25,7%	1.179	42,9%	1.658	44,1%	3.212	45,3%
Total	3.040	100%	2.746	100%	3.760	100%	7.097	100%
Classes de área (ha)	Área colhida com soja (ha)							
	1985	%	1996	%	2006	%	2017	%
Menos de 10	175	0,0%	1.316	0,1%	18	0,0%	12	0,0%
10 a 100	14.549	1,8%	4.127	0,2%	24.801	0,6%	51.562	0,6%
100 a 1.000	246.461	30%	383.055	22%	615.231	14,7%	811.445	9,2%
Mais de 1.000	561.634	68,3%	1.351.893	77,7%	3.546.424	84,7%	7.999.649	90,6%
Total	822.819	100%	1.740.392	100%	4.186.474	100%	8.826.668	100%
Classes de área (ha)	Quantidade produzida de soja							
	1985	%	1996	%	2006	%	2017	%
Menos de 10	280	0,0%	3.158	0,1%	62	0,0%	42	0,0%
10 a 100	28.104	1,7%	9.461	0,2%	66.430	0,6%	165.200	0,6%
100 a 1.000	482.589	30%	988.409	22,3%	1.721.914	14,7%	2.647.250	8,9%
Mais de 1.000	1.099.556	68,3%	3.437.918	77,4%	9.958.861	84,8%	26.965.859	90,6%
Total	1.610.529	100%	4.438.946	100%	11.747.267	100%	29.778.351	100%

(Wesz Júnior, 2014, p. 116; Censo Agropecuário 2017)

Em segundo lugar, embora a maioria das propriedades rurais da sojicultura mato-grossense ainda seja chamada de “familiar”, as últimas décadas foram marcadas por amplas transformações em sua administração em direção a formas de gestão crescentemente empresariais. Frequentemente são os filhos os principais responsáveis pela separação mais clara entre empresa e família, tendo se graduado em cursos como Agronomia ou Gestão do Agronegócio, dentre outros com aplicação imediata nas propriedades. Isso implica não apenas na adoção de uma gestão contábil mais rigorosa da atividade agropecuária, mas também na incorporação de inovações biotecnológicas e

novas técnicas de produção. No mesmo sentido, estas transformações implicam em um aumento do domínio sobre tecnologias da informação e instrumentos comerciais de cobertura de risco, além de formas de captação de capitais externos para a compra de maquinário ou terras que aprofundam a integração da propriedade fundiária a cadeias de valor nacionais e internacionais (Buhler, Guibert e Requier-Desjardins, 2016, p. 19)²⁴. Contudo, permanecem centrais à operação destas empresas as relações de solidariedade familiar e a inserção de seus proprietários em centros de sociabilidade locais/regionais. Desde o início da trajetória destas famílias, a migração para a região Centro Oeste e a compra da terra estiveram pautadas em relações de parentesco e mesmo com a profissionalização de sua gestão seguem comuns a formação de sociedades entre irmãos, primos e tios e a concentração das principais decisões estratégicas nas mãos da família. Especialmente no Mato Grosso, a produção de soja é marcada pela presença de grandes grupos mediados por laços familiares, com destaque para os Grupos Bom Futuro e Amaggi: segundo o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA), na safra 2009/2010 os 20 maiores grupos do estado controlavam cerca de 1,2 milhão de hectares ou 20% da área colhida com soja no Mato Grosso (Wesz Júnior, 2014, p. 115). No mesmo sentido, a participação, o trabalho e a ajuda financeira em festas promovidas pela Igreja e por associações seculares como a Maçonaria, o Rotary Club e os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) são fundamentais à construção e manutenção de prestígio e credibilidade entre os sojicultores em escala local e regional. Este é o substrato sociocultural que fundamenta parcela das relações econômicas entre produtores rurais e empresas fornecedoras de insumos e de crédito, dentre as quais se mesclam o cálculo racional econômico e laços informais de confiança recíproca (Almeida, 2013, p 186)

²⁴ O crescimento do “agronegócio” durante a década de 2000 reacendeu o debate acerca do fluxo de capital estrangeiro para o mercado de terras no país. Em 2010 a empresa chinesa Chongqing Grain Group anunciou planos para aplicar US\$300 milhões na compra de 100 mil hectares do oeste da Bahia para produzir soja. Em reação, a Advocacia Geral da União (AGU) decidiu reestabelecer restrições de compra e arrendamento de terras por estrangeiros que não residam no Brasil ou por empresas estrangeiras sem sede no país. Segundo levantamento d’O Estado de São Paulo junto ao Incra, existiam ao final de 2018 no Brasil 28.323 propriedades de terras em nome de estrangeiros, somando 3,617 milhões de hectares, o equivalente ao estado do Rio de Janeiro. Desse total, 1,293 milhões de hectares estava em nome de pessoas físicas e 2,324 milhões de hectares estavam em nome de pessoas jurídicas. Os japoneses apareceram como maiores compradores internacionais de terras brasileiras, com 6.912 propriedades em seu nome. Já os chineses apareceram no balanço com apenas 664 propriedades no país, somando 10.126 hectares. Minas Gerais era o estado com maior área nas mãos de estrangeiros com 652.798 ha, enquanto o Mato Grosso ocupava o segundo lugar com 467.032 ha (O Estado de São Paulo, “Estrangeiros detêm um Rio de Janeiro em terras no país”, 17/12/2018).

Em terceiro lugar, o processo de modernização e integração da produção de soja no Mato Grosso a cadeias produtivas transnacionais foi concomitante à perpetuação e deslocamento de alguns dos traços mais violentos da fronteira agrícola antes analisados. Para que o estado do Mato Grosso se tornasse uma espécie de plataforma de produção de *commodities* agrícolas para o mercado internacional, a moderna lavoura de soja avançou ao longo das últimas décadas especialmente sobre aquelas áreas que haviam sido anteriormente desflorestadas para a formação de pasto para pecuária bovina. Similarmente ao que ocorreu com a expansão da lavoura de cana de açúcar na região Sudeste, também o avanço da sojicultura na região Centro Oeste vem pressionando o deslocamento do gado bovino em direção ao norte, consequentemente contribuindo de maneira indireta para a ampliação do arco do desflorestamento no Brasil como um todo. Uma demonstração estatística para este fenômeno foi oferecida pela primeira vez por Arima et al., segundo os quais no período entre 2003 e 2008 uma redução em 10% da expansão da soja sobre antigas áreas de pastos teria diminuído em até 40% o desmatamento nos 761 municípios da Amazônia Legal englobados no estudo (Arima et al., 2011). Neste sentido, o avanço da lavoura da soja sobre o Mato Grosso não implicou na solução ou superação das contradições sociais e ambientais características da fronteira agrícola, mas sim na preservação e no deslocamento de processos como apropriação ilícita de terras públicas, expropriação de posseiros e de povos originários e espoliação de trabalhadores em condições análogas à escravidão. Especialmente no norte mato-grossense e no sul do Pará reproduz-se sucessivamente uma pecuária de baixa produtividade a partir de ocupantes iniciais que desmatam, queimam a floresta, geralmente não investem na limpeza apropriada do solo e obtêm lucro prioritariamente através da venda da área para produtores mais capitalizados e com maior acesso à informação, que por sua vez estabelecem suas fazendas com produção em maior escala e mais intensiva em tecnologia (Arima et al., 2005, p.20)²⁵. Dados da tabela 15 confirmam o impulso do rebanho bovino em direção ao norte: no período entre 1990 e 2017 a região Norte aumentou sua participação no efetivo de gado bovino no país de 9,1% para 22,6%, enquanto o Sul diminuiu sua participação de 17,2% para 12,6% e o Sudeste de 24,7% para 17,5%.

²⁵ Em termos relativos, Mato Grosso é o estado brasileiro no qual a Amazônia sofreu maior destruição: dos 52,3 milhões de hectares de floresta amazônica originais do estado restavam em 2009 cerca de 31,7 milhões de hectares (61%), concentrados especialmente em terras indígenas e unidades de conservação (Girardi, 2016).

Tabela 14: Efetivo de rebanho bovino por Grande Região no Brasil (1990 e 2017)

Regiões	1990	%	2000	%	2010	%	2017	%
Norte	13.316.950	9,1	24.517.612	14,4	42.100.695	20,1	48.471.454	22,6
Nordeste	26.190.283	17,8	22.566.644	13,3	28.762.119	13,7	27.736.607	12,9
Sudeste	36.323.168	24,7	36.851.997	21,7	38.251.950	18,3	37.529.834	17,5
Sul	25.325.979	17,2	26.297.970	15,5	27.866.349	13,3	27.033.684	12,6
Centro Oeste	45.945.934	31,2	59.641.301	35,1	72.559.996	34,6	74.128.217	34,5
Total	147.102.314	100	169.875.524	100	209.541.109	100	214.899.796	100

(IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal)

Em meio a estas transformações, o questionamento da excepcional concentração fundiária no Mato Grosso assumiu novos formatos e foi submetido a novos e velhos constrangimentos. Em seu estudo acerca da luta pela terra no estado entre as décadas de 1980 e 1990, Fernández aponta que no período entre 1980 e 1985 a Comissão Pastoral da Terra identificou 154 casos de conflitos sociais no campo mato-grossense, envolvendo 15.894 famílias em cerca de 1 milhão de hectares (Fernández, 1997, p.42). Neste contexto, mediante o decreto nº 92.620 de 02/05/1986 o presidente da República declarou a área rural do estado do Mato Grosso zona prioritária para efeito de execução e administração de Reforma Agrária, tendo como objetivos melhorar a distribuição da terra e estabelecer relações que atendessem ao princípio da justiça social e ao aumento da produtividade agropecuária na região. Para tanto, o I Plano Regional de Reforma Agrária de Mato Grosso (I PRRA/MT) estabeleceu como meta para o quadriênio 1986/1989 assentar 41.900 famílias em uma área prevista de 1,5 milhão de hectares. Ademais, os projetos de assentamento deveriam respeitar as situações preexistentes nas terras já ocupadas e garantir serviços básicos como assistência técnica, crédito rural e infraestrutura física e social, além de capacitar os trabalhadores rurais e promover formas participativas de integração institucional. Entretanto, durante o período de vigência do I PRRA/MT de 1986 a 1989 foram criados apenas 39 projetos de assentamentos, beneficiando 6.239 famílias em 412.215 hectares de terras, respectivamente 14,9% e 27% das metas inicialmente estabelecidas no plano (Fernández, 1997, p. 54). Assim como no I PNRA, também no Mato Grosso a criação de assentamentos no início da Nova República foi pontual e distante de um projeto integrado de alteração da estrutura

fundiária no estado, dando prioridade aos casos em que a mobilização dos trabalhadores rurais se estendeu por longo tempo e/ou a situações de conflito particularmente intenso.

Como apontado anteriormente, o processo de redemocratização no Brasil também foi marcado pela sobrevivência do emprego sistemático da violência contra trabalhadores rurais característico especialmente de áreas de fronteira agrícola. Segundo Fernandez, entre 1986 a 1995 a Comissão Pastoral da Terra identificou 257 novos casos de conflitos sociais no campo mato-grossense envolvendo 27.748 famílias em 12,6 milhões de hectares. Neste período ocorreram na área rural do estado de Mato Grosso 947 casos de expulsão de trabalhadores rurais, 2.850 casos de despejo judicial, 347 casos de destruição de meios de produção e 414 casos de destruição de casas (Fernández, 1997, p. 45-49). Se a política de assentamentos sob o I PRRA/MT reconhecia parcialmente e buscava neutralizar a legitimidade da luta pela terra no estado, o emprego de violência propunha-se a destruir a capacidade de reprodução social dos trabalhadores rurais organizados por meio da eliminação de seu corpo, de seus bens materiais e de seus instrumentos de trabalho. Trata-se, nesse sentido, não de uma reação impulsiva e localizada de setores sociais dominantes contra grupos de trabalhadores, mas de um mecanismo de controle social característico de parcela do patronato rural brasileiro no interior de nossa ambígua democracia. A título de exemplo, a Comissão Pastoral da Terra apresenta este relato sobre os assassinatos de trabalhadores rurais em 10/1990 no município de Terra Nova do Norte:

“O fazendeiro Clemente de Almeida Souza Neto, conhecido como ‘Quele’, proprietário de terra conflitando com 52 famílias na Gleba União e 200 na Pingo D’Água desde a entrada dos posseiros na terra em 1985, efetuou diversos ataques, com ameaças, tentativas de assassinato e assassinatos. No dia 15/10/1990 atacou uma família, torturando e matando quatro pessoas: Creuza Cardoso de Oliveira, Franciene, José P. Martins de Souza e Raimundo Ferreira de Souza. No caso de Franciene, em um ato de perversidade, os criminosos deceparam e partiram ao meio sua cabeça, que foi transportada há um quilômetro de distância. Com a prisão decretada, o fazendeiro só foi encontrado pelo policiais civis de Sinop enquanto viajava para o estado do Tocantins. Exatamente um ano após o crime, o caso foi submetido a júri popular, que condenou Quele a 67 anos de prisão e o jagunço Sinval do Nascimento França a 35, constituindo o primeiro caso de assassinato contra posseiros em que o mandante do crime foi julgado e condenado no estado de Mato Grosso. Menos de dois anos depois, por meio da corrupção de um policial militar, ambos fugiram da penitenciária e se mantiveram foragidos” (Fonte: <https://www.cptnacional.org.br/mnc/>, acesso em 21/12/2018)

Gráfico 8: Número de ocupações de terra em Mato Grosso (1988-2012)

Gráfico 9: Número de famílias em ocupações de terra no Mato Grosso (1988-2012)

Gráfico 10: Número de assentamentos rurais no Mato Grosso (1979-2012)

Gráfico 11: Número de famílias assentadas no Mato Grosso (1979-2012)

Se até meados da década de 1990 a luta pela terra no Mato Grosso seguiu ocorrendo de maneira predominantemente fragmentada, seu grau de organização e articulação regional e nacional aumentou com o início da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado. Segundo Fernandes, no segundo semestre de 1994 militantes de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul dirigiram-se para o Mato Grosso e iniciaram contatos com professores da Universidade Federal do Mato Grosso, com membros do Partido dos Trabalhadores, com agentes da Comissão Pastoral da Terra e com sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores para articular apoio à formação do MST-MT. A primeira ocupação protagonizada pelo movimento no estado ocorreu em 14/08/1995, quando cerca de 1.100 famílias ocuparam a fazenda Aliança no município de Pedra Preta no sudeste mato-grossense, dando origem ao acampamento Zumbi dos Palmares. A segunda ocupação do MST-MT ocorreu em 08/04/1996, quando aproximadamente 1.500 famílias ocuparam a fazenda Santa Amélia no município de Cáceres no sudoeste mato-grossense, estabelecendo o acampamento Margarida Alves. Frente à ausência de respostas dos governos estadual e federal à demanda destas famílias acampadas, o MST iniciou em 17/07/1996 duas caminhadas de 250 km cada rumo à cidade de Cuiabá partindo dos dois acampamentos, visando criar um fato político novo no estado e elevar a capacidade de pressão dos trabalhadores rurais sobre o poder público. Como resultado, apenas dois anos depois de ter iniciado os trabalhos de formação em Mato Grosso, o MST conquistou 17 assentamentos reunindo mais de 2.000 famílias em cerca de 88.000 hectares. Em 02/1997 partiu da região de Rondonópolis uma das colunas que compuseram a Marcha Nacional “Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, que consolidaria o MST como mais amplo movimento social do país na década de 1990 (Fernandes, 2001, p. 214-222).

De maneira similar ao que antes apontamos com relação ao país como um todo, também no Mato Grosso o protagonismo do MST co-determinou o significativo ascenso de ocupações de terra entre 1995 e 2005 e seu posterior declínio a partir de 2006. Segundo o Relatório Dataluta – Mato Grosso de 2013, o período entre 1995 e 2005 foi aquele com maior número de ocupações de terras no estado durante a Nova República, totalizando 115 ocorrências que reuniram cerca de 34.190 famílias ao longo da década. Segundo o mesmo relatório, este período também foi marcado pela criação do maior número de assentamentos no estado desde a redemocratização, totalizando 454 projetos que reuniram cerca de 70.798 famílias em 4,3 milhões de hectares (Dataluta, 2013).

Entretanto, como ilustram os gráficos de 8 a 11, especialmente a partir do segundo governo Lula (2007-2010) reduziram-se o número de ocupações de terra e o número de assentamentos criados no estado do Mato Grosso. Como discutido anteriormente, isto é um reflexo não apenas dos impasses políticos de forças à esquerda durante os governos do Partido dos Trabalhadores em face do fortalecimento do “agronegócio”, mas também de transformações da base social potencialmente interessada na Reforma Agrária devido a programas de redistribuição de renda e políticas de valorização do salário mínimo (Melo, 2015, p. 89).

Girardi aponta que entre 1988 e 2014 foram registradas 170 ocupações de terra no Mato Grosso com a participação de 41.682 famílias, correspondentes a 3,3% das famílias em ocupações no Brasil durante este período. Segundo este autor, entre 1979 e 2014 foram criados 577 assentamentos no estado reunindo em 6,3 milhões de hectares 104.120 famílias, correspondentes a 9,4% das famílias assentadas no Brasil durante este período. A desproporção numérica entre a participação mato-grossense no número de famílias acampadas e assentadas no país é indício do caráter conservador das políticas de reforma agrária, que seguem deslocando trabalhadores rurais de regiões mais densamente povoadas para áreas com infraestrutura social e econômica deficiente (Girardi, 2016). Com base no Relatório Dataluta de 2013 é possível observar que cerca de 60% das famílias em ocupações entre 1988 e 2012 no Mato Grosso concentram-se nas mesorregiões Centro Sul e Sudeste do estado, especialmente nos municípios de Cáceres, Cuiabá e Rondonópolis onde se encontra o maior número de trabalhadores rurais expropriados potenciais beneficiários da reforma agrária. Contudo, cerca de 50% das famílias assentadas e 60% da área dos assentamentos criados entre 1979 e 2012 no Mato Grosso concentram-se na mesorregião Norte do estado, em geral em áreas distantes dos mercados e dos polos de aglomeração da agricultura comercial. Alguns municípios que concentram assentamentos de reforma agrária no estado seguem marcados por casos de violência típicos da fronteira, como ilustra o relato da Comissão Pastoral da Terra acerca do massacre de Colniza ao norte de Mato Grosso em 04/2017:

“Nove posseiros do Projeto de Assentamento (P.A.) Taquaruçu do Norte foram assassinados por quatro pistoleiros, contratados por um empresário madeireiro, em 19 de abril de 2017. O grupo chegou à comunidade, invadiu os barracos e matou os nove posseiros com tiros de armas calibre 12 e golpes de facão. Algumas das vítimas foram mortas enquanto trabalhavam na terra. De acordo com a perícia houve tortura, pois vários

corpos estavam amarrados e duas das vítimas foram degoladas. O local da chacina fica dentro do ‘Complexo Guariba’, uma área de 630 mil hectares que abriga um terreno de 42 mil hectares, onde os trabalhadores atuavam. A região é alvo de intenso conflito agrário em razão de seu elevado potencial madeireiro e minerário. Colniza, município que abrange a gleba de Taquaruçu do Norte, está localizada a 1.065 quilômetros da capital mato-grossense e faz fronteira com os estados do Amazonas e Rondônia. A cidade é apontada como uma das cidades mais violentas do Brasil pelo grande número de conflitos agrários” (Fonte: <https://www.cptnacional.org.br/mnc/>, acesso em 21/12/2018)

Como já destacado, grandes mudanças na tecnologia agrícola nas últimas décadas permitiram a exploração das terras do Mato Grosso, mas exigiram crescente investimento de capital para corrigir a baixa fertilidade natural e elevada acidez do solo. Neste contexto, a ausência de recursos dos trabalhadores rurais para a necessária “construção do solo” é um dos principais obstáculos à reprodução da agricultura familiar em geral e de assentamentos de reformas agrária em particular no Mato Grosso. Segundo documento da Embrapa Agrossilvipastoril, é pequena a proporção de estabelecimentos de agricultura familiar que acessaram linhas de financiamento de custeio ou investimento no estado entre os anos 2011 e 2014, como ilustra a tabela 14. Em seus apontamentos acerca da organização social e dos sistemas produtivos em um conjunto de assentamentos de reforma agrária no Mato Grosso, Ferreira, Fernandes e Praxedes da Silva destacam que em geral sua agricultura é desenvolvida em áreas de mata explorando a fertilidade natural do solo, com baixa utilização de insumos químicos, mecanização ou sistemas de irrigação. Segundo os autores, contudo, o enfraquecimento da fertilidade natural do solo em média após três anos de cultivo tem como resultado nos assentamentos estudados a ampliação crescente da área dedicada a pastagens, ilustrando limitações estruturais à reprodução dos assentados descapitalizados em áreas desfavoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar (Ferreira, Fernandez e Praxedes da Silva, 2009, p. 223-224)²⁶

26 É recorrente entre organizações patronais e órgãos de imprensa no Mato Grosso a tese segundo a qual os assentamentos de reforma agrária seriam os principais responsáveis pelo desmatamento no estado. Em pesquisa acerca do período entre 1995 e 2007, Campos concluiu que os desmatamentos identificados em Projetos de Assentamentos correspondiam a 6,23% e em Terras Indígenas/Unidades de Conservação a 2,46% da área desmatada na biota amazônica mato-grossense. Segundo o autor, a maior parte (91,31%) do desmatamento no estado neste período concentrou-se em propriedades privadas e/ou posses individuais em terras devolutas ou públicas (Campos, 2010, p.73-74).

Tabela 15: Percentual de agricultores familiares que acessaram crédito rural em Mato Grosso (2011 – 2014)

Ano Agrícola	Percentual de agricultores que acessaram crédito rural do Pronaf	
	Custeio (%)	Investimento (%)
2011/2012	4,85	3,78
2012/2013	5,56	5,03
2013/2014	5,46	6,56

(Embrapa Agrossilvipastoril, 2014, p.26)

Ademais, os assentados no estado veem-se frequentemente distantes de zonas urbanas e submetidos a canais escassos e estreitos de distribuição dos excedentes de sua produção, o que limita perspectivas de reprodução social por meio do trabalho familiar. Em pesquisa acerca da eficiência (em sentido estritamente econômico) dos assentamentos de reforma agrária no Mato Grosso, Lamera aponta que a precariedade de estradas e o maior tempo de acesso às cidades mais próximas são os principais fatores determinantes para maiores índices de abandono de lotes, cujo isolamento não apenas impossibilita em momentos do ano o transporte da produção até os centros comerciais como também prejudica o acesso a serviços básicos como educação e saúde (Lamera, 2008, p. 121). Em pesquisa acerca de estratégias de acesso a mercados em assentamentos no norte de Mato Grosso, Ruas acrescenta que a concentração do comércio de alimentos em cadeias de supermercados também em pequenas e médias cidades no interior do estado reduziu a capilaridade de mercados varejistas locais e ampliou as exigências de volume, regularidade e qualidade dos produtos agropecuários. Paralelamente, a crescente adoção de padrões de segurança fitossanitária privilegiou a super-higienização e homogeneização de processos agroindustriais, impondo custos frequentemente proibitivos a unidades produtivas artesanais ou de pequeno porte. Segundo o autor, estes processos de exclusão frequentemente empurram assentados para canais de comercialização marginais menos exigentes e menos favoráveis do ponto de vista financeiro, com destaque para a atuação de atravessadores capazes de reter parcela significativa da renda do produtor agropecuário especialmente em áreas mais remotas (Ruas, 2017, p. 91). Como resultado, o estado do Mato Grosso importa das demais Unidades da Federação ampla parcela de produtos típicos da agricultura familiar para abastecer seu mercado interno: segundo documento da Embrapa Agrossilvipastoril, pesquisa acerca do mercado de Frutas, Legumes e Verduras (FLV) junto a supermercados e consumidores das cidades de Alta Floresta, Cáceres, Colíder, Cuiabá, Rondonópolis, Sinop e Várzea Grande permitiu identificar que

56,3% do total destes produtos comercializado no ano de 2006 vieram de fora do estado de Mato Grosso (Embrapa Agrossilvipastoril, 2014, p. 15-16).

Este contexto tem sido terreno fértil para a perpetuação de relações promíscuas entre “empresários” e servidores públicos que historicamente permitiram a apropriação e a concentração em poucas mãos de terras da União em tese destinadas à reforma agrária. Entre 2013 e 2014 a Polícia Federal desencadeou a *Operação Terra Prometida*, cujo objetivo era desarticular uma quadrilha de empresários do “agronegócio”, fazendeiros, vereadores e outros representantes políticos que usava de sua influência e poder econômico para aliciar e/ou coagir beneficiários da reforma agrária a vender seus lotes. Para realizar este comércio ilegal de terras de assentamentos, a organização criminosa teria feito uso de documentos falsos, ações de vistoria simuladas, termos de desistência fraudados e dados inverídicos incluídos no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA), possibilitando que grandes latifundiários, grupos do “agronegócio” e até empresas multinacionais ocupassem ilicitamente cerca de mil lotes da União de 100 ha em média no valor total de mais de R\$1 bilhão de reais à época. Foram cumpridos então 52 mandados de prisão preventiva inclusive contra o ex-prefeito de Lucas do Rio Verde Marino Franz, o vice-prefeito do município Rui Schenkel, dois vereadores de Itanhangá e dois irmãos do então Ministro da Agricultura Neri Geller. À época o superintendente do Incra Salvador Solterio informou que 37% dos lotes em assentamentos de reforma agrária no estado do Mato Grosso apresentavam irregularidades, destacando o envolvimento de representantes políticos neste processo (Portal Sorriso MT, “Incra revela que 37% dos lotes em assentamentos estão irregulares em MT e aponta envolvimento de políticos”, 08/07/2015)

Neste contexto, a reprodução econômica e social dos assentamentos de reforma agrária depende principalmente de políticas públicas implementadas por governos municipais, estadual e federal, decorrentes da capacidade de organização e pressão política das famílias assentadas. No âmbito local, destacam-se parcerias estabelecidas com prefeituras para a criação de feiras públicas municipais, transporte dos produtos agropecuários, empréstimo ou aluguel de máquinas agrícolas, fornecimento de insumos e assistência técnica, frequentemente mobilizados em troca de apoio político eleitoral. Como destacado em pesquisas acerca de assentamentos em diferentes regiões do país, feiras públicas municipais têm especial relevância na medida em que não são apenas canais de escoamento de mercadorias, mas também espaços importantes de sociabilidade

para agricultores familiares em geral e assentados de reforma agrária em particular, que ali podem estabelecer relações de apoio mútuo e construir vínculos de confiança e proximidade com os consumidores de seus produtos (Moraes Silva, 2009, p. 150). No âmbito federal, são fundamentais aos assentados os canais de compras públicas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)²⁷ e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)²⁸, que preveem a aquisição de produtos da agricultura familiar para a formação de estoques estratégicos, para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e para os alunos da rede pública de educação. Em pesquisa acerca da implementação destes programas no estado do Mato Grosso, Mendes destaca que eles funcionaram como estímulo não apenas à produção, mas também à constituição e ao fortalecimento de associações, cooperativas e grupos informais dentre os assentados (Mendes, 2017, p.210-211).

Criado pelo Decreto n. 5.297 de 06 de dezembro 2004, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) é mais uma política pública implementada pelo governo federal com impacto sobre assentamentos de reforma agrária no Mato Grosso. O PNPB determinou a mistura obrigatória de 5% (a partir de 2014, de 7%) de biodiesel no diesel convencional e criou o Selo Combustível Social para empresas que comprovem que no mínimo 15% de sua produção é abastecida pela agricultura familiar. Em pesquisa acerca da expansão da soja no Mato Grosso entre 2000 e 2012, Risso identificou no ano-safra 2000/01 a produção do grão em 30 mil hectares no interior de assentamentos do estado, aumentando para 75 mil hectares no ano-safra 2006/07 e para 149 mil hectares no

²⁷ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pela Lei nº. 10.696 de 02/07/2003, que autoriza a dispensa de licitação na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Governo Federal por meio da CONAB, destinados a entidades sociais, escolas, hospitais, pessoas em situação de insegurança alimentar e para formação de estoques estratégicos. A lei também regulamenta que as aquisições sejam realizadas com base em preços de referência praticados em cada região do país, conforme pesquisas levantadas em feiras, hortas comunitárias e assentamentos, uma inovação em relação à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) que sempre utilizou mecanismo de caráter universal para o conjunto de produtores rurais (Mendes, 2017, 109-110).

²⁸ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve origem na década de 1940, mas somente com a implementação da Lei nº. 11.947 de 16/06/2009 passou a atender toda a Educação Básica, além da educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e também as entidades filantrópicas conveniadas com os Estados e municípios que ofereçam estas modalidades de ensino. Para se ter uma ideia da dimensão do programa, apenas no ano de 2014 foram cerca de 42 milhões de alunos atendidos com um orçamento de cerca de R\$3,7 bilhões. A lei determina que do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (Mendes, 2017, p. 149-150).

ano-safra 2011/12. Ainda segundo este autor, áreas de soja superiores a 1.000 hectares ocorreram em três assentamentos em 2000/01, subindo para 16 assentamentos em 2006/07 e 35 assentamentos em 2011/12 (Risso, 2013, p.53-54). Em pesquisa acerca da pequena produção de soja impulsionada pelo Selo Combustível Social, Beal relata diferentes experiências frustradas de parcerias entre empresas de biodiesel e o assentamento “28 de outubro” em Campo Verde (MT) entre 2000 e 2008. Segundo a autora, durante sua pesquisa de campo poucos assentados com mais experiência na agricultura e maiores recursos arrendavam a área de seus vizinhos. Estes ainda assim faziam um contrato individual com a empresa de biodiesel, que dessa forma mantinha benefícios do Selo Combustível Social (Beal, 2010, p. 161)

No mesmo contexto, entre 2000 e 2012 a expansão da soja no interior de Terras Indígenas mato-grossenses manteve-se relativamente pouco significativa, porém com tendência ao crescimento. Segundo a FUNAI, entre delimitadas e regularizadas as TIs totalmente ou parcialmente alocadas no Mato Grosso cobrem uma área de 16,7 milhões de hectares ou 18,4% do território do estado. No interior deste conjunto, Risso indica que a produção de soja passou de cerca de cinco mil hectares em 2000/01 para cerca de 50 mil hectares em 2011/12. Áreas de soja superiores a 1.000 ha foram identificadas em uma reserva em 2000/01, em três reservas em 2006/07 e em seis reservas em 2011/12 (Risso, 2013, p.55-58). Relatório da ONG Repórter Brasil de 07/2010 mostra como a expansão da soja tem impactado as TIs no Mato Grosso de diferentes formas. Historicamente ocupada pelos índios Xavante e homologada pelo governo federal em 1998 com 165 mil hectares, a Terra Indígena Maraiwatsede permanecia em 2010 com 90% de seu território ocupado ilegalmente por fazendeiros e posseiros não indígenas, majoritariamente criadores de gado e produtores de soja e arroz. Segundo o relatório, estas atividades eram responsáveis por um dos maiores desmatamentos em áreas protegidas do estado: cerca de 45% da mata nativa de Maraiwatsede já havia sido destruída em 2010, de acordo com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam). Diferentemente, entre 2004 e 2006 os povos indígenas Paresi, Manoki e Nambikwara firmaram contratos de parceria com fazendeiros e empresas agropecuárias para a co-produção de soja no interior das Terras Indígenas Paresi, Rio Formoso, Utiariti, Tirekatinga e Manoki. Os acordos previam que os indígenas fornecessem terra e mão-de-obra e os parceiros empresariais fornecessem insumos, financiamentos e máquinas, devendo ser o resultado da comercialização dividido igualmente entre as partes. Apresentados especialmente por lideranças Paresi como

ferramentas de desenvolvimento de seu povo, os contratos são considerados por seus críticos uma forma velada e ilegal de arrendamento de Terras Indígenas e um estímulo à estratificação social e à desorganização cultural dentre as aldeias (Repórter Brasil, “Impacto da soja sobre Terras Indígenas do Mato Grosso”, julho de 2010)

O processo descrito até aqui ilustra a permanência do caráter desigual e combinado do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, mesmo em regiões onde há claro predomínio da agricultura comercial em grande escala para exportação. Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE, em 1996 havia 55.070 estabelecimentos de agricultura familiar em Mato Grosso ocupando cerca de 4,66 milhões de hectares, enquanto em 2006 estes números haviam subido para 86.167 estabelecimentos de agricultura familiar ocupando cerca de 4,88 milhões de hectares. Apesar desta resiliência, em 2006 o estado de Mato Grosso era a terceira Unidade da Federação com menor participação dos estabelecimentos familiares na área total dos estabelecimentos agropecuários (9,94%), na frente somente de Mato Grosso do Sul (3,91%) e do Distrito Federal (4,32%), enquanto a média para o Brasil era de 24%. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE, entre 1985 e 2006 houve uma relativa desconcentração fundiária no Mato Grosso, uma vez que o índice de Gini no estado passou de 0,909 em 1985 para 0,870 em 1996 e 0,865 em 2006. Ainda assim o Mato Grosso possuía em 2006 a segunda maior concentração fundiária dentre as Unidades da Federação no país, atrás apenas de Alagoas com índice de Gini de 0,871 (Girardi, 2016). Como mostra a tabela 15, entre 1985 e 2006 os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares diminuíram sua participação na área total ocupada de 83,49% para 77,93%, enquanto os estabelecimentos com menos de 100 hectares aumentaram sua participação de 3,21% para 5,42% como consequência da criação de assentamentos de reforma agrária no estado especialmente entre 1995 e 2006. Coerentemente com o que apresentamos acerca da retração da política de reforma agrária a partir do segundo governo Lula, a participação dos estabelecimentos até 100 hectares na área total ocupada no Mato Grosso sofreu retração de 5,42% em 2006 para 5% em 2017, enquanto a participação de estabelecimentos com mais de 1.000 há aumentaram de 77,9% para 80,1% da área total ocupada no estado, como mostra a tabela 16. Os dados de 2017 também indicam uma concentração excepcional das terras mato-grossenses em propriedades gigantescas: apenas 868 estabelecimentos com mais de 10.000 hectares (0,7% do total) somam 35,8% da área total ocupada no estado.

Tabela 16: Estrutura fundiária no Mato Grosso de 1985 a 2006

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos					
	1985	%	1996	%	2006	%
Menos de 10	25.705	32,99	9.801	12,45	14.989	13,39
10 a 100	29.368	37,69	37.076	47,08	61.781	55,18
100 a 1.000	17.280	22,18	23.861	30,3	26.457	23,63
Mais de 1.000	5.561	7,14	8.010	10,17	8.744	7,81
Total	77.914	100	78.748	100	111.971	100
Classes de área (ha)	Área Ocupada (ha)					
	1985	%	1996	%	2006	%
Menos de 10	113.736	0,3	46.163	0,09	58.610	0,12
10 a 100	1.099.280	2,91	1.588.678	3,19	2.582.558	5,3
100 a 1.000	5.033.007	13,3	7.237.076	14,52	8.102.689	16,64
Mais de 1.000	31.589.622	83,49	40.967.713	82,2	37.944.854	77,93
Total	37.835.645	100	49.839.630	100	48.688.711	100

(IBGE - Censo Agropecuário)

Tabela 17: Estrutura fundiária no Mato Grosso em 2017

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos		Área Ocupada (ha)	
Menos de 10	17.919	15,1%	67.516	0,1%
10 a 100	63.604	53,7%	2.683.850	4,9%
100 a 1.000	27.374	23,1%	8.166.958	14,9%
1.000 a 10.000	8.629	7,3%	24.306.159	44,3%
Mais de 10.000	868	0,7%	19.606.336	35,8%
Total	118.394	100%	54.830.819	100%

(IBGE – Resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017)

Progresso tecnológico da lavoura e consolidação da cadeia carne/grãos: trabalhadores rurais, operários de agroindústrias e da construção civil

A dinâmica econômica e política descrita até aqui co-determinou ao longo das últimas décadas profundas transformações na demografia e no mercado de trabalho da região Centro Oeste como um todo e do estado do Mato Grosso em particular. Conforme os dados da tabela 19, o processo de expansão da soja a partir dos anos 1980 foi acompanhado por uma redução significativa do crescimento demográfico em todos os estados da região, com destaque para o Mato Grosso que viu a taxa anual de aumento de sua população diminuir de 5,4% entre 1980 e 1991 para 1,9% entre 2000 e 2010. Condizentes com este quadro, os dados da tabela 20 mostram que o saldo entre entradas e saídas migratórias em Mato Grosso reduziu-se de 295 mil pessoas entre 1980-1991 para 127 mil pessoas entre 2000-2010, indicando um enfraquecimento da perspectiva da população de determinadas Unidades da Federação de ali encontrar terra e trabalho. Como destaca Cunha em estudo acerca do processo de ocupação recente no Mato Grosso, é possível concluir que entre as décadas de 1990 e 2000 ocorreu um arrefecimento da dinâmica demográfica típica da fronteira agrícola que havia caracterizado este estado durante as décadas de 1960 a 1980 (Cunha, 2011, p. 81). Dentre outros fatores, isso decorre do fato de que a expansão da soja sobre o Mato Grosso consolidou obstáculos ao fluxo de trabalhadores discutidos no capítulo anterior, com destaque para a baixa geração de empregos no interior de grandes propriedades rurais e para os constrangimentos à reprodução da agricultura familiar.

Tabela 18: População total e taxa de crescimento médio segundo Unidade da Federação do Centro Oeste entre 1980 e 2010

UFs	1991	2000	2010	Taxa de crescimento (% ao ano)		
				1980/ 1991	1991/ 2000	2000/ 2010
DF	1.598.415	2.043.169	2.570.160	2,8	2,8	2,3
GO	4.012.562	4.996.439	6.003.788	2,3	2,5	1,8
MT	2.022.524	2.502.260	3.035.122	5,4	2,3	1,9
MS	1.778.741	2.074.877	2.449.024	2,2	1,8	1,7
Total	9.412.242	11.616.745	14.058.094	2,3	2,4	1,9

(Camargo, 2016, p. 7)

Tabela 19: Volume de imigrantes (I) e emigrantes (E) com menos de 10 anos de residência em Mato Grosso entre 1991 e 2010

Principais fluxos	1991		2000		2010		Variação % 1991/2010	
	I	E	I	E	I	E	I	E
Total Mato Grosso	542.027	247.166	373.275	257.906	386.904	259.182	-28,7	4,8
PR	164.682	54.170	69.691	41.684	60.797	35.761	-63,1	-33,9
SC	25.893	6.342	15.950	8.367	12.247	11.585	-52,7	82,6
RS	27.814	8.882	18.982	8.577	18.079	10.811	-35,0	21,7
SP	64.157	37.936	42.763	47.655	41.829	31.976	-34,8	-15,7
MG	24.280	12.183	17.157	13.514	14.778	9.932	-39,1	-18,4
MS	68.355	25.091	47.478	26.615	42.136	28.664	-38,3	14,2
GO	51.148	29.584	44.554	38.247	43.707	42.186	-14,5	42,5
DF	4.926	2.748	3.077	4.010	3.450	4.482	-29,9	63,1
RO	30.525	39.714	38.639	26.158	40.585	27.935	32,9	-29,6
PA	13.217	7.991	13.047	12.639	17.510	20.737	32,5	159,5
BA	12.268	2.604	9.353	3.794	9.669	4.205	-21,1	61,5
MA	22.160	2.518	12.500	4.274	30.001	5.604	35,4	122,5
PE	3.861	1.348	5.735	1.543	7.202	2.025	86,5	50,2
Outros	28.741	16.055	34.349	20.829	44.914	23.279	56,2	44,9

(Elaborado pelo autor a partir de Cunha, 2015)

A redução relativa do fluxo de pessoas em direção ao Mato Grosso foi acompanhada por alterações significativas no perfil desta população migrante, crescentemente urbanizada e escolarizada e com traços menos marcadamente familiares. Conforme os dados da tabela 20, entre a década de 1980 e a década de 2000 ocorreu uma redução na participação de migrantes para o Mato Grosso vindos de estados das regiões Sul e Sudeste como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, enquanto aumentou a participação daqueles vindos de estados das regiões Norte e Nordeste como Rondônia, Pará, Maranhão e Pernambuco no mesmo período. Este quadro é condizente com o esgotamento a partir dos anos 1980 do processo de ocupação do território mato-grossense a partir de projetos de colonização voltados para trabalhadores rurais sulistas: de fato, os dados da Tabela 21 mostram uma proporção decrescente entre 1980 e 2010 de migrantes dirigindo-se à zona rural e a atividades agropecuárias em Mato Grosso, paralelamente ao crescimento da proporção de migrantes que tiveram por destino as atividades no setor de serviços em áreas urbanas. Coerentemente, ocorreram a partir da década de 1980 transformações no perfil educacional do imigrante em Mato Grosso, decorrentes da redução da participação de chefes de famílias migrantes sem instrução ou com primário incompleto e o aumento da participação daqueles com pelo menos primeiro grau completo (Cunha, 2011, p. 61). Ademais, no mesmo período também ocorreram

alterações na estrutura familiar desta população migrante, em meio à redução relativa da participação de casais com filhos característica da colonização e ao aumento da migração individual (Cunha, 2011, p. 71). Apesar deste quadro geral, Cunha nos adverte que microrregiões como Norte Araguaia, Alto Guaporé, Rosário do Oeste, Aripuanã, Colíder e Alta Floresta até a década de 1990 registraram participação acima de 30% ou mesmo de 40% de migrantes se dirigindo para áreas rurais, especialmente devido à criação de assentamentos de reforma agrária nestes locais (Cunha, 2011, p. 49-50).

Tabela 20: Condição do domicílio e setor de inserção de migrantes interestaduais no Mato Grosso entre 1980 e 2010

		1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Condição de domicílio (%)	Urbano	40,9	69,7	76,14	81,8
	Rural	59,1	30,3	23,86	18,2
	Total	100	100	100	100
Setor de inserção (%)	Primário	45,6	26,6	25,1	20,4
	Secundário	13,8	25,7	12	8,9
	Terciário	32,8	42,7	51,5	60
	Administração Pública	6,0	3,1	9,7	2,2
	Mal Definido	1,8	1,9	1,7	8,5
	Total	100	100	100	100

(Camargo, 2017, p. 40)

Os fluxos migratórios interestaduais e intraestaduais distribuíram-se de maneira heterogênea pelo estado do Mato Grosso, dentre microrregiões com características demográficas e econômicas completamente distintas entre as décadas de 1990 e 2000. Dentre as microrregiões que viram sua população estagnar-se ou mesmo retrair-se neste período destacam-se aquelas que sofreram maior impacto com a decadência da atividade garimpeira de ouro ou diamante, como Alta Floresta, Colíder e Alto Paraguai. Como já destacado no capítulo anterior, a partir do início da década de 1990 os trabalhadores que haviam se dedicado ao extrativismo mineral foram deslocados pela exaustão de depósitos acessíveis a técnicas artesanais e semi-artesanais de exploração e pelo aumento progressivo na produção das minas industriais, deslocando-se para as periferias de pequenos, médios e grandes núcleos urbanos no estado do Mato Grosso. Dentre as microrregiões com taxa de crescimento demográfico significativamente superior à média

estadual no período, destacam-se aquelas com maior expansão da lavoura de soja, como Primavera do Leste, Alto Teles Pires e Parecis: conforme os dados da tabela 22, estas microrregiões viram sua população aumentar a taxas anuais superiores a 7,5% entre 1991 e 2000 e superiores a 3,7% entre 2000 e 2010. Inicialmente atraída pela expansão de atividades agropecuárias no interior de fazendas (auxiliares de serviços gerais, cozinheiras, operadores de máquinas agrícolas, administradores, etc.), esta população dirigiu-se em escala crescente para ocupações envolvidas com construção civil e agroindústrias processadoras (pedreiros e serventes, operários de frigoríficos e de esmagadoras de soja, auxiliares de limpeza, funcionários de recursos humanos, diretores industriais, etc.) ou relacionadas a serviços do chamado “agronegócio” (vendedores de insumos agrícolas, mecânicos de tratores e caminhões, motoristas de transportadoras, bancários, contadores, veterinários, corretores, pesquisadores ou professores de instituições de ensino técnico e superior, etc.). Buscaremos a seguir apresentar algumas tendências do mundo do trabalho no estado do Mato Grosso, destacando primeiramente as transformações no trabalho agrícola nos principais polos produtores de soja para em seguida nos debruçarmos sobre atividades caracteristicamente urbanas relacionadas seja à cadeia agroindustrial carnes/grãos, seja à construção e manutenção de espaços urbanos.

Tabela 21: População total, taxa de crescimento demográfico e taxa de urbanização de microrregiões selecionadas do Mato Grosso de 1991 a 2010

Microrregiões	População total			Taxa de crescimento (% a.a.)		Taxa de urbanização (%)		
	1991	2000	2010	1991/ 2000	2000/ 2010	1991	2000	2010
Parecis	32.209	62.025	89.344	7,5	3,7	62%	73%	82%
Alto Teles Pires	50.839	101.937	191.228	8,0	6,5	58%	74%	83,5
Primavera do Leste	18.498	57.078	83.655	13,3	3,9	68%	87%	89%
Mato Grosso	2.022.524	2.502.260	3.035.122	2,3	1,9	73,3%	79,3%	81,8%

(Camargo, 2016, p.14)

De início, é necessário destacar que ao longo das últimas décadas ocorreram alterações significativas na distribuição geográfica dos trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão no país²⁹. A tabela 23 mostra que Pará e Mato Grosso lideram a lista de estados com maior número de trabalhadores libertados entre 1995 e 2014 pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), coordenado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)³⁰. Entretanto, os dados mostram que a participação do estado do Mato Grosso no número de trabalhadores libertados em todo o país decresceu continuamente de 46% no período entre 1995 e 1998 para 6,5% entre 2007 e 2010, alcançando 2,3% entre 2010 e 2014. Em primeiro lugar, isto é reflexo da diversificação dos trabalhos de fiscalização, que revelaram a existência de trabalho em condições análogas à escravidão em regiões e setores cada vez mais amplos, com destaque para as cadeias produtivas de açúcar e álcool, confecção de roupas e construção civil especialmente no estado de São Paulo. Neste contexto, em 2013 pela primeira vez o número de escravos encontrados em atividades urbanas ultrapassou o de trabalhadores em atividades agrícolas no país (Plassat, 2015, p. 7). Em segundo lugar, a diminuição da participação de Mato Grosso dentre os estados com maior número de trabalhadores libertados decorre também do movimento da fronteira agrícola e do arco de desmatamento em direção ao norte. Enquanto as principais regiões produtoras de soja altamente capitalizadas no estado do Mato Grosso empregam relativamente menos trabalhadores agrícolas com qualificação crescente, no estado do Pará segue recorrente o típico escravo contemporâneo brasileiro: migrantes do Maranhão,

²⁹ O artigo 149 do Código Penal Brasileiro prevê pena de reclusão de dois a oito anos mais multa a quem reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo por qualquer meio sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. Segundo o parágrafo primeiro deste artigo, incorre nas mesmas penas quem cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador com o fim de retê-lo no local de trabalho.

³⁰ O Estado brasileiro apenas reconheceu a existência de trabalho escravo em território nacional em 1995, quando foi instituído o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM). Segundo Ruth Villela, o GEFM constituiu-se em resposta à necessidade de haver um comando centralizado para diagnosticar o problema do trabalho escravo, garantir a padronização dos procedimentos de supervisão direta dos casos fiscalizados, assegurar sigilo absoluto na apuração das denúncias e garantir que as fiscalizações estivessem livres de pressões e ameaças. As medidas executadas pelo GEFM ganharam maior intensidade e eficácia a partir de 2003 com o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, amplo conjunto de ações abrangendo poder público e organizações da sociedade civil. Neste contexto, destaca-se especialmente a criação pelo MTE através da portaria nº 540 de 15/10/2004 do Cadastro de Empregadores, também conhecido como “Lista Suja”, formado por pessoas físicas e jurídicas flagradas pela fiscalização na prática de exploração de trabalho análogo à escravidão (Villela, 2008, p. 143-144).

norte de Tocantins ou oeste do Piauí, de sexo masculino, analfabetos funcionais, levados para as fronteiras da Amazônia em municípios de criação recente e utilizados principalmente em atividades vinculadas ao desmatamento (Therry, Melo, Hato e Girardi, 2009, p. 12). Em terceiro lugar, a redução relativa na incidência de flagrantes de trabalho escravo no estado do Mato Grosso é consequência da multiplicação de exigências socioambientais por mercados externos, levando produtores rurais a buscar selos de certificação internacional de boas práticas agrícolas. Dentre as principais iniciativas nesse sentido na sojicultura destacam-se a *Round Table on Responsible Soybean Association* (plataforma global que visa o estabelecimento de critérios para a produção dita “sustentável” de soja) e o *Soja Plus* (programa de gestão da propriedade que auxilia os produtores rurais com qualificação para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista brasileiras) (Wesz Júnior, 2014, p. 27-28). Entretanto, tais alterações não significam que inexistem flagrantes da exploração de trabalhadores em condições análogas à escravidão em polos sojicultores mato-grossenses. Em pesquisa sobre o trabalho temporário realizado por migrantes no interior de fazendas do município de Primavera do Leste ao longo da década de 1990, Cerutti destaca uma série de imagens e relatos acerca de redes de aliciamento, de condições de trabalho e de experiências de violência similares às que descrevemos a respeito da peonagem no primeiro capítulo (Cerutti, 2004, Capítulo II, p. 40-72). A reportagem a seguir a respeito da libertação de trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão em Lucas do Rio Verde em janeiro de 2009 assim o ilustra:

“Agentes do ministério do Trabalho libertaram nesta terça em Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, 18 trabalhadores que viviam em regime de escravidão. Durante uma fiscalização, os agentes encontraram um acampamento com redes amarradas num barraco e um colchão improvisado em cima de pedaços de madeira, onde dormiam cerca de 15 pessoas. A maioria dos trabalhadores não tinha carteira assinada e foi contratada para derrubar a floresta e limpar a área de uma nova fazenda a R\$ 25 por dia. Um homem chegou a ficar dois meses sem receber pagamento. Segundo ele, o patrão só acertava as contas quando chegava na cidade. ‘Fica difícil sair daqui para ir até lá. Dá 52 quilômetros, tem que ir e voltar a pé’ ele justifica. Os trabalhadores em regime de escravidão geralmente passam o dia vigiados por homens armados. As ameaças assustam lideranças dos sindicatos rurais, que são as primeiras a receber as denúncias. ‘Eles ligavam para a minha casa à noite e diziam que eu tinha denunciado a fazenda ao ministério do Trabalho. Ele me dizia que ia acabar com a minha vida’, contou outro trabalhador. Por causa do clima tenso, as

equipes de fiscalização sempre entram nas fazendas suspeitas acompanhadas de policiais - o que nem sempre intimida os infratores. Numa das ações, o carro onde estava um procurador foi apedrejado e os fiscais, ameaçados. *‘Uma pessoa ligou e falou que havia sido contratada para dar cabo dos fiscais que estavam atuando na região’*, contou o auditor fiscal Ademar Fragoso Júnior” (Fonte: Jornal Extra Online, “Governo liberta 18 pessoas sob trabalho escravo em MT”, 27/01/2009)

Tabela 22: Número de trabalhadores escravizados libertados por Unidade da Federação entre 1995 e 2014

UFs	1995-1998	%	1999-2002	%	2003-2006	%	2007-2010	%	2011-2014	%	Total	%
AC	-	-	-	-	8	0,1	24	0,1	102	1,1	134	0,3
AL	-	-	-	-	-	-	656	3,8	93	1,0	749	1,6
AM	-	-	-	-	28	0,2	104	0,6	278	2,9	410	0,9
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	26	0,3	26	0,1
BA	-	-	-	-	1.942	12,9	667	3,8	371	3,9	2.980	6,2
CE	-	-	-	-	88	0,6	231	1,3	146	1,5	465	1,0
ES	-	-	-	-	244	1,6	317	1,8	152	1,6	713	1,5
GO	-	-	79	1,7	800	5,3	2.196	12,7	785	8,2	3.860	8,1
MA	8	0,8	668	14,5	1.175	7,8	745	4,3	342	3,6	2.938	6,2
MT	489	46,0	1.268	27,5	2.865	19,0	1.122	6,5	225	2,3	5.969	12,5
MS	50	4,7	152	3,3	74	0,5	1.912	11,0	545	5,7	2.733	5,7
MG	46	4,3	24	0,5	119	0,8	1.584	9,1	2.278	23,7	4.051	8,5
PA	386	36,3	2.256	48,9	4.985	33,1	3.622	20,9	1.062	11,1	12.311	25,8
PE	-	-	-	-	-	-	728	4,2	41	0,4	769	1,6
PB	-	-	-	-	73	0,5	27	0,2	21	0,2	121	0,3
PR	-	-	-	-	122	0,8	639	3,7	355	3,7	1.116	2,3
PI	83	7,8	-	-	147	1,0	355	2,0	265	2,8	850	1,8
RJ	-	-	-	-	215	1,4	674	3,9	391	4,1	1.280	2,7
RN	-	-	-	-	29	0,2	7	0,0	-	-	36	0,1
RS	-	-	-	-	35	0,2	93	0,5	142	1,5	270	0,6
RO	-	-	42	0,9	415	2,8	128	0,7	150	1,6	735	1,5
RR	-	-	-	-	-	-	26	0,2	25	0,3	51	0,1
SC	-	-	-	-	54	0,4	535	3,1	229	2,4	818	1,7
SP	-	-	76	1,6	111	0,7	322	1,9	1.021	10,6	1.530	3,2
TO	-	-	46	1,0	1.551	10,3	614	3,5	564	5,9	2.775	5,8
Total	1.062	100	4.611	100	15.080	100	17.328	100	9.609	100	47.690	100

(Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT)

A despeito destes traços de continuidade, as características mais salientes dos principais polos sojicultores do Mato Grosso nas últimas décadas são a adoção de novos sistemas técnicos e a mobilização de trabalhadores rurais dotados de um novo perfil. Segundo Aracri, como já destacamos, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela introdução e disseminação das inovações da Revolução Verde na produção de soja no estado, crescentemente pautada pelas técnicas de mecanização, de correção química dos solos e de seleção e melhoramento genético de sementes adaptadas às condições locais. Segundo o autor, a partir da década de 2000 vem se destacando a introdução e difusão na sojicultura mato-grossense da assim chamada *agricultura de precisão*: sistema que integra tecnologias de comunicação e informação a equipamentos agrícolas em um ciclo de análise do solo para mapear variações de produtividade no interior do estabelecimento, aplicação de corretivos e fertilizantes a taxas variáveis de acordo com as características de cada área, plantio a taxas variáveis de acordo com os diferentes potenciais produtivos na propriedade e colheita por meio de máquinas com sensores de produtividade de maneira a atualizar periodicamente o mapeamento do solo da fazenda (Aracri, 2010, 132). Conforme pesquisa sobre mecanização agrícola em Mato Grosso publicada pelo IMEA em junho 2015, cerca de 42% dentre 318 proprietários com um total de 710 mil hectares (8% da área com soja no estado naquele ano) declarou utilizar agricultura de precisão. Ainda segundo esta pesquisa, a maior parte dos entrevistados afirmou ter começado a adotar este sistema a partir da renovação do parque de máquinas nos cinco anos anteriores (IMEA, 2015). Coerentemente, os dados da tabela 24 mostram que após forte queda durante a crise da soja na segunda metade dos anos 2000, a participação do estado do Mato Grosso no total de máquinas agrícolas automotrizes comercializadas no país voltou a recuperar-se de maneira acelerada a partir de 2010.

Tabela 23: Número total de máquinas agrícolas automotrizes comercializadas no Brasil, no Centro Oeste e em Mato Grosso entre 2003 e 2014

	2003-2006	%	2007-2010	%	2011-2014	%
Brasil	124.679	100	216.546	100	287.063	100
Centro Oeste	20.783	16,6	24.629	11,3	45.744	15,9
Mato Grosso	10.486	8,4	9.941	4,5	20.482	7,1

(Seplan - Anuário estatístico do estado do Mato Grosso)

Tabela 24: Variação na quantidade e no número de estabelecimentos com tratores e equipamentos agrícolas em Mato Grosso entre 2006 e 2017

		2006	2017	Variação 2006/2017
Tratores	Estabelecimentos	18.442	29.921	62,2%
	Quantidade	42.329	71.042	67,8%
Plantadeiras e/ou Semeadeiras	Estabelecimentos	6.669	9.766	46,4%
	Quantidade	13.078	18.138	38,7%
Colheitadeiras	Estabelecimentos	3.706	5.587	50,7%
	Quantidade	9.020	15.716	74,2%
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	Estabelecimentos	4.625	9.699	109,7%
	Quantidade	6.370	12.892	102,3%

(IBGE – Censo Agropecuário)

Tabela 25: Variação na quantidade e no número de estabelecimentos com tratores e equipamentos agrícolas no Brasil entre 2006 e 2017

		2006	2017	Variação 2006/2017
Tratores	Estabelecimentos	530.337	733.997	38,4%
	Quantidade	820.673	1.228.634	49,7%
Plantadeiras e/ou Semeadeiras	Estabelecimentos	244.666	254.260	3,9%
	Quantidade	318.273	358.083	12,5%
Colheitadeiras	Estabelecimentos	84.900	120.278	41,6%
	Quantidade	116.040	172.664	48,8%
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	Estabelecimentos	124.160	206.227	66%
	Quantidade	147.884	252.943	71%

(IBGE – Censo Agropecuário)

Este processo de modernização técnica da produção agrícola não eliminou a necessidade (especialmente em momentos de abertura e consolidação de novas fazendas) de uma força de trabalho braçal e não qualificada, empregada temporariamente em serviços gerais como “catação de raízes” (limpeza do terreno para possibilitar o trabalho das máquinas), carregamentos de caminhões, corte e movimentação de lenha,

levantamento de cercas, cozinha e limpeza, manipulação de máquinas pouco complexas, etc. Conforme pesquisa de campo realizada entre maio e julho de 2008 no município de Sorriso, Rumstain chama a atenção para o volume elevado de homens que chegavam em ônibus formais ou clandestinos de estados do Nordeste (especialmente do Maranhão), desde aqueles que possuíam calendário fixo de trabalho em fazendas de soja e milho da região até aqueles que vinham “tentar a sorte” sem local para se fixar ou emprego certo. Similarmente aos peões retratados no capítulo anterior, estes trabalhadores tinham como característica um elevado grau de mobilidade, oscilando entre empregos na agricultura e na construção civil, deslocando-se a novas regiões com base em informações sobre oportunidades de trabalho e retornando periodicamente a seus estados natais. Contrariamente às relações características da peonagem anteriormente destacadas, contudo, estes trabalhadores estiveram inseridos em um contexto de crescente formalização do vínculo empregatício a partir dos anos 2000, permitindo-lhes acesso ao seguro desemprego e ao “acordo” ao fim da safra (décimo terceiro, férias, FGTS e participação nos lucros proporcionais ao tempo de trabalho) (Rumstain, 2012, p. 97-98).

Segundo a autora, a população de ascendência gaúcha estabelecida nos principais polos produtores de soja no Mato Grosso descrevia estes trabalhadores “maranhenses” usualmente como pessoas sem condição alguma, potenciais ameaças à ordem do espaço urbano, desvinculados da família e em busca de mulheres, propensos à violência e ao crime, desleais e sempre dispostos a abandonar o trabalho em troca de uma melhor oferta. Buscando problematizar o imaginário dominante acerca deste suposto desenraizamento e impulsividade de peões considerados avessos ao cálculo econômico e à solidariedade familiar, esta autora acompanhou um grupo de volta ao Maranhão para demonstrar que sua migração estava relacionada a planejamentos econômicos e à dinâmica do núcleo familiar em zonas rurais e urbanas em seus locais de origem (Rumstain, 2012, p. 79-80). Em um cenário similar, com base em pesquisa realizada em 2006 com moradores de bairros periféricos no município de Balsas (maior produtor de soja do sul do Maranhão), Carneiro, Evangelista e Vieira também relatam que a maioria era composta de migrantes recentes vindos dos estados do Piauí, Tocantins e do próprio Maranhão, especialmente de locais onde a expansão da cultura da soja a partir da década de 1990 levava à intensificação do assalariamento e do grau de urbanização da força de trabalho e a crescentes constrangimentos à reprodução da agricultura familiar (Carneiro, Evangelista e Vieira, 2008, p. 218).

Entretanto, na medida em que se consolidaram as regiões produtoras de soja e avançou o progresso técnico no interior das fazendas do estado do Mato Grosso, reduziu-se relativamente sua capacidade de absorver mão-de-obra não qualificada e ampliou-se a demanda por trabalhadores qualificados capazes de interpretar dados e tomar decisões ao manipular máquinas crescentemente complexas e plurifuncionais. Passou-se deste modo de um ritmo de trabalho submetido ao controle ostensivo para outro submetido ao controle remoto, em que trabalhadores operam máquinas sofisticadas no interior de cabines confortáveis dotadas de música e ar refrigerado, enquanto são cercados de dispositivos transmissores de seu comportamento que exigem rígida disciplina de horários e sanções em nome do incremento da produtividade (Bernardes, 2005, p. 60). Em pesquisa acerca do mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira entre 1992 e 2004, Balsadi aponta que já neste período era perceptível um aumento do nível de rendimento, do grau de formalidade e do nível educacional de empregados permanentes na lavoura de soja (Balsadi, 2008, p. 148-149). Em pesquisa acerca das relações entre técnica, trabalho e espaço na agricultura moderna em Mato Grosso, Arruzzo corrobora este diagnóstico e acrescenta que tais tendências se acentuam especialmente nas áreas mais consolidadas da produção de soja no estado. Segundo a autora, no início dos anos 2000 nos municípios em torno da BR-158 no nordeste mato-grossense onde a expansão da soja era ainda incipiente, cerca de 90% da mão-de-obra na lavoura de soja tinha grau de escolaridade até o primeiro grau completo. Já em municípios do sudeste mato-grossense onde a produção de soja encontrava-se consolidada no momento da pesquisa, a concentração de trabalhadores com até primeiro grau completo manteve-se predominante (83%), mas aumentou a presença daqueles com até segundo grau completo (14%) e com até ensino superior completo (3%) (Arruzzo, 2004, p. 99-104). Em pesquisa acerca da introdução e difusão da agricultura de precisão em Mato Grosso, Aracri aponta que um dos grandes “gargalos” da produção segundo o empresariado rural no estado é a carência de trabalhadores qualificados, usualmente importados em especial das regiões Sul e Sudeste (Aracri, 2010, p. 138). Imersos em um universo de referências simbólicas próximas às de seus empregadores de ascendência “gaúcha”, tais operadores de máquinas consideram-se distintos em seus modos de viver e pensar em relação aos trabalhadores braçais de origem nordestina. Clivagens étnico-raciais superpõem-se desse modo a clivagens socioeconômicas, reforçando segmentações entre diferentes frações da classe trabalhadora subordinada ao assim chamado “agronegócio” e obstaculizando sua organização sindical e política. Rumstain assim ilustra tal contexto de fragmentação:

“Carlos, operador de máquinas de origem sulista, explica que o mundo dos ‘operadores’ é bem diferente dos ‘braçais’: estes ‘*cheiram a chulé, tem cheiro de suor*’, enquanto os operadores estão sempre ‘*limpinhos*’, de camisa. Um operador, explica Carlos, também gasta com zona [prostituição] e bebida, mas é menos. Os que mais gastam seriam os solteiros, que não têm compromisso com a família (gastariam em torno de 40% do salário), enquanto os maranhenses ‘braçais’ gastariam todo o salário: ‘*eles ficam sem sabão para lavar roupa e depois vem pedir para a gente. Eu não dou*’, reclama o operador. Um operador, acrescenta Carlos, trabalha para comprar uma moto, um lote, uma vaca, já os maranhenses não têm esse cálculo: ‘*vão levar o dinheiro para aquela mulher gostosa*’. Os braçais são nordestinos, ‘*têm o hábito de largar tudo sujo, derramar comida na mesa, porque não têm o hábito de se sentar à mesa no Nordeste*’, e isso é, acrescenta, ‘*o que mais afasta uma classe da outra... No quarto dos operadores a cerâmica está sempre branquinha, banheiro bem arrumadinho, tomam banho todos os dias, trocam de roupa todos os dias, porque ganham bem e podem mandar lavar. Os braçais também ganham, mas não se importam, o negócio deles é sair pro boteco, beber, festa. É uma vida diferente, eles não se importam em comprar um desodorante bom, fica aquela inhaca, aquele cheiro de cavalo*’. E completa: ‘*no quarto deles não dá para decifrar a cor da cerâmica*” (Rumstain, 2012, p. 127-128)

As tabelas seguintes sintetizam algumas das tendências acima mencionadas do trabalho agrícola na produção de soja no estado do Mato Grosso nas últimas décadas. De acordo com a tabela 27, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) mostram que a participação dos trabalhadores agrícolas dentre a força de trabalho assalariada no Mato Grosso reduziu-se de 19% para 14,3% entre 2003 e 2015. Isso equivale a dizer que a expansão acelerada da cultura da soja nas últimas duas décadas foi acompanhada de uma diminuição relativa da capacidade das fazendas mato-grossenses de absorver os fluxos migratórios de mão-de-obra braçal não qualificada. Segundo a tabela 28, os dados da PNAD também mostram que a parcela de trabalhadores agrícolas com carteira assinada no estado do Mato Grosso saltou de 39,9% em 2003 para 71,2% em 2015, enquanto no mesmo período o nível de formalização dos trabalhadores da indústria passou de 64,2% para 80,8%, o dos trabalhadores de comércio e reparação aumentou de 57,3% para 84% e o dos trabalhadores da construção civil manteve-se estável de 62% para 61,6%. Paralelamente, houve um aumento significativo do nível educacional da força de trabalho empregada formalmente na cultura de grãos no estado do Mato Grosso, como ilustra a tabela 29 com dados partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) acerca de trabalhadores no estado do Mato Grosso

envolvidos no cultivo de soja (CNAE 0115-6/00) e no cultivo de milho (CNAE 0111-3/02). Trabalhadores com até ensino fundamental completo diminuíram sua participação no interior de fazendas de soja mato-grossenses de 69,2% em 2006 para 44,8% em 2018, enquanto os com ensino médio incompleto e completo saltaram de 26,9% para 46,7%. De acordo com a tabela 30, dados da RAIS também mostram que aumentou a remuneração média dos empregados com carteira assinada na sojicultura em Mato Grosso, ainda que em uma escala inferior ao aumento da qualificação da mão de obra. Trabalhadores com até 2 salários mínimos reduziram sua participação em fazendas de soja mato-grossenses de cerca de 43,6% em 2006 para cerca de 33,3% em 2018, enquanto aqueles com 2 a 5 salários mínimos aumentaram de aproximadamente 51,2% para 59,4% no mesmo período.

Tabela 26: Número de pessoas empregadas por grupamentos de atividade do trabalho principal no estado do Mato Grosso entre 2003 e 2015

Grupamentos de atividade do trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, empregadas na semana de referência da PNAD (1.000 pessoas)							
	2003	%	2007	%	2011	%	2015	%
Agrícola	130	19	161	20	131	13,6	139	14,3
Indústria	105	15,3	135	16,7	135	14,0	116	12,0
Construção	38	5,5	48	6,0	69	7,2	60	6,2
Comércio e reparação	137	20	150	18,6	198	20,5	188	19,4
Alojamento e alimentação	24	3,5	28	3,5	42	4,4	52	5,4
Transporte, armazenagem e comunicação	32	4,7	33	4,1	60	6,2	71	7,3
Administração pública	71	10,3	79	9,8	87	9,0	96	9,9
Educação, saúde e serviços sociais	89	13	94	11,7	137	14,2	149	15,4
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	14	2	20	2,5	21	2,2	23	2,4
Outras atividades	45	6,6	57	7,1	79	8,2	74	7,6
Atividades maldefinidas	1	0,1	1	0,1	6	0,6	1	0,1
Total	686	100	806	100	964	100	969	100

(IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio)

Tabela 27: Porcentagem de trabalhadores assalariados com carteira assinada por grupamentos de atividade do trabalho principal entre 2003 e 2015

Grupamentos de atividade do trabalho principal	2003	2007	2011	2015
Agrícola	39,9%	52,1%	65,6%	71,2%
Indústria	64,2%	78,3%	83,6%	80,8%
Construção	62%	51%	64,7%	61,6%
Comércio e reparação	57,3%	62,4%	82,3%	84%

(IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio)

Tabela 28: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no cultivo de soja e milho por grau de escolaridade no estado do Mato Grosso entre 2006 e 2018

Grau de escolaridade	2006	%	2010	%	2014	%	2018	%
Analfabeto	355	1,69	497	1,5	579	1,26	575	1,04
Fundamental I incompleto	2.232	10,65	3.864	11,7	4.965	10,83	5.121	9,3
Fundamental I completo	3.067	14,64	3.287	9,95	3.313	7,22	3.157	5,73
Fundamental II incompleto	5.494	26,22	7.409	22,43	8.149	17,77	9.105	16,54
Fundamental II completo	3.353	16	4.833	14,63	6.536	14,25	6.744	12,25
Médio incompleto	2.219	10,59	3.688	11,17	5.326	11,61	7.060	12,82
Médio completo	3.427	16,36	7.695	23,30	13.539	29,52	18.678	33,92
Superior incompleto	261	1,25	553	1,67	987	2,15	1.106	2,01
Superior completo	527	2,52	1.190	3,60	2.383	5,20	3.478	6,32
Mestrado	8	0,04	8	0,02	70	0,15	30	0,05
Doutorado	10	0,05	3	0,01	12	0,03	11	0,02
Total	20.953	100	33.027	100	45.859	100	55.065	100

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

Tabela 29: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no cultivo de soja e milho por faixa de remuneração média em Mato Grosso entre 2006 e 2018

Faixa de remuneração média (SM)	2006	%	2010	%	2014	%	2018	%
Até 0,5	19	0,09	45	0,14	36	0,08	170	0,31
0,5 a 1	975	4,65	1.218	3,69	998	2,18	1.080	1,96
1 a 1,5	3.242	15,47	4.612	13,96	5.351	11,67	5.942	10,79
1,5 a 2	4.907	23,42	7.086	21,46	7.914	17,26	11.158	20,26
2 a 3	7.090	33,84	11.703	35,43	16.299	35,54	19.898	36,14
3 a 4	2.766	13,2	4.895	14,82	8.243	17,97	9.523	17,29
4 a 5	866	4,13	1.549	4,69	3.413	7,44	3.299	5,99
5 a 7	539	2,57	932	2,82	1.932	4,21	2.003	3,64
7 a 10	255	1,22	400	1,21	635	1,38	682	1,24
Mais de 10	131	0,63	216	0,65	421	0,92	510	0,93
{ ñ class }	163	0,78	371	1,12	617	1,35	800	1,45
Total	20.953	100	33.027	100	45.859	100	55.065	100

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

Paralelamente a estas transformações, vem se consolidando nas últimas décadas em Mato Grosso a cadeia carne/grãos, com amplas repercussões sobre o mercado de trabalho no estado como um todo e em seus polos produtores de soja em particular. Especialmente após a já mencionada crise da monocultura da soja na segunda metade da década de 2000 vem ocorrendo um nítido processo de diversificação e verticalização da estrutura produtiva do chamado “agronegócio” em Mato Grosso: a soja serve de matéria prima às indústrias esmagadoras de grãos, enquanto o óleo produzido por estas serve de matéria prima para indústrias de biodiesel e o farelo (juntamente com o milho) serve de matéria prima para as fábricas de rações, que por sua vez alimentam os rebanhos de bovinos, suínos e aves que servem de insumo às agroindústrias processadoras de carnes. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, a capacidade de processamento das esmagadoras de grãos instaladas no estado do Mato Grosso saltou de 10.520 toneladas/dia ou 8,2% da capacidade instalada da indústria no Brasil em 2000 para 41.897 toneladas/dia ou 21,7% da capacidade instalada total no país em 2018. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a produção de biodiesel puro (B100) apenas teve início no estado do Mato Grosso no ano de 2007, mas alcançou a marca de 1.133.560 m³ ou 21,2% da produção em todo país em 2018. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o número de abates de bovinos realizados por frigoríficos no estado do Mato Grosso aumentou de 1.923.422 ou 11,2% de abates no país em 2000 para 5.219.350 ou 16,3% de abates em todo Brasil em 2018. Com uma

dimensão menor, porém crescente, o número de abates de suínos em frigoríficos no estado do Mato Grosso passou de 245.746 ou 1,5% dos porcos abatidos no país em 2000 para 2.497.715 ou 5,6% dos porcos abatidos em todo o Brasil em 2018. Com uma dinâmica similar, o número de aves abatidas em agroindústrias processadoras de carnes no estado do Mato Grosso saltou de 46.997.476 ou 1,8% dos abates realizados no país em 2000 para 215.717.180 ou 3,8% das aves abatidas em todo o Brasil em 2018. De acordo com o IMEA, havia em 2012 em operação no estado do Mato Grosso 14 indústrias esmagadoras de grãos, 20 usinas autorizadas a produzir biodiesel, 39 processadoras de carne bovina, 9 processadoras de carne suína e 7 processadoras de carne de aves. Com exceção dos frigoríficos de bovinos, as agroindústrias da cadeia carne/grãos abertas no período recente vêm se concentrando especialmente na microrregião do Alto Teles Pires, maior polo produtor de soja do estado com destaque para os municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso e Nova Mutum (IMEA, 2012).

A crescente participação das indústrias esmagadoras de soja e das usinas de produção de biodiesel no estado do Mato Grosso foi concomitante a um aumento na escala das plantas industriais e no grau de automação e informatização de suas linhas. Segundo Wesz Júnior, a partir do início dos anos 2000 ocorreu uma expansão de unidades esmagadoras com capacidade de processamento maior que três mil t/dia, enquanto praticamente desapareceram do setor aquelas com capacidade até 599 t/dia correspondentes a pequenas e médias agroindústrias locais especialmente na região Sul (Wesz Júnior, 2011, p. 51). Ainda que os procedimentos para o processamento de grãos permaneçam fundamentalmente inalterados, a agroindústria esmagadora em Mato Grosso caracterizou-se pela introdução de inovações tecnológicas especialmente após a entrada das *tradings* multinacionais no setor a partir da segunda metade dos anos 1990. Novas tecnologias de comunicação e informação em silos de grãos possibilitaram o monitoramento remoto de condições de armazenagem (temperatura, aeração e umidade), enquanto operações manuais de trabalhadores na planta industrial foram crescentemente substituídas pela supervisão do funcionamento das máquinas em telas de computador que sintetizam as informações vitais acerca do processo como um todo. Estas transformações técnicas exigiram também mudanças no perfil dos operários, como ilustram as tabelas 31 e 32 abaixo compostas de dados obtidos a partir da RAIS acerca de trabalhadores no estado do Mato Grosso envolvidos na fabricação de tortas, farinhas e farelos de sementes oleaginosas e de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho (CNAE 1041-4/00), na

fabricação de biocombustíveis, exceto álcool (CNAE 1932-2/00) e em atividades de armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos (CNAE 5211-7/99). Podemos observar que a participação de trabalhadores com até o ensino fundamental completo caiu de 28,57% em 2006 para 18,15% em 2018, enquanto a participação daqueles com ensino médio incompleto e completo aumentou de 58,77% para 61,62% e daqueles com ensino superior incompleto e completo saltou de 12,66% para 20,23%. Podemos também perceber que o nível de remuneração média deteriorou-se e moveu-se em sentido contrário ao aumento significativo da qualificação da força de trabalho: enquanto a participação de trabalhadores que recebiam de 1 a 2 salários mínimos aumentou de 22% em 2006 para 36,5% em 2018, a participação daqueles com remuneração de 2 a 5 salários mínimos caiu de 60,9% para 51% no mesmo período.

Reportagens recentes indicam que existem deficiências estruturais na cadeia agroindustrial de grãos no estado do Mato Grosso, especificamente no setor de armazenagem, que vêm acarretando graves consequências para os trabalhadores. Segundo reportagem de outubro/2018 do site G1, o estado do Mato Grosso tem 2,2 mil armazéns, 77% dos quais pertencem a cooperativas, empresas e prestadoras de serviço, 22% a produtores e menos de 0,5% à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Ainda de acordo com a reportagem, enquanto a produção de grãos no estado saltou de 26 milhões de toneladas em 2008 para 61 milhões de toneladas em 2017 (aumento de 135%), a capacidade de estocagem estática cresceu apenas 60% neste mesmo período. Isso significa que o Mato Grosso era capaz de armazenar no ano de 2017 pouco mais que 36 milhões de toneladas de grãos (cerca de 60% de toda produção), levando os produtores rurais do estado a estocar temporariamente seus grãos de soja em silos bags (Globo Rural, “Produção de grãos cresce em MT, mas faltam armazéns”, 21/10/2018). Desde a perspectiva dos sojicultores, este quadro tem sido acompanhado de perdas decorrentes da deterioração da qualidade dos grãos e do acirramento da dependência em relação àqueles que controlam as estruturas de armazenamento no estado, especialmente as grandes *tradings* transnacionais e as cooperativas compostas por grandes produtores. Desde a perspectiva dos trabalhadores, este quadro tem sido acompanhado da degradação de condições de trabalho que se traduz em números excepcionalmente altos de acidentes e mortes em armazéns de grãos, como ilustra a reportagem da BBC de agosto de 2018:

“Um levantamento inédito feito pela BBC News Brasil revela que, desde 2009, ao menos 106 pessoas morreram em silos de grãos no país, a grande maioria por soterramento. Cada vez mais comuns nas paisagens rurais do país, silos são grandes estruturas metálicas usadas para armazenar grãos, evitando que estraguem e permitindo que vendedores ganhem tempo para negociá-los. Foram contabilizados apenas casos noticiados pela imprensa – o que, segundo especialistas, indica que as ocorrências sejam ainda mais numerosas, pois nem todas as mortes são divulgadas. O ano com mais acidentes fatais foi 2017, quando houve 24 mortes, alta de 140% em relação ao ano anterior. Em 2018, houve 13 ocorrências até julho – sinal de que as mortes devem se manter no mesmo patamar de 2017, considerando-se o histórico de distribuição das ocorrências ao longo do ano. Os Estados que tiveram mais casos são os mesmos que lideram o ranking de produção de grãos: Mato Grosso (28), Paraná (20), Rio Grande do Sul (16) e Goiás (9). Sorriso (MT), o município brasileiro com maior valor de produção agrícola foi o que registrou mais mortes em silos, empatado com Canarana (MT), com sete casos cada.” (BBC, As silenciosas mortes de brasileiros soterrados em armazéns de grãos, 28/08/2018)

Tabela 30: Número de pessoas empregadas com carteira assinada na fabricação de óleos vegetais em bruto (exceto óleo de milho), na fabricação de biocombustíveis (exceto álcool) e em atividades de armazenamento e depósito (inclusive câmaras frigoríficas e silos) por grau de escolaridade no Mato Grosso entre 2006 e 2018

Grau de escolaridade	2006	%	2010	%	2014	%	2018	%
Analfabeto	2	0,17	12	0,45	4	0,13	2	0,06
Fundamental I incompleto	30	2,57	87	3,27	81	2,6	81	2,34
Fundamental I completo	43	3,68	110	4,13	62	1,99	53	1,53
Fundamental II incompleto	134	11,46	244	9,16	266	8,54	224	6,47
Fundamental II completo	125	10,69	330	12,39	283	9,08	268	7,75
Médio incompleto	155	13,26	300	11,27	399	12,8	380	10,98
Médio completo	532	45,51	1.196	44,91	1.414	45,38	1.752	50,64
Superior incompleto	59	5,05	121	4,54	194	6,23	145	4,19
Superior completo	89	7,61	257	9,65	405	13	555	16,04
Mestrado	0	0	3	0,11	8	0,26	0	0
Doutorado	0	0	3	0,11	0	0	0	0
Total	1.169	100	2.663	100	3.116	100	3.460	100

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

Tabela 31: Número de pessoas empregadas com carteira assinada na fabricação de óleos vegetais em bruto (exceto óleo de milho), na fabricação de biocombustíveis (exceto álcool) e em atividades de armazenamento e depósito (inclusive câmaras frigoríficas e silos) por faixa de remuneração no Mato Grosso entre 2006 e 2018

Faixa de remuneração média (SM)	2006	%	2010	%	2014	%	2018	%
Até 0,5	1	0,09	21	0,79	21	0,67	44	1,27
0,5 a 1	8	0,68	43	1,61	74	2,37	52	1,50
1 a 1,5	91	7,78	257	9,65	241	7,73	419	12,11
1,5 a 2	158	13,52	583	21,89	541	17,36	747	21,59
2 a 3	407	34,82	883	33,16	978	31,39	1.061	30,66
3 a 4	195	16,68	386	14,49	505	16,21	416	12,02
4 a 5	110	9,41	166	6,23	271	8,7	291	8,41
5 a 7	87	7,44	162	6,08	236	7,57	203	5,87
7 a 10	60	5,13	91	3,42	124	3,98	118	3,41
Mais de 10	45	3,85	54	2,03	91	2,92	75	2,17
{ ã class }	7	0,6	17	0,64	34	1,09	34	0,98
Total	1.169	100	2.663	100	3.116	100	3.460	100

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

A expansão da presença das agroindústrias de processamento de carne de bovinos, suínos e aves no Mato Grosso também tem sido acompanhada de um aumento na escala das plantas industriais, com amplos impactos no mercado de trabalho estadual. Dentre as maiores indústrias frigoríficas inauguradas ao longo da década de 2000 no estado destacam-se especialmente a unidade da Brasil Foods no município de Nova Mutum com cerca de 2.200 funcionários e a unidade da mesma empresa no município de Lucas do Rio Verde com cerca de 4.500 funcionários, este o maior frigorífico da América Latina em extensão e o terceiro maior do Brasil em número de empregados. Estas plantas provocaram uma escassez relativa de força de trabalho no Meio Norte do estado de Mato Grosso, especialmente na microrregião do Alto Teles Pires, o que levou a uma acentuação de fluxos migratórios oriundos de estados do Nordeste e a expressivas transformações no espaço urbano dos municípios, como veremos na sessão seguinte. Também nesse setor é possível observar transformações recentes no perfil dos operários como ilustram as tabelas 33 e 34 com dados a partir da RAIS acerca de trabalhadores no Mato Grosso envolvidos no abate de bovinos (CNAE 1011-2/01), no abate de aves (CNAE 1012-1/01), no abate de suínos (CNAE 1012-1/03), na fabricação de produtos de carne (CNAE 1013-9/01) e na preparação de subprodutos do abate (CNAE 1013-9/02). De maneira similar ao que vimos anteriormente, podemos observar que a participação nestes setores de

trabalhadores com até o ensino fundamental completo caiu de 61,73% em 2006 para 25,86% em 2018, enquanto a participação daqueles com ensino médio incompleto e completo aumentou significativamente de 34,44% para 62,78% neste mesmo período. Mais uma vez, o nível de remuneração não acompanhou o aumento na qualificação da força de trabalho: a participação de trabalhadores que recebiam de 1 a 2 salários mínimos oscilou de 60,9% em 2006 para 62,1% em 2018, enquanto a participação dos com remuneração de 2 a 5 salários mínimos caiu de 33,9% para 31,3% no período.

A maioria dos equipamentos em frigoríficos se utiliza de tecnologia eletromecânica, hidráulica ou pneumática no processo desde o abate até a embalagem, mas a ferramenta mais utilizada pelos trabalhadores ainda continua sendo a faca em uma mão e o gancho na outra para se evitar o contato físico direto com a carne dos animais. Atividades em frigoríficos cobram destreza e rapidez manual para realizar os cortes nos animais de acordo com o ritmo estabelecido pelas linhas de produção e a grande quantidade de movimentos repetitivos resulta em frequentes Lesões Por Esforço Repetitivo ou Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (LER/DORT). Conforme pesquisa acerca do adoecimento de operários em frigoríficos, Heck aponta que o número de acidentes de trabalho envolvendo esta categoria entre 2006 e 2010 de acordo com o Ministério da Previdência Social correspondeu a 23,5% dos vínculos empregatícios no setor no país em 2010, correspondente a 236.371 empregos de acordo com a RAIS. Como exemplo, segundo o autor a Ação Civil Pública (ACP) nº3497-2008-038-12-00-0 movida pelo Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina contra a Brasil Foods de Chapecó (SC) indica que em um período de cinco anos (2004-2009) cerca de 20% dos seis mil trabalhadores receberam benefícios previdenciários em razão das doenças osteomusculares, em um total de 1.213 trabalhadores (Heck, 2013, p. 16-17). Similarmente, segundo o Tribunal Regional do Trabalho do Mato Grosso o setor de abate de animais liderou o ranking de acidentes de trabalho no estado entre os anos de 2012 e 2018 com 10.363 casos ou 17,5% das ocorrências neste período, seguido por atividades no cultivo de soja com 4.327 casos ou 7,16% das ocorrências no período (G1, “Setor de abate de animais lidera ranking de acidentes de trabalho em MT, diz TRT”, 02/05/2018). Ainda segundo dados do Tribunal Regional do Trabalho do Mato Grosso, os frigoríficos também estão dentre as empresas mais acionadas judicialmente por trabalhadores no estado, como mostra matéria a seguir:

“BRF, JBS e Marfrig Foods foram as empresas mais acionadas pelos trabalhadores na Justiça do Trabalho mato-grossense em 2016. É o que aponta o levantamento dos maiores litigantes realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho. Só a BRF, resultante da fusão entre a Sadia e a Perdigão, respondeu por cerca de 8,5% das ações ajuizadas nas Varas do Trabalho no ano passado. A empresa foi a primeira colocada no levantamento, com 4.321 processos. Em segundo lugar aparece a JBS, detentora da marca Friboi, com 1.234 ações, seguida pela Marfrig Foods, com 918 casos. Na colocação seguinte ainda aparece mais uma empresa do ramo, o Mato Grosso Bovinos, com 594 processos. Ao todo, os quatro primeiros colocados responderam por aproximadamente 14% dos casos ajuizados na Justiça do Trabalho mato-grossense em 2016, totalizando 7.067 processos em um universo de 50.923 novas ações” (Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso, “Frigoríficos foram os mais acionados na Justiça do Trabalho em Mato Grosso”, 16/01/2017)

Tabela 32: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no abate de bovinos, suínos e aves, na preparação de subprodutos do abate e na fabricação de produtos de carne por grau de escolaridade no Mato Grosso entre 2006 e 2018

Grau de escolaridade	2006	%	2010	%	2013	%	2018	%
Analfabeto	242	1,08	204	0,73	272	0,75	156	0,47
Fundamental I incompleto	1.306	5,85	1.975	7,05	2.349	6,48	1.268	3,78
Fundamental I completo	2.188	9,8	2.294	8,19	2.898	8	1.027	3,06
Fundamental II incompleto	6,188	27,73	4.657	16,62	5.549	15,31	3.144	9,38
Fundamental II completo	3.855	17,27	3.167	11,31	3.878	10,7	3.073	9,17
Médio incompleto	3.216	14,41	4.213	15,04	6.783	18,72	4.367	13,03
Médio completo	4.471	20,03	8.838	31,55	11.757	32,44	16.672	49,75
Superior incompleto	354	1,59	1.514	5,4	1.383	3,82	838	2,5
Superior completo	492	2,2	1.144	4,08	1.354	3,74	2.946	8,79
Mestrado	3	0,01	7	0,02	14	0,04	22	0,07
Doutorado	1	0	0	0	0	0	1	0
Total	22.316	100	28.013	100	36.240	100	33.514	100

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

Tabela 33: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no abate de bovinos, suínos e aves, na preparação de subprodutos do abate e na fabricação de produtos de carne por faixa de remuneração no Mato Grosso entre 2006 e 2018

Faixa de remuneração média (SM)	2006	%	2010	%	2013	%	2018	%
Até 0,5	15	0,07	49	0,17	153	0,42	414	1,24
0,5 a 1	187	0,84	380	1,36	584	1,61	346	1,03
1 a 1,5	5.197	23,29	8.193	29,25	9.249	25,52	7.969	23,78
1,5 a 2	8.199	36,74	10.301	36,77	13.470	37,17	12.096	36,09
2 a 3	5.752	25,78	5.817	20,77	8.475	23,39	8.067	24,07
3 a 4	1.352	6,06	1.123	4,01	1.553	4,29	1.646	4,91
4 a 5	465	2,08	553	1,97	811	2,24	779	2,32
5 a 7	482	2,16	601	2,15	743	2,05	716	2,14
7 a 10	219	0,98	338	1,21	364	1	380	1,13
Mais de 10	200	0,89	245	0,87	248	0,69	230	0,69
{ ñ class }	248	1,11	413	1,47	590	1,63	871	2,6
Total	22.316	100	28.013	100	36.240	100	33.514	100

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

Para além das atividades envolvendo o cultivo da soja e a cadeia agroindustrial carnes/grãos, também as atividades de construção civil e manutenção do espaço urbano vêm absorvendo uma parcela crescente da força de trabalho no estado do Mato Grosso. As tabelas 38 e 39 trazem informações com base na RAIS acerca de trabalhadores empregados no estado na construção de edifícios (CNAE 4120-4/00), em obras de urbanização como ruas, praças e calçadas (CNAE 4213-8/00) e na construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas (CNAE 4222-7/01). Podemos observar um crescimento significativo no número de pessoas empregadas nestes setores no período entre 2006 e 2018, com um pico em 2014 em decorrência de obras relacionadas à Copa do Mundo no Brasil que teve na capital Cuiabá uma de suas sedes. Como já destacado acerca do mercado de trabalho no cultivo de soja e na cadeia carnes/grãos, também na construção civil é perceptível um aumento expressivo no grau de escolaridade dos operários: em 2006 os trabalhadores com até o ensino fundamental completo representavam 67,5% dos empregados com carteira assinada na construção civil em Mato Grosso caindo a 39,9% em 2018, enquanto a participação de trabalhadores com ensino médio incompleto e completo aumentou de 28,5% a 52,9% neste mesmo período. Entretanto, o nível de remuneração elevou-se mas não acompanhou este aumento expressivo da qualificação: em 2006 os trabalhadores com 1 a 2 salários mínimos representavam 70,6% dos empregados com carteira assinada na construção civil em Mato

Grosso caindo para 64,4% em 2018, enquanto a participação de trabalhadores com remuneração de 2 a 5 salários mínimos subiu de 24,6% a 30,5% neste mesmo período. Ademais, transformações no perfil dos trabalhadores têm sido acompanhadas da permanência de condições precárias de trabalho: segundo o Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho do Ministério da Previdência, o Mato Grosso era em 2013 o estado com a maior taxa de mortalidade entre trabalhadores da construção civil no Brasil (Revista Proteção, “MT e MA lideram taxa de mortalidade na construção civil”, 16/09/2013). Este cenário contribuiu para que o Mato Grosso liderasse o ranking de mortes por acidentes de trabalho em todo o país com 626 ocorrências entre 2012 e 2017, alcançando a média impressionante de uma morte a cada 5.700 habitantes enquanto nas demais Unidades da Federação o índice foi de uma morte para 14.500 habitantes (Hipernotícias, “Com 120 casos por ano, Mato Grosso lidera ranking de mortes por acidentes do trabalho no Brasil”, 09/05/2017).

Tabela 34: Número de pessoas empregadas com carteira assinada na construção de edifícios, em obras de urbanização e na construção de redes de água e esgoto por grau de escolaridade no Mato Grosso entre 2006 e 2018

Grau de escolaridade	2006	%	2010	%	2014	%	2018	%
Analfabeto	128	1,77	287	1,67	251	1,23	178	1,23
Fundamental I incompleto	593	8,21	1.805	10,5	2.294	11,26	1.376	9,49
Fundamental I completo	1.464	20,26	1.999	11,63	1.395	6,85	612	4,22
Fundamental II incompleto	1.535	21,25	2.912	16,94	2.426	11,91	1.532	10,56
Fundamental II completo	1.155	15,99	2.753	16,01	2.801	13,75	2.094	14,44
Médio incompleto	912	12,62	2.156	12,54	2.064	10,13	1.441	9,94
Médio completo	1.119	15,49	4.465	25,97	7.793	38,26	6.227	42,94
Superior incompleto	101	1,4	231	1,34	450	2,21	285	1,97
Superior completo	218	3,02	587	3,41	894	4,39	750	5,17
Mestrado	0	0	0	0	0	0	7	0,05
Total	7.225	100	17.195	100	20.368	100	14.502	100

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

Tabela 35: Número de pessoas empregadas com carteira assinada na construção de edifícios, em obras de urbanização e na construção de redes de água e esgoto por faixa de remuneração no Mato Grosso entre 2006 e 2018

Faixa de remuneração média (SM)	2006	%	2010	%	2014	%	2018	%
Até 0,5	10	0,14	69	0,4	70	0,34	103	0,71
0,5 a 1	305	4,22	562	3,27	520	2,55	379	2,61
1 a 1,5	2.834	39,22	6.221	36,18	5.755	28,26	4.664	32,16
1,5 a 2	1.955	27,06	4.987	29	6.239	30,63	4.197	28,94
2 a 3	1.268	17,55	3.197	18,59	4.670	22,93	3.374	23,27
3 a 4	349	4,83	915	5,32	1.454	7,14	811	5,59
4 a 5	160	2,21	383	2,23	591	2,9	247	1,70
5 a 7	130	1,8	356	2,07	440	2,16	201	1,39
7 a 10	72	1	198	1,15	224	1,1	103	0,71
Mais de 10	24	0,34	103	0,51	103	0,51	53	0,37
{ ñ class }	118	1,63	204	1,19	302	1,48	370	2,55
Total	7.225	100	17.195	100	20.368	100	14.502	100

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

Com base no exposto, podemos concluir que a expansão da soja e da cadeia carnes/grãos tem sido acompanhada da consolidação de um mercado de trabalho livre assalariado que vem crescentemente assumindo o lugar das relações de produção analisadas anteriormente, predominantemente mediadas por mecanismos de coerção extra-econômica e características da acumulação primitiva em meio à fronteira agrícola. Isso não significa de maneira alguma que o progresso técnico e o estabelecimento de relações capitalistas de produção nos principais polos sojicultores do estado do Mato Grosso tenham eliminado a expropriação de terras de povos originários e posseiros ou a espoliação do trabalho em condições análogas à escravidão, mas sim que estas contradições sociais preservaram-se e deslocaram-se junto ao arco do desmatamento rumo ao norte, desse modo articulando no espaço diferentes temporalidades da história. Por sua vez, especialmente nos principais polos produtores de soja no estado do Mato Grosso o aumento da qualificação e da formalização do trabalho assalariado não tem sido acompanhado de aumentos equivalentes da remuneração da força de trabalho. Ademais, condições precárias de trabalho vêm se traduzindo em elevada rotatividade e altos níveis de acidentes e/ou mortes em atividades vinculadas ao cultivo de soja, ao armazenamento de grãos, às agroindústrias processadoras de carnes e à construção civil. Em meio a este cenário, a principal expressão da inquietação dos trabalhadores segue sendo o contínuo deslocamento em busca de melhores oportunidades ou no retorno periódico a suas

famílias em suas terras natais, o que impõe desafios à construção e preservação de laços de solidariedade que possam servir de base à organização sindical e política dos trabalhadores subordinados ao chamado “agronegócio”.

“Cidades do agronegócio” e segregação socioespacial: Rondonópolis, Lucas do Rio Verde e Sorriso

A expansão da lavoura de soja e da cadeia agroindustrial carnes/grãos sobre o Mato Grosso foi acompanhada pela continuidade do processo de urbanização no estado, marcado por um caráter desigual e combinado que preserva e reproduz contradições características das zonas rurais mato-grossenses em uma nova equação socioespacial. Conforme dados da tabela 35, a parcela da população no estado residindo em espaços urbanos segundo o IBGE aumentou de 73,3% em 1991 para 81,8% em 2010, mas de acordo com informações da tabela 36 a maior parte dos municípios mato-grossenses ainda possui núcleos urbanos muito pequenos (menos de 5 mil habitantes) e pequenos (5 a 20 mil habitantes) com características estruturais e funcionais marcadamente rurais. Ao longo do período entre 2000 e 2010 podemos observar que a parcela da população urbana no estado residindo em municípios deste porte reduziu-se de 32,5% para 29,1%, enquanto paralelamente municípios dotados de núcleos urbanos de porte médio (com 20 a 50 mil habitantes ou com 50 a 100 mil habitantes) aumentaram sua participação na população urbana total no Mato Grosso de 25,6% no ano 2000 para 31,5% em 2010. Merece destaque especialmente o aumento expressivo da participação dos municípios com 50 a 100 mil habitantes, que em 2000 eram 3 (Cáceres, Sinop e Tangará da Serra) e em 2010 subiram a 5 (Cáceres, Sinop, Tangará da Serra, Barra dos Garças e Sorriso). Por sua vez, municípios dotados de núcleos urbanos com mais de 100 mil habitantes no Mato Grosso (Rondonópolis, Várzea Grande e Cuiabá) viram sua participação na população urbana total diminuir no estado de 41,9% no ano 2000 para 39,4% em 2010, indicando que o tecido urbano mato-grossense expandiu-se neste período especialmente dentre cidades médias dotadas de crescente significado econômico e político³¹.

31 Algo similar ocorreu no país como um todo ao longo deste período. Cidades com até 50 mil habitantes, correspondentes a 89% dos 5.565 municípios brasileiros em 2010, concentravam 36,7% da população urbana brasileira em 2000, diminuindo para 33,6% em 2010; cidades com 50 a 500 mil habitantes concentravam 35,7% da população urbana em 2000, aumentando para 37,2% em 2010; cidades entre 500 mil e 2 milhões de habitantes concentravam 12,8% da população urbana em 2000, aumentando para 14,8% em 2010 e cidades acima de 2 milhões de habitantes concentravam 14,8% da população urbana em 2000, diminuindo para 14,4% em 2010.

Tabela 36: População total e taxa de urbanização segundo unidade da federação do Centro Oeste entre 1991 e 2010

UF	1991			2000			2010		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
DF	94,7%	5,3%	1.598.415	95,7%	4,3%	2.043.169	96,6%	3,4%	2.570.160
GO	80,8%	19,2%	4.012.562	87,8%	12,2%	4.996.439	90,2%	9,8%	6.003.788
MT	73,3%	26,7%	2.022.524	79,3%	20,7%	2.502.260	81,8%	18,2%	3.035.122
MS	79,4%	20,6%	1.778.741	84%	16%	2.074.877	85,6%	14,4%	2.449.024

(IBGE – Censos demográficos)

Tabela 37: Distribuição da população urbana no Mato Grosso entre municípios classificados segundo o número de habitantes no núcleo urbano entre 2000 e 2010

Número de pessoas no núcleo urbano do município	2000		2010	
	Número de municípios	% da população urbana estadual	Número de municípios	% da população urbana estadual
Até 5 mil habitantes	58	8%	65	7%
Entre 5 e 20 mil habitantes	48	24,5%	54	22,1%
Entre 20 e 50 mil habitantes	11	16,2%	14	17,2%
Entre 50 e 100 mil habitantes	3	9,4%	5	14,3%
Acima de 100 mil habitantes	3	41,9%	3	39,4%
Total	123	100%	141	100%

(IBGE – Censos demográficos)

A leitura de Milton Santos acerca da urbanização brasileira é uma referência indispensável para a compreensão destas transformações da hierarquia urbana do país como um todo e das principais regiões do assim chamado “agronegócio” em particular. Segundo a periodização proposta pelo autor, a segunda metade do século XX foi marcada pela expansão do *meio técnico-científico-informacional* em escala global, salto do processo de remodelação e artificialização do território através da criação e difusão de sistemas técnicos articulados entre si por crescentes fluxos materiais e imateriais fundamentais à reprodução de relações sociais hegemônicas pelo capital monopolista. Por um lado, esta integração de diferentes lugares por meio de sistemas técnicos com graus diferentes de complexidade tornou possível uma cada vez mais minuciosa sincronia

entre aqueles eventos subordinados ao controle de grandes corporações transnacionais. Por outro lado, acentuaram-se diferenças entre os chamados *espaços luminosos* integrados aos automatismos técnico-sociais do capitalismo monopolista e os *espaços opacos* incompletamente racionalizados e carentes de incorporação técnico-científica. Acentuaram-se também a diferenciação e especialização no interior da hierarquia urbana, de modo que ao lado de grandes metrópoles capazes de produzir e administrar fluxos de informações por todo território nacional proliferaram-se diversas cidades pequenas e médias como pontos nodais de circuitos produtivos e de circuitos de cooperação que articulam a produção e o consumo locais às economias regional, nacional e global. Segundo Milton Santos, os *circuitos produtivos* correspondem a fluxos de capitais, mercadorias e serviços que servem tanto como meios de consumo de famílias quanto como meios de produção de unidades fabris e agrícolas, enquanto os *circuitos de cooperação* dizem respeito aos fluxos de informações, mensagens e ordens que conformam nexos horizontais e verticais capazes de organizar os processos de trabalho e de apropriação do território em escala local de acordo com os projetos transnacionais. Neste contexto, as cidades no campo que antes concentravam funções predominantemente administrativas tornaram-se o que Milton Santos chamou de *cidades do campo*, espaços urbanos não metropolitanos que se afirmam como mediações chave entre as determinações macroeconômicas e políticas do mercado mundial e a produção agrícola e agroindustrial (Santos, 2013, p. 56-57).

Denise Elias sustenta que tal leitura acerca do processo de urbanização brasileira tornou obsoleta a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, impondo-se a necessidade já antecipada por Milton Santos de considerarmos a existência de um Brasil urbano com áreas agrícolas e de um Brasil agrícola com áreas urbanas (Santos, 2013, p. 73-76). Para tanto, a autora propõe o conceito de *Regiões Produtivas Agrícolas* para caracterizar os novos arranjos territoriais das redes agroindustriais, compostos tanto por espaços agrícolas quanto por espaços urbanos escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos do “agronegócio” globalizado. Segundo a autora, nas RPAs o território organiza-se predominantemente com base em imposições do mercado de *commodities* agrícolas e agroprocessadas sob comando de grandes empresas nacionais e multinacionais conectadas diretamente aos centros de poder e consumo em nível mundial, capazes de subordinar a proliferação de nexos horizontais relacionados ao aumento populacional e aos fluxos de força de trabalho (Elias, 2011).

Complementarmente, a autora propõe também o conceito de *cidade do agronegócio* para se referir às aquelas cidades locais mais importantes das Regiões Produtivas Agrícolas, adaptando dessa maneira a noção de cidade do campo proposta por Milton Santos. Segundo a autora, a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira complexificou a divisão social e territorial do trabalho no Brasil e criou novas relações campo-cidade, dando origem a espaços urbanos de médio porte em que as funções de atendimento às demandas do “agronegócio” globalizado são hegemônicas sobre as demais funções (Elias, 2007). Por um lado, estas cidades passaram a concentrar estoques de meios de consumo, meios de produção e mão de obra com diferentes níveis de qualificação, estruturas de armazenamento, processamento industrial e escoamento da produção e escritórios de agroindústrias, tradings e demais instituições comerciais e financeiras responsáveis por articular a economia local a fluxos globais de mercadorias e capitais. Estas cidades caracterizam-se, portanto, pelo aumento exponencial da demanda de trabalho intelectual e consequentemente pela rápida expansão de núcleos dedicados à produção e difusão de informações, com destaque para instituições públicas e privadas de ensino e qualificação da mão de obra com cursos de formação técnica e superior voltados à agropecuária moderna e para as instituições de pesquisa voltadas para a produção e difusão de inovações e adaptações mecânicas, químicas e biotecnológicas para o campo. Por outro lado, estas cidades foram também moldadas por iniciativas de especulação fundiária que criaram de maneira artificial a escassez de terras por meio da proliferação de espaços vazios, pressionando as levadas migrantes que para lá se dirigiram a ocupar áreas distantes precariamente atendidas por serviços públicos enquanto se multiplicaram condomínios fechados para classes médias e altas amedrontadas pela violência urbana. Estas cidades do agronegócio distinguem-se pela elevada taxa geométrica de crescimento de sua população, decorrentes tanto de fluxos migratórios ascendentes de trabalhadores agrícolas e urbanos com baixo grau de qualificação oriundos majoritariamente das classes subalternas da região Nordeste, quanto de fluxos migratórios descendentes de profissionais liberais, técnicos, pesquisadores, representantes de empresas e trabalhadores com alto nível de qualificação oriundos das classes médias das regiões Sul ou Sudeste. Conforma-se desse modo em seu interior uma hierarquia social crescentemente complexa em que a desigualdade econômica assume nítidos contornos étnico-culturais e projeta-se em um espaço urbano segregado, atravessado por inúmeras barreiras materiais e simbólicas que limitam o fluxo e integração das classes e frações de classes sociais.

Dentre as “cidades do agronegócio” fundamentais à expansão da soja no Mato Grosso destaca-se em primeiro lugar o município de **Rondonópolis**, estrategicamente localizado no entroncamento das rodovias BR 163 e BR 364 no sudeste do estado. Originalmente ocupada por índios Bororo, a região foi marcada ao final do século XIX pela implantação de um destacamento militar em Ponte da Pedra entre 1875 e 1890 e por fluxos de garimpeiros em busca de ouro e pedras preciosas no leste mato-grossense. Famílias de agropecuaristas goianos instalaram-se na região a partir de 1902 e expedições da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas sob o comando de Cândido Rondon alcançaram-na entre 1907 e 1909, com o objetivo de estabelecer uma linha que interligasse os estados do Mato Grosso e do Amazonas ao restante do Brasil. A primeira delimitação urbana do povoado do Rio Vermelho foi proposta pelo Major Otávio Pitaluga em 1918, compreendendo o quadrilátero inicial entre as atuais Avenidas Presidente Kennedy, Rua D. Pedro II, Avenida Mal. Rondon e Rua Floriano Peixoto. Em 03/1919 o povoado foi batizado Rondonópolis e em 10/1920 foi elevado à categoria de Distrito de Paz do município de Santo Antônio do Leverger e Comarca de Cuiabá. Em 01/1922 foi concluída a construção do posto telegráfico e a partir de 1926 estabeleceu-se a balsa sobre o Rio Vermelho como importante meio de transporte local. Contudo, após um período de relativo crescimento, entre o final da década de 1920 e início de 1930 o distrito de Rondonópolis entrou em decadência demográfica devido a enfermidades e enchentes que assolaram o local (Cury, 1973, p. 72)

Entre 1940 e 1960 Rondonópolis conheceu seu primeiro surto de crescimento demográfico, saltando de 1.805 para 22.554 habitantes como nos mostra a tabela 39. Fluxos migratórios foram atraídos a partir da segunda metade da década de 1940 em meio à “Marcha para o Oeste” através da doação de lotes a colonos oriundos especialmente de estados do Nordeste na colônia agrícola estadual instalada na região. Composta então por sítios de 20, 30 e 50 hectares dedicados às culturas de mandioca, milho, arroz, feijão, algodão e à criação de gado, seus excedentes eram comercializados no núcleo urbano ou nas cidades de Cuiabá e Campo Grande (Tesoro, 1993, p. 84-85). A emancipação política do município de Rondonópolis ocorreu em 12/1953, mesmo ano em que foi concluída a construção da ponte de alvenaria sobre o Rio Vermelho. Entre 1955 e 1959 foram criados a Câmara Municipal e a Comarca de Rondonópolis, possibilitando o estabelecimento do Fórum e do Cartório de Registro de Imóveis locais. Em meio a este novo quadro socioeconômico foi ampliada a malha urbana com a criação cerca de 5 km ao norte do

quadrilátero inicial do loteamento Vila Operária, formado por lotes doados pelo poder público a trabalhadores migrantes de baixa renda. Apesar dos primeiros traços de segregação sócio-espacial evidentes na criação de um loteamento distante do centro, os espaços rural e urbano ainda eram neste momento objeto de doação por parte do poder público e não mercadorias cuja apropriação seria regulada por meio do mercado imobiliário (Suzuki, 1996, 154-155).

Tabela 38: População rural e urbana em Rondonópolis entre 1940 e 2010

Ano	População rural	%	População urbana	%	Total
1940	1.723	95,5	82	4,5	1.805
1950	2.044	70,8	844	29,2	2.888
1960	18.072	80,1	4.482	19,9	22.554
1970	36.960	59,5	25.126	40,5	62.086
1980	16.392	20,1	64.983	79,9	81.375
1991	13.595	10,7	113.032	89,3	126.627
2000	8.389	5,6	141.838	94,4	150.227
2010	7.448	3,8	188.028	96,2	195.476

(Demamann, 2011, p. 102)

Entre as décadas de 1960 e 1980, Rondonópolis sofreu os impactos dos processos de expansão da fronteira agrícola e modernização conservadora das relações sociais no campo brasileiro e mato-grossense, analisadas ao longo do primeiro capítulo. Incentivos fiscais e creditícios do poder público a empresas agropecuárias estimularam uma tendência à concentração fundiária, fazendo com que o gado bovino em Rondonópolis saltasse entre 1971 e 1975 de 152 mil para 700 mil cabeças (Demamann, 2011, p. 69). Como resultado, entre 1960 e 1980 ocorreu um processo acentuado de êxodo rural e uma expansão acelerada da população urbana que passou em 20 anos de 20% para 80% da população total do município, como mostra a tabela 39. Em consequência, o espaço urbano de Rondonópolis transformou-se abruptamente por meio da implantação predominantemente pela iniciativa privada de 20 loteamentos na década de 1960, 51 loteamentos na década de 1970 e 83 loteamentos na década de 1980 (Demamann, 2011, p. 58, p. 80 e p. 92). O término da doação pelo poder público de lotes para a população migrante significou uma profunda transformação da terra urbana, que passou a ser regulada não mais por seu valor de uso, mas sim por seu valor de troca. Assim,

loteamentos privados foram entremeados de vazios urbanos destinados à especulação imobiliária, acirrando artificialmente a escassez de moradia, as contradições de uma cidade espraiada e a segregação sócio-espacial dentre a população. Negri destaca que dentre os 40.000 imóveis cadastrados em Rondonópolis no ano de 1984, cerca de 25.000 (62,5% do total) estavam ociosos (Negri, 2008, p. 152).

Na segunda metade da década de 1970, Rondonópolis foi palco das primeiras unidades experimentais com a cultura da soja em Mato Grosso, protagonizadas por órgãos públicos de pesquisa e extensão rural em associação com produtores locais. Durante a primeira metade da década de 1980 a microrregião de Rondonópolis manteve-se a principal produtora de soja no estado, sendo ultrapassada no quinquênio seguinte pelas microrregiões dos Parecis e Alto Teles Pires no norte mato-grossense. Ainda assim, devido a sua localização estratégica no entroncamento da BR163 e BR364 Rondonópolis recebeu as primeiras agroindústrias de esmagamento e refino de soja do estado do Mato Grosso, em seu primeiro distrito industrial a oeste do centro da cidade. Em 1985 a Sadia-MT instalou neste local uma unidade de esmagamento de soja e outra de refino de óleo e, em 1988, inaugurou ali sua fábrica de envasamento deste produto. Já a Ceval iniciou suas atividades em Rondonópolis em 1980 com a compra e venda de soja, instalando em 1992 sua unidade de esmagamento no mesmo distrito industrial. Em 1997 o setor soja da Sadia foi adquirido pela Archer Daniels Midland (ADM), enquanto a Ceval Alimentos foi adquirida pela Bunge no mesmo ano (Negri, 2010, p. 133).

Entre as décadas de 1990 e 2010 o espaço urbano de Rondonópolis transformou-se profundamente para oferecer bens e serviços voltados em especial ao agronegócio, proliferando-se novas centralidades que crescentemente transbordaram o centro inicial. Em primeiro lugar, Rondonópolis afirmou-se como principal centro de produção e difusão de informações voltadas à cultura da soja desde a instalação na cidade na década de 1980 da Associação de Produtores de Sementes de Mato Grosso (Aprosmat), importante parceira da Embrapa no processo de adaptação da soja ao cerrado brasileiro. A Aprosmat deu origem em 1993 à Fundação Mato Grosso que assumiu crescente protagonismo na produção e difusão de inovações por meio da articulação de uma densa rede de relações envolvendo produtores de oleaginosas, prefeituras conveniadas, empresas de agroquímicos, fertilizantes e máquinas agrícolas e instituições de pesquisa (Nascimento, 2010, p. 138). Neste contexto, Rondonópolis tornou-se um importante polo universitário desde a inauguração em 1976 de um campus da UFMT, mas entre os anos

1990 e 2000 multiplicaram-se ali também instituições privadas de ensino superior. Segundo Samuel Frederico, destacam-se neste universo os cursos de graduação e pós graduação voltados à produção agropecuária propriamente dita (Agronomia, Zootecnia, Engenharia Agrícola, Medicina Veterinária, etc.) e a sua gestão (Administração do agronegócio, Gestão empresarial, Gestão de cooperativas e empresas rurais, etc.) (Frederico, 2008, p. 80). Paralelamente, foi reinaugurado em 1994 o Parque de Exposições Wilmar Peres de Faria no quadrante leste da cidade, local em que são realizados importantes eventos do “agronegócio” como a *Exposul* e *Agrishow Cerrado*. Desde então o Parque tornou-se importante símbolo de poder econômico e político na cidade, ao congregiar grande contingente populacional que se alimenta do imaginário de pertencimento a uma região próspera e integrada à modernidade (Silva, 2010, p. 135).

Em segundo lugar, entre as décadas de 1990 e 2010 a cidade de Rondonópolis consolidou-se como o segundo maior polo industrial do estado do Mato Grosso com a inauguração no extremo sul da cidade do Parque Industrial Maria Vetorasso, do Distrito Industrial Augusto Bortoli Razia e do Parque Industrial Fabrício Vetorasso Mendes. Dentre as principais unidades que se instalaram recentemente na cidade destacam-se a indústria de herbicidas Nortox inaugurada em 2004, a fábrica de embalagens Dixie Toga inaugurada em 2006, a Cervejaria Petrópolis inaugurada em 2008, a Tecelagem Bezerra de Menezes inaugurada em 2010 e a Santana Textil inaugurada em 2012. Ademais, em 2001 a Bunge inaugurou em Rondonópolis uma indústria misturadora de fertilizantes e em 2005 inaugurou sua primeira fábrica de óleo de caroço de algodão, enquanto a ADM inaugurou em 2007 em Rondonópolis uma usina de produção de biodiesel a base de soja, ampliada em 2011 para se tornar a maior do setor do Brasil. Competindo com estas duas gigantes, a trading chinesa Noble inaugurou em 2013 em Rondonópolis sua primeira indústria esmagadora de soja e usina de biodiesel no país, consolidando este município como o maior polo brasileiro de processamento do grão. Rondonópolis ainda possui três grandes frigoríficos, dentre os quais se destacam a unidade de abate de bovinos do Frigorífico Mataboi inaugurada em 2007 e a unidade de abate de suínos da Agra Agroindustrial modernizada e ampliada entre 2006 e 2011. Dentro deste contexto de intenso dinamismo do complexo grãos/carnes no município, a América Latina Logística inaugurou em 2013 seu terminal no Complexo Intermodal de Rondonópolis, articulando as BR163 e BR364 à ferrovia Ferronorte em um corredor de exportação que se estende desde o Mato Grosso até o porto de Santos.

Em terceiro lugar entre as décadas de 1990 e 2010 surgiram novos centros de consumo e novas formas de morar dirigidas especialmente para classes médias e altas no quadrante leste de Rondonópolis, seu principal eixo de especulação imobiliária. Destaca-se neste contexto a inauguração em 05/2001 do Rondon Plaza Shopping na Avenida Rotary Internacional com 21.000 m² de área construída e estacionamento para 1.300 carros e 500 motos, novo centro gravitacional de fluxos de pessoas e mercadorias. Segundo Demamann, o Shopping contava em 2010 com fluxo médio diário de 5 mil e mensal de 160 mil pessoas, consolidando-se como uma centralidade em escala intraurbana e interurbana ao atrair consumidores de 17 cidades do sul de Mato Grosso (Demamann, 2011, p. 140). Tal estabelecimento vem estimulando a proliferação em seu entorno de condomínios horizontais e verticais de alto e médio padrão socioeconômico. O surgimento de condomínios fechados em Rondonópolis iniciou-se em 1999 com o Residencial Millenium com áreas individuais de 300 m² no Bairro Sagrada Família, seguido de sete loteamentos ao longo dos anos 2000 caracterizados pelo acesso restrito de pessoas, fortes esquemas de segurança e apropriação privada de áreas públicas. Similarmente, o Rondon Plaza Shopping atraiu também a construção de grandes condomínios verticais residenciais para classe médias e altas, acompanhados de significativos investimentos públicos para a implantação de infra-estrutura urbana. Dentro do mesmo contexto, a Avenida Lions Internacional passou a concentrar agências bancárias, hotel, lojas especializadas, restaurantes, bares e lanchonetes, motivando crescente movimento noturno para a área (Demamann, 2011, p. 143-164)

Se por um lado a expansão do “agronegócio” moldou ampla parcela do espaço urbano de Rondonópolis segundo suas exigências, por outro proliferaram também ao longo das últimas décadas movimentos de trabalhadores sem teto em luta por moradia. Ocupações de terrenos públicos e privados ociosos multiplicaram-se em Rondonópolis já na década de 1980, ganhando conotação política e estimulando candidaturas com forte apoio popular à medida que bairros clandestinos conquistavam densidade eleitoral (Alves, 2004). Novo ascenso de conflitos envolvendo trabalhadores sem teto em Rondonópolis ocorreu entre 2009 e 2012 sob a prefeitura de José Carlos do Pátio, que buscou responder ao déficit habitacional na cidade superior a 10 mil casas por meio da utilização de recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal. Ocorreu então uma série de ocupações em terrenos públicos e privados e em áreas à beira de córregos como ferramenta de pressão e barganha sobre o poder público para a

construção de habitações populares e para a regularização de bairros como Edelmina Querubim, Carlos Bezerra II, Ananias Filho, Alfredo de Castro e Padre Miguel. Algumas unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida contribuíram para diminuir vazios urbanos existentes em bairros como Sagrada Família, Jardim Liberdade e Parque Universitário, mas a maioria formou uma espécie de arco acompanhando a borda externa do perímetro urbano em direção aos quadrantes norte e oeste, particularmente carentes de infra-estrutura de mobilidade e de acesso a equipamentos urbanos. Mecanismos de especulação fundiária seguiram assim aprisionando a política habitacional, consequentemente incapaz de conter a valorização da terra urbana e a segregação de classes populares para áreas distantes dos centros (Portela, 2016, p. 71-72).

Dentre as “cidades do agronegócio” de menor porte e mais recentes, decorrentes de projetos oficiais ou privados de colonização entre as décadas de 1970 e 1980, destaca-se *Lucas do Rio Verde* no meio norte mato-grossense às margens da BR163. Como já apontamos no primeiro capítulo, a atual cidade de Lucas do Rio Verde foi originalmente um Projeto Especial de Assentamento (PEA) com o objetivo de atrair trabalhadores sem terra acampados em Encruzilhada Natalino em Ronda Alta (RS). Pressionadas pela atuação marcadamente autoritária do executor do Incra no local, pelas condições de financiamento do Banco do Brasil e pelo desconhecimento generalizado acerca das práticas agrícolas em terras do cerrado, a grande maioria das famílias inicialmente assentadas abandonou/vendeu seus lotes e retornou ao Rio Grande do Sul. Com isso, as terras foram rapidamente apropriadas por produtores rurais capitalizados das regiões Sul e Sudeste, com destaque para aqueles vindos de Holambra no interior de São Paulo e organizados em torno da Cooperativa Lucas do Rio Verde (Cooperlucas). Esta cooperativa beneficiou-se a partir de 1986 de recursos oriundos da segunda fase do Projeto de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecerr II), já mencionado convênio entre os governos brasileiro e japonês para expansão da produção de grãos em terras do cerrado (Pereira, 2000, p. 69-70). Segundo depoimentos colhidos por Carvalho de mulheres que participaram da construção de Lucas do Rio Verde desde o início da década de 1980, o núcleo urbano do município era constituído inicialmente por estruturas do 9º Batalhão de Engenharia de Construção (9ºBEC), por um posto de saúde da Fundação Nacional de Saúde, por um mercado da Companhia Brasileira de Alimentação, pela Escola Estadual Dom Bosco, por um posto dos Correios e por instalações do Incra e da Cooperlucas. Terrenos com 500 a 800 m² em bairros às margens da BR163 foram inicialmente doados

para contemplados pelo projeto de colonização, com acesso precário a energia elétrica através de motores e a água através de poços em meio a ruas não pavimentadas. Investimentos do Prodecir II permitiram a construção de uma estrutura de armazéns e de acesso a sementes, insumos e maquinários aos associados da Cooperlucas, impulsionando a produção de grãos no local e estimulando sua emancipação administrativa do município de Diamantino em 1988 (Carvalho, 2011, 146-147).

A expansão da produção de grãos nos anos 1990 estimulou um primeiro surto de crescimento demográfico e complexificação do espaço urbano em Lucas do Rio Verde. Entre 1990 e 2000 a produção de soja no município cresceu de 114 mil toneladas para 528 mil toneladas e a produção de milho saltou espetacularmente de 4 mil toneladas para 215 mil toneladas, taxas de crescimento respectivamente de 16,5% e 48,5% ao ano. Ao longo do mesmo período o número de habitantes em Lucas do Rio Verde passou de 6.693 para 19.316 como mostra a tabela 40 abaixo, enquanto a população rural diminuiu de 35,4% para 16,4% da população total em meio à intensa concentração fundiária. Durante esta década a mancha urbana do município expandiu-se para o eixo Leste não mais acompanhando a BR163, com bairros ocupados não mais por meio da doação de lotes mas por meio da venda a imigrantes que já não eram proprietários de terras. Destacam-se neste conjunto os bairros Rio Verde, Veneza e Jardim Imperial com terrenos menores e maior adensamento, fundados com o objetivo de absorver trabalhadores vindos de áreas garimpeiras em decadência no norte do Mato Grosso. (Craice, 2017, p.162).

Proliferaram-se neste período também empresas e outras instituições voltadas a atender múltiplas demandas do “agronegócio”, no que toca ao financiamento e comercialização, à pesquisa e assistência técnica e à qualificação de força de trabalho. Em 1987 nasceu a Fiagril, uma fornecedora de insumos agrícolas em Lucas do Rio Verde que se mostrou capaz nos anos 1990 de utilizar-se de sua proximidade com a dinâmica política e empresarial local para atuar como intermediadora dos contratos de comercialização e financiamento entre grandes empresas transnacionais e produtores. Segundo Pastre, assim como o Grupo Maggi, a Fiagril também integrou seus interesses privados à administração pública local através da figura de seu acionista majoritário Marino Franz, prefeito de Lucas do Rio Verde entre 2005 e 2012 (Pastre, 2016, p. 100). Em 1992 foi criada a Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Rio Verde com o objetivo de criar e validar tecnologias voltadas à atividade agrícola em parceria com a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, a Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa), a Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer), cooperativas de crédito e empresas de insumos agrícolas. Dentro deste mesmo contexto, visando suprir a demanda de formação de um corpo técnico qualificado para a gestão local do “agronegócio” foi criada em 1999 a primeira faculdade do município, a Faculdade de Lucas do Rio Verde, cujas primeiras turmas dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito tiveram início no ano de 2002. Também em 2002 ocorreu a primeira *Show Safra*, feira comercial especializada em “agronegócio” de Lucas do Rio Verde, parte do esforço de marketing urbano dedicado a construir uma imagem-marca para a cidade como estratégia na competição por fluxos de capitais e mercadorias (Arruda, 2007, p.166-167).

Tabela 39: População rural e urbana em Lucas do Rio Verde entre 1991 e 2010

Ano	População rural	%	População urbana	%	Total
1991	2.363	35,3	4.330	64,7	6.693
2000	3.168	16,4	16.148	83,6	19.316
2010	3.098	6,8	42.458	93,2	45.556

(Craice, 2016, p. 81)

A partir da década de 2000, a implantação em Lucas do Rio Verde de uma série de agroindústrias relacionadas ao complexo carnes-grãos estimulou um segundo momento de crescimento populacional e ampliação do espaço urbano no município. Desde 2004 foi planejada a implantação em Lucas do Rio Verde de um frigorífico, inicialmente pela Empresa Mato-grossense de Alimentos (Ema), com previsão para abater 150 mil aves por dia e gerar 760 empregos diretos e 2,2 mil empregos indiretos. Em 2005 a Sadia adquiriu e ampliou o frigorífico em construção e em 2006 comprou o plantel de suínos e infraestrutura da Cooperativa Agropecuária e Industrial Luverdense (Cooagril), que integrava desde 1990 a produção de ração e o processamento de carne. Em 2008 foi inaugurado o complexo agroindustrial da Sadia em Lucas do Rio Verde, a maior fábrica da empresa à época, com capacidade para abater 500 mil frangos e 10 mil suínos diariamente e gerar mais de 4 mil empregos diretos (Craice, 2016, p. 71). Paralelamente, em 2008 o Grupo Maggi inaugurou no município sua maior indústria esmagadora de soja com capacidade para processar 3 mil toneladas de grão por dia e em 2018 anunciou o investimento de R\$75 milhões para construir uma usina de biodiesel. Por sua vez, a Fiagril inaugurou em 2008 sua usina de biodiesel em Lucas do Rio Verde

e em 2017, juntamente com a empresa norte americana Summit Agricultural Group, inaugurou a primeira usina de etanol produzido exclusivamente com milho no Brasil. Em consequência da implantação destas agroindústrias, ocorreu um significativo fluxo migratório especialmente de estados do Nordeste para a cidade de Lucas do Rio Verde, que viu sua população aumentar de 19.316 habitantes em 2000 para 45.556 em 2010. Anteriormente a expansão da mancha urbana havia ocorrido em terras contíguas ao traçado urbano mais antigo, mas especialmente a partir de 2008 a abertura de novos bairros deu origem a amplas áreas não edificadas destinadas à especulação imobiliária. Segundo Craice, parte destes terrenos vazios era propriedade de dirigentes públicos, com destaque para prefeitos e vice-prefeitos do município, em um indício da promiscuidade entre administração pública e interesses privados em escala local (Craice, 2016, p. 183).

Neste contexto, proliferaram-se tanto condomínios horizontais e bairros de alto padrão como conjuntos habitacionais voltados a trabalhadores migrantes de baixa renda, intensificando a segregação socioespacial no interior da cidade de Lucas do Rio Verde. Por um lado, a sede da prefeitura foi transferida em 2013 estimulando um novo vetor de especulação imobiliária a sudeste da cidade, por meio da construção e ampliação de avenidas para a circulação de veículos através dos vazios urbanos ainda desabitados. Nas proximidades da nova sede cívica foi lançado em 2012 o Residencial Reserva da Mata, primeiro condomínio horizontal de Lucas do Rio Verde com 55 lotes com dimensões a partir de 800m² e diversos equipamentos de lazer (quadra de tênis, campo de futebol, piscina, pista de cooper, churrasqueira), localizado ao lado de uma reserva ambiental. Também no entorno da prefeitura recém-inaugurada foi criado o loteamento Parque dos Buritis interligado ao núcleo urbano já consolidado por meio da Avenida das Nações e da Avenida Brasil, cortando uma série de terrenos vazios de propriedade da elite local com destaque para o filho do ex-prefeito Otaviano Pivetta Júnior (Souza, 2013, p. 84).

Paralelamente, por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal, a Sadia, a Caixa Econômica Federal e o Banco Concórdia foi construído no extremo noroeste de Lucas do Rio Verde o bairro Luiz Carlos Tessele Junior, voltado aos trabalhadores do chão de fábrica da Sadia em grande parte migrantes recentes do Nordeste e do Norte. Inicialmente as casas eram propriedade da empresa e eram alugadas pelo valor mensal de R\$50,00 por morador por meio de um desconto em folha para até quatro empregados, que não necessariamente se conheciam previamente e compartilhavam dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro distribuídos em uma área construída de 46m² por casa.

Composto por 2.000 lotes destinados à construção de casas e 550 destinados ao comércio e à indústria, este bairro está localizado entre o frigorífico e a malha urbana consolidada, distante cerca de 15 minutos de transporte motorizado ou 50 minutos a pé do centro. Similarmente, localizado no extremo oposto do Tessele Junior foi construído o loteamento Seiti Fujii voltado à população de baixa renda por meio do programa Minha Casa, Minha Vida, composto inicialmente por 924 unidades habitacionais de 40 ou 63m². Assim como o Tessele Junior, também o Seiti Fujii é composto por casas pequenas com fachadas padronizadas, distantes da malha urbana e dos seus serviços já estabelecidos: para se chegar do bairro ao centro são cerca de 6 km de distância ou cerca de 1 hora a pé. Dentre as prioridades destas unidades do MCMV estavam as famílias que habitavam o Recanto dos Macucos, Área de Preservação Permanente às margens do Rio Verde ocupada irregularmente desde 2005 e desocupada através de ação judicial em 2009 (Souza, 2013, p. 94).

Ainda dentre as “cidades do agronegócio” decorrentes de projetos de colonização entre as décadas de 1970 e 1980 no estado de Mato Grosso, destaca-se o município de **Sorriso** também localizado às margens da BR 163 cerca de 400 km ao norte de Cuiabá. Segundo Dias e Bortoncello, as terras onde hoje se encontra o município eram no início da década de 1970 propriedade do norte-americano Edmund Zanini e foram parcialmente adquiridas no final do ano de 1973 pelo catarinense Benjamin Raiser para que seu filho Ivo Raiser e seu genro Nelson Frâncio dessem início a uma empresa agropecuária. Em 1975 outra parte destas terras foi adquirida pelos irmãos de Nelson Frâncio, Demétrio e Claudino Frâncio, responsáveis pela criação da Colonizadora Sorriso que se dedicaria à venda de lotes na região para produtores rurais capitalizados vindos do Sul³². Desenhado pela Platec, empresa prestadora de serviços na área de topografia, planejamento e assistência técnica, o projeto de colonização foi aprovado em 09/1979, incluindo uma área urbana a ser erguida sobre 600 hectares divididos em 4.500 lotes envoltos por chácaras como mostra a figura 1 (Dias e Bortoncello, 2003, p. 105). Sorriso tornou-se distrito do município de Nobres em 12/1980 e viu crescer nos anos seguintes um núcleo

³² Em um exemplo característico da (des)ordem fundiária brasileira, o norte-americano Edmund Zanini argumenta que parte desta área foi loteada e vendida por meio de uma procuração falsa em 1978 e desde então reivindica na justiça a propriedade sobre 150 mil hectares no atual município de Sorriso. Em 08/2011 foi homologado um acordo pela Justiça de Mato Grosso em que produtores rurais locais comprometeram-se a pagar a Zanini uma indenização, cujo valor não foi divulgado à época, em troca do domínio definitivo sobre 74 áreas que juntas somavam 40 mil hectares (Folha de São Paulo, “Produtores de Sorriso vão indenizar americano”, 13/08/2011).

urbano crescentemente denso que já contava desde 1980 com os Supermercados Sorriso Ltda. e com o Hospital Maternidade Nossa Senhora de Fátima. Em 12/1984 foi inaugurado o asfaltamento da BR163 no trecho desde o Posto Gil até Sinop e em 03/1985 foi inaugurado o primeiro trecho de pavimentação asfáltica da avenida principal do município de Sorriso, a atual Avenida Natalino João Brescansin. Em 03/1985 foi inaugurada a primeira usina termelétrica do município capaz de fornecer energia elétrica por 12 horas diárias e em 08/1988 foi inaugurada a primeira estação de captação e tratamento de água da Companhia de Abastecimento do Estado do Mato Grosso (Sanemat), capaz de abastecer cerca de 1.350 famílias no núcleo urbano. Em meio a estas transformações, a Lei estadual 5.002 de 13/05/1986 criou o município de Sorriso, desmembrando-o dos municípios de Nobres, Paranatinga e Sinop.

Figura 1: Planejamento original da Gleba Sorriso

Fonte: Secretaria da cidade de Sorriso

Assim como destacamos em Lucas do Rio Verde, também no município de Sorriso a expansão da produção de grãos ao longo da década de 1990 estimulou um primeiro momento de crescimento demográfico e complexificação do espaço urbano. Entre 1990 e 2000 a produção de soja no município cresceu de 225 mil toneladas em uma área de 96 mil hectares para 1.500 mil toneladas em uma área de 440 mil hectares, levando à proliferação no núcleo urbano às margens da BR 163 de empresas de revenda de insumos agrícolas e de estruturas de armazenamento e transporte de grãos. Paralelamente, o número de habitantes em Sorriso passou de 16.107 em 1991 para 35.605 em 2000 como mostra a tabela 41, enquanto a população rural diminuiu de 29,7% para 11,5% da população total devido à acelerada concentração fundiária local. A intensificação de fluxos migratórios vindos de estados do Norte e Nordeste e de áreas de garimpo em decadência no norte de Mato Grosso levou à formação dos primeiros bairros periféricos de Sorriso, compostos por ruas improvisadas, irregulares e estreitas, afastadas da mancha urbana originalmente planejada com avenidas largas e retilíneas. Segundo reportagens do jornal local *Folha do cerrado*, os primeiros dentre estes bairros surgidos ainda ao final dos anos 1980 foram o Fraternidade no extremo leste e o União no extremo oeste da cidade, este último composto de 120 lotes de 10x20 loteado por iniciativa de lideranças do Sindicato de Movimentação de Mercadorias da cidade. Na primeira metade da década de 1990 surgiram o Jardim Carolina e o São Domingos, este último formado a partir da construção de 100 casas populares pela Companhia de Habitação Popular (Cohab) que impulsionou em seu entorno uma série de loteamentos irregulares em terrenos originalmente planejados como o Bairro Industrial em Sorriso³³. Surgiram assim o Bairro São Mateus e suas típicas ruas estreitas de três metros de largura, em tudo semelhantes às vielas dos assentamentos precários em grandes cidades. A partir de então fluxos migratórios de baixa renda concentraram-se ao redor do Bairro São Domingos à direita da BR163 atrás dos silos que margeiam a rodovia, consolidando nos anos 1990 a segregação entre “bairros de gaúchos” a oeste e “bairros de maranhenses” a leste na zona

³³ O prefeito José Domingos Fraga conquistou grande apoio popular com a doação de terrenos e com a construção de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda em Sorriso, possibilitando-lhe governar por três vezes a cidade com mandatos de 1989 a 1992, de 1997 a 2000 e de 2001 a 2004. Durante este seu terceiro mandato no ano de 2004 foi inaugurada na periferia oeste da cidade a Cohab São José, que assim como a Cohab São Domingos recebeu seu nome em homenagem a este prefeito. Esta relação com a prefeitura municipal não impediu que os moradores da Cohab São Domingos recebessem os primeiros títulos definitivos de suas residências mais de 25 anos depois de sua construção, em maio de 2018 (Prefeitura de Sorriso, “Depois de mais de 25 anos de espera, famílias do São Domingos recebem títulos definitivos de imóveis”, 21/05/2018).

urbana. Ainda segundo reportagens do jornal *Folha do cerrado*, uma iniciativa municipal intitulada “Projeto Cidadania e Justiça Social” propôs-se ao longo da década de 1990 levar a estes bairros a emissão de documentos pessoais (Certidões de Nascimento, Carteiras de Trabalho, Cédulas de Identidade e Cadastro de Pessoa Física), assim como a difusão de orientações para implantação de hortas caseiras, para a preservação da higiene pessoal e domiciliar, para o combate a piolhos, mosquitos e insetos caseiros, para o manejo adequado de água e alimentos e para a prevenção a doenças de pele. Trechos de reportagens a seguir dão uma dimensão da preocupação da população de ascendência gaúcha face o crescimento destes bairros periféricos:

“Se já não bastasse o péssimo cartão de visita já existente em Sorriso, agora aparece em pleno centro da cidade um início de favela, na rua Genésio Roberto Baggio, esquina com a Rua 6. Se as autoridades municipais não tomarem medidas urgentes para resolver este problema, os novos migrantes e visitantes que para a nossa cidade vierem certamente não acreditarão que estão em Sorriso, pois o que se fala da cidade não tem nada a ver com o surgimento de favelas no centro da cidade” (*Folha do Cerrado*, “Sorriso poderá ter favela. Isso não é incrível?”, 01 a 15 de maio de 1995)

“Uma verdadeira invasão de ‘andarilhos’ em Sorriso começa a preocupar a população local. Aos grupos ou individualmente, eles podem ser vistos caminhando nas estradas vicinais e na BR, oriundos de vários distritos e municípios vizinhos. Eles se dirigem ao centro de Sorriso, onde se agrupam preferencialmente na Genésio Roberto Baggio com Ligação Oeste, numa espécie de praça ali existente. Buscam empregos e até a própria sobrevivência. Muitos doentes são encaminhados até Sorriso com passagens pagas por prefeituras de outros municípios, como é o caso da andarilha ‘Maria Carrapicho’, que veio de ônibus de Sinop” (*Folha do Cerrado*, “‘Sem nada’ preocupam a população”, 16 a 31 de dezembro, 1995)

“O problema social das pessoas sem moradia ameaça generalizar-se por todo o território nacional. Sem dúvida encorajados pelas invasões constantes feitas pelos ‘Sem Terra’, uma nova camada de pessoas ameaça invadir terras públicas, sob a desculpa de que é de responsabilidade dos poderes públicos lhes oferecerem terrenos desocupados para a construção de barracos. [...] Os sintomas deste tipo de ‘ocupação urbana’ começam a se fazer sentir em várias cidades brasileiras, inclusive aqui em Sorriso. As medidas judiciais nem sempre podem ser cumpridas em virtude do cunho social do problema, que envolve mulheres, velhos e crianças” (*Folha do Cerrado*, “Problema social generalizado”, 24 de fevereiro a 2 de março de 1997)

Tabela 40: População rural e urbana em Sorriso entre 1991 e 2010

Ano	População rural	%	População urbana	%	Total
1991	4.782	29,7	11.325	70,3	16.107
2000	4.076	11,5	31.529	88,5	35.605
2010	8.157	12,3	58.364	87,7	66.521

(IBGE – Censos Demográficos)

Figura 2: Vias na região leste da cidade de Sorriso

Bairro São Mateus

Bairro Boa Esperança

Durante os anos 2000 e 2010 o espaço urbano de Sorriso foi dinamizado pela implantação de diversas agroindústrias de médio porte ligadas ao complexo carnes-grãos. Em 2002 foi inaugurado no município o frigorífico Anhambi com a perspectiva inicial de abater 120 mil aves/dia e gerar 380 empregos, alcançando em 07/2018 a marca de 600 funcionários diretos segundo as informações obtidas durante nosso trabalho de campo. Em 2008 foi inaugurada em Sorriso a Nativ Pescados, com atuação em toda cadeia produtiva desde a criação de peixes até seu processamento e comercialização, empregando por volta de 250 trabalhadores em suas unidades rurais e agroindustriais. Em 2010 a Caramuru Alimentos arrendou e deu início à modernização de uma planta de processamento de soja de médio porte em Sorriso, mobilizando atualmente cerca de 250 empregados diretos segundo as informações obtidas em trabalho de campo em 07/2018. Em 2011 foi inaugurado no município o frigorífico Nutribrás com capacidade inicial de abater 1.500 suínos/dia e empregar cerca de 250 trabalhadores, chegando em 07/2018 a 580 funcionários no frigorífico mais 420 na produção de suínos no município de Vera.

Em 2014 foi inaugurada no município a Delicious Fish, maior planta frigorífica de peixes do Brasil em uma área de 4,8 mil m², com capacidade para abater cerca de 40 mil quilos a cada 8 horas e para empregar cerca de 100 trabalhadores em sua unidade agroindustrial. Em 2019 a Safras Indústrias e Comércio de Biocombustíveis abriu oficialmente em Sorriso sua usina de etanol de milho com capacidade para produzir 120 mil litros e gerar 55 empregos diretos.

Figura 3: Quitinetes para trabalhadores na região leste de Sorriso

Ao longo deste período Sorriso consolidou-se também como importante polo regional de circulação de mercadorias e pessoas, reunindo diversos estabelecimentos de consumo consumptivo que estendem sua área de influência para além do município. Primeiro shopping center da mesorregião norte mato-grossense, o Park Shopping Sorriso foi inaugurado no ano de 2004 com 81 pontos comerciais, estacionamento para até 200 veículos, 2 salas de cinema com 165 lugares cada e um auditório para 170 pessoas. Principal cadeia de supermercados do norte mato-grossense, o Grupo Delmoro abriu em 2003 sua primeira unidade e em 2014 sua segunda unidade na cidade de Sorriso, culminando na inauguração no município em 2019 de um grande centro atacadista e varejista com 300 funcionários para atender à população e para atuar como polo de

abastecimento das 13 lojas que o grupo tem instaladas em 9 municípios do estado. Também no ano de 2019 foi oficialmente divulgado o investimento de R\$ 30 milhões para a construção de uma megaloja de departamentos do grupo Havan com cerca de 150 funcionários, equipada com praça de alimentação e uma réplica da estátua da liberdade. Neste contexto, em 2016 foi inaugurado o aeroporto regional Adolino Bedin, com voos diários ao aeroporto internacional Marechal Rondon em Várzea Grande, elevando Sorriso à quarta cidade mato-grossense interligada à capital por voos regulares diretos.

Figura 4: Park Shopping Sorriso

A implantação destas empresas ampliou significativamente a demanda local por força de trabalho qualificada e semi-qualificada, levando ao surgimento de instituições de ensino técnico e de ensino superior voltadas para as demandas do “agronegócio”. Credenciada junto ao Ministério da Educação em 2001, a Faculdade de Sorriso (FAIS) foi integrada à Universidade de Cuiabá (Unic) e adquirida em 2011 pelo Grupo Kroton, chegando em 2015 a oferecer em Sorriso 11 cursos de graduação com 2.500 estudantes, 11 cursos de pós-graduação com 260 estudantes, além de um curso técnico em logística por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Em 2016 foi inaugurado o campus de Sorriso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), atendendo 550 alunos nos cursos superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Produção de Grãos e Engenharia Agrônômica, assim como nos cursos Técnico em alimentos e Técnico em agropecuária. Em 2017 foi inaugurada a unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em Sorriso com capacidade para receber 476 alunos por turno ou 1.428 no total,

vindos também dos municípios de Vera, Nova Uiratã, Itanhangá e Ipiranga do Norte. Neste contexto, a Prefeitura de Sorriso instituiu a Fundação para o Desenvolvimento Agroambiental, Científico e Tecnológico de Sorriso (Fundação Sorriso), responsável por gerir um Parque Tecnológico com uma área de 100 ha no anel viário do município. Ainda em construção, o Parque Tecnológico de Sorriso abrangerá um polo universitário composto pela Faculdade Centro Mato-grossense (Facem) e por um campus da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), além de um polo de tecnologia em parceria com o IFMT e uma área para a realização da Feira do Agronegócio.

Figura 5: Principais instituições de ensino superior em Sorriso

Campus da Universidade de Cuiabá (Unic)

Futuras instalações da Facem no Parque Tecnológico

Também ao longo das últimas duas décadas surgiram novas formas de moradia voltadas às classes médias e altas do município, reforçando o discurso de exclusividade e seletividade dentre seus consumidores em reação a um espaço urbano crescentemente desigual e distante da auto-imagem idealizada típica das "cidades do agronegócio". Durante a primeira metade da década de 2000 teve início o processo de verticalização da cidade de Sorriso com o lançamento do condomínio Portal da Amazônia, edifício de 14 andares localizado na Avenida Porto Alegre cujo alvará na prefeitura data de 2003. No momento de nosso trabalho de campo em 2019, Sorriso contava com sete edifícios com mais de dez pavimentos localizados nas principais avenidas da cidade, além de uma grande quantidade de construções com três a cinco andares por toda a área urbana. Paralelamente, a abertura de condomínios fechados horizontais em Sorriso teve início na segunda metade da década de 2000 com o lançamento do Residencial Ilhabela no extremo oeste da cidade e do Residencial Porto Seguro no extremo norte da cidade. Seguiram-se a estes o Residencial Costa Brava Prime com cerca de 230 lotes e o Residencial Cidade Jardim com cerca de 330 lotes, localizados ambos no extremo noroeste da cidade de Sorriso com ampla estrutura privativa de segurança e lazer. Durante nosso trabalho de

campo em 2019 estava em construção o Residencial Arboreto Eco Ville, quinto condomínio fechado de Sorriso composto por 319 terrenos a partir de 450 m² em uma área privativa protegida por portaria e segurança e equipada com piscina semi-coberta e aquecida, bar e restaurante, quadras de tênis e sala de ginástica.

Figura 6: Cartazes de Condomínio fechado de alto padrão em Sorriso

Nos anos 2000 e 2010 houve uma explosão de loteamentos em Sorriso voltados para classes de renda baixa, média e alta, o que em conjunto com as transformações econômicas destacadas provocou sucessivas ampliações do perímetro urbano da cidade. Após a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Sorriso pela Lei complementar nº18/2004, a Lei complementar nº 30/2005 definiu pela primeira vez o perímetro urbano com um comprimento de 53.653 metros e uma área de 7.555 ha. Logo em seguida este perímetro foi ampliado pelas Leis complementares nº47/2006, nº154/2012 e nº169/2013, última lei a este respeito que determinou uma área urbana total de 23.689 ha, cerca de três vezes maior que o estabelecido apenas oito anos antes. Neste contexto, a maior parte dos novos loteamentos urbanos no município tem sido adquirida com objetivos exclusivamente especulativos, ampliando de modo vertiginoso nos últimos anos a já grande quantidade de vazios urbanos dentro da cidade de Sorriso. Informações obtidas em julho de 2018 junto à Secretaria da Cidade indicam que existiam na zona urbana de Sorriso 24.130 lotes edificadas e outros 14.491 vazios. Apesar disso, estava prevista para os próximos cinco anos a abertura de mais 9.963 lotes já aprovados e de outros 13.504 lotes aguardando aprovação, como mostra a tabela 42. Acentuam-se assim prematuramente as contradições características de uma cidade espraiada, que cria de maneira artificial a escassez de terras e moradias e gera inúmeras possibilidades de valorização e apropriação da renda da terra urbana pelo capital, ao mesmo tempo em que sobrecarrega os cofres públicos com a manutenção de uma extensa malha e pressiona os novos migrantes a pagar altos alugueis para ocupar áreas distantes e precariamente atendidas por serviços públicos.

Tabela 41: Lotes urbanos existentes em 2018 e projetados para 2022

Lotes	Quantidade	%
Edificados em 2018	24.130	39
Vazios em 2018	14.491	23
Em execução	9.963	16
Em aprovação	13.504	22
Total projetado para 2022	62.088	100

Secretaria da Cidade de Sorriso (Julho/2018)

Figura 7: Perímetro urbano de Sorriso em 2005

Secretaria da cidade de Sorriso

Figura 8: Perímetro urbano de Sorriso em 2013

Secretaria da cidade de Sorriso

Enquanto o eixo oeste da cidade de Sorriso (os chamados “bairros de gaúchos”) é caracterizado pela proliferação de loteamentos entremeados de amplos espaços vazios, o eixo leste da cidade (os chamados “bairros de maranhenses”) é marcado pela aglomeração de ampla parcela da população do município em lotes com alto nível de adensamento. Como mostra a tabela 41 acima, o número de habitantes no município de Sorriso aumentou de 35.605 em 2000 para 66.521 em 2010, ano em que o déficit habitacional na cidade alcançou 3.284 domicílios ou 16,39% do total de residências então existentes (Camargo, 2017, p. 88) Neste contexto, uma série de reportagens recentes relatou uma sequência de recorrentes ocupações e reintegrações de posse em uma Área de Preservação Permanente anexa ao bairro conhecido como São Domingos por trabalhadores sem teto³⁴. Na segunda metade da década de 2010 esta área foi convertida nos loteamentos Morada do Bosque I e II, compostos por 1.284 lotes com condições de pagamento voltadas especialmente para populações de baixa renda de acordo com campanha publicitária. Neste período foram criados em Sorriso diversos conjuntos habitacionais voltados à faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, como o Residencial São Francisco com 248 casas e o Residencial Santa Maria I com 225 casas entregues em 2013, o Residencial Santa Maria II com 278 casas e o Residencial Santa Cecília com 80 casas entregues em 2014 e o Residencial Mario Raiter com 1.272 casas entregues em 2017. Para as famílias que se enquadram na faixa 2 do Programa Minha Casa, Minha Vida, em que os beneficiados pagam uma prestação maior pelo imóvel, foram entregues em Sorriso 357 casas no Residencial Pinheiros III e outras 399 no Residencial Topázio. Apesar destas iniciativas, informações obtidas junto ao Departamento de Habitação da Secretaria de Assistência Social de Sorriso em 07/2019 apontavam que havia 6.635 famílias cadastradas e aguardando nova etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida no município, cuja população foi estimada naquele ano pelo IBGE em 87.815 pessoas. Com base nesta informação, a Prefeitura protocolou em 06/2019 junto à Caixa Econômica Federal o pedido de mais 600 unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida para Sorriso.

34 Radio Sorriso, “Administração municipal emite nota sobre invasão no Boa Esperança”, 16/07/2014; Sónotícias, “Prefeitura aponta que área invadida é pleiteada para criação de residencial”, 16/07/2014; Globo.com, “Famílias são retiradas de fazenda pela polícia após invasão em Sorriso (MT)”, 01/04/2015; Sorriso FM 99,1 “Reintegração de posse da Fazenda Vigolo prossegue na Grande São Domingos”, 08/04/2015; Globo.com, “Famílias tentam invadir área pela 2ª vez em MT 15 dias após desocupação”, 20/04/2015; Portal Sorriso MT, “Polícia executa nova reintegração de posse em fazenda de Sorriso”, 23/06/2016.

Figura 9: Malha urbana de Sorriso em 2019

Jpanini Mapas Digitalizados

Dentre estes conjuntos habitacionais construídos recentemente para populações de baixa renda merece destaque o Residencial Mario Raiter, um dos maiores de Mato Grosso capaz de comportar mais de 5.000 pessoas em 1.272 casas padronizadas com 46,29 m², cada uma contando com dois quartos, um banheiro, uma sala e cozinha conjugada. Localizado no extremo sudeste da cidade a cerca de 7,5 km do centro, em uma área descontínua em relação à mancha urbana já estabelecida, o residencial Mario Raiter é exemplo característico de uma política pública que se mantém refém do processo de especulação imobiliária, ampliando a segregação entre classes sociais no espaço urbano. Durante meses após seu lançamento em 07/2017 o conjunto ainda mantinha-se cronicamente carente de estruturas mínimas de serviços públicos, contando unicamente com as casas, as redes de saneamento básico e energia e uma quadra de futebol de areia. Desde então um Centro Municipal de Educação Infantil foi inaugurado em 03/2018 e

uma Unidade Básica de Saúde foi inaugurada em 10/2018, enquanto a iluminação da avenida entre a rodovia e o conjunto habitacional apenas foi inaugurada em 02/2019.

Nossas visitas ao Mario Raiter em 07/2018 e 07/2019 nos remeteram às palavras de Caio Prado Júnior nas considerações finais de *Formação do Brasil Contemporâneo*, em que o autor argumenta que a colonização nos trópicos deu origem a uma sociedade marcada pela ausência de nexos morais entre raças e indivíduos que mal se unem, não se fundem em um todo coeso, justapõem-se antes uns aos outros, constituem unidades e grupos incoerentes entre si que apenas coexistem e se tocam (Prado Júnior, 2000, p. 353). Localizada no coração do território nacional e povoada por fluxos migratórios vindos das regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, a cidade de Sorriso simboliza desde esta perspectiva a continuidade do caráter extrovertido de nossa formação econômico-social, que tem como consequência uma identidade nacional que segue continuamente abortada. A este respeito, a figura 11 abaixo ilustra a distribuição da população por etnia no interior do espaço urbano de Sorriso de acordo com o Censo Demográfico de 2010 e evidencia uma explícita segregação social e racial na assim chamada “capital do agronegócio”.

Figura 10: Residencial Mario Raiter em Sorriso (2019)

Figura 11: Distribuição da população por etnia no interior da cidade de Sorriso de acordo com o Censo IBGE 2010

Nexo Jornal, “Mapa revela segregação racial no país”, 09/12/2015

Esperamos ter até aqui mostrado que o processo de acumulação primitiva do capital descrito em nosso primeiro capítulo e a consolidação do moderno complexo carnes-grãos analisado em nosso segundo capítulo não correspondem a etapas históricas sucessivas e mutuamente excludentes, mas sim a distintos momentos ou temporalidades que se articulam de maneira desigual e combinada sobre o território mato-grossense. Indígenas e posseiros, peões e garimpeiros, andarilhos e “pés inchados”, acampados sem terra e assentados de reforma agrária, “catadores de raízes” e operadores de máquinas agrícolas, operários de agroindústrias e da construção civil, moradores de periferias de pequenas, médias e grandes cidades, todos estes são personagens que circulam pelo estado do Mato Grosso como estilhaços de uma classe trabalhadora em formação. Correspondem também a diferentes momentos no interior da trajetória de diversas

peças cujas entrevistas analisaremos a seguir, como caleidoscópios em que aqueles estilhaços assumem as mais variadas e surpreendentes combinações articulando de maneira prática conflitos e contradições envolvendo terra, trabalho e espaço urbano. Propomo-nos neste sentido inspirados pela reflexão de Octávio Ianni (tal como recuperada por José de Souza Martins), segundo a qual um dos maiores desafios do pensamento social brasileiro segue sendo compreender o homem simples e o papel que desempenha e pode desempenhar nos acontecimentos fundamentais da vida nacional, ainda hoje sistematicamente ocultado ou caricaturado pelo senso comum e por discursos e práticas em universidades, organizações político-sindicais ou movimentos sociais (Ianni, 1975, p. 87; Martins, 2015, p. 9).

Parte II – Situação da classe trabalhadora na “capital do agronegócio”

“A experiência é válida e efetiva, dentro de certos limites: o agricultor ‘conhece’ suas estações, o marinheiro ‘conhece’ seus mares, ainda que ambos permaneçam mistificados em relação à monarquia e à cosmologia. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. [...] O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiências modificadas. Essas experiências exercem pressões sobre a consciência social existente, propõem novas questões e proporcionam grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados”
(Thompson, 1981, p. 16)

Capítulo 3: Acampados, assentados e chacareiros em Sorriso

Como resultado da dinâmica analisada no capítulo anterior, a área rural do município de Sorriso encontra-se hoje predominantemente sob controle de grandes propriedades dedicadas a culturas e criações voltadas tanto para o mercado de exportação *in natura*, quanto para o abastecimento do complexo agroindustrial carnes/grãos. Conforme os dados das tabelas 43 e 44, apenas 235 estabelecimentos com mais de 1.000 hectares controlam cerca de 87,1% da área total ocupada no município de Sorriso, proporção maior que a do Brasil como um todo e do estado do Mato Grosso em particular. Conforme os dados da tabela 45, os segmentos com maior relevância e dinamismo no assim chamado “agronegócio” em Sorriso seguem sendo as culturas de soja e milho, ocupando em rotação a maior parcela da área total dedicada à agropecuária no município. Conforme os dados da tabela 46, os rebanhos de porcos e galinhas também conheceram crescimento vertiginoso ao longo das últimas décadas em Sorriso, impulsionados em especial pela instalação de agroindústrias processadoras de carnes nos anos 2000. Destaca-se também a produção da aquicultura estimulada como apontado no capítulo anterior pela abertura dos frigoríficos Nativ Pescados em 2008 e Delicious Fish em 2014, que levaram Sorriso à liderança dentre os municípios que mais produzem peixes no país. Contudo, o fechamento da planta da Nativ Pescados em 2013 e seu pedido de recuperação judicial em 2014 provocaram uma retração significativa da produção neste município, como mostram os dados da tabela 47.

Tabela 42: Estrutura fundiária em Sorriso (MT) em 2017

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos		Área Ocupada (ha)	
Menos de 10	120	14,5%	419	0,1%
10 a 100	281	33,9%	11.411	1,4%
100 a 500	92	11,1%	24.639	3,0%
500 a 1.000	100	12,1%	70.155	8,5%
1.000 a 2.500	130	15,7%	195.680	23,6%
2.500 a 10.000	98	11,8%	433.269	52,3%
Mais de 10.000	7	0,8%	92.259	11,1%
Total	828	100	827.832	100

(IBGE – Resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017)

Tabela 43: Comparação da estrutura fundiária no Brasil, em Mato Grosso e em Sorriso em 2017

	Número de estabelecimentos (%)				Área ocupada (%)			
	Menos de 10 ha	10 a 100 ha	100 a 1000 ha	Mais de 1000 ha	Menos de 10 ha	Menos de 100 há	100 a 1000 ha	Mais de 1000 ha
Brasil	50,9%	39,6%	8,4%	1,1%	2,3%	18,2%	32%	47,5%
Mato Grosso	15,1%	53,7%	23,1%	8%	0,1%	4,9%	14,9%	80,1%
Sorriso	14,5%	33,9%	23,2%	28,3%	0,1%	1,4%	11,5%	87,1%

(IBGE – Resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017)

Tabela 44: Evolução da área plantada e da quantidade produzida de soja e milho em Sorriso (2000 a 2017)

	2000		2010		2017	
	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (ton)	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (ton)	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (ton)
Soja	360.000	1.188.000	608.000	1.814.400	620.000	2.157.600
Milho	55.780	131.529	230.120	1.058.720	529.320	3.841.566

(IBGE – Pesquisa Agrícola municipal)

Tabela 45: Evolução do rebanho de suínos e galináceos em Sorriso (2000 a 2017)

Rebanhos (cabeças)	2000	2010	2017
Suínos	63.000	202.534	268.407
Galináceos	68.956	1.875.035	12.627.907

(IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal)

Tabela 46: Evolução da produção da aquacultura em Sorriso (2013 a 2017)

	2013	2017
Produção total (kg)	21.524.098	6.488.484
Valor da produção (mil reais)	107.557	34.821

(IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal)

A despeito da hegemonia esmagadora da agropecuária comercial de grande porte, existe marginalmente em Sorriso uma agricultura familiar dedicada tanto à produção de soja para usinas de biodiesel ou para firmas regionais, quanto à produção de leite, hortaliças e frutas direcionados a merendas escolares e feiras populares na cidade. Segundo relatório sobre a agricultura familiar em Mato Grosso produzido em 09/2015 pela Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER/MT), existiam em Sorriso 428 famílias distribuídas em 4 assentamentos de reforma agrária e 158 famílias com sítios e chácaras em 13 “comunidades tradicionais”, perfazendo um total de 586 estabelecimentos de agricultura familiar no município. Segundo este documento, foram considerados agricultores familiares todos aqueles que detêm qualquer título de posse de terra igual ou inferior a quatro módulos fiscais (equivalente em Sorriso a estabelecimentos com até 360 hectares) e executam trabalhos na atividade agropecuária predominantemente com mão de obra de membros da família, podendo empregar trabalhadores assalariados eventuais em número igual ou inferior ao de trabalhadores familiares e alcançar renda bruta anual segundo normativas vigentes (equivalente ao valor de R\$360.000,00 em 02/09/2015) (Empaer, 2015)

Tabela 47: Assentamentos de reforma agrária e número de famílias assentadas em Sorriso em 2015³⁵

Assentamentos	Número de famílias
PCA Chão do Amanhã	25
PA Santa Rosa II	178
PA Jonas Pinheiro	216
PE Cinturão Verde	9
Total	428

(Empaer, 2015)

³⁵ Existem diversas modalidades de assentamentos de reforma agrária reconhecidas pelo Incra. Dentre as mencionadas na tabela 48, os Projetos de Assentamento Federal (PA) são aqueles em que a obtenção de terra, a criação do projeto e a seleção dos beneficiários são de responsabilidade da União através do Incra. Por sua vez, os Projetos de Assentamento Casulo (PCA) são criados pelo município ou pela União, distinguindo-se pela proximidade aos centros urbanos e por desenvolver atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas. Por fim, os Projetos de Assentamento Estadual (PE) são aqueles em que a obtenção da terra, criação dos projetos e seleção dos beneficiários são responsabilidade dos estados (Fonte: incra.gov.br)

Dentre os assentamentos de reforma agrária no município de Sorriso destaca-se primeiramente pelo número de famílias assentadas e pela proximidade ao núcleo urbano o Assentamento Jonas Pinheiro, conhecido popularmente como Assentamento Poranga. Segundo reportagem do jornal *Folha do Cerrado*, em agosto de 1998 cerca de 350 famílias ocupavam as margens da BR 163 cerca de 20 km ao norte da cidade de Sorriso para reivindicar a desapropriação da Fazenda Poranga, então uma área improdutiva (*Folha do Cerrado*, “Acampados, a luta de um povo por um futuro melhor”, 12/9/1998). Entrevistas com lideranças locais e consultas às atas de reuniões da época indicam participação do então prefeito José Domingos Fraga Filho na organização desta ocupação, dado o interesse da proprietária em desfazer-se da fazenda após a morte de seu esposo. Em novembro de 2001 ocorreu a desapropriação para fins de reforma agrária da área de 7 mil ha (dos quais cerca de 3.400 ha encontram-se no município de Sorriso e 3.600 ha no município de Vera), dividida inicialmente em 209 lotes de 20 a 35 ha segundo o Plano de Desenvolvimento dos Assentados (PDA), redigido no segundo semestre de 2002. Segundo lideranças locais, ao final de 2014 um georreferenciamento demonstrou que o assentamento ocupava apenas 2.600 ha da área originalmente desapropriada em Sorriso, estando o restante da antiga fazenda sob domínio de grandes proprietários rurais vizinhos. Sucederam-se então ocupações e reintegrações de posse desta área de propriedade da União ilegalmente invadida por fazendeiros, ampliando as tensões no entorno do local. Pouco após a deflagração da Operação Terra Prometida mencionada no capítulo anterior, em 02/12/2014 um grupo bloqueou a BR163 pedindo envio de representante do Incra para tomada de medidas protetivas em favor dos assentados da Gleba Poranga, em resposta às ameaças de fazendeiros que estariam pressionando os moradores da área (*Folha do Cerrado*, “Manifestantes bloqueiam BR 163 em Sorriso”, 04/12/2014). Durante nosso trabalho de campo em 07/2018 e 07/2019, os acampamentos Alvorecer e Pé no Chão seguiam ocupando esta área vizinha ao assentamento Jonas Pinheiro em Sorriso.

Ainda dentre os assentamentos de reforma agrária apresentados na tabela 48 destaca-se também pelo número de famílias assentadas o Assentamento Santa Rosa II, localizado no Distrito de Boa Esperança cerca de 140 km ao leste da cidade de Sorriso. A área então improdutiva começou a ser ocupada por trabalhadores rurais em 1997, em meio a negociações entre o INCRA e os irmãos Antônio e Mário Conselvan para que se realizasse um contrato de comodato com a associação formada pelas famílias sem-terra. Segundo Cristiano Desconsi, uma parte desta área com cerca de 17 mil hectares foi

desapropriada em 1999 para dar origem ao Assentamento Santa Rosa II, dividido originalmente em 177 lotes que variavam entre 70 ha e 100 ha (Desconsi, 2011, p. 71). Uma segunda parte da fazenda com cerca de 25 mil hectares passou a ser disputada ao longo da década de 2000 entre as famílias sem-terra e o proprietário Dante Conselvan, em meio à súbita valorização das terras da região devido ao avanço da lavoura da soja. Em 2011 o Incra arquivou em definitivo os processos administrativos que tratavam da proposta de desapropriação para fins de reforma agrária da Fazenda Santa Rosa I, argumentando que o imóvel possuiria baixa fertilidade natural, carência generalizada de nutrientes, alta porcentagem de solos arenosos e níveis elevados de alumínio, inadequados a agricultores familiares sem os recursos financeiros suficientes ou a assistência técnica adequada para adotar as práticas agrícolas recomendadas neste cenário (Mídia Jur, “Incra encerra processo de desapropriação de área”, 21 de julho de 2012). Durante o mês de abril de 2012, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou bloqueios da rodovia BR 163 para exigir do Incra uma solução às famílias sem-terra em diversos acampamentos no estado, incluindo as da Fazenda Santa Rosa I. Ainda assim, em julho de 2012 foi realizado um mandado de reintegração de posse que encerrou 14 anos de disputa pela área e retirou as cerca de 300 famílias que a ocupavam (Olhardireto, “Cerca de 130 policiais cumprem mandado de reintegração em fazenda ocupada”, 17/07/2012).

Merece menção neste conjunto ainda o Projeto de Assentamento Casulo Chão do Amanhã, localizado às margens da BR 163 cerca de 8 km ao norte da cidade de Sorriso. O Projeto Casulo é uma modalidade descentralizada de assentamento do Incra realizada em parceria com os municípios para estimular a oferta de alimentos no mercado local. Nesta iniciativa o poder municipal torna-se o responsável por identificar a demanda, indicar beneficiários em potencial e a área a ser utilizada e buscar parcerias para viabilizar a assistência técnica e a capacitação das famílias assentadas (Desconsi, 2011, p. 64-65). No PCA Chão do Amanhã, cerca de 25 famílias foram distribuídas a partir do ano 2000 sobre 80 hectares de terra em uma área inteiramente eletrificada e irrigada com o objetivo de produzir durante 12 meses no ano hortifrutigranjeiros voltados ao núcleo urbano (Folha do Cerrado, “Projeto Casulo Chão do Amanhã é realidade”, 14/04/2000). Produtores pontuais deste projeto organizados em torno da Associação de Produtores Orgânicos de Sorriso (APOS) vêm buscando viabilizar pequenas produções certificadas de alimentos orgânicos encravadas em meio à grande monocultura de grãos.

José de Souza Martins nos oferece uma caracterização precisa acerca do sujeito da reforma agrária que pode nos ajudar a decifrar os equilíbrios e conflitos que marcam a situação marginal destes assentados envoltos pela hegemonia do “agronegócio”. Segundo Martins, a pequena agricultura em meio à sociedade tradicional rural brasileira sempre foi uma forma adjetiva de acesso à terra, subsidiária à reprodução do latifúndio e da agricultura de exportação e mediada pelo pagamento de renda da terra pelo camponês. Com a crise desta sociedade tradicional rural em meio ao crescimento urbano industrial especialmente a partir da década de 1950, ocorreu no país uma ampla valorização fundiária (seja como meio de produção, seja como reserva de valor) que acirrou bloqueios à terra de trabalho para massas deserdadas e desenraizadas do campo com múltiplas e heterogêneas trajetórias ocultadas sob a denominação genérica de trabalhadores sem-terra (Martins, 2009, p. 14-15). Como resultado, o sujeito da reforma agrária caracteriza-se por uma identidade familística, amparada em uma concepção de família ampliada que abarca desde laços consanguíneos imediatos até vínculos de afinidade e parentesco simbólicos. Para este sujeito a luta pela terra é a luta contra a desagregação de relações sociais tradicionais, contra o estilhaçamento de relações familiares e vicinais, contra a incerteza do desenraizamento e a perda do lugar de referência característica de periferias urbanas. O processo de ocupação da terra é para ele a tentativa de reunião dos fragmentos de uma comunidade residual e suspensa, constituída virtualmente por redes de vizinhança e parentesco por onde circulam informações acerca de oportunidades de acesso à terra (Martins, 2009, p. 24-25). Por um lado, tal luta pela terra possibilita ao acampado e ao assentado de reforma agrária o reavivamento da memória de um modo de viver e trabalhar típico do mundo tradicional rural marcado por relações sociais imediatamente pessoais. Por outro lado, tal luta pela terra é tensionada seja pela mercantilização de relações sociais evidente em frequentes processos de compra e venda da posse de lotes de reforma agrária, seja pelo abismo entre gerações alimentado pela sociabilidade de jovens cujos núcleos de referência são crescentemente urbanos e avessos às tradições de gerações anteriores (Martins, 2009, p. 31-32). Para além de resultados econômicos imediatos, a experiência de assentamentos de reforma agrária refere-se às perspectivas e aos obstáculos da reprodução social de sujeitos marcados por temporalidades históricas desencontradas, dotados de uma identidade fragmentária tensionada entre a permanente corrosão de seus vínculos e concepções comunitárias (a levá-los do campo para a cidade) e a contínua resistência à reificação de seus modos de vida e trabalho (a leva-los a cidade ao campo).

Cristiano Desconsi descreve com detalhes esta tensão permanente entre estratégias e obstáculos no acesso à terra entre chacareiros com áreas de 2,5 a 10 hectares e assentados de reforma agrária com áreas de 50 a 200 hectares na região de Sorriso. Segundo o autor, estes pequenos produtores concebem simultaneamente sua terra como central à reprodução de sua família e à autonomia de seu trabalho, mas também como um ativo líquido em meio à frenética especulação fundiária que tanto aumenta a riqueza percebida dos já instalados quanto limita a perspectiva de novo acesso à terra na região. Em um contexto de escassez de recursos e acesso limitado a crédito e assistência técnica, são recorrentes relatos acerca de famílias de trabalhadores rurais originalmente assentadas que vendem suas “concessões de posse” em assentamentos de reforma agrária e dirigem-se mais uma vez a periferias urbanas ou migram rumo ao norte em busca de novas terras. Segundo Desconsi, para migrantes que têm poucos recursos amealhados como trabalhadores assalariados ou através da venda de uma área anterior na região de origem, tais lotes em assentamentos são vistos como uma oportunidade viável de acesso à terra uma vez que se trata de uma transação informal em que não existe escritura do imóvel (Desconsi, 2011, p. 95).

Dentre estes sujeitos os relatos destacados pelo autor explicitam um estreitamento da autonomia de agricultores familiares em meio à expansão das lavouras de soja e milho, o que não exclui que chacareiros e assentados mobilizem diferentes articulações para que as novas gerações conquistem acesso à terra de trabalho para a reprodução de sua família. No que diz respeito a chácaras e assentamentos próximos às principais cidades da região, Desconsi destaca que o processo de urbanização estimulou a produção de laticínios, carnes e hortaliças para abastecer os consumidores do núcleo urbano, mas ao mesmo tempo ampliou a pressão sobre pequenos produtores rurais fagocitados pela proliferação de loteamentos e pela concorrência com grandes supermercados e empresas atacadistas. No que diz respeito a assentamentos mais distantes das principais cidades da região, Desconsi destaca que a formação de redes envolvendo familiares e vizinhos possibilitou composições de recursos em patamares mínimos para tocarem lavouras de soja e milho, ampliando a renda à disposição de assentados mas subordinando-os crescentemente a mecanismos de controle por firmas e revendas agrícolas sobre sua terra e seu trabalho. Pressionados pela acelerada concentração de terras e capitais em municípios no entorno de Sorriso, pequenos produtores rurais veem-se assim tensionados entre permanecer ou deslocar-se para “terras novas” para manter seu modo de vida dentre as novas gerações:

“Vimos que conduzir lavouras apresentava um caráter ambíguo entre, de um lado, a possibilidade e a expectativa de acumular riquezas ao longo do ciclo de vida de modo a permitir sua transferência para os filhos e, de outro lado, a ameaça constante da perda da terra em razão do endividamento particularmente junto às firmas e revendas agrícolas. Nesse sentido, a conversa com muitos assentados que ‘não plantavam’ [isto é, não tocavam lavouras de soja e milho], mas cediam suas terras a outros ou integravam algum arranjo formado por outros produtores, sempre dava destaque a essas ameaças [...] Raramente, no universo de pesquisa, a transmissão da terra dos pais para os filhos significava a transmissão da mesma unidade territorial. Em algum momento do ciclo de vida, o processo de transmissão envolveria transformar a terra em outros bens e serviços associados à ‘colocação dos filhos’, como casas na cidade, terrenos, veículos, estruturação de pequenos negócios, estudo e assim por diante. Contudo, cabe assinalar que em muitos casos em que os filhos/as haviam tomado esse rumo, isso não se tratava de uma via sem volta, pois a depender das circunstâncias, estes poderiam restabelecer os vínculos com a exploração agrícola. Em inúmeros casos, transacionar ‘terras velhas’ para adquirir parcelas nas ‘terras novas’ era parte do próprio processo de transmissão” (Desconsi, 2017, p. 251-252)

A continuidade desta marcha de pequenos produtores rurais em direção a "terras novas" para reproduzir seu modo de vida e trabalho dentre as novas gerações dependeu entre as décadas de 1990 e 2000 da abertura de novos assentamentos de reforma agrária, a forma de retorno à terra mais viável a esta parcela da população com pouco ou nenhum recurso em meio a um contexto de valorização fundiária acelerada, como já destacado. Dentre os relatos expostos por Desconsi, os próprios assentados visualizam como uma das principais ameaças a sua existência em médio e longo prazos a diminuição do ritmo de criação de novos projetos de assentamentos a partir da segunda metade dos anos 2000 no Mato Grosso como um todo e na microrregião do Alto Teles Pires em particular. Segundo o autor, a principal preocupação destes assentados refere-se à concentração da terra em mãos de grandes empresários e fazendeiros do meio norte mato-grossense, capazes de avançar sobre antigas pastagens do estado com o apoio de políticas públicas. Ainda que destaque as estratégias de sobrevivência e reprodução social de pequenos produtores rurais em Sorriso e em municípios próximos, Desconsi conclui sua pesquisa com relatos de assentados segundo os quais o espaço nesta região estaria “ficando apertado” para manter ou ampliar terras em uso direta ou indiretamente por suas famílias (Desconsi, 2017, p. 287).

Com base nestes dados e referências, analisaremos a seguir trechos de entrevistas realizadas em 07/2018 e 07/2019 com chacareiros, assentados e acampados em Sorriso. Foram realizadas no total 30 entrevistas com famílias de trabalhadores rurais neste município, seja nos lotes e chácaras onde moram e trabalham os entrevistados, seja durante as feiras populares que ocorrem regularmente em diferentes pontos desta cidade. Ativemo-nos especialmente a chacareiros no entorno do núcleo urbano e a famílias de trabalhadores rurais dos assentamentos Jonas Pinheiro e Chão do Amanhã, que possuem um intercâmbio regular com as pessoas, os espaços e os serviços na cidade de Sorriso. Em contraponto, não mobilizamos contatos no assentamento Santa Rosa II localizado em uma área mais distante da sede do município e com pouca interação com sua vida urbana, o que infelizmente nos impediu de conhecer pequenos sojicultores familiares deste local. O objetivo da análise das entrevistas será retratar as múltiplas origens e trajetórias dos agricultores familiares neste município, suas estratégias para ter acesso à terra de trabalho e seus desafios para se manter em suas propriedades em meio a um oceano de grãos. Buscaremos em especial ilustrar a percepção destes trabalhadores acerca da permanência e da corrosão do mundo tradicional rural em meio ao processo de urbanização, acompanhando o caminho que os levou do campo à cidade e as oportunidades que lhes permitiram retornar da cidade ao campo ao longo de suas vidas.

Corrosão e permanência do mundo tradicional rural em meio à urbanização

A maior parte das pessoas entrevistadas para este capítulo descreve ter vivido junto a suas famílias um ou mais movimentos pendulares entre os espaços rural e urbano. Via de regra, suas narrativas remontam inicialmente ao trabalho familiar em atividades agropecuárias nas regiões Sul ou Nordeste seja em terras próprias, seja em terras alheias. Diferentes formas de perda do acesso à terra aparecem em suas falas com amplas ramificações econômicas e simbólicas, em meio à migração para o Mato Grosso e a experiências de maior ou menor duração com o trabalho assalariado e o espaço urbano. Como ilustram os trechos de entrevistas a seguir, contudo, tal corrosão da sociabilidade característica do mundo tradicional rural não exclui a permanência de valores e noções atrelados à busca por terra de trabalho e pelo resgate de relações familiares e comunitárias. Como veremos ao longo de todo este capítulo, em meio ao processo de urbanização do campo reproduzem-se ecos e fragmentos de modos de vida camponeses que assumem a forma de feiras populares, hortas comunitárias, acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, assentamentos de reforma agrária ou pequenas chácaras familiares.

“Eu nasci em Cascavel, Paraná. Meus pais tinham três hectare e pouco, não chega a quatro hectare, era um pedaço pequeno. Lá no Sul é pedaços bem menores, né? Sitiante lá é dois hectare, três hectare, cinco hectare. Daí a linha de luz passou por lá e eles tiveram que ser remanejados. Eles foram indenizados pela terra e foram para a cidade. Nós ficamos na cidade uns 10 anos mais ou menos, meus pais montaram um comércio, um açougue. Meu pai fez montou uma mecânica e quando ele veio para o Mato Grosso, ele veio com a mecânica, não foi para sítio. Nós só voltamos para sítio, eu e ele, no assentamento. Ele tinha sonho de terra, mas a minha mãe era uma pessoa da cidade. Aí cortou ele a vida toda do sítio. Só no finalzinho da vida dela eles vieram pra um sítio, ela faleceu logo depois né? O resto da minha família não tem nada a ver com sitiante, os meus irmãos não gostam, não se identificam com propriedade rural, de jeito nenhum. Todos são mais da cidade, só eu e meu pai somo bichinho do mato. Se você for lá você vai ver, setenta e quatro ano e ele toca meio mundo de coisa. Ele vai dar trabalho, a gente vai precisar de uma esteira para tirar o corpo dele quando ele falecer de lá...” (Assentada no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

“Meu pai tinha 20 alqueire lá no Paraná, em Terra Roxa. Aí dois caras falaram pra ele que dava 2 mil hectares no Mato Grosso em troca daquela terra. Meu pai não conhecia pra cá, foi lá e fez o negócio. Quando chegou com a mudança, aquilo era só areia, cê plantava milho não dava, cê plantava abacaxi não dava, cê plantava mandioca não virava. Isso foi 72, 73... Meu pai pegou e mudou pra Nobres, foi trabalhar em uma fazenda. Quando eu nasci, nós veio embora pra Rondônia, lá ele pegou um lote do INCRA em Pimenta Bueno, viveu até os sessenta ano lá em cima. [...] Eu saí de casa com dezessete anos e fui trabalhar em empresa de ônibus em Porto Velho, pra fazer manutenção de freio. Fui pegando conhecimento, já me ponharam de chefe da oficina e fui melhorando. Sobrava dinheiro da oficina, cara solteiro não gasta muito, né? Aí eu pegava e ajudava minha família no sítio, comprava as coisa e levava pra casa, pra ajudar, né? Até que foi abrindo o sítio, foi comprando gado, começou a mexer com leite e eu voltei de volta pro sítio de novo. [...] Os meus filhos já são diferente, eles vêm mais pelo lado da oficina do que do sítio, eles já não têm aquela mesma criação que eu. Devido eu ter trabalhado muito tempo na cidade, eles já têm uma outra percepção da vida, não tem muito interesse pela agricultura, né?” (Assentado no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

Para além de seu significado imediatamente econômico, a perda do acesso à terra de trabalho aparece em determinados relatos vinculada à corrosão das referências culturais da autoridade paterna e, no limite, à completa implosão de relações familiares. Os trechos de entrevistas destacados a seguir exemplificam este caráter por vezes trágico do processo migratório, referindo-se a figuras paternas que se tornaram “tipo andarilhos”, “perderam o juízo”, “queriam ficar sós”, “ficavam num canto”, como em estado de luto. Dentro deste contexto, os dois depoimentos descrevem desde a perspectiva feminina um relativo esgarçamento da moral patriarcal e conservadora caracteristicamente camponesa, abrindo espaço tanto a novas relações afetivas quanto a quadros de completo abandono. Situações de superexploração da força de trabalho de mulheres descritas em nosso primeiro capítulo mostraram-se extremamente difíceis de abordar em nossas entrevistas, mas parecem por vezes se delinear em meio às reticências que permeiam certos relatos. Com base nestas experiências é possível inferir que, para além da busca de alternativas estritamente econômicas, o desejo de retorno à terra está enraizado em afetos profundos e serve de substrato a tentativas de reconstrução de uma sociabilidade estilhaçada por processos frequentemente traumáticos de espoliação:

“A família do meu pai tinha terra lá em Minas, mas os irmãos venderam tudo e acabou tudo. E o meu pai ficou tipo andarilho, ele queria ficar só... Ele ficava num canto, quando algum falava ‘*Ah, tal lugar é bom, vamo pra lá?*’ Ele não pensava duas vez, ele ia. E a gente era tudo moça nova ainda, tinha a mais nova, tinha a mais velha e eu era a do meio. E nós não queria vim pra Terra Nova, daí eu falei assim ‘*Pois um dia que um rapaz me chamar eu pra fugir, eu não espero duas vez*’. E sabe o que que aconteceu? Quando eu cheguei ali em Terra Nova, a mãe mandou eu lavar roupa pra senhorinha ali do lado e eu não tinha costume de tirar água do poço... E eu tirei, lavei as roupa e eu não conseguia mais nem respirar no outro dia de dor nas costas. Aí me levaram pra benzer... E nisso tava o rapaz, que ia me levar, começemo conversar. E o pai era daqueles antigo, nós não ficava assim perto um do outro, era distancia daqui lá. Aí conversamo tudo, eu comecei a namorar com ele naquela semana e ele chamou eu pra fugir. E eu não fui? Logo quando eu fugi, nós fomo pra Peixoto, aí começou a batalha, viu? A malária pegou, nós plantava uns arrozal, nós oiava e voltava, não conseguia colher, os dois tava ruim de malária” (Assentada no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

“Eu nasci no Tuneiras do Oeste, no Paraná. Naquele tempo era terra arrendada que meu pai tinha, ele plantava de tudo, arroz, feijão, milho... Meu pai sempre morou em terra arrendada por que não tinha condições de comprar uma terra, né? A gente saiu do Paraná eu era pequena ainda, a gente acabou de se criar no Mato Grosso do Sul. Foi lá que a minha mãe daí morreu, eu tinha quatorze ano. Depois que minha mãe morreu meu pai perdeu o juízo assim, sabe? A gente foi pros lado de Rondônia, lá meu irmão casou e a minha irmãzinha mais nova morreu. Meu pai ficou desgostoso, daí ele deu os filho que sobrou, deu eu e minha irmã pra uma mulher. Essa mulher judiava muito da gente, sabe? Eu e a minha irmã, nós fugimos dessa mulher e fiquemo assim, sabe? Fiquemo andando... Crescemo, trabalhamos pros outro, pra lá e pra cá, até que eu voltei pra trás, vim pro Mato Grosso onde meu irmão tava trabalhando. Minha irmã não quis vim, ela ficou lá. Eu era solteira ainda, nem era casada, fui pra trabalhar na serraria junto com os homem ali, sabe?” (Assentada no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

A passagem pelo garimpo também aparece em diversas entrevistas como um episódio fundamental em meio ao conturbado e violento processo de proletarização de trabalhadores rurais em Mato Grosso, tal como analisamos em nosso primeiro capítulo. Entre o final da década de 1970 e o início da década de 1990, a experiência do garimpo permitiu aos trabalhadores especialmente homens a preservação de relativa autonomia de trabalho paralela à acentuação da corrosão dos nexos morais do mundo tradicional rural. O fluxo migratório acelerado, o contato episódico com grandes quantidades de ouro, os gastos exuberantes e a proliferação de prostíbulos, a banalização da violência e da morte compõem um quadro de intensa desorganização do universo cultural camponês frequentemente interpretado como evidência do caráter mágico e amaldiçoado do ouro. José de Souza Martins destacou mais de uma vez o fato de que o dinheiro e a mercadoria tendem a aparecer no imaginário camponês como expressões de forças maléficas dotadas de poder próprio, como um perigo fora do controle das pessoas, uma vez que o mercado atravessa suas relações sociais não raro de maneira desagregadora (Martins, 2002, p. 73). Neste contexto, os trechos de entrevistas abaixo descrevem o início e o fim do surto de atividade garimpeira que tomou o norte mato-grossense ao longo da década de 1980, oferecendo dois claros exemplos do característico ciclo entre “bamburrar” (encontrar grande quantidade de ouro) e “blefar” (ver a riqueza encontrada escapar de suas mãos) que marca a maior parte das narrativas sobre este período.

“Eu fui trabalhar em uma firma daí Tucuruí e lá eu vi os maranhenses falar em garimpo em Alta Floresta. Aí eu trabalhei na Camargo Correa seis mês, comecei pensar nisso daí, cara novo, tinha vinte e oito anos... Só que eu fui pra garimpo de mergulho, garimpo de mergulho não dá, garimpo de mergulho é perigoso demais. Eu já vi cara morrer fazendo sinal que era ouro puro que tava montado debaixo daquelas pedra, a pedra rolou, fechou ele, ficou preso, ficou preso e não conseguia... Depois eu trabalhei nessa firma desse cara lá do Rio de Janeiro, lá dentro peão roubava bastante também, por que não tinha outro meio de, de... Muito ouro, muito ouro, muito dinheiro e o povo quer aliviar um pouco. Lá o avião da firma não podia levar o ouro e aí o peão escondia o ouro no meio do mato. Ganha fácil e gasta fácil também, gasta a tóa, gasta andando de avião, gasta carregando draga pra um lado e pro outro. O povo do garimpo é amaldiçoado, muito ouro, muito ouro, muito ouro... Fiquei dez anos no garimpo, fiz ouro e sai de lá, a única coisa que me sobrou do garimpo foi essa véia aí [aponta a esposa], que eu achei ela no garimpo. E a dor nas costas de carregar motor” (Assentado no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

“Nós somos lá de Vitorino Freire, no Maranhão, eu sou de lá, mas isso há muitos anos atrás, eu tinha quatorze anos quando a gente veio. Primeiro a gente trabalhou com garimpo no Pará, aí lá meu esposo adoeceu e nós viemos pra Peixoto que era onde minha mãe morava. E ali... foi muito difícil, muito difícil mesmo. Cê sabe o que é você tá num meio de um mar, que você olha, você lá do barco: *‘Eu não sei nadar, vou morrer afogada’*. Você olhar pro lado, você não ter remo, você não ter nada, você tá entendendo? Então essa é a nossa grande dificuldade ali, que lá não tinha aonde você socorrer, naquela época [início dos anos 1990] tava muito difícil. Cê ia atrás do serviço, cê não arrumava nada, nem um quintal pra você dizer assim: *‘Me arruma esse quintal pra eu limpar pra tu me pagar’*. Tinha, mas as pessoas não tinha como pagar. Então a cidade foi muito massacrada, sabe? As pessoas que viveram ali sabe contar na pele o que passaram... E de Peixoto a gente veio pra cá. Meu marido veio primeiro, ele e meus irmão alugaram uma casinha mais uns conhecidos, pessoas, pais de família que tavam ali passando muita necessidade. A minha irmã vendeu a bomba do poço até pra pagar as passagem pra vim. Ela trabalhava de cozinheira ali no posto Sorrisão, na lanchonete, e ela vendeu a bomba do poço dela pra pagar as passagem de pessoas amiga pra vim pra cá pra Sorriso” (Assentada no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

A maioria dos trabalhadores rurais acampados e assentados entrevistados para este capítulo relatou ter trabalhado grande parte de suas vidas como assalariados, com destaque para atividades envolvendo serraria, movimentação de carga e catação de raízes. Seus relatos invariavelmente remetem a relações de trabalho carregadas de grande tensão em que o reconhecimento prático de um mínimo de direitos sociais e trabalhistas era mediado por situações de violência latente ou explícita mais que por garantias contratuais. Os dois trechos de entrevistas destacados abaixo oferecem nítidos exemplos da dinâmica da luta de classes em meio ao cotidiano do trabalho em fazendas no estado do Mato Grosso em geral e no município de Sorriso em particular entre as décadas de 1980 e 1990. Merecem especial destaque suas menções a mecanismos de coerção extra-econômica que ecoam as relações de super-exploração de trabalhadores rurais descritas em nosso primeiro capítulo.

“Trabalhei muito em serraria, trabalhava das seis às doze, descansava uma hora, pegava uma hora da tarde e ia até as seis da tarde. Direto. Eu trabalhava em carregamento de caminhão e o patrão cada vez mais rico e a gente cada vez mais pobre. Salário que eu me lembro, eu ganhava menos de um salário, quando era pra receber um direitinho tinha que ponhar no advogado, advogado já ia pegar logo a metade, era aquele rolo todo. O serviço sempre forçado, tudo braçal, não tinha nada de máquina, tinha nada de... É trabalho escravo mesmo, ainda bem que acabou, agora o Ministério do Trabalho anda ponhando uma fiscalização, né? Mas de primeiro esse Mato Grosso aqui era feroz... Eu cheguei numa fazenda pra fazer uma empreita de cerca mais o meu pai, aí o gerente da fazenda queria acordar nós na base da vara, do reio. Aí nós falou ‘*Senhor andou acordando pessoal aí, mas nós cê não vai acordar no reio, não...*’ Nós tava em seis irmão, o mais véio era eu, ele chegou dentro do barracão gritando, com um revolver no bolso, aquele trinta e oito assim, pra intimidar, com o reio na mão. Esse mesmo deu trabalho pra nós receber dele, teve que ameaçar botar fogo em barracão, em trator, pra poder receber. [...] Catação de raiz, nós pegava as empreita, né? Nós fazia 1.000, 2.000 hectares que era bastante irmão, né? Seis, sete irmão, arrumava mais uns quatro, cinco pessoal e nós ia pros barraco no meio do mato. Eu abri muitas fazenda em Sorriso aí... E hoje a gente encontra esses fazendeiro, eles baixa a cabeça quando vê a gente com medo da gente pedir alguma coisa. Eles fica olhando pra nós com medo, sabe?” (Assentado no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

“Quando eu cheguei de Sorriso, de começo eu fui trabalhar de ensacador, uns chamam de saqueiro, outros fala chapa, outros fala estivador... Tem o ponto de chapa, né? Num determinado lugar, debaixo duma arvore, fica por exemplo, dez, quinze chapa. Aí chega uma carreta pra descarregar, de adubo, de piso, que seja tela, qualquer material, né? A gente combina um preço pra descarregar aquela carga, cê vai lá, descarrega, terminou, o fazendeiro paga ali, pronto. Amanhã se chega outra carga e você não tá lá no ponto, o fazendeiro pega outros que tá lá. Ele não tem aquele compromisso, ‘*não, é fulano de tal*’, não existe isto, é aquele que tá lá na hora, é aquele lá. [...] Catar raiz é aquela terra nova que o fazendeiro tá abrindo, quando ele gradeia a terra, sobe tudo aquela raizada por cima da terra, então a gente vai lá e combina um preço por hectare com o fazendeiro, cê ajunta aquelas raiz, tudinho os monte, queima, entrega tudo queimado, combinado por hectare. Pensa num serviço judiado, você tá no meio de um terreno, 1.000, 2.000 hectare, sem ter uma arvore pra você pelo menos almoçar de baixo, né? A terra é quente, muitos consegue uma botina, outros não consegue... Andando naquela terra quente sessenta dia, noventa dia, quatro mês catando raiz. Porque passa aquela grade, cê cata, daqui a pouco vem a grade de novo, gradia de novo, sobe outro tanto de raiz. [...] Teve uma fazenda aqui que até teve um tropeço, isso foi em 1995. A coisa tava meia brava, tinha gente que falava que nós não conseguia nem sair, né? Mas quando começou a esquentar um pouco, aí o fazendeiro afrouxou a calça, pagou todo mundo, nós foi embora e não teve violência. Mas a coisa lá não era bem fácil não...” (Assentado no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

Resultante da crise do mundo tradicional rural, o processo de urbanização aparece nos discursos dos trabalhadores entrevistados de uma maneira marcadamente ambígua. Por um lado, o núcleo urbano aparece aos acampados, aos assentados e aos chacareiros do município de Sorriso por nós entrevistados como um polo de atração inescapável, que concentra a maior parcela de serviços básicos bem como o mercado de insumos e o mercado consumidor daquelas mercadorias produzidos por estes agricultores familiares. Neste contexto, o intercâmbio estreito com o universo urbano impõe especialmente às gerações mais jovens uma ressocialização que leva a atritos e ressentimentos com as gerações mais velhas ao colocar em xeque a reprodução da terra de trabalho da família. O espaço urbano como um polo de reunião e encontro parece oferecer aos mais jovens atividades de lazer e perspectivas de qualificação que tendem a torná-los distantes dos

trabalhos agropecuários predominantemente braçais realizados dentro da parcela familiar. Os dois trechos de entrevistas destacados abaixo com chacareiros no entorno de Sorriso expressam ainda outra dimensão da atração gravitacional exercida pelo núcleo urbano, destacando o processo de fagocitose de chácaras pela expansão de loteamentos.

“Lá no Paraná a gente mexia com café. Aí me casei e fui pra Capitão plantar soja. Em 81 vim pra Alta Floresta, mexi dois ano com lavoura também, aí vi que num dava... Parti pra cidade, comprar galinha e vender na cidade. Depois que eu consegui uns troquinho, comprei uma chácara na beira da cidade. Ali o que cê plantava, vendia. Cada dois dias, três dias, era dez, doze caixas de quiabo. Era acabar de colher, levava pra rua, vendia tudo. Mas lá o garimpo começou cair, o movimento começou cair... Aí meu cunhado morava aqui em Sorriso e eu vim aqui, dei uma oiada. Cheguei em 1992 e eu comprei dois lote aqui de 20x100, bem no centro da cidade [Bairro industrial], um era meu o outro eu arrendei, né? Hoje ali é uma indústria, sabe aquelas firma de bate estaca? Ali eu plantava cana, plantava horta, criava galinha... E prantava no lote dos outros também, ali perto do São José, hoje é cidade, daquele tempo era tudo chácara. Ali eu plantava feijão de corda, mandioca, amendoim, tudo o que você pensar pra vender na feira lá no centro...” (Ex-chacareiro, 07/2018)

“A chácara lá é 4,8 hectares, dá pra sobreviver, mas você tem que batalhar, porque se você vacilar, você não dá o giro não... Tem que começar as 5 horas da manhã e terminar noite escura. Nós temo cento e poucas cabeça de gado, na época da safra tem que ir nos armazém, pegar o resto de vagem, compensado de milho, os resto assim que sobra, por que se não você não tem pra comprar pro gado, se tiver que comprar tudo, não gira... Ó, eu falo a minha a opinião, daqui cinco, dez anos se não tiver a classe da nossa idade que toca uma chácara, os novo não querem, é muito serviço, eles não vão dá conta... Eu tenho dois filhos, um trabalha na vidraçaria e o outro no mercado, nenhum dos dois trabalha com nós. Eles não querem esse serviço, eles acham muito puxado, né? Gente nova assim, eles preferem um trabalho mais... Estudar, essas coisa assim. Eles não querem mais esse serviço sujo, né? De certa forma, é um serviço sujo [...] Nós tamo tentando vender, mas pra dentro da cidade... Porque não tem outro, os três lado é loteamento já, tem duas chácaras no meio só. Aí você não consegue vender pra chácara não, né?” (Chacareira, 07/2018)

Por outro lado, o núcleo urbano aparece a acampados, assentados e chacareiros entrevistados como polo de repulsão marcado pela violência e pela privação, pelo tumulto e pelo excesso, pela velocidade e pela desordem, pelo estranhamento de si e do outro. Neste contexto, à medida em que o campo urbaniza-se nas chamadas “cidades do agronegócio”, é possível ao mesmo tempo identificar diversas experiências em que o espaço urbano reproduz e reelabora os ecos fragmentários do mundo tradicional rural. Destacam-se neste contexto experiências de reprodução de hortas familiares ou comunitárias no interior do espaço urbano, espécie de reverso do processo de engolimento de chácaras pela expansão de loteamentos referida nos dois trechos de entrevistas acima. O primeiro trecho destacado abaixo é o relato de um senhor que nasceu em Nonoai no estado do Rio Grande do Sul, foi expulso junto de sua família das terras da tribo Kaingang ao final dos anos 1970, migrou para o Mato Grosso e participou da colonização em Terra Nova, trabalhou como assalariado em atividades de construção civil em Sinop e hoje mantém-se como jardineiro e atua em uma horta comunitária dentro do bairro São José. Desde a perspectiva de alguém que sintetiza diversos momentos da formação da classe trabalhadora mato-grossense, este senhor entende a cidade como espaço de opressão e violência em que se vê desligado dos ciclos e da temporalidade da natureza e de Deus. Por sua vez, o segundo trecho destacado abaixo é um relato de uma senhora acerca de seu trabalho na feira dos produtores do bairro São Domingos e na horta de sua família, localizada estrategicamente nas franjas da cidade em uma área tanto rural como urbana.

“Cidade nunca foi o meu lugar... Me criei no sítio, nasci no Sul, me criei no Paraná, minha vida sabe como que era? Era levantar 4:00hrs da manhã, tratar minha junta de boi, quando tava querendo clarear o dia eu já tava carcando no pescoço do boi, lavando, plantando trigo... A cidade pra mim é só opressão. Nunca cê tem um dia que fala: *‘É hoje que eu vou dar bem, amanhã vou dar bem’* Não... Sempre negativo. Cê num sabe, cê sai na rua, pode voltar vivo, pode não voltar, né? É isso a cidade, agora no sítio não, cê acorda cedo, vai tirar o leitinho da sua vaca, se a vaca não lhe der um coice na cabeça cê tá vivo, né? Cê tem toda a certeza que lá cê tá tranquilo, a não ser um ataque fulminante lá que cê morra, né? Mas se não, não... Agora na cidade cê tá correndo risco dia e noite, cê tá dentro da sua casa, cê não tá seguro, cê tá na rua, tá correndo risco. Agora lá em cima do teu pedacinho de terra, cê planta a cabeça no travesseiro você sabe *‘Se eu morrer é porque por Deus chegou minha hora’*” (Participante da horta comunitária do Bairro São José, 07/2019)

“A gente tem a horta da gente, eu trabalho até meio dia de doméstica, aí quando eu saio do meu serviço eu vou pra casa, aí eu dou banho nas minhas criança, arrumo eles, ponho na moto e levo eles pra escola. Deixo eles na escola, volto pra casa, aí vou ajudar meu marido na horta. É fazer muda, é carpir, é arrancar matinho das plantas, é mudar planta que tem que mudar, né? E é assim que é a nossa vida aqui. [...] Esta horta nossa fica lá nos fundos do Pinheiros II, quem vai pra pista do Motocross, fica à direita. Lá eu comprei os direito de arrendamento, que é as irrigação, o que tem ali por cima, o poço artesiano, a bomba, a caixa. Eu moro num barraco lá que é coberto de telha, colocaram piso, dois quartinho e uma cozinha, tem uma arinha que a gente fica lá pro lado de fora, né? A gente paga por mês R\$700,00 pro dono da terra, que na verdade a gente comprou só o direito de arrendamento, direito de tá em cima ali da terra, a terra bem em si, não é nossa, né? [...] Muita gente aglomerada, conversando me incomoda, eu gosto muito de ficar na terra, no mato, lugar que não tem muito movimento. E ali pra mim foi o ponto x, porque é um lugar que não tem muito carro passando toda hora, não tem barulho de moto toda hora, ali eu posso criar cachorro, eu tenho galinha, né? Se eu quiser criar passarinho, eu tenho passarinho... É na cidade, mas é ar livre, meio isolado, que não tá no centrão, né? Então eu gosto dali... Nossa! Eu tô no paraíso ali” (Feirante na feira do bairro São Domingos, 07/2019)

Figura 12: Hortas no interior do espaço urbano de Sorriso

Horta comunitária no bairro São José

Horta privada no bairro São Domingos

Os trechos de entrevistas destacados até aqui demonstram que o processo de urbanização do campo não é linear ou unívoco (ainda que predominante), na medida em que a demanda pelo retorno à terra de trabalho mantém-se como virtualidade histórica bloqueada, como resíduo social insubmisso, como necessidade radical invisibilizada. Dentro deste contexto, os três assentamentos de reforma agrária no município de Sorriso foram criados no final dos anos 1990 e início dos 2000 durante o segundo mandato do prefeito José Domingos Fraga Filho e o discurso hegemônico local credita a este político a criação ou o acirramento de conflitos sociais na cidade com base em interesses próprios. Segundo esta leitura, o prefeito conhecido como “Zé Domingos” teria protagonizado a formação de bairros populares periféricos e de assentamentos de reforma agrária com o objetivo de construir redutos eleitorais que o fortalecessem politicamente no município. Como veremos novamente a frente, este político de origem cuiabana de fato construiu seu espaço em meio à elite de origem sulista em Sorriso por meio da catalização de inquietações da população de origem nordestina envolvendo em especial terra e moradia. Entretanto, o discurso hegemônico local tende a minimizar ou ocultar a existência ou a relevância destas demandas populares, apresentando os trabalhadores como sujeitos facilmente manipuláveis e cronicamente incapazes de qualquer ação política autônoma. Em relativo contraponto a esta leitura, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo relata a experiência de participação de um trabalhador sem terra, hoje assentado no município de Sorriso, na ocupação que daria origem ao Assentamento Jonas Pinheiro.

Por sua vez, o segundo trecho destacado abaixo relata a experiência de trabalhadores que tiveram acesso a um lote neste assentamento através de sorteios realizados pela prefeitura, em uma representação da política de reforma agrária não como a conquista de um direito pelos trabalhadores mas como a concessão de um favor pelo poder público. Políticas de reforma agrária localizam-se assim em um espectro desde a ampliação ativa da noção de cidadania que abre fissuras em estruturas de poder oligárquicas até a subordinação passiva a procedimentos administrativos que reafirmam relações tradicionais de dominação:

“Quando eu fiquei sabendo da invasão, como eu sou um cara que todo tempo fui da roça, né? Como se diz, nasci na roça, porque naquela época lá no nordeste não existia esse negócio de médico, lá era na mão da parteira, né? E aí, a mãe da gente conseguia ter o parto no sítio mesmo, né? Então posso dizer que fui nascido na roça. E aí assim, é... Eu fiquei sabendo, aí como eu toda a vida tive a vocação pra isso, pra ficar na roça, aí me inscrevi no INCRA. Então, fui citado, homologado, e aí me deram esse pedacinho de terra lá. Da primeira invasão eu não fui, na segunda eu já fui. Foi doído, nós chegou, fechou a BR, caminhão querendo passar por cima de nós, todo aquele rolo e.... Mas é... É aquela coisa, apuro a gente tem que passar pra conseguir alguma coisa na vida, né? Mas foi muito humilhante, muito, muito mesmo. A gente tava no meio dum asfalto, mas a gente não foi lá com objetivo de violência, de jeito nenhum, né? E caminhoneiro, motorista, jurando de passar por cima da gente, outros falando em ponhar fogo em caminhão de óleo, aquela coisa... Muié grávida passando mal, criança passando mal, todo mundo com fome, com sede, pensa numa coisa desagradável, né? A discriminação era muito grande...”
(Assentado no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

“Eu trabalhava com serviço doméstico, quando nós conseguiu um serviço na granja, granja de galinha, sabe? Nós trabalhamos ali na granja cinco anos, aí entrou um conhecido nosso aqui, ele falou assim ‘*Seu Jamil, tão fazendo inscrição lá no sindicato lá pra pegar uma terra do INCRA, vai lá*’. Aí meu marido foi lá e fez a inscrição lá, sabe? Fez a inscrição, daí ele teve que mandar uma carta, daí eles mandaram outra de volta, aí tornaram mandar outra carta, daí falaram que nós ganhamos nossa terra. Mandaram falar que ia chegar o dia de entregar o papelzinho do lote, né? Nós fomos tudo lá no Domingão [estádio municipal], ponharam os papelzinhos tudo dentro de um cartão grande, chacoalharam, daí todo mundo enfiava a mão lá

e pegava o número do seu lote, né? Meu marido pegou o número do lote e nós fomo. No mesmo dia, era 3 horas da tarde, nós peguemo a bicicleta, cada um com uma bicicleta, ponhamo as coisa na garupa e fomo pro assentamento, eu, meu véio e o meu menino. Cheguelmo lá, nós vimos um conhecido nosso e passemos a noite com ele lá, deitado no chão dentro do mato, que nem um povo... No outro dia eu e meu véio fomo achar o número do lote, fomo abrindo, abrindo, que era tudo mato, né?” (Assentada no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

Dentre as clivagens e ambiguidades que subjazem às políticas de reforma agrária e estiveram presentes nas entrevistas que realizamos, destacam-se ainda os frequentes relatos de compra e venda de áreas dentro de assentamentos e mesmo de acampamentos. Reportagem de julho de 2011 do programa televisivo *Fantástico* relatou a venda ilegal de lotes nos assentamentos Cumuruxatiba e Jonas Pinheiro, nos municípios de Prado (BA) e Sorriso (MT) respectivamente, com suposta participação de funcionário do Incra³⁶. Segundo a reportagem, 54 dos 213 lotes no assentamento Jonas Pinheiro já haviam sido vendidos por pessoas originariamente beneficiadas, apesar do caráter inegociável do Contrato de Concessão de Uso que autoriza provisoriamente o uso e exploração das áreas. Como veremos novamente a frente, estes processos de compra e venda parecem indicar a adoção relativa por parte dos assentados de comportamentos rentistas em que a terra aparece não apenas como meio de trabalho familiar mas também como objeto de negócio. Por outro lado, como já destacado acima, esta é também uma importante via de acesso à terra tanto para trabalhadores que puderam acumular algum patrimônio em atividades assalariadas ou por conta própria nas cidades, quanto para filhos e filhas de agricultores familiares interessados em preservar o modo de vida e trabalho de seus pais no campo. Os dois trechos de entrevistas destacados abaixo ilustram experiências de mulheres que dedicaram a maior parte de suas vidas a atividades urbanas e que por meio da compra de lotes em assentamentos em Sorriso conquistaram seu acesso à terra:

36 Assim dizia a reportagem do Fantástico: “A certeza da impunidade é tão grande que gera situações peculiares como uma placa de ‘vende-se’ em um terreno [...] A equipe encontrou outro assentado interessado em passar o lote adiante. Seu Sena pede R\$ 140 mil pela área e diz que está barato. ‘Eu quero dez conto o hectare. Sabe por que eu quero vender? Porque eu quero aproveitar. Sou viúvo e quero mexer com outras coisas’, diz. Sena revela que tem esquema com alguém dentro do Incra para acobertar a venda, um homem com apelido de Brito. Brito é Lionor da Silva Santos, subchefe do Incra regional” (Sonotícias, “Sorriso: áreas públicas são vendidas ilegalmente”, 24/07/2011)

“Sempre fui da cidade, sempre fui urbana, né? Mas eu sempre tinha um sonho, né? De ter um sítio. O meu sonho era ter um sítio, poder catar fruta do pé, poder tirar o ovo do ninho da galinha, né? Não sei se é um sonho besta, se é um sonho bom, mas ... era um sonho que eu tinha, né? E graças a Deus eu me sinto uma pessoa realizada. Eu adquiri o sítio em 2007 lá no assentamento, né? Eu ainda tinha o comércio, tinha restaurante aqui na cidade, daí eu trabalhava aqui pra ir investindo lá, né? Porque sítio... Na verdade ele não dá muita coisa de venda, principalmente no início. Aí eu investi um pouco lá, meio bastante, né? Fui trabalhando, investindo, meu marido trabalhando lá e eu aqui na cidade, no comércio. Até que em 2011 eu resolvi mudar definitivamente pra lá, né? E aí lá a gente começou plantar, a gente planta fruta, goiaba, abacaxi, banana, maçã, coco e agora a gente tá na hortaliça também. Bastante variedade de hortaliça, melancia, pepino, abobrinha, alface, rúcula, cheiro verde, né? Que o pessoal chama de cheiro verde que é cebolinha e salsinha e coentro, né? E assim a gente tá tirando nossa renda, a gente vive hoje só lá do sítio” (Agricultora familiar no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2019)

“Eu nasci em Santa Catarina, lá a gente trabalhava na propriedade nossa mesmo. Quando deu os meus dezoito, dezenove anos fui conhecer a cidade, porque lá era pequena propriedade, então o que a gente produzia ali mal conseguia se sustentar, não tinha fundamento de futuro, né? Aí dali fui em busca de melhora pro Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves. Trabalhei em empresas, fábricas, lá era fábrica de móveis maior parte, né? Com o passar do tempo eu montei uma estética, tive dezoito anos de profissão, assim, bem sucedida, né? Mas existia um vazio muito grande dentro da minha pessoa, né? É uma busca por alguma coisa que eu não tava conseguindo fechar o que eu precisava... E dentro da estética a gente fazia todo o processo químico, de tudo um pouco, chegou um ponto que a minha saúde não resistiu mais, né? Esse foi um dos pontos que eu fui buscar a natureza... [...] Meu irmão veio primeiro pra Sorriso, ficou em torno de uns dois anos como técnico agrícola, foi sentindo as oportunidades. O pai veio conhecer, aí deu a ocasião de comprar uma pequena propriedade. Aí um tempo depois eu consegui também uma lá, próxima dele ali, tudo pequena, tudo mini, são 2.3 hectares que a gente tem lá” (Agricultora familiar no Assentamento Casulo, 07/2019)

Estas diferentes formas de acesso à terra de trabalho em assentamentos no município de Sorriso parecem apontar para uma diferenciação social interna crescente, na medida em que compradores de lotes mostram-se capazes de mobilizar recursos financeiros e culturais a que as demais famílias originalmente assentadas não têm acesso dadas as deficiências das políticas de reforma agrária implementadas pelo poder público. Diversos relatos de compradores de lotes em assentamentos indicam que o financiamento de suas atividades agropecuárias decorre ou do patrimônio acumulado especialmente em atividades de serviços na cidade ou de contatos com anteriores empregadores que atuam como avalistas em um contexto de escassez relativa de crédito a famílias assentadas. Paralelamente, determinados relatos de compradores de lotes também indicam que sua qualificação prévia ou seu contato com pessoas com saberes técnicos na agropecuária foram determinantes para enfrentar os desafios de produção e comercialização em um contexto de escassez relativa de assistência técnica para as demais famílias assentadas. Neste contexto, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo é o relato da experiência de um agricultor que comprou dois lotes no assentamento Jonas Pinheiro a partir de recursos adquiridos em sua atividade como loteador urbano após ter conhecido e se encantado com a experiência de reforma agrária em Petrolina no estado de Pernambuco, o que não o impede de rejeitar claramente em seu discurso a identidade de assentado. Neste mesmo sentido, o segundo trecho de entrevista abaixo é de uma trabalhadora urbana que comprou um lote no assentamento Jonas Pinheiro inicialmente sem destinação produtiva, mas que vem conseguindo desenvolver em articulação com um veterinário uma produção de queijos com estratégias claras de posicionamento e comercialização.

“Eu na verdade não tenho nada a ver, muito a ver com assentado, tá? Eu... eu comprei o sitio aqui, não sou assentado. Minha formação comercial é construtor, loteador e tal... Me aposentei da minha área e minha esposa, que é de Petrolina, ela veio de lá com os pais assentados. E a ideia era implantar aqui o que a gente via lá no vale de São Francisco, no sentido de produção. A ideia era produzir as frutas que se adaptassem aqui, como eles também há 30 ano atrás lá, levaram pra lá também uma ideia e hoje é o que é, de grandeza, aquilo né? Pra mim ali é um Brasil que deu certo para o pobre. Por que pro rico já deu né, em todo lugar, por que quem planta soja deu certo, né? E não tem lugar ruim pra rico né? E não tem lugar bom pra cara sem dinheiro, tem? [...] Como a área que eu tinha é só esse sitio aqui, era 14 hectares só, depois que eu comprei o outro, eu precisei fazer coisas pra minha análise. Por

exemplo, eu plantei consorciado a manga com a goiaba, o pensamento era: “*A qual que sai melhor, qual que eu vou produzir, qual que vende melhor, aí eu erradico uma, tiro uma fora e fico com a outra, beleza*”, a surpresa é que as duas deu certo. [...] Eu vendo no mercado. Eu já tenho uma estrutura, que eu posso... Eu tenho um furgão, então eu já posso transportar até o mercado. Eu tenho inscrição de produtor, então eu tiro nota, porque o mercado não compra sem nota e a maioria não tem isso” (Agricultor familiar no Assentamento Jonas Pinheiro, 13/07/2018)

“Eu nunca tinha mexido com terra, com animal, com planta, nada. A gente comprou o sítio e dois anos ficamos meio que parado, eu fiz o teste e passei pra agente de saúde. Aí eu conheci o E., ele é veterinário e ele não tem terra, né? E ele precisava de um lugar pra colocar seis vaca que ele tinha na época, aí eu ofereci a terra. Falei pra ele que ele podia, que eu não tava usando a terra mesmo, que ele podia colocar as vaquinha lá. Aí eu pensei comigo mesma ‘*vou aprender a tirar leite que vai ser uma renda a mais pra mim*’. Apreendi e gostei, me apaixonei pelas vaquinha. Ele foi vendo a minha dedicação com as bezerra, com as vaca, aí ele fez proposta, né? Ele entrou com os animais, eu entrei com a terra e com a mão de obra e a gente virou uma parceria. Ele entregava leite pro laticínio, depois veio a ideia de fazer queijo, comecei vendendo queijo na rua de porta em porta, aí eu vi que o produto era bom. Falei ‘*Acho que dá pra investir pra colocar no mercado*’. Então a gente montou a queijaria e conseguiu selo pra colocar no mercado. Nossa ideia é sempre inovar, então a gente certificou a propriedade livre de brucelose, foi a primeira do estado. E vamos ser a primeira do estado como leite orgânico também” (Agricultora familiar no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

Como é recorrente no município de Sorriso como um todo, esta clivagem social no interior de assentamentos de reforma agrária também assume nas consciências e nos comentários da população local a forma de uma profunda divisão de caráter étnico-racial. São extremamente comuns os relatos acerca da suposta ausência de uma moral do trabalho dinâmica e empreendedora dentre os trabalhadores de origem nordestina, contrapostos no senso comum local aos trabalhadores de origem sulista retratados como mais ambiciosos e concentrados de maneira quase exclusiva no trabalho e na acumulação. Em comentários por vezes marcadamente racistas, trabalhadores de origem nordestina

tendem a ser caracterizados como cronicamente improdutivos e por isso eternamente dependentes de redes de auxílio ou do poder público, em falas que via de regra ocultam as múltiplas dificuldades de financiamento, produção e comercialização dentre famílias assentadas em decorrência das deficiências de políticas de reforma agrária no Brasil. Os dois trechos de entrevistas destacados abaixo exemplificam de maneira clara a reprodução de discursos desta ordem dentre os próprios assentados.

“O assentado não tem o DNA do produtor, na grande maioria, é poucos. Eu não conheço nenhum que tenha o DNA de produtor, eles têm as terra mais pra morar ali, ficaram velhos, esse assentamento já vai pra quinze ano. Quando ganharam já não eram novos, né? Um às vezes tem uma vaquinha... O que eu vejo que tá fazendo alguma coisa nesse assentamento é quem investiu, é quem comprou. Isso é a realidade. Tem por exemplo o R., tá desde o começo mas ele nunca plantou um pé de nada, ele sobrevive, ele é mecânico, ele conserta trator pros outros, puxa milho dos outros com o caminhão velho que ele tem... Tem outro que tá desde o começo, o C., ele mora logo aqui atrás. Ele sobrevive, vive a vida dele fazendo cerca pros outro. Ele mora ali, e sobrevive daquele que comprou e paga pra fazer uma cerca, paga pra fazer um silo, paga pra fazer uma casa de carneiro, alguma coisa...”
(Agricultor familiar no Assentamento Jonas Pinheiro, 13/07/2018)

“Aqui quando cê chega num lote bem caprichado, pode saber que o povo veio do Sul. Que o nordestino não adianta, não ele não desenvolve, aqui na região nossa aqui, o clima aqui é diferente do deles, né? Então se o lote tiver assim [mostra em volta]. ‘*Que que cê é?*’ ‘*Sou paranaense*’ ‘*Que que cê é?*’ ‘*Sou catarinense*’. Chega em um sem nada. ‘*De onde cê é?*’ ‘*Sou do Maranhão*’, pode saber que é do Maranhão, você precisa nem cê perguntar. [...] Tem muita gente que a cabeça é pequena e não tem vontade de crescer, tem vontade de ser aquilo que ele é mesmo, mendigo, pedir dinheiro, né? Todo mundo pensa em andar com dinheiro, só não tem coragem de trabalhar. Quem trabalha não tem tempo de tá inventando coisa, não tem tempo de tá correndo atrás de bobageiro. Cê trabalha, tem dinheiro, anda de carro novo, tamo correndo todo dia atrás de dinheiro. É parte da vida isso aí. Agora cê ficar só escorando, só sabe reclamar, agora vir pedir uma cesta básica aqui pra mim, vou lá pra jogar uma cesta básica no lixo? Reclamar sabe, sabe reclamar”
(Assentado no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

Estas clivagens sociais internas não impedem que especialmente o assentamento Jonas Pinheiro seja capaz de mobilizar recursos políticos significativos em sua relação com o poder público municipal, com destaque para o fato de que no momento de nossa pesquisa de campo o secretário da agricultura de Sorriso (autodeclarada "capital do agronegócio") era assentado e ex presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local. Segundo entrevistas com as lideranças deste assentamento, seu poder de negociação política em escala municipal não passa por canais organizativos formais como associações ou cooperativas, que parecem existir principalmente para atender a critérios administrativos exigidos por determinados contratos em especial com o poder público. De acordo com estes relatos, as políticas públicas da prefeitura voltadas aos assentados parecem decorrer em realidade de laços imediatamente pessoais e de relações de débito e favor políticos, em que se destaca a relevância dos votos das mais de duzentas famílias do assentamento Jonas Pinheiro em campanhas eleitorais para os poderes legislativo e executivo municipais, que como veremos mais a frente costumam ser bastante acirradas. A este respeito, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo é o relato contundente de uma liderança deste assentamento acerca de sua ação política que se mostra capaz de introduzir demandas populares na agenda do poder público local ao mesmo tempo em que reedita relações de dominação e dependência tradicionais às zonas rurais brasileiras. Paralelamente, o segundo trecho de entrevista destacado abaixo com o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local indica que suas atribuições se restringem à oferta de serviços assistenciais e ao encaminhamento jurídico de questões trabalhistas, atividades que estariam ameaçadas por mudanças recentes na contribuição sindical.

“Apesar de todos os problemas que o assentamento Jonas Pinheiro tem, nós estamos no céu. Se você visitar os outros assentamentos do Mato Grosso... Nós temos posto de saúde, nós temos colégio, você viu o tamanho do nosso colégio? Nós temos um inseminador no assentamento, o sêmen é cedido pela prefeitura. Nós temos um ônibus que traz os feirantes sem nenhum custo para a feira. [...] Eu cobro alto para fazer campanha, o meu valor é caro. Eu não deixo você colocar um real de combustível no meu carro, mas você tem que me dar o que eu quero e eu quero isto, isto e isto para o assentamento. E pensa que eu não chuto a porta com facilidade? No final do mandato do Zé [Domingos], ele queria sair a deputado, aí ele pediu meu apoio. Eu pedi tratores para gradear para os mais pobres, ele mandou dois trator lá

pra dentro. Depois disto nunca mais conseguiram segurar, nós tínhamos os trator gradeando de graça, agora tá cobrando quarenta conto a hora. [...] O assentamento não foi MST, nem nada disto, foi famílias de Sorriso que foram pra lá. E para ficar lá tinha que provar que já morava tantos anos em Sorriso, que tinha família aqui. Então, eu vou dar o exemplo da irmã N., ela tem oito filho, nora e mais os neto aqui na cidade. Quando é final de semana, vai todo mundo pro sítio do pai e da mãe e tudo que vem de bom pro pai e a mãe reflete no voto dos filhos também. Então o assentamento Jonas Pinheiro carrega em torno de cinco a seis mil votos, é um peso assim que eu nunca peguei um vereador para não eleger como mais votado” (Assentada no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

“A gente tem uma média de três mil associados hoje no sindicato, entre trabalhador das fazendas e agricultura familiar. Mas hoje quem tem o direito de usar o sindicato é poucos... A gente tem prestação de serviço aqui no sindicato, a gente tem aqui serviço odontológico de modo geral, desde uma simples restauração até implante, trabalhos estéticos tem uma taxinha, mas é pouco. A gente tem médico, a gente tem assessoria jurídica, isso tudo de graça. E mesmo assim a gente não consegue abranger a maioria. [...] A agricultura familiar é muito sofrida então eles não consegue... Quando eles precisa do sindicato, precisa de um documento, a gente sempre tá correndo e assessorando eles, mas nós temo uma cultura que enquanto eu não tiver precisando, deixa quieto. Então a entidade sofre com isso... Agora nosso maior colaborador é o trabalhador das fazenda, os assalariado, né? Mas hoje a gente quase não tem ninguém em dia, por causa até daquela medida provisória que proibiu o desconto em folha. Aí tem que emitir o boleto e tal, mas tem muita fazenda distante, então fica quase inviável você emitir um boleto pra cada funcionário. Isso dificulta muito a sobrevivência da entidade, entendeu?”³⁷ (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e assentado no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2019)

³⁷ A contribuição sindical obrigatória foi criada por Decreto-lei em 1940 e em 1943 foi incorporada à CLT. A Reforma Trabalhista de 2017 eliminou a obrigatoriedade dessa contribuição e condicionou seu pagamento a uma autorização prévia do trabalhador, mas parcela dos sindicatos passou a entender que essa autorização poderia ser dada por assembleia geral. Em reação, a Medida Provisória nº 873/2019 determinou que a autorização prévia para o desconto da contribuição sindical deveria ser necessariamente individual. No momento da realização desta entrevista em 07/2019, esta Medida Provisória havia acabado de perder eficácia por não ter sido convertida em lei pelo Congresso.

De acordo com os depoimentos que colhemos, os grandes produtores de grãos em Sorriso possuem demandas que transbordam a escala municipal e dirigem-se preferencialmente à Secretaria Estadual de Agricultura ou ao Ministério da Agricultura, possibilitando que a Secretaria Municipal de Agricultura seja relativamente mais permeável às demandas com impacto orçamentário irrisório de assentamentos locais. Dentre as políticas públicas voltadas a assentados no momento de nosso trabalho de campo entre 2018 e 2019, destaca-se uma série de parcerias entre a Prefeitura de Sorriso, o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Clube Amigos da Terra (CAT - Organização Não Governamental vinculada ao Sindicato Rural) e a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) com o objetivo de incentivar a produção de leite e derivados, de hortaliças, de frutas e de mel. O “Programa Mais Leite” propõe-se oferecer assistência técnica para aumentar a produção leiteira e agregar valor ao produto de maneira a manter famílias na zona rural; o “Programa Frutifica Sorriso” oferece assistência técnica e subsídios tanto à construção de reservatório de água para irrigação quanto à formação dos pomares de frutas diversas; o “Programa Horta Viva” envolve assistência técnica, a doação de sementes e subsídios à construção de estufas para que produtores rurais tenham renda durante a época da chuva; o “Programa Vitamel” envolve assistência técnica e subsídios à construção de caixas pra produção de mel a partir da madeira apreendida pelo Ibama no estado do Mato Grosso. Em 2019 foi iniciada também uma capacitação de assentados para a criação de frangos com a perspectiva de abastecer um abatedouro municipal dentro do próprio assentamento. Além destes programas, segundo uma agrônoma da prefeitura, o poder público municipal mantém cinco técnicos voltados à agricultura familiar e oferece transporte gratuito para a feira dos produtores rurais e uma patrulha rural subsidiada composta por dois caminhões e cinco tratores, sendo um localizado no distrito de Boa Esperança, um voltado para as chácaras no entorno da cidade e três destinados ao assentamento Jonas Pinheiro.

A despeito destes incentivos em escala municipal, todos os assentados entrevistados são unânimes em reconhecer como principal obstáculo à viabilidade econômica de seus lotes familiares a ausência de titulação definitiva que lhes permita ter acesso a crédito. Segundo as entrevistas que realizamos, assentados em Sorriso detém unicamente Contratos de Concessão de Uso (CCU), instrumentos inegociáveis celebrados entre Incra e beneficiário após a homologação da seleção, que autoriza de forma provisória o uso e a exploração da parcela ou lote bem como o acesso às demais políticas de reforma agrária.

Nenhum dos entrevistados em nossa pesquisa relatou ter o Título de Domínio (TD), instrumento com força de escritura pública que transfere ao beneficiário definitivamente de forma onerosa ou gratuita a propriedade da parcela, que permanece inegociável durante o período de dez anos desde a data de celebração do CCU ou instrumento equivalente. Isso significa que os assentados apenas podem recorrer às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), necessitando que eventuais conhecidos com posses atuem como avalistas para acessar um financiamento privado. Dada a presença dos assentamentos de Sorriso em solos que exigem crescente investimento de capital para corrigir sua baixa fertilidade natural e sua elevada acidez, esta ausência de recursos financeiros por parte dos trabalhadores rurais leva-os a um grave impasse econômico que tende a inviabilizar sua reprodução social como assentados. Ambos depoimentos destacados abaixo são relatos contundentes acerca deste cenário em que a terra tende a ser compreendida cada vez menos como meio de trabalho da família e cada vez mais como ativo líquido a ser comercializado para obtenção de renda:

“A maior dificuldade ali é o título da terra, que nós não tem. Você quer fazer um empréstimo ali no banco, hoje ninguém quer ser avalista de ninguém, cê sabe muito bem isso aí... Hoje pra você pegar R\$ 2 ou 3 mil, é uma burocracia danada, entendeu? E a gente tem uma área de terra que ela tem valor, no caso, né? Mas pra você conseguir um empréstimo no banco é difícil, viu? Nossa área ela vale, hoje tá valendo, tudo aberto, mecanizado, formado com água e luz, estrada boa. Então ela tem um preço, mas o que tá matando nós é isso aí, é o título da terra. Diz que com dez anos cê já tem direito, mas eu tô já dezessete anos ali, até hoje nada, né? Aquela terra não é muito boa, é terra fraca, a terra precisa de calcário, hoje pra você mecanizar uma terra ali... Aí cê vai fazendo conforme vai entrando um dinheirinho, 1 hectarinho, cê mecaniza ele, planta uma hortinha ali e é assim, né? Tá sofrido as coisas, não tá muito bom... Muitos vende por causa disso aí, é conversa, conversa e nada acontece, né? Acaba desistindo, vende lá o lote por 300, 400 mil, vem pra cidade, compra duas, três casinhas e vai vivendo assim, entendeu? Com o título a gente podia melhorar cada vez mais. E se num der certo, se um dia isso acontecer, resolver sair de lá pra poder pagar empréstimo, você vai tá bem também, vai pelo menos fazer um giro, ter um gadinho. Eu fui pra lá só com a enxada, hoje se eu vim de lá pra cá [para a cidade], eu venho com uma mala com um pedaço de ouro dentro, fora de brincadeira, viu?” (Assentado no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

“O crédito aqui é aquela coisa assim, tem mas não tem, né? Cê pode ir atrás, mas não consegue, eu mesmo em 14 anos que eu tô lá no sítio, eu consegui três PRONAF. O PRONAF A foi de R\$18.500,00, pra plantar cana de açúcar, mandioca, um pouco de frango, ovelha, vaca, se você pudesse comprar, né? Mas aí que tá, como é que vai pegar um PRONAF, pra plantar capim, cana, mandioca, se a terra tá na mata? Primeira coisa não é fazer um desmatamento? Então é uma coisa que eu não entendi, eu não entendi, eu falei isso lá pro pessoal da Empaer. [...] Depois eu peguei o Pronaf A/C, foi R\$6.000,00. Esse diz que era obrigatório pegar, eu tinha que pegar esse A/C e ainda fiquei dois ano com documento lá, sem ser aprovado, eu cheguei um dia falar pro gerente do banco que eu ia levar uma cama, uma cozinha, pra cozinhar e dormir lá dentro, pra mim poder conseguir isso aí... [...] O último foi o Mais Alimento, foi de R\$ 34.000,00, que eu usei para financiar uma caminhonete, esse eu peguei em 2014. Se eu chegar hoje no banco, tá tudo quitado, né? Os dois primeiro quitei tudo certinho, peguei a caminhonete e tô pagando, ano a ano, certinho. Mas se eu chegar lá hoje e quiser um custeio, eu não posso pegar. Porque a minha terra até hoje não tem documento. Os único documento que eu tenho é meus pé de caju, pé de manga, pé de planta que tem lá. Eu não tenho nada, nada, porque não tem nada que prove que aquela terra é minha. Então chega um ponto que você desanima, mió largar mão que cê ganha mais...”

(Assentado no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

Em acréscimo à dificuldade em se obter financiamentos, os assentados e chacareiros que entrevistamos também relataram impactos significativos da utilização crescente de agrotóxicos pelas fazendas em seu entorno sobre sua produção e sua saúde. Segundo seus depoimentos, a aplicação de defensivos agrícolas cada vez mais potentes nas grandes unidades monocultoras do município leva os insetos a se refugiar em suas parcelas e lotes, onde são combatidos de maneira mais ou menos ineficaz com barreiras físicas (como estufas), com produtos naturais diversos ou com pesticidas de baixo custo. Ao mesmo tempo, os assentados e chacareiros de Sorriso também relatam que a deriva de agrotóxicos aplicados por meio de aviões em fazendas vizinhas danifica em especial sua produção de hortaliças e frutas, além de alegadamente provocar problemas crônicos ou até crises agudas na saúde em especial dos membros mais vulneráveis de suas famílias. A este respeito, diversos trabalhadores entrevistados referem-se com certo escárnio ao fato de que problemas de saúde durante os períodos mais intensos de aplicação de

agrotóxicos são genericamente diagnosticados como “virose” em hospitais da região, dando a entender que haveria uma espécie de tabu no debate acerca dos impactos da utilização destes produtos na população do maior município produtor de soja do país. Similarmente, em Lucas do Rio Verde (município vizinho a Sorriso) Palma encontrou evidente contaminação multiresidual por agrotóxicos organoclorados, piretróides e dinitroanilinas em 100% das amostras de leite materno que coletou e analisou, alertando para a necessidade de que serviços de saúde pública municipal estejam atentos a indicadores que possam estar relacionados ao uso local intensivo destas substâncias, com os seguintes exemplos de ações de vigilância à saúde a serem implementadas em municípios brasileiros em que predomina a monocultura intensiva e químico dependente: a) proibir a pulverização de qualquer tipo de agrotóxico por avião; b) limitar a aplicação de agrotóxicos a uma distância mínima de 500 metros do perímetro urbano ou no entorno de aglomerados humanos, criação de animais, nascentes de córregos e abastecimentos de água potável; c) implantar sistema de notificação e vigilância para as intoxicações agudas e crônicas; d) realizar vigilância em saúde nos casos de deriva de agrotóxicos; e) implantação de Sistema de Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos em águas de córregos, rios, lagos, poços artesianos, na chuva e em alimentos (Palma, 2011, p.85).

“Igual nós tá ali cercado de grandes agricultor, tem vez que nós não consegue nem produzir. Porque de acordo eles pulveriza a lavoura deles, o que que a praga faz? Ela se ajunta lá onde é que nós tá, que é uma área pequena e usa pouco veneno, né? Nós faz uma gambiarra de fumo, com álcool, com pimenta, com coentro, com ninho, com outras coisa, inclusive tem um pessoal de São Paulo que manda produto pra nós, né? Compra pra pagar com noventa dias, mas é tudo produtinho fraco, cê tem que tá todo dia lá passando, passando, passando, passando e a praga ainda consegue triturar tudo. [...] Quando eles tão dessecando a soja ou dessecando mato pra agricultura, eles joga de avião então a deriva daquele veneno atinge até 30 km.. Aí se eu tô com um canteiro de alface ele não escapa, ele começa pintar a folha, fura daqui, fura dali e se foi meu alface. Não tem controle, porque eles deveria colocar veneno pelo menos via trator, né? Mas não, eles passa de avião com 50, 100 metros de altura, cê imagina bem onde é que ele vai jogar a deriva desse veneno... Esses tempo eu tava de moto beirando a estrada e o avião tava dessecando a soja, era um banho de veneno que ele me dava. Cê sente na cara, cê sente na cara...” (Assentado no Assentamento Jonas Pinheiro, 04/2018)

“O pessoal usava pulverização, não tinha hora, indiscriminadamente. E a hora que o vento tá levando tudo... Porque assim, é fazenda, depois é uma linha de casas, onde é o casulo ali, né? Deu uma intoxicação muito grande, tem uns três, pra quatro anos ali. Fazendeiro lá passando veneno no milho, foi um domingo do meio dia, que normalmente tá todo mundo em casa, né? Isso era 11 horas da manhã, eles tavam com o maquinário no doze e o vento levando tudo por cima das casas, né? Mas só que as pessoas ali, como eu te digo, são pessoas muito humildes, pouco esclarecido, fazem aquele movimento entre si ali dentro mas ninguém toma pra fora, né? Hoje em dia, coragem pra bater de peito com grande fazendeiro é difícil, não que ninguém vá, mas o peito pra ir atrás e buscar o que é certo, as vezes o pessoal não tem por conta que... Muita coisa complicada, né? Vizinhança... [...] Teve vizinho ali que foi parar pro hospital, bastante gente, não foi uma, não foi duas, principalmente crianças, pessoas mais de idade, mais sensível né? Mas assim, disseram que era uma virose, né? Nada foi alegado como... nada é comprovado” (Assentada no Assentamento Casulo, 07/2019)

No que diz respeito aos canais de comercialização, assentados e chacareiros entrevistados relataram depender prioritariamente da realização das feiras de produtores rurais dentro do espaço urbano e das compras institucionais do poder público municipal. A este respeito, a Lei nº. 11.947 de 16/06/2009 determinou que 30% do valor repassado pelo governo federal a estados e municípios pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. Os agricultores familiares de Sorriso entregam produtos para a merenda escola por meio de três entidades: a Cooperativa dos Produtores do Alto Celeste (Coopercel) que reúne produtores do assentamento Jonas Pinheiro; a Cooperativa dos Produtores Hortifrutigranjeiros de Sorriso (Cooperriso) que reúne chacareiros e produtores do assentamento Jonas Pinheiro; a Associação dos Produtores de Orgânicos de Sorriso (Apos) que reúne chacareiros e produtores dos assentamentos Jonas Pinheiro e Casulo. Paralelamente, os assentados e chacareiros que entrevistamos participam de uma ou mais feiras de produtores rurais que acontecem em dias fixos da semana em diferentes pontos da cidade, com destaque para a feira do bairro São Domingos aos domingos pela manhã. Dentro da área verde da cidade ocorre duas vezes por semana em um prédio da prefeitura a feira central dos produtores organizada pela Associação dos Feirantes de Sorriso (Afeso), a qual cobra de seus associados para que tenham acesso a box de vendas o

pagamento inicial de meio salário mínimo mais 10% de um salário mínimo todo mês. Para além destes canais de escoamento, assentados e chacareiros entrevistados relataram encontrar grandes dificuldades para comercializar seus produtos em supermercados que vêm se multiplicando em Sorriso, exercendo concorrência crescente direta com as feiras. Segundo suas entrevistas, os maiores desafios são as exigências de certificados segurança fitossanitária que determinam padrões de higienização e homogeneização dos produtos, além da irregularidade da produção ao longo do ano especialmente durante o período de chuvas que dificulta para a maioria dos assentados e chacareiros a produção de hortaliças. Neste contexto o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo relata a experiência de um assentado em feiras na cidade, enquanto o segundo trecho é com um assentado acerca de sua participação no fornecimento de alimentos para a merenda escolar e acerca dos obstáculos que enxerga em sua relação com as redes de supermercados locais:

“Eu ando daqui [feira] até lá em casa deve dar uns 26km. Aí eu tenho um mardito pedágio que tem que pagar, pra cê ver, eu saio de casa, ando 5km de asfalto, tenho que pagar os pedágio, eu ando mais uns 10 (km) pra cá, vorto, tenho que pagar de novo, né? Então é difícil, mas é o único meio que eu tenho ganhado um dinheirinho é fazendo isso³⁸ [...] Eu já vendi mais leite, agora to vendendo menos, deu uma arruinada, né? Duns tempo pra cá deu uma arruinada. Quem comprava seis garrafa, tá comprando três, comprando duas, né? Dinheiro encurtou, né? Mas ainda vendo, pra você vê, hoje mesmo eu devo ter trazido umas cento e trinta garrafas [de leite]. Eu venho aqui duas vezes por semana, venho hoje e venho domingo, aí eu ganho tipo R\$1.000,00, R\$800,00 na semana. Como é eu e a véia que trabalha, nós tem uma diária de cento e poucos reais por dia, então pra mim tá bom, eu sou acostumado com pouco mesmo, né? Não quero ganhar duzentos, trezentos... Pra mim uma diária de R\$100,00 já ta bom, né? Mas é sofrido, eu operei faz dez mês, levou vinte dias pra sarar disso aqui, mas tem que trabalhar, tem que trabalhar” (Assentado no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

³⁸ Uma reclamação recorrente entre os agricultores familiares do assentamento Jonas Pinheiro é a necessidade de pagar pedágio para percorrer os vinte quilômetros de estrada até o centro de Sorriso, mantida pela concessionária Rota do Oeste. No momento de nosso trabalho de campo esta taxa era de R\$6,90, perfazendo um total de mais de R\$160,00 mensais para um produtor que se desloque três vezes por semana para participar de diferentes feiras na cidade (Portal Sorriso, “Moradores do assentamento Jonas Pinheiro reclamam da taxa de pedágio na BR-163”, 20/06/2018)

“A merenda escolar, o PT deixou uma lei que obriga as prefeitura a comprar pelo menos 30% da produção da gente, ainda existe essa lei que nos protege, né? Ainda existe... Mas eu posso entregar até R\$20.000,00 e se eu produzo mais, que que eu vou fazer, né? Porque os mercado, os grande mercado, rede de mercado, se eu chegar com umas cinquenta caixa de tomate no mercado, sabe o que que eles faz? A primeira pergunta que eles me faz *‘Tu pode me fornecer o ano inteiro, consecutivo, sem me faltar nenhum dia? Cê pode me fornecer cinquenta caixas por semana, ou trinta caixa por semana?’* Eu vou falar *‘Eu num posso por que eu sou pequeno’*, aí ele fala *‘Não posso comprar, porque eu não posso deixar o fornecedor de São Paulo na mão, porque ele me fornece todo dia’* Essa é a verdade. Tem muitos produto que a gente não consegue produzir aqui, né? Outros produto, não é porque não produz aqui, é falta de tecnologia, a terra produz, mas não tem conhecimento” (Assentado no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

Para além de sua relevância estritamente econômica, feiras de produtores rurais no interior do espaço urbano parecem ter também dimensão ritual e festiva como celebração residual de relações imediatamente pessoais, que em supermercados se tornaram opacas e escondidas por detrás de mercadorias dispostas em prateleiras. Durante as feiras, a rua deixa de servir prioritariamente ao fluxo de motocicletas, automóveis e caminhões e se torna excepcionalmente espaço de encontro entre agricultores, comerciantes e compradores, em uma multiplicidade de cores, sons, cheiros e sabores que tornam palpável o contexto moral em que operam as relações mercantis. Neste sentido, é possível observar a circulação ocasional de bens e serviços no formato não de mercadorias mas de dádivas ou presentes que têm o sentido de reforçar laços de solidariedade e reconhecimento recíproco entre "vizinhos", maneira como os feirantes frequentemente chamam aos compradores na feira de domingo do bairro São Domingos. Como indica o primeiro trecho de entrevista destacado baixo, a palavra "vizinho" possui nestas circunstâncias uma marcada ambiguidade que simboliza a tensão e a intersecção entre o mundo rural e o mundo urbano: se por um lado ecoa fragmentos de laços sociabilidade comunitários e tradicionais, por outro lado expressa o caráter relativamente genérico e anônimo de consumidores desconhecidos.

“A importância dessa feira é que além de eu trabalhar e ganhar meu pão de cada dia, todo domingo eu vejo pessoas diferente, faz amizade... Isso também ajuda bastante a gente, que nem eu tenho depressão, eu tenho síndrome do pânico, quem vê eu trabalhando aqui fala assim ‘*Nossa, aquela mulher não tem nada, né?*’. [...] Esse lado de cá, eles falam, é o tal do lado do maranhense, né? Aí o outro lado, que é o centro, é o dos gaúchos. Então aqui todo mundo aqui se chama ‘vizinho’, lá pra nós ‘vizinho’ é quando mora do lado da sua casa, né? E aqui não... É o jeito do pessoal chamar. Quando eu comecei a fazer feira aqui, meu Deus, eu achava estranho demais, eu falava pro meu marido ‘*Nossa, aqui é tão estranho, uma pessoa que você nem conhece, você falar ‘vizinho’, né?*’ Daí ele falou assim ‘*É o jeito dos maranhenses falar, então você tem que acompanhar o ritmo deles. Vizinho quer dizer, quando não sabe o seu nome, é difícil a gente decorar o nome das pessoas, aí é ‘vizinho’, ‘vizinho’ é mais fácil, qualquer um é ‘vizinho’, né?*’ Então esse que é o jeito de falar aqui, depois que eu aprendi qualquer pessoa pra mim é ‘vizinho’, né?” (Feirante na feira do bairro São Domingos, 07/2019)

“Minha amiga me ensinou a fazer rosa, eu mexia com rosa do deserto, não tinha muita gente que vendia isso quando eu comecei. No começo tava indo bem, depois o pessoal viu que tava vendendo bem e começou um monte de gente a trazer pra vender, aí deu a queda das vendas. Aí eu comecei a pegar verdura dos produtores pra trazer aqui pra revender, que muita gente aqui faz isso, né? Muita gente aqui produz só um pouquinho e pega com os outros. Eu mesmo não tenho como plantar porque eu não tenho sítio, eu tenho casa. Mas futuramente, eu quero ter o meu sítio. É um sonho, né? Plantar de tudo [...] Eu já cheguei a trabalhar em dez serviços de diarista, hoje eu to em dois, três. A feira me consome mais, né? Hoje eu tô largando mais de ser diarista pra ficar mais na feira, porque a feira assim, a gente tem os amigos, né? Vem essa música, também todo dia você tá falando com pessoas diferentes, as pessoas te tratam bem, claro que tem os clientes que trata a gente mal, mas tem os clientes que parece que é da família, mais da família até, vish, que os próprios parentes...” (Feirante na feira do bairro São Domingos, 07/2019)

Figura 13: Feiras na cidade de Sorriso

Feira no bairro São Domingos

Feira central do produtor rural

Quando questionados acerca do futuro da agricultura familiar no município de Sorriso, a maioria dos chacareiros e assentados que entrevistamos adota um tom grave e pessimista quanto à possibilidade de seus filhos e netos assumirem responsabilidades econômicas e políticas para preservar seu modo de vida vinculado à terra de trabalho. Segundo estes depoimentos, a partir de determinada idade as gerações mais jovens raramente demonstram interesse assumir ou apoiar as atividades dentro do lote familiar, por um lado repelidos pelas múltiplas dificuldades de financiamento, produção e comercialização mencionadas acima, por outro lado atraídos pelo que entendem como novas oportunidades de trabalho, qualificação e lazer características do espaço urbano. Conforme vimos argumentando ao longo deste capítulo, isso não significa necessariamente que o processo de urbanização tenda à eliminação dentre as camadas populares da demanda pela terra, mas sim que existem bloqueios para que recursos

culturais, econômicos e políticos potencialmente à disposição dos mais jovens na cidade convertam-se em ferramentas para sua reprodução social como agricultores familiares. Dito de outro modo, a perspectiva de filhos e netos de assentados e chacareiros atualizarem e catalisarem a demanda por terra de seus pais e avôs a partir dos novos saberes e técnicas que incorporaram no espaço urbano parece abortar em face das restrições socioespaciais impostas pela hegemonia do assim chamado "agronegócio". Neste sentido, os trechos de entrevistas destacados abaixo não devem ser lidos como demonstração da obsolescência ou mesmo inviabilidade de uma reforma agrária hoje, mas sim como necessidade de problematizá-la e redefini-la a partir do reconhecimento da ampliação histórica das necessidades sociais dentre estas gerações mais jovens.

“Lá no Casulo são 25 lotes pra 25 famílias. Só que hoje já residem uns... acho que umas sete, oito família a mais. Por que aí um puxou um filho, outro puxou um parente, deve ter aí umas 30 família que moram lá. O lote é de 2 hectares por meio, é meio apertadinho pra você viver, tem que lutar muito lá em cima, se quer sobreviver de lá. [...] Quando eu comecei lá eu tinha uma menina de 8 anos, ela foi daqui pra lá. E quando a gente foi morar lá, já em 2000, eu tava grávida de dois meses, em abril nasceu a outra menina, hoje tá com 17 anos. A mais velha tá fazendo faculdade, quer fazer doutorado. A outra esse ano acaba o ensino médio, pra depois... Aí não sabe nem que faculdade que vai fazer. Espero que um dia eles criem vocação pra voltar pra terra, mas por enquanto tá difícil” (Assentada no Assentamento Casulo, 07/2018)

“Eu tenho cinco filho, um trabalha tem firma de empilhadeira, trabalha com carga e descarga de semente. A filha trabalha em consultório de dentista, o genro trabalha com secador lá de Sinop, né? Aqui a V. é zeladora de prédio e a V. é professora. O J. trabalha no supermercado, trabalhou muitos anos no Rovaris e hoje trabalha no Berté. Eles trabalharam junto comigo no sítio, mas quando se formou, vazaram fora, viram que a renda era pouca, né? Eles prefere a cidade, prefere a cidade que ganha mais. E na hora de passear... Hoje em dia molecada quer saber de zuar, né? É poucos, conto um por um quem tá com os fio trabalhando junto. Filho não ajuda pai em roça não... Depois que cresceu, eles quer saber do deles” (Ex-chacareiro, 07/2018)

“É o futuro que você já viu. Os fio vai saindo por que não tem incentivo nenhum e eu ficando aqui, mais minha véia, as perna cheia de varizes... Do jeito que tá indo esses governo aí, aplicando golpe, a gente sem democracia, aqui democracia não existe mais, isso é só apelido, ponharam apelido de democracia, que cê vota em uma pessoa, eles tira... Então do jeito que esse país ta indo, essa juventude só em facebook e em zap, que eu achava que quem ia mudar esse país era a juventude, mas tá mais burro que os passado, os pessoal de antigamente que não tinha estudo. Então eu vejo o meu futuro muito feio viu? Feio mesmo, sô. Porque eu não vejo alternativa, assim, lá longe não. Senta com um jovem ai e fala ‘*Pra quem cê vai votar? Como é que é? Quem é que tá a favor do seus direito?*’ É poucos...”
(Assentado no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

Capítulo 4: Assalariados em fazendas, em agroindústrias e na construção civil em Sorriso

A partir da década de 2000 o acelerado progresso tecnológico na lavoura de soja e milho, a consolidação do complexo agroindustrial carnes/grãos e a expansão do espaço urbano provocaram amplas transformações na força de trabalho no município de Sorriso. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010 Sorriso tinha 66,5 mil habitantes dos quais 33,8 mil estavam ocupados (equivalente a 49,3% da população total). Ainda segundo o IBGE, o município alcançou em 2017 cerca de 90,3 mil habitantes dentre os quais 27,6 mil estavam ocupados (equivalente a 32,4% da população total). Comparando-se estes dados com a evolução do número de empregos formais no município de Sorriso segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Figura 18), podemos concluir que houve um aumento significativo da participação de trabalhadores com carteira assinada de 51% da população ocupada em 2010 para 79,5% em 2017. Considerando-se apenas estes vínculos empregatícios formais, a remuneração média dos trabalhadores foi em 2017 de R\$2.322,00 (equivalente a 2,5 salários mínimos à época). Por seu número absoluto de empregos formais, Sorriso ocupava em 2017 o 390º lugar dentre os 5.570 municípios do país e o 6º lugar dentre os 141 municípios de Mato Grosso, enquanto pela remuneração média dos trabalhadores formais ocupava o 527º lugar dentre todos os municípios do Brasil e em 27º lugar dentre todos os municípios do estado. Configurando-se dessa forma como um polo de atração para força de trabalho migrante, Sorriso teve uma taxa geométrica de crescimento da população entre 2000 e 2018 de 0,31% ao ano, acima do crescimento populacional médio anual de 0,18% no estado do Mato Grosso e de 0,12% no Brasil como um todo no mesmo período.

Gráfico 12: Número de empregos formais em Sorriso entre 2002 e 2017

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

Dentro deste universo, as tabelas 49 e 50 abaixo foram compiladas com dados a partir da Relação Anual de Informações Sociais acerca de trabalhadores formais envolvidos em Sorriso no cultivo de soja (CNAE 0115-6/00) e de milho (CNAE 0111-3/02). A Tabela 49 mostra que no período entre 2006 e 2018 ocorreu um aumento expressivo no nível educacional dos empregados com carteira assinada envolvidos nestas atividades: enquanto a participação de trabalhadores com até o ensino fundamental completo diminuiu de 51% em 2006 para 32,1% em 2018, a participação daqueles com ensino médio incompleto e completo saltou de 47,2% para 62,7% e a participação daqueles com ensino superior incompleto e completo aumentou de 1,8% para 5,2% no mesmo período. Já a Tabela 50 mostra que entre 2006 e 2018 ocorreu também um aumento relativo no nível de remuneração dos trabalhadores formais em fazendas de grãos de Sorriso: enquanto a participação de trabalhadores que recebem até 2 salários mínimos diminuiu de 59,6% em 2006 para 42,1% em 2018, a participação daqueles com remuneração registrada de 2 a 5 salários mínimos aumentou de 37,8% para 53,7% no mesmo período.

Tabela 48: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no cultivo de soja e milho por grau de escolaridade em Sorriso entre 2006 e 2018

Grau de escolaridade	2006	%	2010	%	2014	%	2018	%
Analfabeto	11	0,68	22	0,98	20	0,81	23	0,83
Fundamental I incompleto	56	3,45	101	4,52	151	6,14	182	6,58
Fundamental I completo	117	7,2	130	5,81	124	5,04	120	4,34
Fundamental II incompleto	351	21,6	438	19,59	269	10,93	301	10,88
Fundamental II completo	294	18,09	315	14,09	300	12,19	263	9,50
Médio incompleto	479	29,48	601	26,88	499	20,28	350	12,65
Médio completo	288	17,72	566	25,31	979	39,78	1.384	50,02
Superior incompleto	8	0,49	15	0,67	35	1,42	40	1,45
Superior completo	21	1,29	48	2,15	83	3,37	104	3,76
Mestrado	0	0	0	0	1	0,04	0	0
Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.625	100	2.236	100	2.461	100	2.767	100

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

Tabela 49: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no cultivo de soja e milho por faixa de remuneração média em Sorriso entre 2006 e 2018

Faixa de remuneração média (SM)	2006	%	2010	%	2014	%	2018	%
Até 0,5	3	0,18	2	0,09	6	0,24	4	0,14
0,5 a 1	35	2,15	38	1,7	35	1,42	47	1,7
1 a 1,5	511	31,45	716	32,02	570	23,16	482	17,42
1,5 a 2	420	25,85	570	25,49	536	21,78	633	22,88
2 a 3	419	25,78	603	26,97	839	34,09	1.037	37,48
3 a 4	148	9,11	202	9,03	279	11,34	334	12,07
4 a 5	47	2,89	54	2,42	122	4,96	116	4,19
5 a 7	23	1,42	26	1,16	38	1,54	61	2,2
7 a 10	9	0,55	4	0,18	5	0,2	14	0,51
Mais de 10	2	0,12	1	0,04	2	0,08	0	0
{ ñ class }	8	0,49	20	0,89	29	1,18	39	1,41
Total	1.625	100	2.236	100	2.461	100	2.767	100

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

Transformações similares ocorreram também em atividades de armazenamento e processamento agroindustrial de carnes e grãos, como ilustram as Tabelas 51 e 52 abaixo compostas a partir de dados da RAIS acerca de empregados com carteira assinada do município de Sorriso envolvidos entre 2006 e 2018 na fabricação de tortas, farinhas e farelos de sementes oleaginosas e de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho (CNAE 1041-4/00), na fabricação de biocombustíveis, exceto álcool (CNAE 1932-2/00), em atividades de armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos (CNAE 5211-7/99), no abate de bovinos (CNAE 1011-2/01), no abate de aves (CNAE 1012-1/01), no abate de suínos (CNAE 1012-1/03), na fabricação de produtos de carne (CNAE 1013-9/01), na preparação de subprodutos do abate (CNAE 1013-9/02), na preservação de peixes, crustáceos e moluscos (CNAE 1020-1/01), na fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos (CNAE 1020-1/02) e na fabricação de alimentos e pratos prontos, inclusive à base de carnes, aves e peixes (CNAE 1096-1/00). A Tabela 51 mostra que no período entre 2006 e 2018 ocorreu um aumento expressivo no nível educacional dos trabalhadores formais envolvidos nestas atividades em Sorriso: enquanto a participação de trabalhadores com até o ensino fundamental completo diminuiu de 77,3% em 2006 para 36,7% em 2018, a participação daqueles com ensino médio incompleto e completo saltou de 20,4% para 54,2% e a participação daqueles com ensino superior incompleto e completo aumentou de 2,3% para 9,1% no mesmo período. Entretanto, diferentemente do que vimos acerca dos trabalhadores em fazendas de grãos,

a Tabela 52 mostra que entre 2006 e 2018 ocorreu uma deterioração significativa no nível de remuneração dos trabalhadores formais dentro de agroindústrias de grãos e carnes: enquanto a participação de trabalhadores que recebem até 2 salários mínimos aumentou de 62,3% em 2006 para 73,6% em 2018, a participação daqueles com remuneração registrada de 2 a 5 salários mínimos diminuiu de 32,3% para 22,06% no mesmo período. Como veremos a frente, em especial nas agroindústrias processadoras de suínos e de aves no município de Sorriso combinam-se de maneira particularmente inquietante o aumento do grau médio de escolaridade da força de trabalho, a queda relativa no nível de sua remuneração, a frequência de acidentes de trabalho e o excepcional nível de rotatividade, dando origem a espaços em que fermentam de maneira nítida os conflitos e contradições característicos da classe trabalhadora subordinada ao “agronegócio”.

Tabela 50: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no armazenamento e processamento agroindustrial de grãos e carnes por grau de escolaridade no município de Sorriso entre 2006 e 2018

Grau de escolaridade	2006	%	2010	%	2014	%	2018	%
Analfabeto	2	0,57	9	0,98	37	3,65	16	1,16
Fundamental I incompleto	26	7,37	56	6,11	66	6,5	72	5,24
Fundamental I completo	15	4,25	40	4,36	47	4,63	49	3,57
Fundamental II incompleto	164	46,46	188	20,5	109	10,74	140	10,19
Fundamental II completo	66	18,7	235	25,63	151	14,88	227	16,52
Médio incompleto	31	8,78	117	12,76	137	13,5	147	10,70
Médio completo	41	11,61	195	21,26	402	39,61	598	43,52
Superior incompleto	2	0,57	7	0,76	18	1,77	61	4,44
Superior completo	6	1,7	70	7,63	48	4,73	64	4,66
Mestrado	0	0	0	0	0	0	0	0
Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	353	100	917	100	1.015	100	1.374	100

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

Tabela 51: Número de pessoas empregadas com carteira assinada no armazenamento e processamento agroindustrial de grãos e carnes por faixa de remuneração média no município de Sorriso entre 2006 e 2018

Faixa de remuneração média (SM)	2006	%	2010	%	2014	%	2018	%
Até 0,5	0	0	0	0	2	0,2	0	0
0,5 a 1	2	0,57	25	2,73	31	3,05	31	2,26
1 a 1,5	40	11,33	378	41,22	415	40,89	465	33,84
1,5 a 2	178	50,42	234	25,52	284	27,98	515	37,48
2 a 3	91	25,78	167	18,21	160	15,76	205	14,92
3 a 4	17	4,82	51	5,56	53	5,22	71	5,17
4 a 5	6	1,70	19	2,07	23	2,27	27	1,97
5 a 7	7	1,98	11	1,2	22	2,17	27	1,97
7 a 10	4	1,13	13	1,42	5	0,49	14	1,02
Mais de 10	3	0,85	6	0,65	4	0,39	4	0,29
{ ñ class }	5	1,42	13	1,42	16	1,58	15	1,09
Total	353	100	917	100	1.015	100	1.374	100

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

Por fim, mudanças semelhantes ocorreram também em atividades relacionadas à construção civil em Sorriso, como mostram as tabelas 53 e 54 abaixo compiladas com informações obtidas junto à RAIS acerca de empregados com carteira assinada no município envolvidos na construção de edifícios (CNAE 4120-4/00), em obras de urbanização como ruas, praças e calçadas (CNAE 4213-8/00) e na construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas (CNAE 4222-7/01). A Tabela 53 mostra que no período entre 2006 e 2018 houve novamente uma elevação no nível educacional dos empregados com carteira assinada envolvidos nestas atividades: enquanto a participação de trabalhadores com até o ensino fundamental completo reduziu-se de 74,6% em 2006 para 51,2% em 2018, a participação daqueles com ensino médio incompleto e completo subiu de 22,7% para 43,4% e a participação daqueles com ensino superior incompleto e completo aumentou de 2,6% para 5,3% no mesmo período. Já a Tabela 54 mostra que entre 2006 e 2018 houve também aumento relativo no nível de remuneração dos trabalhadores formais envolvidos na construção civil em Sorriso: enquanto a participação de trabalhadores que recebiam até 2 salários mínimos reduziu-se de 80,2% em 2006 para 65,6% em 2018, a participação daqueles com remuneração registrada de 2 a 5 salários mínimos aumentou de 16,4% para 30,6% no mesmo período.

Tabela 52: Número de pessoas empregadas com carteira assinada na construção de edifícios, em obras de urbanização e na construção de redes de água e esgoto por grau de escolaridade em Sorriso entre 2006 e 2018

Grau de escolaridade	2006	%	2010	%	2014	%	2018	%
Analfabeto	11	1,62	39	1,83	21	2,12	23	2,72
Fundamental I incompleto	147	21,68	326	15,26	77	7,76	113	13,37
Fundamental I completo	77	11,36	325	15,22	33	3,33	59	6,98
Fundamental II incompleto	197	29,06	526	24,63	218	21,98	183	21,66
Fundamental II completo	74	10,91	318	14,86	120	12,1	55	6,51
Médio incompleto	87	12,83	123	5,76	50	5,04	58	6,86
Médio completo	67	9,88	406	19,01	421	42,22	309	36,57
Superior incompleto	7	1,03	20	0,94	18	1,81	19	2,25
Superior completo	11	1,62	53	2,48	34	3,43	26	3,08
Total	678	100	2.136	100	992	100	845	100

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

Tabela 53: Número de pessoas empregadas com carteira assinada na construção de edifícios, em obras de urbanização e na construção de redes de água e esgoto por faixa de remuneração média no município de Sorriso entre 2006 e 2018

Faixa de remuneração média (SM)	2006	%	2010	%	2014	%	2018	%
Até 0,5	0	0	2	0,09	3	0,3	0	0
0,5 a 1	8	1,18	31	1,45	12	1,21	7	0,83
1 a 1,5	336	49,56	647	30,29	194	19,56	214	25,33
1,5 a 2	200	29,5	657	30,76	339	34,17	333	39,41
2 a 3	84	12,39	487	22,8	303	30,54	210	24,85
3 a 4	22	3,24	103	4,82	59	5,95	38	4,5
4 a 5	5	0,74	71	3,32	27	2,72	11	1,3
5 a 7	12	1,77	68	3,18	31	3,13	12	1,42
7 a 10	2	0,29	33	1,54	10	1,01	3	0,36
Mais de 10	1	0,15	19	0,89	1	0,1	0	0
{ ñ class }	8	1,18	18	0,84	13	1,31	17	2,01
Total	678	100	2.136	100	992	100	845	100

(MTE – Relação Anual de Informações Sociais)

Para além destes dados acerca de vínculos empregatícios com carteira assinada, uma quantidade crescente de trabalhadores não qualificados no município de Sorriso vem sendo absorvida por cooperativas responsáveis por limpeza e serviços urbanos diversos. Destaca-se no município a Cooperativa de Trabalho dos Prestadores de Serviço de Sorriso (Coopserv's), com cerca de 2 mil associados efetivamente prestando serviços a 10 prefeituras mato-grossenses e a empresas privadas nos estados do Mato Grosso e do Pará. A Coopserv's tinha em 2018 como principal contratante a Prefeitura de Sorriso e mobilizava 450 cooperados nas áreas da limpeza, da coleta de lixo e da merenda escolar. Destaca-se também no município a Cooperativa do Vale do Teles Pires (CooperVale), com cerca de 4 mil associados ativos em 23 municípios, 230 dos quais apenas em Sorriso. Diversas reportagens relatam uma série de processos abertos em período recente contra estas cooperativas, envolvendo fraudes trabalhistas, fraudes em pagamentos realizados pelo poder público e descumprimentos de normas de saúde e segurança dos trabalhadores. Como exemplo, em 12/2014 o Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizou ação civil pública contra a Coopserv's por fraude trabalhista, argumentando que a entidade atuava como intermediadora ilícita de mão-de-obra para burlar verbas trabalhistas e previdenciárias. Segundo a procuradora do Trabalho Thalma Rosa de Almeida, os supostos "cooperados" formavam com a entidade vínculo com os requisitos caracterizadores de uma relação de emprego, na medida em que recebiam ordens tanto de terceiros como da própria diretoria e eram submetidos a controle de frequência e jornada (MPT notícias, "Cooperativa é processada por fraudes trabalhistas", 15/12/2014). Similarmente, em 05/2017 uma auditoria realizada pela 1º Relatoria do Tribunal de Contas do estado do Mato Grosso detectou irregularidades nos pagamentos realizados pela Prefeitura de Sorriso por serviços terceirizados contratados com a Coopserv's, decorrentes da ausência pelo poder público municipal de mecanismos transparentes de controle tanto do número de cooperados, como de horas efetivamente trabalhadas. (Folhamax, "TCE flagra fraudes em contratações de terceirizados em Sorriso", 24/05/2017). Mais recentemente, em 01/2019 a Justiça do Trabalho concedeu liminares em duas ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho contra a Cooperativa de Trabalho dos Prestadores de Serviços de Sorriso (Coopserv's) e a Cooperativa de Trabalho Vale do Teles Pires (Coopervale), exigindo que as entidades cumpram normas trabalhistas de saúde e segurança nos serviços de manutenção de iluminação pública e de coleta de resíduos oferecidos ao poder público municipal (Ponto na curva, "Justiça obriga cooperativas a cumprirem normas trabalhistas", 09/01/2019)

Parcela significativa desta força de trabalho que se constituiu no município de Sorriso durante as últimas décadas corresponde ao que Ruy Braga denominou *precariado*, fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas. Trata-se de uma fração de trabalhadores assalariados que se encontra em permanente trânsito entre a possibilidade de exclusão e o aprofundamento da exploração econômica, distinta da massa pauperizada composta por indigentes ou incapacitados para o trabalho bem como dos setores profissionais com maior remuneração, qualificação e estabilidade (Braga, 2012, p. 19). Em sua interpretação acerca da política do precariado no Brasil, Braga parte da problematização de leituras sociológicas clássicas sobre o jovem operariado oriundo do Nordeste para indústrias do Sudeste entre os anos 1950 e 1960, supostamente caracterizado por um comportamento passivo e individualista avesso à formação de uma consciência de classe e de modernas organizações políticas e sindicais. Segundo estas leituras, este jovem operariado seria marcado pela resiliência de modos de vida tradicionais rurais e por um sentimento de inépcia em sua auto-construção política, que o levariam a enxergar a manipulação por lideranças carismáticas interessadas no jogo eleitoral como única via possível de participação das massas na vida política nacional. Em contraponto, Braga propõe-se recuperar leituras sociológicas relegadas a relativo esquecimento que destacavam o *estado permanente de inquietação social* deste jovem operariado migrante face à incapacidade crônica do capitalismo periférico em conciliar acumulação de capital com extensão da cidadania salarial à população como um todo. Nesta perspectiva, o pacto populista no Brasil teria resultado não em uma neutralização do conflito de classes em meio à industrialização tardia, mas em um instável equilíbrio entre a incorporação relativa de demandas de parte dos trabalhadores assalariados e as insatisfações populares com tendência latente a se converter em ameaças ao status quo (Braga, 2012, p. 119).

A partir desta revisão crítica, Ruy Braga interpreta o lulismo como uma suspensão a um novo patamar histórico do modo populista de regulação do conflito entre classes, atualizando a articulação entre o consentimento passivo das massas por meio de políticas públicas redistributivas e modestos ganhos salariais e o consentimento ativo de direções sindicais por meio de sua integração ao aparelho de Estado e aos fundos de pensão. Segundo esta interpretação, o ciclo de governos federais do Partido dos Trabalhadores após 2002 teria representado uma gestão burocrática dos conflitos sociais que teve como principal consequência uma despolitização generalizada das lutas populares no Brasil,

promovendo a pacificação das fontes de trabalho barato no país através de uma relativa desconcentração de renda na base da pirâmide salarial a fim de garantir uma concentração severa de capital financeiro no cume do regime de acumulação (Braga, 2012, p.225). Entretanto, na medida em que as políticas públicas levadas a cabo pelos governos petistas se mantiveram novamente aprisionadas nos estreitos limites do capitalismo periférico, elas não foram capazes de neutralizar o estado de inquietação social do precariado potencializado pela crescente frustração de suas expectativas de ascensão socioeconômica que gradualmente corroeu a hegemonia lulista ao longo dos anos 2010. Enfatizando a contradição entre a percepção de um modesto progresso material do precariado e a angústia inerente à reprodução de sua subalternidade econômica e política, Braga convida-nos a uma investigação sociológica dos indícios ainda que inorgânicos e amorfos de inquietação operária que subjazem à aparente quietude e satisfação desta fração da classe trabalhadora em face dos modestos alívios nas condições de sua existência sob o lulismo (Braga, 2012, p. 133).

Esta inquietação de trabalhadores envolvidos em Sorriso em fazendas de grãos, em agroindústrias, em atividades de construção civil e na manutenção do espaço urbano parece assumir predominantemente a forma de uma excepcional rotatividade e de um *contínuo deslocamento* circular entre as “cidades do agronegócio” no Mato Grosso e seus estados de origem na região Nordeste, com destaque especialmente para o Maranhão. Ariana Rumstain investigou em seu doutorado a dinâmica deste movimento pendular entre um povoado rural próximo ao município maranhense de Presidente Dutra e as regiões mato-grossenses produtoras de soja, em especial Sorriso (Rumstain, 2015). Dentre os motivos relatados por trabalhadores para sua *partida do Maranhão*, a autora destaca primeiramente a relativa retração do trabalho na roça tido como árduo e incerto, paralela a uma crescente integração das famílias ao mercado possibilitada por programas de transferência de renda do governo federal e por remessas de parentes que migraram. Para além de determinações econômicas, a autora destaca também como razões para a partida um caleidoscópio de crises nos laços de solidariedade entre parentes e vizinhos, envolvendo zangas entre a autoridade dos pais e os filhos, intrigas quanto ao comportamento sexual de filhas e esposas ou questões envolvendo terras entre vizinhos. A autora por fim também enfatiza a saída para o mundo aos olhos de jovens trabalhadores maranhenses como uma aventura para além dos limites morais dos locais de origem, assim como uma fonte de conhecimentos acerca de formas diferentes de se relacionar,

viver e trabalhar que podem ou não abrir novas oportunidades (Rumstain, 2015, p. 127). Em contraponto, dentre os motivos relatados por trabalhadores para seu *retorno ao Maranhão*, a autora destaca a realização de planos já formulados anteriormente e tidos como inalcançáveis apenas com os recursos econômicos à disposição no local de origem, como o pagamento de empréstimos da agricultura familiar, a compra de gado, a abertura de um estabelecimento comercial, a construção de uma casa, a compra de uma motocicleta, a aquisição de móveis, eletrodomésticos ou outros bens de consumo, etc. Ademais, a autora destaca como motivação para o retorno à casa a angústia decorrente da subalternidade e do não pertencimento ao território do município de Sorriso seja devido ao isolamento dos alojamentos das fazendas, seja devido ao preconceito vivido na cidade, o que intensificaria o valor moral das relações de parentesco, vizinhança e compadrio no estado de origem e o sentimento de saudades em especial com relação à figura materna. Por fim, dentre as razões da volta destes trabalhadores para o Maranhão a autora destaca o que relatam como sofrimento perante a intensidade e as condições de trabalho, especialmente no que diz respeito às longas jornadas no interior das fazendas durante a safra de soja³⁹ e aos acidentes em fazendas, em agroindústrias e na construção civil⁴⁰ (Rumstain, 2015, p. 120). Estes trabalhadores parecem portanto marcados por uma hibridez em que se fundem modos de vida de diferentes temporalidades da história, de maneira que saem do Maranhão ao Mato Grosso em resposta à corrosão de seu mundo tradicional rural e retornam do Mato Grosso ao Maranhão em resposta à inquietação perante o mundo do trabalho e o espaço urbano nas chamadas “cidades do agronegócio”. Longe de um estado de espírito marcado pela satisfação ou passividade, esta fração da classe trabalhadora corporifica os impasses do processo de modernização no Brasil que lhes aparece como a experiência do trecho, ou seja, uma infindável fuga para frente. Rumstain assim descreve brevemente a trajetória de dois destes sujeitos:

³⁹ Segundo o Observatório de Segurança e Saúde do Trabalho, cerca de 44,7% das pessoas ocupadas em 2010 em Sorriso realizavam jornada de trabalho semanal superior a 44 horas (limite máximo estabelecido pela legislação brasileira), proporção que chegava a 53,7% entre os homens e 31,2% entre as mulheres. Esses números colocavam Sorriso neste quesito em 26º lugar entre os 141 municípios do estado do Mato Grosso e em 512º lugar entre os 5.565 municípios do país naquele ano. (<https://smartlabbr.org/trabalhodecente/localidade/5107925?dimensao=jornada>)

⁴⁰ Segundo o Observatório de Segurança e Saúde do Trabalho houve 531 notificações de acidentes de trabalho envolvendo trabalhadores com carteira assinada no ano de 2018 em Sorriso, colocando-o neste quesito em 5º lugar entre os 141 municípios do estado do Mato Grosso e em 205º lugar entre os 5.570 municípios do país. A mesma fonte estima a existência de outros 144 acidentes em 2018 não notificados em Sorriso. (<https://smartlabbr.org/sst/localidade/5107925?dimensao=frequenciaAcidentes>)

“João conta que tinha 180 hectares de terra quando partiu, uma roça na qual ele cultivava arroz, feijão, mandioca, milho, abóbora, melancia, quiabo e maxixe. No inverno que é fraco, em que chove pouco, ele ‘dá diária’ nas terras dos outros: ajuda na pastagem do gado, nas cerâmicas da região, no carvão e na roça dos outros. É difícil ter carteira assinada no Maranhão, acrescenta o trabalhador. Nascido em Pé do Morro (MA), João diz que veio para o Mato Grosso em busca de um sonho: uma casa melhor, com oito cômodos. ‘O problema é que um sonho vai puxando outros sonhos’, diz João. A casa dele era de adobe (tijolo de terra, esterco, palha e água), o telhado era de palha, sem banheiro e ele andava de moto velha (o que já era muito, considerando que segundo ele a maioria andava de bicicleta). Quando foi para o Mato Grosso, ele desejava uma casa de tijolo, com telha, banheiro, pia dentro da casa, cerâmica no chão, banheiro, lavanderia, além de comprar uma moto nova. Para cumprir o planejado ele foi e voltou várias vezes. A primeira vez que João veio, em 2006, ele ficou 4 meses e 17 dias. Disse que foi muito ruim ficar longe da família, mas foi muito bom como experiência de trabalho. Na primeira vez, ele fez um contrato de safra e seu encarregado pediu para renovar, mas ele não quis porque sentia saudades da família. Conseguiu juntar R\$2.500,00. Com esse dinheiro não conseguiu trocar de moto, mas reformou o veículo e também iniciou a construção da casa. Com o dinheiro que mandava, total de R\$1.200,00 pelos quatro meses que passou fora, a mulher comprava comida e comprou um guarda roupa. [...] Santos recorda que, quando trabalhava no Mato Grosso, ele ganhava pouco na fazenda e, além disso, tinha que pagar as despesas pessoais e o aluguel, que não eram por conta da fazenda. Juntava muito pouco dinheiro e não enviava a Nena porque, segundo ele, o dinheiro que ela ganhava do Bolsa Família, em torno de R\$100,00, dava para ela e o filho comerem. Com o pouco dinheiro que juntou trabalhando fora, ele comprou um terreno (R\$1.200,00) com uma casa de taipa para a família. Depois, em outra oportunidade, juntou dinheiro e cobriu a casa de telha” (Rumstain, 2015, p. 210)

Com acesso a apenas uma parte da complexa dinâmica deste movimento pendular, os setores dominantes de cidades como Sorriso queixam-se da escassez de mão de obra qualificada e representam frequentemente esta força de trabalho oriunda de estados do Nordeste como movida por extrema necessidade econômica, dotada de um comportamento errático e imprevisível, incapaz de cálculo econômico racional, inclinada a despendar os ganhos em bares e bordeis e desprovida de laços de solidariedade familiar. Neste contexto, a demanda patronal por uma maior *qualificação* não se resume à exigência de que os trabalhadores apenas adquiram conhecimentos técnicos para operar um maquinário cada vez mais sofisticado, mas também que formem um novo ethos e incorporem os parâmetros políticos e culturais adequados à sociedade do “agronegócio”.

Por um lado, uma série de instituições de ensino instalaram-se neste contexto durante as últimas décadas em Sorriso para atender à crescente demanda por trabalho intelectual em fazendas, em agroindústrias e em serviços na região, com destaque para as unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), da Universidade de Cuiabá (Unic) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Ainda que esta não seja a experiência da maior parte dos trabalhadores neste município, a perspectiva de filhos concluírem o ensino médio ou mesmo ingressarem no ensino superior aparece de fato como importante vetor de fixação das famílias em Sorriso, distanciando-as em termos relativos dos horizontes sociais dos seus estados de origem. Por outro lado, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010 em Sorriso cerca de 23,1 mil pessoas com 15 anos ou mais permaneciam sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (48% da população) e outras 10,6 mil pessoas permaneciam com ensino fundamental completo ou médio incompleto (22% da população), enquanto cerca de 10,6 mil pessoas tinham ensino médio completo ou superior incompleto (22% da população) e outras 3,9 mil pessoas tinham ensino superior completo (8% da população). Conforme as informações do gráfico 13 abaixo, desde então ampliou-se a distância entre o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio em Sorriso. Em 2018 houve em média de 1.408 matrículas por série do Ensino Fundamental e 1.208 por série do Ensino Médio, indício da evasão de centenas de jovens devido à migração de sua família e/ou à relativa descrença na educação como mecanismo de ascensão social. Desde esta perspectiva, o imperativo da qualificação da força de trabalho explicita a tensão entre as promessas de integração à ordem do “agronegócio” e as frustrações perante a permanência de sua subalternidade no mundo do trabalho e no espaço urbano.

Gráfico 13: Número de matrículas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio em Sorriso entre 2010 e 2018

(IBGE – Censo Escolar)

Com base nestas formulações, analisaremos a seguir trechos de entrevistas realizadas em julho de 2018 e em julho de 2019 com os trabalhadores assalariados de fazendas de grãos, de agroindústrias e da construção civil no município de Sorriso - MT. Foram realizadas 30 entrevistas com estes sujeitos preferencialmente em seus locais de moradia em áreas periféricas da cidade, mas também por vezes no interior das empresas em que trabalhavam ou em instituições de ensino médio ou superior em que estudavam. Inicialmente, as entrevistas tiveram como foco as inquietações com as condições de trabalho no município, com destaque para possíveis experiências de superexploração, para tensões étnico-culturais com patrões e encarregados acerca de diferentes percepções quanto ao trabalho e ao lazer, para a diminuição da demanda de trabalho braçal não qualificado na região, para conflitos pelo não cumprimento de legislação trabalhista, etc. Neste contexto, buscamos investigar a maneira como estas inquietações ganham forma individual e coletiva através de uma ampla rede de contatos e apoio que possibilita tanto o deslocamento periódico destes trabalhadores desde seus estados natais na região Nordeste, quanto sua permanência por maior ou menor período no município de Sorriso. Por fim, buscamos investigar também a perspectiva destes trabalhadores acerca da crescente demanda patronal por maior qualificação, interpretada alternativamente como valiosa ferramenta de ascensão socioeconômica dentro do município ou como fonte de frustração face a transformações tidas como insuficientes em sua condição de subalternidade na “capital do agronegócio”.

Inquietações com o mundo do trabalho e deslocamentos da força de trabalho

Os seguintes trechos de entrevistas com trabalhadores assalariados no município de Sorriso realizadas entre 2018 e 2019 retratam uma acelerada transformação e complexificação do mundo do trabalho local, resultando em uma já analisada sucessão e superposição de relações sociais características de diferentes temporalidades da história. Inicialmente, destacam-se os relatos acerca de um passado ainda recente marcado por condições de informalidade e super-exploração de trabalhadores braçais envolvidos em especial no processo de limpeza do terreno das fazendas, a chamada “catação de raízes”. O primeiro trecho abaixo é o relato de um trabalhador aliciado em 2012 por um “gato” em sua região de origem no Maranhão para trabalhar em uma fazenda no município de Sinop em condições análogas à escravidão, semelhantes às descritas no primeiro capítulo. De maneira condizente com o que vimos anteriormente, o trabalhador narra as circunstâncias de sua fuga da fazenda em direção ao município de Sorriso com o amparo

de relações de solidariedade familiar e de vizinhança com base em ascendência comum. Por sua vez, o segundo trecho destacado abaixo é o relato de um trabalhador originário de um município no interior do Maranhão, onde se dedicava junto a sua família ao trabalho agrícola voltado à subsistência e à comercialização do excedente produzido. Novamente conforme o que vimos em nossa tese, este entrevistado descreve uma relação de produção em Sorriso no início dos anos 2000 marcada pela flagrante informalidade no que toca ao registro em carteira e às condições mínimas de trabalho e moradia na fazenda. Em ambos os casos, estes trabalhadores relatam relações sociais que não são atualmente hegemônicas nas principais regiões produtoras de soja e milho do estado do Mato Grosso, mas que ainda assim compõem a memória recente de uma grande quantidade de trabalhadores rurais que ao longo das últimas décadas contribuíram em condições precárias para a abertura das gigantescas fazendas nos municípios de Sorriso e região.

“Eu nasci no Maranhão, em uma cidade chamada Joselândia. A maioria das pessoas no Maranhão trabalha fazendo roça. quebrando coco, fazendo carvão, essas coisa... Daí eu saí de lá porque eu sonho com uma vida melhor, com um serviço fixo, né? Lá não tem indústria, empresa pra empregar muita gente, então a gente sai pra procurar serviço, que o sonho da maioria do maranhense é ter uma carteira assinada. [...] Eu tava lá no Maranhão, aí um gato... gato é um intermediador que pega gente pra trabalhar já combinado com o fazendeiro... ele mandou pra mim e eu vim pra Sinop catar raiz. Já tava trabalhando quando eu descobri que o fazendeiro não ia me pagar, era um trabalho que foi de graça. Nós saía pra trabalhar 5h da manhã, a comida só chegava 2h da tarde e a gente largava o serviço às 7h da noite. Eu trabalhei assim um mês e não recebi, foi aí que eu descobri que tinha que trabalhar lá escravo. Aí a minha família conseguiu 50 reais e mandou pra mim, eu peguei o ônibus que saía da fazenda e trazia o pessoal pra cidade, aí eu fugi pra cá mais dois amigos. Chegamos em Sorriso os três rodados, mas quando deu 9h da noite chegou um senhor de idade e perguntou: ‘Vocês são maranhenses?’ ‘Somos’ ‘Eu também sou maranhense. Vocês estão rodado?’. Falei: ‘Nós tamo rodado, sem lugar pra dormir, sem comer, sem dinheiro’. Ele falou: ‘Oh, eu tenho uma casa, não vou mentir pra você, eu sou cachaceiro, ela tá abandonada, mas se vocês quiser ir passar a noite lá, eu deixo’. Nós fomos, chegamos lá não tinha porta, não tinha janela, não tinha nada” (Trabalhador no bairro São Domingos, 07/2018)

“Eu sou de São Domingos do Maranhão. Minha família lá, nós somos agricultor. Começamos em terra dos outros, arrendado, depois compramos, são 65 hectares. A gente planta arroz, milho, feijão, batata, essas coisas, só não soja... Se bem que hoje já plantam soja lá, hoje o pessoal daqui já foi lá, eu nem acreditava que no fundão mesmo desse, mas parece que a terra é boa e o pessoal hoje tão comprando tudo lá. [...] Eu vim pra cá em 2003, nessa época eu vim pra cá pra ganhar e sobreviver. A fofoca era muito grande, o nome da cidade era muito grande, era isso, era aquilo e apesar de tudo a gente veio. Eu vim ainda pra trabalhar em lavoura, recolher raiz. A demanda dos grandes fazendeiros era bastante, era muito bom pra emprego nessa área de roça. Pessoal lá do nordeste já é acostumado com essa área e o pessoal daqui tinha dinheiro e não tem costume de pegar no pesado. A gente vinha e ficava numa agência dessas de turismo e os fazendeiros andava caçando a gente pra trabalhar, vinha os fazendeiros com caminhonete, ‘*eu quero 5 ou 6 peão*’, os caras andava atrás dos peão pra trabalhar, só que aí não registrava. Tinha bastante serviço, mas pra você ver como as coisas eram atrasadas, não tinha nem alojamento bom, qualificado pra gente ficar com um conforto melhor. Pro peão no meu tempo era barraca de lona, cê achava um córrego aí e fazia uma barraca, não tinha nem água tratada pra beber” (Trabalhador no bairro Boa Esperança, 07/2018)

A maior parte das entrevistas que conduzimos com trabalhadores rurais em Sorriso descreve relações de produção presentemente marcadas por uma crescente formalização, mas também por um crescente progresso técnico no maquinário agrícola que cada vez mais vem reduzindo a demanda por trabalho braçal dentro de fazendas de grãos da região. O primeiro trecho de entrevista destacado abaixo é com um diretor do Sindicato dos Movimentadores de Mercadorias de Sorriso, que nos anos 1990 teve atuação significativa contra a informalidade dos “gatos” segundo reportagens do jornal “*Folha do Cerrado*”. O trecho é uma ilustração típica das ambiguidades que marcam o discurso de trabalhadores e lideranças sindicais acerca das melhorias das condições de trabalho local, que teriam sido acompanhadas de uma tendencial substituição da mão de obra braçal antes envolvida na movimentação de sacaria de 50 kg por ‘bags’ transportados por máquinas. O segundo fragmento de entrevista destacado abaixo é com um ‘peão de trecho’ que se encontrava então reduzido à condição de morador de rua, radicalmente desterritorializado e privado de quaisquer relações mínimas de solidariedade que lhe servissem de amparo. Este trabalhador descreve com um grau surpreendente de clareza o processo de

marginalização da mão de obra não qualificada em meio ao avanço da chamada “agricultura de precisão” com base em máquinas automáticas sobre as fazendas da região. De modo condizente com o que vimos nos primeiros capítulos de nossa tese, este trabalhador descreve o processo de desagregação de sua identidade social que o converteu em resíduo ora invisível, ora ameaçador a perambular pelas “cidades do agronegócio”. Em ambos os casos, os relatos destes trabalhadores ecoam uma profunda mudança no mercado de trabalho do Brasil como um todo e do estado do Mato Grosso em particular: a tendência ao longo das últimas décadas à drástica redução da capacidade de absorção de força de trabalho pouco ou não qualificada no interior de atividades agrícolas.

“Eu natural sou de Morro Agudo de Goiás, meu pai era vaqueiro em fazenda dos outros. De lá nós fomos para Xinguara no Sul do Pará tentar caçar melhora, naquele tempo tinha aquelas conversas de grilo de terra, daí nós fomos iludido pra lá... Chegou ali logo meu pai faleceu, ele faleceu com 47 anos e minha mãe com 42. Hoje eu tenho 53, eu me olho no espelho, vejo a foto do meu pai quando ele faleceu, meu pai tava velhinho, acabado de trabalhar na roça. Eu hoje tô menino junto dele. [...] Cheguei aqui em Sorriso em 1994, fui morar mais dezoito dentro de um quarto. Trabalhava na lenha, no ponto de enxada, naquele tempo faltava braçada aqui. Era catação de raiz e descarregador de sacaria, saquinho de 50 kg. Difícil demais aquilo. Naquele tempo nós mexia com arroz ensacado, adubo ensacado e a descarga de grão no rodo. Hoje mecanizaram tudo, então a braçada todo ano vai diminuindo. Raiz não tem mais, saco de adubo de 50 kg não tem mais, foi substituído pelo bag, então a fazenda trabalha com pouca gente, quase não tem braçal, só máquina. Tanto que quando eu entrei aqui nós ganhava em torno de 50, 60 reais por dia e hoje, 25 anos depois, nós estamos ganhando quase a mesma coisa, a diária hoje custa 70 reais. Por outro lado, o negócio começou a ficar mais organizado dos anos 2000 pra cá, formalizou mais porque o Ministério Público bateu muito em cima... Só que naquele tempo, eu até brinco com os meninos, nós tinha uns caras mais fortes pra trabalhar, as equipes hoje é fraca. Eu mesmo começava às 7 horas da manhã, ia até as 10 horas da noite, não tinha horário de almoço, era feliz da vida. Hoje o funcionário trabalha 8 horas, ele pega às 7h e para às 3h da tarde, se você pede pra ele ficar até 5h ele fecha a cara, ele não quer. Os peões são mais fracos...” (Diretor do sindicato dos movimentadores de carga de Sorriso, 07/2019)

“Eu vim do Paraná, atrás de serviço no mundão, que hoje em dia serviço tá difícil. Cê não sabe onde é que tem. Chegando em Rondonópolis, disseram que aqui ia abrir uma usina de álcool de milho, mas chegando aqui não encontrei nada. Daí o que acontece? Eu tô na rua, falando com a população da cidade pra ver se pode me ajudar. Aí tem uns que atende você bem, mas tem uns que atende na ignorância. [...] Eu tô no trecho há cinquenta anos, já trabalhei em tudo, corte de cana, machado, foice, motosserra. Já trabalhei de serviços gerais em tudo. E nisso eu me ferrei por que nessa história de trabalhar, trabalhar, trabalhar eu esqueci de me qualificar. A internet vem entrando, a tecnologia vai avançando e eu fiquei pra trás. E agora, o que acontece? Você vai pegar em uma fazenda pra trabalhar, tem maquinário tudo escrito em inglês, tudo automático, tudo no botão, não tem mais marcha, não tem mais nada. Antigamente você ia trabalhar em uma fazenda, cê não precisava de carteira de motorista. Hoje você tem que ter, dependendo do maquinário que você vai pegar, tem que ter carteira de motorista profissional. Então tá difícil o mundo... [...] O que eu ganhar de hoje pra amanhã eu vou seguir pra frente e vou embora, eu vou ver onde que eu vou parar. Pode ver a dificuldade, eu perdi a carteria de identidade lá em Primavera do Leste, coloquei no bolso assim, depois fui caçar e não achei mais. E aqui no Mato Grosso é de três a quatro meses pra eles te entregar uma nova. E aí? Eu tô na rua, a assistente social não dá abrigo, não dá nada. Como é que eu vou fazer essa carteira? Em Cuiabá disseram que entregava com cinco dias. Passei lá, disseram que era de um mês a quarenta e cinco dias. Como é que eu vou?” (Peão de trecho, 07/2019)

Neste contexto, os trabalhadores característicos em fazendas de Sorriso atualmente são os *safristas* que periodicamente afluem para o meio norte do Mato Grosso vindos especialmente do Maranhão para realizar os serviços gerais de apoio à colheita de grãos e os *operadores de máquinas* que geralmente são empregados fixos com nível significativamente mais alto de qualificação técnica, poder econômico e prestígio social. Exemplo do modo de pensar e viver de safristas no momento de nossa pesquisa de campo, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo é com um trabalhador rural sem terras de ascendência maranhense que relata ser possível acumular R\$ 5 mil durante o período de 90 dias no período de colheita da soja, caso se possa evitar o pagamento de aluguel. Este depoimento ecoa o senso comum em Sorriso ao afirmar que o aluguel no valor médio de R\$ 500 mensais por uma kitnet com banheiro é o principal obstáculo para qualquer

acúmulo de recursos por parte de trabalhadores que recebem entre 1 e 2 salários mínimos. Este trabalhador também ecoa uma percepção generalizada dos entrevistados ao afirmar que atualmente tem se tornado mais difícil encontrar empregos fora da safra na região, levando mais trabalhadores a seguir em seu permanente estado de mobilidade espacial. Por sua vez, o segundo trecho de entrevista abaixo com um operador de colheitadeira relata o contato com esta tecnologia desde a juventude por meio de relações familiares, comum em depoimentos de trabalhadores em especial oriundos das regiões Sul e Sudeste. Pesquisa no acervo do jornal local “*Folha do Cerrado*” mostra já a partir da segunda metade da década de 1990 uma proliferação de anúncios de cursos para operadores oferecidos por fabricantes e concessionárias de máquinas e implementos agrícolas, entretanto os operadores entrevistados relataram predominantemente vias informais e escassas de acesso às tecnologias que hoje moldam o cotidiano de trabalho nas fazendas. É perceptível a distinção na auto-imagem deste operador com relação aos demais trabalhadores rurais, devido a sua rara qualificação profissional que o habilita a uma remuneração de 2 até 7 salários mínimos entre salários e bonificações não registradas:

“Eu sou Maranhense, natural de Pedreiras. Lá nós faz é trabalho de roça, trabalha em terra dos outros. Terra nossa nem pra nós morrer. Quando morrer, se achar, enterra naquele pedacinho de terra, se não achar, joga fora... Lá o serviço é devagar e ganha muito pouco, se você trata da roça, lá não dá pra você comer um ano. E aqui você trabalha um mês aqui, dá pra você comprar alimento pra quase um ano lá. Aqui a diária tá de 70 a 80 reais, no Maranhão a diária tá 40 reais. Oh a diferença! Por isso que o cara fica, fica aqui por causa disso, se matando mas o cara fica. [...] Na safra o cabra levanta aqui até 5 mil, 5 e pouco. Porque depois da safra vai todo mundo embora. Eles assinam carteira por 90 dias, acaba aqueles 90 dias, vai procurar outro serviço. Aí fica só os que é de lá mesmo, já tão na fazenda mesmo. Aqui todo mundo pensa que a gente é rico, mas aluguel aqui é 600 e o salário é 1200, 1300, às vezes chega até 1500 reais. Você fazendo muita hora, trabalhando sábado e domingo, às vezes tem feriado no mês você trabalha, você tira hora. [...] Eu mesmo não penso de ficar aqui. Porque assim, aqui tá tão fraco, eu tô com a bicicleta seca a roda só de rodar isso aí. Aí quando acha, acha diária. Quando uma firma tá pegando, a gente quando você vai saber já encerrou. Porque aqui é gente demais, demais. E aí a maioria é desempregado. Aí você corre pra lá, opa fechou” (Trabalhador bairro São Mateus, 07/2018)

“Operador de máquina, ele precisa ter experiência. Lógico que um curso ajuda, mas não adianta você ter um curso, uma vaga teoria... Hoje você paga mil reais num curso básico de operador, ele não vai te ensinar a ciência de operar mesmo, saber o que você tá fazendo, se tá fundo, se tá sobrando semente em cima do solo, o curso não te dá isso, ele só ensina você a ligar e desligar os comandos. Não tem como o cara fazer um curso, chegar em uma fazenda e falar que é operador. Ele vai ter o papel, mas se falar pra ele ir lá no campo pegar o trator e exercer tal função, ele não vai saber. Então na verdade você tem que crescer profissionalmente, eu acho que a maioria dos profissionais faz isso, chega no lugar de auxiliar ou então trabalha com os pais, que foi o meu caso. Eu cresci em fazenda onde meu pai, meus tios trabalhavam, eu fui crescendo junto, adquirindo experiência. E é uma evolução muito grande, antigamente o maquinário era muito pequeno e hoje é muito grande [...] Como a gente já sabe o que faz, eu tenho o maior prazer de sentar na poltrona de uma máquina e saber operar e saber produzir. Eu tenho uma satisfação muito grande em iniciar o ciclo e terminar, desde o plantio, a adubação, a colheita, até a entrega do armazém. Porque na verdade a gente tem uma relação com o contratante, ele precisa que você faça aquele determinado serviço, ele te paga para aquilo. [...] Um operador, é muito variado, mas vamos colocar que ganha de 2 mil a 7 mil reais... 2 mil é o cara que acabou de começar, é igual um advogado, ele se formou mas não tem nem OAB, ele pega uns servicinho e vai cobrar menos, vai entrar no mercado de trabalho. É a mesma coisa, muda um pouco pelos estudos, mas geralmente é a mesma evolução profissional” (Operador de máquina agrícola, 07/2018)

Similarmente, os silos e armazéns de grãos que dominam a paisagem em determinados pontos das “cidades do agronegócio” como Sorriso empregam uma pequena quantidade fixa de *operadores de máquinas* com relativa qualificação técnica e um número maior de *safristas* nos serviços gerais de apoio ao armazenamento de grãos. O primeiro trecho de entrevista destacado abaixo com um trabalhador em um silo de uma cooperativa de grandes fazendeiros da região destaca inicialmente as transformações técnicas já mencionadas que levaram à redução do trabalho braçal envolvido na movimentação de carga no interior dos atuais armazéns a granel de porte cada vez maior. Segundo este depoimento, os silos admitem de maneira terceirizada e periódica trabalhadores braçais envolvidos em serviços gerais como movimentação de lenha para alimentar os secadores que reduzem a umidade dos grãos antes de serem armazenados.

De acordo com este relato, tal força de trabalho em serviços gerais com treinamento inadequado seria particularmente vulnerável aos acidentes e mortes em silos de grãos mencionadas anteriormente, em especial nos momentos da descarga da soja e do milho. Já o segundo trecho de entrevista abaixo com um operador de máquina secadora descreve a trajetória de um trabalhador desde sua juventude em meio à agricultura de subsistência no Maranhão, até sua vinda a Sorriso onde se tornou operador de máquinas secadoras. Este depoimento relata novamente uma via informal e escassa de acesso à qualificação, mencionada em outras entrevistas, por meio de um período inicial de redução da remuneração em troca da oportunidade de aprender a manusear aquele equipamento. Novamente é perceptível na fala do trabalhador uma distinção em sua auto-imagem devido ao domínio da tecnologia, não apenas com relação aos demais trabalhadores envolvidos em serviços gerais, mas também com relação a seu próprio passado camponês:

“Eu sou do Mato Grosso do Sul, meu tempo maior foi Campo Grande. A gente veio pra Diamantina em 86 e em 2002 nós viemos pra cá. Em Campo Grande eu mexia com obras, mas em Diamantina eu passei a trabalhar com armazém. Nós mexia com armazém de arroz, mas era diferente que lá era tudo a sacada, aqui já é a granel. Num armazém daquele ali ó, passa uns 2 milhões de saco de soja. E o milho já tá chegando a isso aí também. Quatro, cinco milhões de saco, como cê ensaca isso aí? [...] Nesse armazém aqui, trabalho operacional são sete pessoas. Agora pra botar lenha no secador, pra passar o rodo, isso aí coisa que a empresa particular que faz. Hoje acho que são mais 25 pessoas pra serviços gerais, fora nossa turma que é fixa [...] Acidente de trabalho acontece muito assim, pega uma pessoa que não entende do serviço... Por exemplo, o apoio da limpeza tá trabalhando lá, aí tem os lugares perigosos que de repente você não pode nem passar perto. A gente que é acostumado, sabe mexer. Mas o cara que não conhece, se machuca. Por exemplo, um silo daquele ali. Se eu tô carregando, não tem tanto problema. Mas se eu tô descarregando, puxando embaixo, ele tá descendo em cima. Se a pessoa também não entende, vai querer entrar pra ver como é que tá lá e às vezes ele não volta mais. Não tem o treinamento que precisa ter, tudo depende do treinamento da situação. A pessoa chega ‘Ah, eu sei mexer com isso. sou operador de secador’. Você tem formação? Trabalhou onde? ‘Ah não trabalhei em lugar nenhum’. Se não trabalhou em lugar nenhum, não sabe mexer” (Trabalhador em silo de grãos, 07/2019)

“Eu sou do Maranhão, sou de perto de Governador de Rocha. Minha família lá trabalha na roça, a gente tem 30 hectares de terra e tira de tudo: arroz, feijão, milho. Mas a gente nem vende, é mais pra o sustento da casa mesmo. Eu saí de lá em 2005, na época eu tinha era curiosidade mesmo de conhecer o Brasil. Eu via tanta gente viajar, daí eu ficava aqui na minha cabeça: *‘eu vou dar uma volta no Brasil’*. Aconteceu de eu vir pra cá e ficar... [...] Na época que eu cheguei aqui eu fui catar raiz, capinar algodão, era esse serviço aí. Depois aprendi a mexer com as máquinas de secar soja, milho, arroz... Por exemplo, eu recebo a soja da lavoura com 20% de umidade, às vezes até mais, você tem que fazer um processo pra ele ficar com 14%, 13,5% de umidade pra você poder jogar no armazém e conservar ele daquele jeito. [...] Aprender a mexer com isso aí no meu ver foi uma oportunidade muito grande, porque na época eu tava ganhando diária de 100, até 200 real dependendo do dia. O cara foi lá chamar duas pessoas pra auxiliar no barracão e reduziu o valor pela metade, passei a ganhar 70 real na época. Mas eu pensei comigo: *‘se eu ficar aqui, o serviço vai acabar, eu vou ficar sem serviço e vai acontecer que eu vou chegar a lugar nenhum’*. Se eu não tivesse aprendido a mexer com armazém, a virar secador, eu acho que eu tinha voltado pro Maranhão. Tava lá trabalhando do mesmo jeito que eu trabalhava antes, fazendo a minha roça lá, três hectares de roça pra comer e o resto trabalhando em serviço geral. Porque foi o que eu aprendi, foi que o meu pai me ensinou. Eu cresci na roça lá no Maranhão, então eu tenho uma experiência grande. A gente se agarra a isso, então eu taria lá, se eu não tivesse aprendido” (Operador de secador, 07/2019)

A partir da década de 2000, as agroindústrias de médio porte que se instalaram no município de Sorriso passaram a absorver ampla parcela da força de trabalho migrante que anteriormente dirigia-se em especial para as atividades braçais dentro das fazendas. Os relatos de diretores e supervisores por nós entrevistados retratam esta força de trabalho oriunda em especial do Maranhão como instável e insubordinada, desprovida da moral do trabalho e do cálculo racional que marcariam trabalhadores das regiões Sul e Sudeste. O primeiro trecho de entrevista destacado abaixo com o diretor de um frigorífico de aves em Sorriso destaca uma taxa de rotatividade média de 10% dos funcionários ao mês, a maior que encontramos dentre as empresas do município em nossa pesquisa de campo. Neste trecho, o entrevistado relata um contínuo movimento migratório pendular destes trabalhadores devido a vínculos familiares que permanecem nos estados de origem,

acarretando custos à empresa decorrentes da constante seleção, contratação e treinamento. No mesmo sentido, o segundo trecho de entrevista destacado abaixo com um supervisor de uma indústria de esmagamento de soja em Sorriso também destaca a dificuldade de selecionar uma força de trabalho com vínculos estáveis com a cidade e com a empresa. Neste fragmento, o entrevistado claramente desvaloriza o planejamento econômico de trabalhadores que acumulam recursos em Sorriso para investi-los em seus estados natais, interpretando-o em realidade como uma indisposição ao trabalho e preferência pelo ócio. Ambas entrevistas deixam clara a existência de tensões entre as demandas da reprodução social dos trabalhadores migrantes e as exigências da reprodução ampliada de capital, que estão por trás do discurso patronal acerca da escassez local de mão de obra qualificada. Esta assim chamada “qualificação” não corresponde unicamente ao domínio de novas tecnologias e novos procedimentos necessários aos modernos processos produtivos, mas também à formação de novo ethos dentre estes trabalhadores baseado em parâmetros adequados ao “agronegócio” e distintos das expectativas sociais de seus estados natais:

“Hoje nós temos 600 colaboradores, vamos dizer que 70% são do Nordeste. Esse volume de pessoas que chega, elas foram se integrando de uma forma assim bastante tranquila, porque a maioria das empresas daqui dá um suporte legal em termos de alimentação, de transporte, tem o transporte público que vêm até aqui. Pessoal chega e não tem moto, não tem bicicleta, não tem carro, não tem nada, vem realmente com muito pouco dinheiro no bolso, vem mal-e-mal com a passagem. Então eu acho que neste sentido tá se acomodando muito bem... Mas é aquele povo que 85% tem aquela saudade, em quatro, cinco, seis meses ele volta pra região de origem, passa mais cinco meses e volta pra cá de novo. Então, a rotatividade é bastante grande, hoje aqui na empresa está basicamente em torno de 10% [ao mês]. Nós temos aqui mais de 200 pessoas que têm mais de cinco anos de empresa, temos aí 150, 160 pessoas com mais de dois anos. O que roda muito é menos de um ano, esse pessoal roda demais, fica três, quatro meses, vai embora, é um entra e sai [...] Toda contratação tem um custo, né? Você tem que fazer exames, o treinamento também é um custo, no começo ele não rende, estraga produto. Com quatro, cinco meses ele tá bom, já sabe fazer as coisas, já dá pra fazer várias atividades no chão de fábrica, não precisa fazer uma só, né? E quando o cara tá bem treinado, ele fala ‘*não, quero ir embora porque a minha família ficou lá*’. E ninguém segura! Acaba sendo um custo a mais pra empresa” (Diretor do Frigorífico Marombi, 07/2018)

“Eu sou eu sou paranaense, quando eu tinha 18 anos eu fui pra Minas pra começar a vida profissional e depois de dois anos eu comecei a trabalhar em fábrica de óleo. Eu trabalhei no Paraná, em Minas e depois eu vim pra cá, toda a vida trabalhando em fábrica de óleo... Então eu tive um pouco de experiência em diferentes culturas, vamos falar assim. A cultura do Paraná, eu gostei bastante porque lá as pessoas têm mais estudo, é um nível diferente de trabalhar. Em Minas também peguei uma geração de trabalhadores com um nível muito bom, a rotatividade era bem baixa mesmo. Lá eu trabalhei com pessoas de vários lugares, só que selecionado. A gente mandou 50 pessoas pro SENAI dessas 50 a gente selecionou 30, depois 20 e hoje tenho certeza que cê encontra de 10 a 15 dessas pessoas lá. Então foi bem selecionado. Agora aqui em Sorriso foi aonde eu encontrei mais dificuldade porque aqui tem várias pessoas de várias regiões, a escolaridade é baixa e tem muita rotatividade. A pessoa entra e pensa assim *‘Ah, daqui a dois anos eu saio, pego acerto e compro uma motinha pra eu voltar pro Maranhão e lá eu vou ser um mototáxi’*. Essa é maior dificuldade. Este é o sexto ano que estou aqui. De dois anos pra cá, com uma equipe de 32 funcionários só tive 6 pessoas que saíram, eu já considero um número bom. Mas no começo com 30 dias, 90 dias o pessoal saía e você passava mais tempo da sua jornada fazendo entrevista pra contratar do que fazendo o trabalho em si. Era bem crítico, agora melhorou bastante. Foi selecionando as pessoas que não estavam muito afim de trabalhar e tavam só afim de pegar um dinheirinho e voltar pro Maranhão, porque 90% aqui é Maranhão” (Supervisor esmagadora de soja, 07/2018)

Por sua vez, os trabalhadores das agroindústrias de Sorriso que entrevistamos frequentemente se queixam de comportamentos vistos como abusivos dos supervisores, baixos salários, extensas jornadas diárias, ritmos acelerados e acidentes de trabalho. Desde esta perspectiva, o contínuo movimento destes trabalhadores tanto entre diferentes empregos, quanto entre as “cidades do agronegócio” e os seus estados de origem, é a expressão de sua profunda inquietação com suas precárias condições de vida cotidiana. A este respeito, a Figura 27 abaixo ilustra algumas das inúmeras “agências de turismo” tão comuns aos chamados “bairros de maranhenses” na região leste de Sorriso, que fazem o movimento pendular até cidades das regiões Norte e Nordeste listadas em suas fachadas. Neste contexto, o primeiro trecho de entrevista destacado a seguir com um operário de uma esmagadora de soja relata a migração ao longo dos anos 2000 de conhecidos e

familiares e a consequente constituição de uma rede de contatos entre Sorriso e sua região natal no interior do Maranhão, que serviria de suporte a seu estabelecimento na cidade. Este trabalhador relata em específico suas inquietações no período entre 2010 e 2012 como funcionário de um frigorífico de peixes em Sorriso, no interior do qual as atitudes entendidas como arbitrárias por parte dos supervisores eram respondidas pelos trabalhadores com iniciativas aparentemente espontâneas de sabotagem da produção. Neste mesmo sentido, o segundo trecho de entrevista destacado abaixo com um operário de origem maranhense de um frigorífico de suínos de Sorriso também relata os conflitos latentes ou abertos com os setores intermediários da linha de produção industrial. Além de retratar em sua fala um ambiente potencialmente violento de trabalho, este trabalhador também descreve tensões cotidianas no interior de um frigorífico decorrentes de um intenso ritmo de trabalho e do risco de acidentes de trabalho.

Figura 14: “Agências de turismo” que realizam as viagens de trabalhadores entre estados do Nordeste e a cidade de Sorriso

“Eu vim do Maranhão, a minha mãe ela era quebradeira de coco... Lá você não tem muita perspectiva de vida, como as cidades são pequenas, não tem muito curso pra você fazer. Você termina o seu segundo grau e não tem nada pra fazer mais, porque o que movimenta aquelas cidades ali do Maranhão é a prefeitura e os aposentados. [...] Meu irmão veio pra cá em 2002 e a gente ouviu falar que era muito bom de emprego. Aí eu vim mais pra aventurar, vim pra ver se tava bom ou não. Retornei pro Maranhão e voltei pra cá em 2010, daí comecei a trabalhar em um frigorífico de peixe. Trabalhei lá um ano e seis meses, mas eu não gostei não. Lá era o seguinte: você entrava às 5h da manhã e eles obrigavam você a tomar café e participar de reuniões sem você bater o ponto. Tinha uma mulher vigiando lá que não era pra você bater o ponto. Se você for olhar um negócio assim, não vai dar certo porque se eu tiver fazendo um serviço, não vou fazer um serviço bem feito, porque os caras já estavam me fazendo hora. Você acorda 5h da manhã pra 7h ir bater o ponto? E as horas extras eles enganavam a gente. A gente fazia bastante hora, eles não pagavam. Aí também se eles faltavam com ética comigo, eu me sentia no direito de faltar com ética com eles. Não lavava as botas, entrava lá e o peixe dava contaminação. Aí eles nunca conseguiam a qualidade adequada. Porque pra exportar pra Europa, tem que encontrar mecanismos ideais pra não ocorrer a contaminação. Mas o problema deles, o defeito tava no tratamento, nas pessoas que tavam com eles. Se eles tratassem as pessoas com mais humanidade, talvez esse caminho ia ser diferente” (Operário de esmagadora de soja, 07/2018)

“Cheguei do Maranhão vai fazer dois anos, lá eu trabalhava de roça. A gente plantava e comia, plantava e comia, porque lá no Maranhão você sabe, lá quem mora no interior o serviço não tem, é 35 reais uma diária lá. Aí nós vem pra cá... [...] Agora eu tô trabalhando com porco na Nutribrás, eu sou tirador de bacon né? Lá a oportunidade é grande, só que você tem que saber fazer, porque senão... Você tem que aguentar os caras dando ordem, tem uns caras lá que é babão demais. Babão que eu falo assim é o cara encarregado que na hora não acaba sendo nada. Tem um cara que é líder da esteira da paleta, aquele homem ali eu já discuti com ele várias vezes, ele vinha de lá querendo me dar ordem aqui. Aí não dava certo, acabei discutindo com ele umas 4 ou 5 vezes. Até conversei com o supervisor lá, porque lá dentro se acontecer uma briga, aponta a faca né? Ele só me pediu calma, não deixou mais o cara ir lá. [...] O trabalho lá tem que ter atenção, né? Esse aqui meu

foi falta de atenção [mostra corte na mão]. Eu fui entrar em uma área que não era minha, eu botei só a luva de corte fina, ela vem só até aqui, na hora que eu peguei foi direto. A coisa lá é rápida, tem dia que nós desossa até 850 porco! Aí a gente vê neguinho se arroiá... O chamado arroiamento é quando acumula, aí a gente vai lá e ajuda. Porque o porco passa pela balança, pesa e joga pra uma correntezona que carrega, aí tem o primeiro cara que tira a paleta, depois joga pro cara que tira o pernil, depois corta e faz o carré, depois vira o carré já tira o pescoço, depois tira o pé dele, depois tem o cara que tira a ranqueta, que foi ali onde eu me acidentei...” (Operário de frigorífico, 07/2018)

Para além das atividades no interior de fazendas e das agroindústrias, a construção civil também absorve uma quantidade significativa dos trabalhadores que entrevistamos, seja na abertura de loteamentos devido à acelerada expansão da malha urbana de Sorriso, seja na construção de silos e de armazéns dentro da cidade ou no interior das fazendas, seja na construção e reforma de residências em relações predominantemente informais. De acordo com as entrevistas que realizamos e as tabelas 53 e 54 analisadas mais acima, é grande a oscilação da demanda de mão de obra e, conseqüentemente, da remuneração obtida pelos trabalhadores em atividades envolvidas com a construção civil em Sorriso. Dentro deste contexto, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo com um trabalhador da construção civil de origem maranhense relata sua experiência de ganhar R\$15 mil em um período de 45 dias na primeira vez que veio a Sorriso no ano de 2014. Segundo a percepção deste trabalhador, ecoada em diversas entrevistas que realizamos, houve desde então uma queda significativa das oportunidades de trabalho na construção civil nesta cidade em uma relativa reversão no discurso de “fartura de empregos” que motivara nas últimas décadas um grande fluxo migratório desde em especial o Nordeste. Seu depoimento é particularmente ilustrativo da elaboração no interior da religiosidade popular das inquietações que movem o que mais atrás chamamos de *precariado* no Brasil, dando contornos apocalípticos às retrições materiais e aos fluxos migratórios desta fração da classe trabalhadora em meio às crises econômica e política que se abateram após 2014. Por sua vez, o segundo trecho de entrevista destacado abaixo descreve a experiência de mais um trabalhador da construção civil de ascendência maranhense construindo silos em uma fazenda em meio ao ápice da geração de empregos neste setor entre 2009 e 2010. Seu relato resume as principais inquietações da maior parte dos trabalhadores que entrevistamos acerca do confinamento em fazendas mais distantes dos núcleos urbanos:

por um lado, ali é possível maximizar a economia de recursos a serem levados de volta ao Maranhão devido especialmente à ausência da necessidade de se pagar um aluguel; por outro lado, jornadas de trabalho excepcionalmente extensas e a drástica redução da sociabilidade decorrente do isolamento físico aparecem ali como angústias profundas. Destaca-se neste depoimento tanto a sensação de saudades com relação aos vínculos familiares, quanto o lazer periódico de trabalhadores em bares e prostíbulos das cidades, frequentemente registrados na bibliografia acadêmica sobre este perfil de trabalhadores. A este respeito, Ana Cláudia Marques também aponta para o acúmulo de tensões no interior de alojamentos das fazendas onde em geral as visitas e bebidas são interditadas, levando parte dos trabalhadores a liberalidades de gastos e excessos de diversões durante as folgas como compensação fisiológica e mental à penúria dos dias de trabalho e solidão, o que por vezes põe em xeque planos de acúmulo de recursos para o retorno ao Maranhão (Marques, 2015, p. 48)

“Eu sou de São Luís do Maranhão, eu sou pedreiro e ela é doméstica. Eu passei agora mesmo quatro, cinco meses desempregado lá, aí não dava pra sustentar a casa, nós viemos tentar alguma coisa. Já é a segunda vez que eu venho, a primeira foi há quatro anos atrás. Eu ganhei muito dinheiro aqui! Corria muito serviço pela cidade, tinha emprego pra todo mundo, os carros passavam anunciando tudo. Em 45 dias eu ganhei 15 mil reais aqui! Isso quatro anos atrás, hoje aqui você passa um ano e não junta 15 mil. Hoje em dia a gente vem pra cá, vai pro Maranhão, volta pra cá, sabe por quê? Muita gente vem iludido porque pensa que ainda tá do mesmo jeito, mas mudou tudo. Depois que entrou esse tal de Temer, a cidade quebrou tudo. Agora a gente tá aqui só pra pagar aluguel e comer, só isso. Essa vez aqui não tá bom não, não tá bom porque eu vim em busca de emprego e não tô encontrando, daí vou tentar em São Paulo. Fim do mês agora vou tentar ir pra São Paulo. [...] Tem muita gente que chega aqui e gosta, mas é um sufoco, tem gente que passa até de fome aqui. É triste. Se for pra ficar assim, sou mais voltar pro Maranhão com minha mulher pra gente fazer alguma coisa e levar a vida... Um morador dali chegou e falou assim ‘*meu filho, quando chegar o apocalipse*’, que é um momento bíblico, né? ‘*o povo vai correr de uma cidade pra outra procurando emprego, procurando pão pra comer*’ Tá acontecendo hoje! O povo corre daqui pro Maranhão, lá tá pior. O povo corre daqui pra São Paulo, lá tá pior. Corre pra Sorriso, tá pior. Então tá assim, não dá pra entender” (Trabalhador bairro São Domingos, 07/2018)

“Nasci lá na Santa Luzia no Maranhão, cheguei aqui no dia 19 de agosto de 2009. Eu cheguei e fui trabalhar em uma empresa de construção, comecei na Engbras. A a firma que a gente ia trabalhar era uns 30 km daqui, nós saía cedinho e voltava de noite, ia e vinha todo dia. Mas depois eles pegaram a turma e transferiram pra uma fazenda perto de Brasnorte, pra gente fazer aqueles silos redondos. Trabalhava dia e noite, tinha vez de pegar 6h da manhã e parar 2h da madrugada... Se eu fosse um cara mais morto eu tinha voltado pra trás, porque na forma que nós trabalhava lá não podia sentar. Todo dia mandava 2, 3 embora, cê não podia sentar. Se eu parasse, os caras já me olhava e me mandava embora, tinha muita gente querendo emprego. [...] A fazenda era um lugar muito longe, você trabalhava no sábado, no domingo você tinha que ficar lá dentro, não tinha condição. Era dez quilômetros até uma vilinha ali pra beber cachaça, mas não tinha nem cinco casas, era uma coisinha simples. Mesmo assim tinha um rapaz que ia a pé até lá... Eu passei lá bem acho que uns cinco meses sem vir pra cá [Sorriso]. Desse jeito você não vive, cê só trabalha. Pra cê ter noção, nós ia receber dinheiro de manhãzinha, três horas, quatro horas o ônibus já tava voltando. Tinha aqueles rapazes que ficavam, mas eu não, eu ia, depositava o dinheiro todo ali e já voltava... O mestre de obras um dia falou bem assim pro dono: *‘ou tu arruma uma obra mais perto de Sorriso, ou eu vou sair. Porque empresa tem muita, agora família só tem uma’*. Ele falou isso bem, foi uma frase que eu memorizei na cabeça” (Trabalhador do bairro São Domingos, 07/2018)

Para além de empregos fixos em fazendas, em agroindústrias ou na construção civil, a maior parte dos trabalhadores que entrevistamos em Sorriso relata depender de uma sobreposição de uma série de atividades formais e informais dos membros de sua família em especial devido à pressão do custo excepcionalmente alto do aluguel nesta cidade. Diversos depoimentos relatam a experiência de “bicos” em serviços urbanos diversos, seja concomitantes, seja intercalados aos trabalhos assalariados com registro em carteira, em um cenário bastante similar ao que em regiões metropolitanas é chamado “*viração*”. A este respeito, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo descreve a experiência de um trabalhador de uma empresa de segurança privada em Sorriso, que complementa sua renda como entregador de pizzas compondo uma jornada diária de 12 até 14 horas. Este entrevistado relata que se empregava especialmente em serviços gerais no interior de fazendas mas viu-se deslocado pela introdução já descrita de maquinário moderno, dedicando-se desde então a atividades urbanas diversas predominantemente informais.

Por sua vez, o segundo trecho de entrevista destacado abaixo com um talentoso escultor de origem maranhense relata sua experiência como trabalhador de um posto de gasolina ao chegar em Sorriso onde viveu o que muitos entrevistados chamam de “*humilhação*”. Esta palavra aparece com bastante frequência em diversas entrevistas que realizamos, para se referir a momentos particularmente condensados e intensos de subalternidade econômica e cultural frequentemente vinculados a experiências de preconceito racial. Pouco visíveis desde os dados quantitativos acerca do emprego formal analisados acima, as experiências de “*virações*” e “*humilhações*” são elementos centrais da vida cotidiana a compor a subjetividade da classe trabalhadora nas chamadas “*cidades do agronegócio*”, corporificando angústias decorrentes da precariedade das relações de trabalho e da segregação socioespacial no espaço urbano ilustradas em ambas as entrevistas a seguir:

“Eu nasci no Mato Grosso, em Sinop, mas saí recém nascido e fui pra Pernambuco, depois pro interior de São Paulo, de lá nós subiu de novo em 1996 pro Mato Grosso. Meu pai nunca teve parado, nunca parou em cidade. Hoje ele trabalha como motorista, mas quando eu era pequeno e ele já trabalhou em tudo quanto é serviço. [...] Eu tô bem porque nós não para, agora eu tô trabalhando numa empresa de segurança, mas volta e meia eu trabalhava com fazenda, fazendo serviço braçal, trabalhador volante rural, que é o faz tudo. Eu era batequeiro, batequero é aquele que abastece a plantadeira. Eu tava me preparando para aprender a plantar, mas acabou não dando certo, eu vi que tava trabalhando por nada, com um salário que não tava valendo a pena. Antigamente era você tinha que dar o sangue e o suor pra você aprender, hoje você consegue fazer um curso pra operar uma máquina. Antes não, não era qualquer um que dava oportunidade, você tinha que se sacrificar na terra dele pra conseguir aprender, às vezes eles pagavam um salário que era só pra dizer que você não tava trabalhando de graça, ainda tem uns lugar que é assim... [...] Eu já trabalhei de cozinheiro, de auxiliar de pedreiro, de entregador de bebida. De dia eu tô nessa empresa de segurança e de noite eu sou entregador na pizzaria. Na rota eu trabalho no horário padrão, das 07h às 11h30 e das 13h às 17h30. Chego em casa às 17h30, tomo um banho e pego das 18h30 até a hora que parar, 00h, 1h. Na realidade, eu não sei o que é uma folga. Antes de eu vim trabalhar nessa empresa eu tava em outra de descarregar, eu chegava de noite e eu caçava horário pra dormir, onde eu encostava eu dormia” (Trabalhador no bairro Carolina, 07/2018)

“O meu primeiro trabalho de carteira assinada foi lá no posto de combustível. E assim, uma coisa que eu senti aqui é questão de preconceito, pessoal aqui é muito... antes eu acho que era mais acentuado. *‘Ah maranhense? Mas tem certeza que vai ficar no serviço?’* Tinha sempre essa... ainda hoje eu acredito que tenha, sempre essa visão, *‘ah vai ficar pouco tempo no serviço, compensa mais pegar alguém que vai ficar por mais tempo’*. E assim, em 2002 minha mulher engravidou de novo e eu tava trabalhando já há um ano e pouco nesse posto. Enfim, o salário era bem pouco, acho que era 480 reais o salário mínimo aquele tempo. Aí meu filho nasceu no dia 17 e aqui geralmente as pessoas quando chega metade do mês já não tem mais dinheiro, porque as coisa tudo é muito caro, né? Então eu fui pedir um vale pro meu patrão, falei *‘olha, é que o meu filho nasceu ontem e a gente já tá quase sem nada e a mulher quando... quando dá luz, ela não pode comer qualquer coisa, né?’*. Aí ele falou assim *‘ah mas que culpa que eu tenho disso, né? Cês não sabem controlar o dinheiro de vocês, depois fica vindo aqui encher o saco’*. Eu ouvi isso, cara. Na hora eu *‘não, tudo bem, senhor não pode ajudar...’* Aí virei as costas e saí, mas aquilo lá foi a pior coisa que eu já ouvi na minha vida, né? Você tá numa situação de fragilidade, por conta da necessidade, por conta da situação financeira mesmo” (Trabalhador bairro São Domingos, 07/2019)

Dentre as atividades que mobilizam maior quantidade de mão de obra em Sorriso, destacam-se ainda as realizadas por cooperativas de serviços contratadas pelo poder público municipal especialmente para limpeza e manutenção do espaço urbano em geral. Conforme mencionado anteriormente, a Cooperativa de Trabalho dos Prestadores de Serviço de Sorriso (Coopserv's) e a Cooperativa do Vale do Teles Pires (CooperVale) ocupavam juntas cerca de 700 trabalhadores em Sorriso segundo entrevistas de 07/2018. Neste universo, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo com um trabalhador com experiência em cooperativas de serviço neste município destaca sua relevância para os setores mais marginalizados da força de trabalho, em especial para pessoas mais velhas, não qualificadas e sem a força física que lhes permitia fazer serviços braçais na juventude. Segundo seu depoimento, este trabalhador relata ter se tornado membro de uma cooperativa de trabalho em Sorriso para atuar na coleta de resíduos secos nos anos 2000 após não mais encontrar emprego como trabalhador rural braçal no interior das fazendas. Por sua vez, o segundo trecho de entrevista destacado abaixo com o advogado da Coopervale explica de maneira elucidativa as diferenças entre as relações de trabalho de

assalariados e de cooperados no que diz respeito à legislação trabalhista atualmente. Segundo este depoimento, a Lei 12.690 de 07/2012 estabeleceu o direito dos membros das Cooperativas de Trabalho a retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo; à jornada normal não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horários; ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; ao repouso anual remunerado; à retirada para o trabalho noturno superior à do diurno; ao adicional sobre a retirada para as atividades consideradas insalubres ou perigosas e ao seguro de acidente de trabalho. Entretanto, como explica o entrevistado, as Cooperativas de Trabalho seguem uma ferramenta eficaz de redução de encargos trabalhistas na medida que os cooperados não têm direito a Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e fazem o recolhimento do INSS por meio de contribuição individual no valor de 20% sobre seu repasse por mês. Com isso, a maior parte dos trabalhadores cooperados com quem conversamos em Sorriso relata alcançar uma remuneração mensal de pouco mais ou menos que um salário mínimo, ocupando assim o patamar mais baixo do mundo do trabalho neste município.

“Meu serviço sempre foi de roça, catando raiz, capina de algodão, sempre lavoura, né? Período de safra de um mês, dois meses, a gente ia que nem eu fui com a minha esposa, ela cozinava e eu trabalhava na safra no secador. E aí depois foi acabando, diminuindo o serviço braçal nas fazenda e eu fui trabalhar aqui em Sorriso numa cooperativa que presta serviço pra prefeitura. Eu trabalhei como catador de resíduo secos, galho de árvore, entulho, você vai catando e despachando no lugar adequado. Pela cooperativa não assina carteira mas é tudo legalizado. Cê não tem décimo terceiro, mas é a mesma coisa de ter, só muda o nome, você tem abono salarial, dá 12 meses, fecha o que arrecadou a cooperativa e é dividido entre os trabalhadores. [...] Daí quando o prefeito foi embora todo mundo foi mandado embora, umas 200 pessoas foram mandadas embora, aquilo ali foi um Deus nos acuda aqui em Sorriso, todo mundo injurio, pai de família, que a cooperativa também ela pega essas pessoas, ela é muito acolhedora. Com tudo isso de corrupção que tem, ela também é a única empresa que chega a dá oportunidade pra pessoa de idade trabalhar. Porque hoje o preconceito é muito grande, ninguém quer dar serviço pra um senhor de 60, 50 anos e a cooperativa dá, né? E nessa época, pai de família nessa idade ficou desempregado, tinha pouco mas tinha essa renda e o que vai fazer esse povo?” (Trabalhador Bairro Boa Esperança, 07/2018)

“Eu vejo que as cooperativas foram criadas, principalmente aqui em Sorriso, não tanto com um olhar pra seguir o modelo cooperativista, mas como uma saída para a prefeitura poder terceirizar o serviço, porque eles não querem fazer concurso, porque isso dá trabalho e não passa quem a administração quer que tenha a vaga. Aí criou-se a cooperativa que, por não ser uma empresa comum, tem uma série de tributos que não recolhe e acaba por ser uma mão de obra mais barata pra prefeitura. [...] O prestadores de serviço não têm suas carteiras assinadas, então eles não são registrados pela CLT. E não possuem direitos trabalhistas, como o FGTS e seguro desemprego, até por isso acaba sendo mais barato. Com um porém: a Lei 12.690, a lei das cooperativas que foi promulgada em julho de 2012, traz lá no artigo sétimo meio que uma reprodução dos direitos trabalhistas do artigo sétimo da constituição, mas com outros nomes. Até então a legislação era muito vaga, não se sabia se o cooperado tinha direito a adicional noturno, insalubridade, hora extra, porque em tese ele é um dono, ele tem uma parte, então como é que ele mesmo vai se pagar? Mas mesmo assim essa legislação trouxe uma reprodução dos direitos trabalhistas da Constituição Federal, eles têm adicional noturno, horas extras (na verdade não se fala hora extra, se fala compensação de horários), insalubridade, descanso anual remunerado que seriam as férias e descanso semanal remunerado que é o domingo. Então na prática a diferença hoje é o FGTS, o seguro desemprego e o recolhimento do INSS, porque o cooperado é considerado contribuinte individual como os outros autônomos, então ele contribui não com 9% mas com 20% sobre o repasse por mês” (Advogado da Coopervale, 07/2018)

Abaixo deste limite de poder econômico e prestígio social, encontramos ainda trabalhadores na cidade de Sorriso envolvidos com a coleta de material reciclável vasculhando lixo doméstico das residências ou diretamente no aterro sanitário local. Segundo entrevista com o proprietário do principal centro de coleta de material reciclável de Sorriso realizada em 07/2019, havia então cerca de 60 trabalhadores envolvidos nesta atividade no município (incluindo seus funcionários diretos, os carroceiros e os coletores no aterro sanitário), movimentando em média cerca de 500 toneladas de material por mês. A este respeito, a figura 28 abaixo destaca imagens de um centro de coleta na região leste da cidade, do aterro sanitário local e da casa de um coletor com ‘bags’ de material à frente. Neste universo, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo com um morador já idoso do bairro União na periferia oeste de Sorriso relata sua experiência como coletor de

lixo reciclável que lhe garante uma renda média inferior a um salário mínimo mensal. Relatando uma renda média mensal similar, o segundo trecho de entrevista destacado abaixo com um trabalhador no aterro sanitário municipal descreve as vantagens de deste local onde é possível evitar aquelas experiências de “*humilhações*” mencionadas acima. Alcançamos assim a fronteira da marginalização social, limite inferior da fração da classe trabalhadora que Braga denominou de *precariado* e que se encontra em permanente trânsito entre a possibilidade de exclusão e o aprofundamento da exploração econômica.

Figura 15: Trabalhadores na coleta de material reciclável em Sorriso

Aterro Sanitário de Sorriso, onde pessoas trabalham com coleta de material reciclável

Centro de coleta de material reciclável

Casa de trabalhador com bags a frente

“Em Sorriso meu serviço de toda a vida foi aquela carrocinha que o senhor está vendo ali e aquela bicicleta. Quase que você não me acha aqui que daqui a pouco eu tô pra rua. A gente trabalha na rua juntando reciclável, falar a verdade pra você, vai daqui pra lá, onde tem sacola, a gente vai revirando, tira um pet, uma latinha e a gente classifica o material. A gente vai vivendo, já faz mais de 25 anos que eu vivo com essa carrocinha catando material reciclável, juntando ferro, pet, amaciante, tudo que é reciclável. Tem o V... que é comprador de reciclagem aqui, ele que compra todo o material da cidade toda, é latinha, é tudo. Nós vive disso aí e agradece a Deus que ele compra isso aí, eu mesmo vendo todo dia. Nós trabalha 30 dias vai dar uns 700, 800 reais por mês. É o que a gente ganha pra despesa de casa, pagar água, luz... Porque emprego tá difícil, então eu fico com a minha carroça e eu faço isso aí com orgulho, é de onde eu tiro e trato da minha família, entendeu? Hoje a maioria dos prédios separa tudo bonitinho, aí eu passo nos prédios, já tá tudo separado, eu ponho na carroça e vou embora. Tudo que você faz com amor e carinho, Deus abençoa. Reciclagem em primeiro lugar, porque a natureza ainda agradece” (Coletor de material reciclável, 07/2018)

“Eu sou paranaense, cheguei em Sinop em 1988, em Sorriso eu cheguei em 2003-2004. Eu já trabalhei de cata reciclagem na rua, de segurança nos eventos e na feira quando tem exposição, de servente de pedreiro, tudo isso aí eu já fiz. Agora mais que tô trabalhando aqui dentro do aterro, já tenho uns dois anos que tô trabalhando. Aqui tem dia que trabalha 10 pessoas, tem dia que trabalha 15, tem dia que trabalha 18, mas tem dia que trabalha só três ou quatro. Vai variando... Tem dia que a gente pega alguma coisa, tem dia que a gente não pega nada, a gente depende do que a gente pega, se a gente pega a gente ganha, se a gente não pega, não ganha nada. Aqui por mês dá pra tirar aqui uns 800, 900, mil reais no máximo, não tira mais que isso. Você paga o aluguel e sobra uma mixaria, que cê vai lá comprar pra comer. Daí fica empurrando a água pro outro mês, com dois, três talão de água vencido. [...] Aqui é bom ninguém manda cê fazer, o bom do lixão da reciclagem é que você trabalha pra você mesmo, não trabalha pros outros. Porque servente de pedreiro na rua aí, nego humilha mesmo. Passa perto de você, larga a régua, larga a colher e lá de longe ele grita ‘*Oh fulano, pega essa colher e traz pra mim*’. Mas ele já passou ali, já passou em cima, só que lá de longe ele grita. Aquilo é muita humilhação” (Coletor material reciclável no aterro sanitário, 07/2019)

Múltiplos significados do imperativo da qualificação da força de trabalho

O discurso dominante acerca das transformações do mercado de trabalho em Sorriso enfatiza o imperativo de qualificação da mão de obra como meio para atender demandas de um processo produtivo crescentemente pautado pelo progresso tecnológico e para ampliar as oportunidades de inserção social e econômica de trabalhadores deslocados pela contínua redução de serviços braçais no interior das atividades agrícolas. Como vimos anteriormente, para atender a esta demanda multiplicaram-se nas últimas duas décadas as instituições públicas e privadas de ensino técnico e superior na cidade, assim como ampliaram-se as matrículas em instituições de educação básica para absorver as crianças e adolescentes de famílias que se dirigem para Sorriso em busca de trabalho. Entretanto, a aparente linearidade desta evolução encobre a tensão entre expectativas e frustrações acerca da ascensão socio-econômica especialmente de jovens trabalhadores, que transformam o processo educativo em mais uma importante arena de conflitos e contradições a marcar a sociedade do assim chamado “agronegócio”.

Neste contexto, os dois trechos de entrevistas destacados abaixo com um diretor e com uma coordenadora da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Domingos, localizada na região leste de Sorriso, destacam os desafios de se trabalhar com crianças imersas em uma “concepção diferente de vida” retratada como “desprovida de sonhos”. O primeiro destes trechos refere-se especificamente às dificuldades do trabalho pedagógico em meio ao fluxo de estudantes que acompanham o movimento pendular de suas famílias migrantes entre a cidade de Sorriso e seus estados no Norte e Nordeste. Segundo esta fala, ao longo do ano de 2018 esta E.M.E.F. transferiu cerca de 10% de seus alunos para outras escolas e recebeu cerca de 40% de seus alunos vindos de outras escolas, em uma impressionante amostra da intensa mobilidade em suas trajetórias de vida. O segundo destes trechos refere-se às dificuldades do trabalho pedagógico em meio ao aumento do volume do tráfico de drogas e da criminalidade no espaço urbano de Sorriso, algo que voltaremos a encontrar nas entrevistas analisadas no próximo capítulo da tese. Segundo este relato, mercados ilegais de entorpecentes estariam conseguindo se impor em escala crescente sobre a juventude deste município como matriz de oportunidades econômicas e valores culturais em relativa tensão com o mercado de trabalho assalariado. Nesta última entrevista é perceptível uma certa perplexidade da profissional da educação perante o aumento dos conflitos e contradições com crianças de 11 a 14 anos de idade, ecoando representações que antes lhe pareciam restritas a cidades de maior porte.

“Nosso público é 70% oriundo das regiões Norte e Nordeste, especificamente do Maranhão, eles vêm muito de lá pra trabalhar. São crianças que têm uma dificuldade muito grande, eles têm uma concepção diferente de vida lá. Na cabeça dos pais, eles criam os filhos até os 13, 14 anos, porque eles foram criados assim, depois tem por obrigação casar e seguir sua vida. Eles têm uma concepção de criação totalmente diferente de nós, que somos de São Paulo... Então eles sonham muito baixo, né? *‘ah, meu pai trabalha na fazenda’*, *‘ah, eu quero ser peão’*, entendeu? O que que a gente trabalha aqui dentro? A gente tenta trabalhar sonhos com essas crianças. [...] Muitas vezes as crianças, eles começam a se enquadrar dentro do processo educativo e vão embora, porque os pais voltam. Depois eles voltam pra cá de novo, volta tudo do zero praticamente e a gente começa a trabalhar novamente... Então eles não pensam, eles tão aqui hoje, *‘ah não gostei daqui, vou pra Sinop’*, *‘ah Sinop não tá bom, vou lá pra Matupá’* e assim vai indo... Eles não têm um cronograma ou um pensamento familiar de localização, eles vão migrando, vão migrando, migrando, migrando... Alguns que vêm se dão bem e ficam um tempo, mas logo vão embora também. Então cê imagina, a rotatividade nossa aqui é enorme! No ano passado 10% dos nossos alunos foram transferidos daqui pra fora. E nós recebemos 40% dos nossos alunos de transferência de fora pra cá. Imagine, 40%?! Significa que de um ano pro outro só tem 60% da escola que foram nossos alunos, o restante tudo vem de fora. Então o nosso fluxo é muito grande, é uma coisa impressionante” (Diretor EMEF São Domingos, 07/2019)

“Quando eu vim morar pra cá, eu encontrava os meninos vendendo picolé na rua pra comprar o tênis, pra comprar a camiseta e hoje em dia não tem mais o picolé vendido na rua, mas a droga corre solta. Eles falam, fazem os códigos, tudo gente nova, 10 anos, 9 anos. Eles fazem essa mula, esses corre pra passar de um pra outro. A gente teve um aluno assim que não está mais na escola, o pai tava preso, a mãe tava presa e ele aprontando essas coisas aí, seguindo a carreira do pai e da mãe... O pai saiu, mataram. A mãe saiu, eles mudaram, foram pra outra cidade. Mas pra eles é normal, a droga, se você entrar numa sala de aula e perguntar, pode ser que na casa dele não tenha esse problema, mas no vizinho vai ter ou eles têm um primo, tio, alguém que usa ou que comercializa. Todos aqui têm convivência com droga, todos. Antes nós víamos esse problema em relação à droga com alunos de 8º ano, os maiores. Hoje nós vemos com aluno de 5º ano. E eles adoram escrever nas

paredes da escola, nos cartazes, o artigo 157. Eles não gostam da polícia, eles preferem o crime. E são umas crianças pobres de sonhos, né? Eles não têm uma expectativa, eles não vêem o estudo como uma expectativa de criar uma vida melhor, sabe? O sonho deles é virar chefe de beco e as meninas casarem com um chefe de beco, sabe? Eles não sonham com uma vida melhor, eles valorizam muito pouco o esforço de pai e mãe pra mantê-los na escola. E tem pais que querem que eles estudem, muitas vezes pra conseguirem oportunidades diferentes, só que eles não valorizam isso, eles não dão valor da forma que deveria, como a gente gostaria” (Coordenadora EMEF São Domingos, 07/2019)

A crescente urbanização das chamadas “cidades do agronegócio” levou a uma complexificação das perspectivas sociais da juventude trabalhadora nas últimas décadas, de maneira que podemos encontrar estudantes de ensino médio na periferia de Sorriso com perspectivas de ingressar em faculdades privadas locais concomitantemente a outros com excepcional nível de defasagem educacional que abandonam a escola para trabalhar. O primeiro trecho de entrevista destacado abaixo com o diretor da Escola Estadual Ignácio Schevisky, localizada na região leste de Sorriso, relata que a maioria dos alunos que ali concluem o ensino médio ingressam em instituições privadas de ensino superior. Segundo este depoimento, existe uma periódica ofensiva destas instituições sobre a escola especialmente ao final do ano após a realização do Exame Nacional do Ensino Médio, com estratégias de captação de jovens de baixa renda para cursos presenciais e a distância seja por meio de mensalidades a preços “populares”, seja por meio do encaminhamento deste estudantes ao FIES, Fundo de Financiamento Estudantil do Ministério da Educação. Por outro lado, o segundo trecho de entrevista destacado abaixo com uma professora de sociologia desta mesma escola destaca as dificuldades do trabalho pedagógico com adolescentes migrantes com uma grande defasagem educacional, acentuada por uma política pública de adequação forçada da idade do estudante à série correspondente. Segundo este depoimento, é recorrente dentre os professores a discriminação com relação a estes estudantes em especial de ascendência maranhense, assim reproduzindo e reforçando no interior da escola a onipresente segregação étnico-racial típica de Sorriso. Estas entrevistas ilustram em uma cidade com 90 mil habitantes um fenômeno similar ao que de grandes regiões metropolitanas brasileiras, onde altos níveis de evasão escolar convivem contraditoriamente com maiores expectativas de qualificação profissional dentre os filhos de famílias trabalhadoras de baixa renda.

“Eu acredito que um pouco mais da metade dos alunos que concluem o ensino médio alcançam o ensino superior já no ano subsequente, terminam e no ano seguinte já tão matriculados no ensino superior. A longo prazo, aí teria que realmente observar com mais cuidado... Mas eu acredito que em torno de 70, 75% dos alunos que concluem o terceiro ano aqui em algum momento acabam buscando o ensino superior. Até porque a gente tem recebido a visita aí, eu costumo chamar de ataque, o ataque das universidades particulares, né? A gente tem a UNIC, a FACEM, a FASIPE em Sinop, a La Salle em Lucas e eles vêm buscar esse aluno, né? Então o aluno acaba indo pro ensino superior privado, porque a faculdade vem buscar ele, né? Ela vem, faz um trabalho em cima dele, faz mediação financeira pra adequar valor de mensalidade ou encaminhamento de FIES, enfim... Elas nos visitam aí um pouco depois do ENEM, vem o pessoal do marketing procurar a escola, né? Fazem isso com todas as escolas aqui, isso é comum aqui em Sorriso, em Lucas, em Sinop, é estratégia de captação deles. Fazem panfletagem, divulgação do vestibular, do processo seletivo deles, né? [...] Pra universidade pública os alunos vão pouco, é bem baixo o alcance da universidade pública aqui, tanto UNEMAT quanto UFMT. Até porque tem o deslocamento pra Sinop, né? As duas tão lá” (Diretor da E. E. Ignacio Schevinsky, 07/2019)

“Eu tenho 24 anos, eu nasci em Tupanci no Paraná, surgiu concurso no Mato Grosso e eu vim pra cá. Muitos se surpreenderam quando no dia da posse, eu disse que eu iria pro Ignacio Schevinsky, né? Quando a gente chegou, eu não tinha noção do tamanho da cidade, dos problemas, da segregação, lado rico, lado pobre... Comprei o mapa da cidade e fiz marcações de onde eram as escolas e tal. Pelo mapa, eu lembro que o Ignacio era a mais afastada e eu acabei indo pra lá por pensar que em um colégio de periferia seria mais fácil, mais divertido de trabalhar sociologia, porque a galera sabe a realidade, muitas vezes vive o que a gente tá falando, né? [...] Os primeiros anos eram turmas bem lotadas e eu notei que tinha vários alunos com idades diferentes também, né? Tinha gente que tinha reprovado um ano, 2 anos e tinha gente que tinha vindo de outros estados e tinha sido jogado em alguma turma do ensino médio. É que aqui no Mato Grosso existe uma política de adequar a idade do aluno à turma. Se o aluno veio do Maranhão, ele tava lá no oitavo ano e tinha idade pra tá no segundo ano, ele era jogado direto no segundo ano. Isso criava uma defasagem educacional terrível, terrível... Tinham alunos que se esforçavam, mas

eles não conseguiam, eles não tinham base pra estudar aquele conteúdo de uma série mais avançada. Principalmente professores de Matemática reclamavam demais, né? Eu sentia muito preconceito desses, *‘ah vem esses maranhenses aí que não sabem de nada e só atrasa a turma’*, coisas assim não eram difíceis de serem escutadas” (Professora da E E Ignácio Schevinsky, 07/2019)

Neste contexto, destacam-se também as instituições de ensino técnico que se multiplicaram ao longo das últimas décadas pelo espaço urbano da cidade de Sorriso, desde escolas de pequeno porte até as grandes unidades locais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), inaugurados nos anos de 2016 e 2017 respectivamente. A figura 29 abaixo ilustra alguns dos muitos cartazes e panfletos de instituições de ensino técnico perceptíveis pela cidade de Sorriso, coletados durante nossa pesquisa de campo. A este respeito, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo com o diretor industrial de um frigorífico de aves relata em Sorriso as dificuldades e os altos custos de acesso a laboratórios e a força de trabalho com determinadas qualificações profissionais escassas, a qual ocasionalmente precisa ser importada em especial das regiões Sul e Sudeste. Segundo este depoimento, a inauguração dos campi do IFMT e do SENAI em Sorriso vem gerando grande otimismo dentre as classes dominantes locais como solução aos gargalos de mão de obra qualificada dentro das fazendas e das agroindústrias da região. Por sua vez, o segundo trecho de entrevista destacado abaixo com uma gerente deste mesmo frigorífico, que também trabalha no período noturno como professora no SENAI, relata as incompatibilidades entre a rotina de trabalho da maioria dos operários das agroindústrias e as demandas de tempo e energia dos cursos técnicos ofertados na cidade. De acordo com este depoimento, a entrevistada conhece apenas um operário do frigorífico em que trabalha que vinha à época conseguindo conciliar as rotinas de trabalho e estudo, o que coincide com nossas observações durante visitas que realizamos ao SENAI local. Lado a lado, estas entrevistas novamente retratam as contradições que marcam a relação entre as expectativas de qualificação profissional de trabalhadores assalariados em Sorriso e os inquietantes constrangimentos de suas vidas cotidianas entre a família e o trabalho. Isso possivelmente justifica a recorrente desvalorização nas entrevistas com assalariados dos cursos técnicos formais e o destaque a vias informais de acesso a novas tecnologias, decorrentes de laços de solidariedade familiar e/ou de dependência pessoal perante empregadores que “dão oportunidade”.

“A gente não deixa de contratar o cara porque é analfabeto. É trabalhador, é decente, por que não vai trabalhar? Nós temos daquele cara que apenas desenha o nome, e nós temos aí pós-graduados, a gente tem que localizar as pessoas no ponto que é para ser. Por exemplo, eu não posso colocar um cara que é analfabeto operando uma balança, como um operador de máquina ou operador de túnel, onde existem algumas informações que ele tem que ter conhecimento para poder ter uma leitura. É tudo automático, mas o ser humano tem que estar presente nisso. Mas, por exemplo, vai pendurar frango, não tem problema nenhum, pode pôr o cara que é analfabeto, não faz diferença nenhuma. *‘Vim da roça, não sei ler nem escrever’*, não tem problema nenhum, vamos ver onde nós colocamos essa pessoa então [...]. Aqui nós temos SENAI há um ano, dentro da empresa nós temos uns oito, sete alunos do SENAI da parte elétrica, de solda. Porque hoje a parte de manutenção, tanto elétrica quanto mecânica, nós temos que fazer aqui e nós não temos na região, tem que contratar o pessoal de São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Campinas.... E gasta uma fortuna! Nós não temos aqui gente qualificada na região para fazer certas tarefas. Mas eu acho que mais dez, quinze anos vamos ter uma gurizada boa, não tenho dúvida sobre isso. Tem um professor que é diretor do IFMT aqui, ele me fala que muito técnico agrícola, técnico mecânico tá se formando, tá ficando interessante isso” (Diretor do Frigorífico Marombi, 07/2018)

“O SENAI vai lá oferecer uns cursos, mas é complicado. Quem sai à meia noite geralmente vai de ônibus, é um ônibus que roda a cidade inteira pra entregar os funcionários, se ele desce no último ponto ele vai chegar em casa 1h, 2h da manhã. Eu falo isso porque eu já trabalhei a noite, eu trabalhei em todos os turnos quando eu era líder de setor e eu não tinha carro na época, eu chegava em casa 2h da manhã. Então pensa uma pessoa que chega 2h da manhã em casa e 5h, 6h levanta para dar café para os filhos, levar o filho na escola que o ônibus vai passar... Você não tem pique pra fazer um curso às 7h, porque às 15h você tem que tá no serviço e pra isso você tem que pegar o ônibus 12h40. Então o pessoal da noite tem essa complicação e o pessoal da madrugada também porque eles entram no serviço às 3h40 e saem às 13h, eles têm que descansar senão não aguenta. Tem muitos que tem filho, um ou dois que se sacrificam pra tá fazendo curso. Eu conheço um que faz curso, ele entra de madrugada e vai pra escola a noite, faz curso de informática, essas coisas básicas. Mas é só um que eu conheço, o resto...” (Gerente Frigorífico Marombi, 07/2018)

Figura 16: Cartazes de instituições de ensino técnico em Sorriso

Como apontamos anteriormente, multiplicaram-se ao longo das últimas décadas na cidade de Sorriso também instituições privadas de ensino superior dentre as quais se destaca a Universidade de Cuiabá (Unic), adquirida no ano de 2011 pelo Grupo Kroton, além de uma miríade de diversas faculdades com cursos predominantemente a distância. A figura 30 abaixo ilustra alguns dos muitos outdoors, cartazes e panfletos destas instituições espalhados pela cidade de Sorriso e coletados durante pesquisa de campo, usualmente retratando seus “preços atrativos” e suas inúmeras facilidades de pagamento. Dentro deste universo, o primeiro trecho de entrevista com uma jovem trabalhadora morando no bairro São Mateus relata seu interesse em uma faculdade de administração, compreendida como um meio de acessar um “poder e sabedoria” altamente valorizados. Este trecho de entrevista destaca também a nítida tensão entre as restrições de sua vida cotidiana na cidade de Sorriso e seu desejo de conhecer e viver novos horizontes sociais, em uma inquietação característica que levou esta trabalhadora aos 18 anos a reviver a

mobilidade de gerações anteriores de sua família viajando por diversos estados do Brasil. Significativamente, esta trabalhadora relata o retorno à cidade de Sorriso aos 21 anos para constituir família e reingressar no mercado de trabalho dizendo que “*esse mundo é muito grande, se eu for atrás dele eu não vou dar conta, porque eu sou muito pequeninha*”, nítido exemplo de uma dicotomia sem resolução entre os constrangimentos da vida cotidiana do precariado e a abertura extra-cotidiana de horizontes por meio da migração. Por sua vez, o segundo trecho de entrevista destacado abaixo relata a experiência de um jovem que cursava geografia em uma faculdade privada local enquanto trabalhava como estagiário na escola municipal na região leste em que estudara no ensino fundamental. Com uma trajetória familiar marcada pela tragédia e pela precariedade, este jovem relata que a maioria dos colegas com quem havia estudado naquela mesma escola haviam atualmente “*se perdido*” seja devido à gravidez precoce dentre as meninas, seja devido ao contato com as drogas, a criminalidade e a prisão especialmente dentre os meninos. Caracteristicamente, este trabalhador relata ambiguidades de uma vida cotidiana marcada pelo movimento entre sua casa e trabalho na região leste e sua faculdade na região oeste, ocupando uma espécie de não-lugar no interior de uma cidade como Sorriso marcada pela clara segregação socio-espacial entre classes e raças.

“Aqui em Sorriso eu comecei a trabalhar muito nova, porque havia muitas oportunidades aqui pra menor aprendiz, serviços como secretária, babá, essas condições, né? E eu com 15 anos de idade já estava trabalhando, estudando à noite e trabalhando durante o dia. Eu trabalhava no Rotary Clube. Na parte da manhã eu era secretária e na parte da tarde eu era babá. Trabalhei lá por volta de 1 ano, saí e foquei mais um pouco nos estudos, porque eu tinha pressa de terminar os estudos e fazer uma faculdade na época. Daí coincidiu que Sorriso já não me satisfazia mais, eu tava me desapegando de Sorriso. Eu sempre tive uma vontade de conhecer novos lugares, conhecer pessoas diferentes. Meu mundinho sempre foi Sorriso, eu queria conhecer mais, conhecer outras culturas. E daí, quando eu fiz 18 anos, foi quando eu tomei atitude de ir conhecer um pouco desse Mato Grosso, fui pra São Paulo, fui pra Brasília, fui pra Goiânia, enfim, vários lugares. Quando eu fiz os 21 anos, daí eu decidi casar, constituir família. Eu pensei, já vi o que eu vi, esse mundo é muito grande e se eu for atrás dele, eu não vou dar conta, porque eu sou muito pequeninha. Aí eu casei, tentei fazer uma faculdade, mas você não consegue conciliar filho com escola, daí eu desisti e tô aí na vida, trabalhando pra tentar sustentar as crianças.

[...] Eu queria fazer Administração. Meu foco é esse, eu tenho esse sonho desde criança, porque eu tenho uma irmã que ela fez Direito. A única pessoa que fez faculdade na família é ela, entendeu? E eu sempre quis Administração, porque eu já trabalhei com vendas e eu sempre admirava o pessoal da administração. Pelo poder, pelo porte, entendeu? Pela sabedoria. Eu falei *‘não, eu tenho que focar, eu tenho que ser, eu tenho que me igualar a isso’*, entendeu? Porque é outro nível, pra mim, pra minha cabeça é outro nível. É o que eu sonho, é o que eu penso, né?” (Trabalhadora no bairro São Mateus, 07/2019)

“Eu nasci no Sul, eu vim pra cá cerca de uns 10 anos atrás. Vim eu, meu pai, minha mãe, meu irmãozinho, né? Meu pai já era caminhoneiro e minha mãe era dona de casa. Aí minha mãe teve um câncer no sangue, ela veio a falecer em 2014. Aí meu pai trabalhava puxando caminhão numa fazenda e a gente teve que mudar pra lá, né? Ficou eu e meu irmãozinho muito novo, meu pai tinha que estar na estrada, né? Aí nós estudava no outro município, chamado Vera, a gente acordava três e meia, quatro hora da manhã pra pegar o ônibus poder ir pra escola. A escola ficava a 50 quilômetros lá de casa, a gente andava mais de três, quatro quilômetro pra pegar o ônibus de madrugada. Depois meu pai veio a casar de novo, comprou o caminhão próprio dele e veio pra cidade. Agora eu tô fazendo a faculdade de Geografia, meu irmão estuda nessa escola no período da manhã e tá levando a vida. Eu sempre fui focado em estudo, minha mãe sempre sonhava que tivesse um ensino superior. E eu fiquei com aquilo na minha cabeça, né? Eu brincava lá em casa com meu irmão, porque quem alfabetizou meu irmão na verdade fui eu. Com a morte da minha mãe ele ficou muito debilitado, ele não estudava, ele não aprendia na escola. Então eu alfabetizei ele aos poucos, aí eu peguei uma paixão grande em ensinar. [...] Tem só uma escola estadual desse lado de cá e eu não estudei nesse colégio porque lá não tinha vaga. Eu fui pro Treze de Maio atrás da Prefeitura e lá era só dois ou três da Zona Leste. Eles olhavam pra nós tudo com a impressão, tipo assim, *‘vai roubar eu’*, eles olhavam tudo com cara de desconfiado. Era bem ruim... [...] A maioria das pessoas que eu estudei aqui nesse colégio, muitas tão perdidas. De 32 alunos da minha sala que eu estudei nesse colégio, só 3 ou 4 estão fazendo faculdade. As meninas não tanto, tão grávidas, já são mães, já são casadas. Mas os meninos, quem não morreu, tá preso, quem não tá preso, tá perdido nas drogas” (Estudante do bairro Boa Esperança, 07/2019)

Figura 17: Cartazes de instituições de ensino superior em Sorriso

Dentre todas as entrevistas que realizamos com trabalhadores de ascendência maranhense que viviam na cidade de Sorriso entre 2018 e 2019, apenas dois relataram ter estudado ou estar estudando em alguma universidade pública no estado do Mato Grosso. Ambos estes trabalhadores relataram sua passagem pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), em cursos de licenciatura voltados em especial para a área de Artes, desenvolvendo atividades de destaque na cidade a serem discutidas no próximo capítulo. O primeiro dos trechos de entrevista destacados abaixo é com o atual maestro da Corporação Musical Rafael de Castro, um grupo musical que reúne jovens na região leste da cidade para formação musical e participação em competições de fanfarras pelo país. Segundo este depoimento, a dedicação ao estudo foi uma tentativa de fuga deste trabalhador das agruras do trabalho braçal na chamada “catação de raízes” em que

trabalhara desde muito cedo juntamente a sua família, natural de Imperatriz no Maranhão. O segundo trecho de entrevista destacado abaixo é com um talentoso escultor, natural de Santa Inês no Maranhão e autor de obras de destaque dentro do espaço urbano de Sorriso, estudante desde o ano de 2017 do curso de licenciatura em Artes Visuais na UNEMAT. Significativamente, este depoimento destaca uma percepção bastante crítica acerca da exploração da força de trabalho na operação de máquinas, geralmente com uma remuneração acima da média na cidade de Sorriso mas com jornadas excepcionalmente extensas em especial durante os períodos de colheita de soja e milho. Em ambas entrevistas, é sintomático que trabalhadores com formação em universidades públicas encontrem ocupação não diretamente subordinada ao chamado “agronegócio”, dedicando-se preferencialmente a atividades pedagógicas e artísticas que tornam possível uma maior margem de reflexão crítica acerca das relações sociais em que estão imersos.

“Eu vim pra Sorriso com 2 anos de idade, eu nasci em Imperatriz do Maranhão. Nem lembro como que é lá, nunca mais voltei nem nada, entendeu? Vim pra cá com 2 anos de idade, me criei aqui, cresci aqui, estudei aqui... Lá meu pai tinha um bar e minha mãe trabalhava nesse bar, acho que fazendo comida, essas coisarada... Lá o povo é um povo muito sem estudo, entendeu? Então tipo tudo é força braçal, entendeu? Tudo é no braçal. Aqui eu já comecei no pesado, entendeu? Junto com meu pai, na época eu era criança, nós trabalhava carpindo lote, plantando grama. Eu fui vendo aquele sofrimento, aquela batalha toda e eu falei não. Aí eu comecei a estudar, né? Atrasado, com 8 anos de idade, porque o pessoal nordestino não incentiva muito os filhos a estudarem. Eu fui estudar e o primeiro ano fui pra vagabundear (risos), na terceira série eu matava pra ir pro videogame. Aí minha mãe me tirou da escola e me levou pro mato pra catar raiz com eles. Quando cheguei lá, olhava praquela terra, pisava no chão, que afundava meu pé, aquele sol quente, aquilo tudo... Ela falou ‘*cê não quer estudar, então cê vai trabalhar*’. Depois desse dia que ela me levou pra catar raiz, nunca mais eu parei de estudar. Daí fui ver que os professores foram incentivando, que eu teria oportunidade, que eu só precisava estudar, que eu poderia ter um futuro diferente do dos meus pais, entendeu? Hoje eu sou formado em Letras, licenciatura Inglês, Português, Literatura. Sou pós-graduado em Educação Especial e tô me formando em Artes. E vou começar uma pós-graduação agora em Música. Tudo na UNEMAT, em Sinop. Busão, todo dia” (Maestro da Corporação Musical Rafael de Castro, 07/2019)

“Eu nasci em Santa Inês, no Maranhão e alguns parentes do meu pai já tavam morando aqui em Sorriso, né? Aí de vez em quando ele vinha pra trabalhar, mas meu pai sem instrução, não tinha nem o ensino fundamental, ele vinha pra trabalhar nas fazenda. E a gente ficava lá, eu, minha mãe, mais três irmãos, duas mulheres e um homem. O pai sempre voltava, assim como muitos maranhenses, né? Eles vêm, trabalham um período de safra em fazenda, daí junta algum dinheiro, volta pra lá, de repente investe em algum comércio, aí termina aquilo lá, volta pra cá de novo. Aí fica fazendo esse caminho, né? Enquanto o pai tava trabalhando pra cá, a gente sobrevivia vendendo salgado que a minha mãe fazia e eu desde cedo, com 6 pra 7 anos, eu vendia geladinho na rua. Eu como mais velho, eu tinha que ajudar, né? [...] Em 2017 eu prestei o vestibular da UNEMAT pra Artes Visuais e eu tô indo pro 5º semestre agora. Lá pro final do ano que vem eu pretendo já tá formado, licenciatura em Artes Visuais... Se você não tem uma formação, não tem um curso técnico, não tem uma qualificação, digamos assim, entre aspas... não tem como cê conseguir, aqui em Sorriso tudo é muito caro. Meu pai trabalha em secadora nos períodos de safra, ele ganha bem, mas exploram o cara pra caramba. Ele tem que sair 6 horas da manhã e volta pra casa meia-noite, 1 hora. É um valor... é uma ilusão, né? Pessoas sem qualificação se submetem, porque precisam desse dinheiro, é tudo muito caro aqui” (Trabalhador bairro São Domingos, 07/2019)

Capítulo 5: Periferias urbanas e segregação socioespacial em Sorriso

Ao final de 2015 a Revista Exame publicou um relatório com 50 cidades consideradas “médias-pequenas” (com uma população entre 50.000 e 100.000 habitantes) que então despontavam como modelos de desenvolvimento econômico e social no país⁴¹. Neste ranking, o município de Sorriso aparecia em 17º lugar especialmente devido à evolução de seu Produto Interno Bruto e de seu Índice de Desenvolvimento Humano. Como mostra o gráfico 14, de acordo com o IBGE em 2017 Sorriso alcançou um PIB de R\$5.731.412.990,00 (4º maior dentre os municípios no estado do Mato Grosso) e um PIB per capita de R\$ 67.251 ,00 (14º maior dentre os municípios do estado do Mato Grosso). Tamaña produção de riquezas possibilitou que em 2017 as receitas orçamentárias do município de Sorriso somassem R\$ 309.156.200,00 (5ª maior do estado de Mato Grosso). Como mostra a tabela 55, ainda de acordo com o IBGE em 2010 Sorriso atingiu um IDH de 0,744, o 9º maior dentre os municípios mato-grossenses e o 667º do Brasil.

Gráfico 14: Evolução do PIB de Sorriso a preços correntes (unidade R\$ x 1.000) entre 2010 e 2017

(IBGE Cidades)

Tabela 54: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano de Sorriso e do Mato Grosso em 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010
Sorriso	0,517	0,664	0,744
Mato Grosso	0,449	0,601	0,725

(IBGE Cidades)

⁴¹ Revista Exame, “As 50 cidades pequenas mais desenvolvidas do Brasil”, 23/11/2015.

Ainda que relevantes, estes indicadores socio-econômicos tendem a ocultar a desigualdade social e as condições de vida de famílias trabalhadoras na cidade de Sorriso. Para acessar este universo podemos inicialmente recorrer à evolução do Cadastro Único, conjunto de informações sobre famílias brasileiras de baixa renda que ganham até meio salário mínimo por pessoa ou até três salários mínimos de renda familiar mensal total, base de dados para diversos programas do Governo Federal como o Bolsa Família. Segundo os dados do Ministério da Cidadania, em 03/2020 havia em Sorriso 8.243 famílias cadastradas no Cadastro Único (equivalentes a 22.477 pessoas, aproximadamente 24% da população total do município) distribuídas do seguinte modo: 830 famílias com renda per capita entre 0 e R\$89; 1.051 famílias entre R\$89 e R\$178; 3.117 famílias de R\$178 a ½ salário mínimo e 3.245 famílias acima de ½ salário mínimo. Ainda segundo os dados do Ministério da Cidadania, em 05/2020 havia dentro deste universo em Sorriso 1.921 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (equivalentes a 5.746 pessoas, aproximadamente 6% da população total do município), que receberam naquele mês um benefício no valor médio de R\$ 151,49 por família. Segundo o próprio Ministério da Cidadania com base em estimativas do IBGE, a cobertura do programa era em 2020 de apenas 71% de famílias pobres no município e o foco da gestão municipal deveria ainda estar na realização de ações de busca ativa para localizar famílias no perfil do programa ainda não cadastradas.

Gráfico 15: Evolução do número de famílias cadastradas no Cadastro Único em Sorriso entre 2012 e 2020

(Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania)

Gráfico 16: Evolução do número de famílias beneficiárias do Bolsa Família em Sorriso entre 2012 e 2020

(Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania)

A tensão entre o crescimento econômico do município baseado na lavoura de grãos e a precariedade da reprodução social destas famílias trabalhadoras de baixa renda expressa-se de maneira clara na produção de um espaço urbano marcadamente desigual e segregado entre as diferentes raças e classes sociais que habitam e trabalham em Sorriso. Por um lado, como veremos a frente, uma parcela significativa do excedente econômico da produção local de grãos converteu-se na abertura acelerada de loteamentos urbanos, que não apenas criaram novas e mais exclusivas maneiras de habitar dentre classes médias e altas de Sorriso mas também multiplicaram espaços vazios na malha urbana da cidade. Por outro lado, as classes trabalhadoras viram-se pressionadas por esta especulação imobiliária a concentrar-se em áreas periféricas pagando altos custos relativos de aluguel, impulsionando conflitos aos quais o poder público busca responder através da construção de unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida cada vez mais distantes do centro. Neste quadro, famílias trabalhadoras de baixa renda distribuem-se especialmente nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) nas periferias leste e oeste de Sorriso, marcadas em escala crescente por contradições típicas de centralidades urbanas envolvendo acesso a moradia, a saneamento básico, a transporte, a lazer, a segurança, etc. Paralelamente aos conflitos sociais investigados nos dois capítulos anteriores relativos à luta pela terra e ao mercado de trabalho assalariado na chamada “capital do agronegócio”, buscaremos a seguir analisar a relevância crescente das contradições relativas à organização do espaço urbano para a vida cotidiana da classe trabalhadora em Sorriso.

Em sua tese acerca das estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso, Fernandes recupera mecanismos de apropriação da renda da terra e controle sobre fluxos migratórios que marcaram o início da produção do espaço rural e urbano de Sorriso. Segundo o autor, a Colonizadora Sorriso criada em 1979 adquiria terras públicas e privadas de modo lícito e ilícito para depois revende-las a agricultores familiares do Sul, tendo como objetivo econômico prioritário a valorização fundiária por meio da construção de um imaginário coletivo acerca de um futuro promissor para aquela região. Para tanto, a Colonizadora exercia uma rígida seleção social sobre seu público impedindo ou dificultando venda de lotes rurais e urbanos a pessoas não enquadradas no estrito perfil de “colonos modelos” selecionados dentre os pequenos produtores tecnificados sulistas. Segundo depoimentos colhidos pelo autor, a Colonizadora chegava inclusive a recomendar aos novos proprietários a não contratação de negros, reservando no núcleo urbano um bairro exclusivo para essa população: o Bom Jesus (Fernandes, 2007, p.187). De acordo com o autor, ao final da década de 1980 a chegada de trabalhadores de ascendência nordestina para os trabalhos de catação de raízes em fazendas de Sorriso colocou em xeque tais mecanismos de controle social por parte da Colonizadora, provocando discussões acerca da necessidade de barreiras físicas ou da organização de meios para o retorno mais ou menos forçado desta população a seus estados de origem. Como veremos a frente, a pressão de setores organizados de trabalhadores de ascendência nordestina aliada à atuação de lideranças populistas de ascendência mato-grossense levou aos primeiros questionamentos da hegemonia gaúcha sobre a organização do espaço urbano de Sorriso e à formação dos primeiros bairros periféricos a leste e oeste da cidade.

Em sua tese acerca da organização e influência do que denomina como elite empresarial rural no processo de construção da agenda de governo municipal em Sorriso, Elizabeth Silva também destaca as contradições em torno da organização do espaço urbano como determinação fundamental da vida política local (Silva, 2009, p.161). Segundo a autora, a tensão racial resultante do processo de colonização de Sorriso baseia-se em uma superposição de critérios variáveis e heterogêneos, associando-se ora à cor da pele dos habitantes, ora à origem migratória dos grupos que compõem a população local, ora às desigualdades socioeconômicas, ora à distribuição no espaço das classes sociais. Apesar das heterogeneidades e dos desencontros ocasionais na equação destes critérios, a autora argumenta que a clivagem étnica entre bairros do “lado de cá” e do “lado de lá” da BR 163 encontra-se fundamentalmente atrelada aos interesses e à forma de atuação

dos dois grupos políticos que há décadas disputam o controle da administração municipal. De um lado estaria o grupo organizado originalmente em torno do mato-grossense José Domingos Fraga Filho, identificado como líder populista eleito três vezes prefeito da Sorriso (1989-1992, 1997-2000, 2001-2004) e co-responsável pela criação do Assentamento Jonas Pinheiro e pela construção das casas populares que originaram os bairros São Domingos e São José (respectivamente nas periferias leste e oeste da cidade). De outro lado estaria o grupo organizado em torno do sul-riograndense Dirceu Rossato, identificado como líder empresarial eleito duas vezes prefeito de Sorriso (2005-2008, 2013-2016) e vinculado aos produtores de soja e milho com pele branca e origem gaúcha. Com base em depoimentos de atores políticos locais, Silva relata a disputa acirrada entre os dois grupos em eleições repletas de denúncias de irregularidades de parte a parte, mas argumenta que as diferenças de discurso e estilo entre estas forças políticas refletem-se cada vez menos em distinções claras de políticas públicas implementadas nesta cidade. Nas palavras da autora:

“Mas qual seria a linha divisória entre as duas vertentes, capaz de provocar disputas e paixões tão acirradas? De forma geral, o grupo A é associado aos pobres, aos negros, à periferia e a um estilo populista de fazer política, baseado na distribuição de cestas básicas e na afetividade pessoal estabelecida entre seus líderes e a população mais carente. São várias as referências ao deputado José Domingos como o ‘prefeito do tapinha nas costas’ e a vinculação de obras do grupo à autopromoção política, com destaque para os bairros populares ‘São Domingos’ e ‘São José’ e ao ginásio esportivo ‘Domingão’. Já o grupo B desponta no imaginário social local como o representante do centro, dos ricos, dos brancos, da elite, do agronegócio e dos produtores rurais. As falas sugerem que este grupo é percebido como um segmento político mais afinado a uma forma empresarial de gerir a coisa pública [...] Porém, quando indagados acerca de como a administração do grupo A ou do grupo B se refletiria sobre as políticas públicas locais, as pessoas não conseguem estabelecer grandes distinções. Na realidade, tendem a perceber formas muito próximas de atuação, destacando apenas a clivagem anteriormente analisada de maior atenção social ou empresarial. Ou seja, as diferenças ocorreriam mais no campo do discurso, particularmente durante períodos eleitorais, quando os candidatos tentam mostrar que têm perspectivas e prioridades diferenciadas em suas propostas de condução do futuro do município” (Silva, 2009, p. 188-189)

Tabela 55: Resultado das eleições para prefeito em Sorriso (1996-2016)

	Candidatos (1996)	Votos (1996)	Candidatos (2000)	Votos (2000)	Candidatos (2004)	Votos (2004)	Candidatos (2008)	Votos (2008)	Candidatos (2012)	Votos (2012)	Candidatos (2016)	Votos (2016)
Eleito	José Domigos Fraga Filho (PFL)	7.108	José Domingos Fraga Filho (PFL)	9.304	Dirceu Rossato (PPS)	11.121	Chicão Bedin (PMDB)	15.736	Dirceu Rossato (PR)	20.448	Ari Lafin (PSDB)	21.008
Não Eleito	Nélson Luiz Ioppi (PMN)	3.549	Dirceu Rossato (PSDB)	8.714	Chicão Bedin (PMDB)	11.071	Dirceu Rossato (PR)	14.650	Chicão Bedin (PMDB)	13.814	Dirceu Rossato (PSB)	17.551
Não Eleito	-	-	-	-	Nelson Koch (PT)	2.432	-	-	Conceição Missio (PSOL)	1.504	Jr. Pé no Chão (SD)	246

(Tribunal Regional Eleitoral – Mato Grosso)

Esta tendência à indiferenciação das forças políticas adversárias locais pode estar relacionada ao expressivo fortalecimento ao longo das duas últimas décadas dos interesses envolvidos com a apropriação da renda da terra urbana na cidade de Sorriso. No momento em que realizamos nossos trabalhos de campo entre os anos de 2018 e 2019, havia 19 incorporadoras envolvidas no lançamento de loteamentos urbanos em Sorriso compondo um arco de alianças econômicas e políticas com proprietários de terras no entorno da cidade interessados em ditar os sentidos da expansão do perímetro urbano. Conforme mostram as tabelas 57 e 58 abaixo, elaboradas com base em informações da Secretaria da Cidade obtidas em 07/2018, a cidade de Sorriso contava então com 74 bairros com 24.130 terrenos urbanos ocupados e outros 14.440 vazios (37,5% do total). Ademais, havia então na cidade outros 26 loteamentos em execução somando mais 9.963 terrenos e outros 31 loteamentos em vias de aprovação somando mais 13.504 terrenos, potencialmente elevando em cinco anos os lotes vazios da cidade a cerca de 60% do total. Dados da tabela 56 mostram claramente que os bairros mais adensados e com menor proporção de lotes vazios são ZEIS localizadas na periferia leste (como Fraternidade, São Matheus, São Domingos, Novo Horizonte, Novos Campos, Mario Raiter) e na periferia oeste da cidade (como Jardim Carolina, São José, Santa Maria, Pinheiros, União). Simultaneamente, os loteamentos de alto padrão na cidade como os Residenciais Costa Brava e Cidade Jardim aparecem com excepcional porcentagem de lotes vazios, mostrando-nos que se reproduz no espaço urbano o passado latifundiário rural em que pequena parcela da população tem muita terra e ampla massa de trabalhadores tem pouca.

Em entrevista realizada em 07/2018, o Secretário da Cidade afirmou que o custo de manutenção da mancha urbana espraída era o principal desafio de gestão de Sorriso, uma vez que a arrecadação de impostos municipais se via crescentemente pressionada pela proliferação das demandas de manutenção do asfalto e rede pluvial, de extensão da rede de coleta e destinação de lixo, de criação de praças, creches e escolas públicas, etc. No trecho de entrevista destacado abaixo, o Secretário identifica na raiz desta questão o fato de que o crescimento do perímetro urbano é induzido prioritariamente por uma iniciativa privada cada vez mais capaz de impor interesses ao poder público municipal. Ainda neste trecho, o Secretário aponta ferramentas regulatórias para tentar minimizar os custos crescentes do processo vertiginoso de especulação imobiliária aos cofres públicos, deixando simultaneamente claro que a prefeitura municipal está aprisionada ao arco de alianças que gera esta crescente irracionalidade da organização do espaço urbano local. Desde esta perspectiva, mais do que os interesses da grande produção agropecuária empresarial que se realizam mais propriamente nas escalas políticas estadual e federal, são as dinâmicas em torno da apropriação da renda da terra urbana que cada vez mais pautam a vida política municipal em Sorriso:

“O IPTU progressivo foi implantado em 2013 com 5 anos de prazo, ele entrou em vigor no ano fiscal 2019, pra tentar diminuir essa especulação com os lotes urbanos. Nós também estamos propondo no plano diretor que vai ser encaminhado pra Câmara algumas obras de infraestrutura maior para os loteamentos: hoje eles entregam com infraestrutura básica, iluminação, água, esgoto e asfalto, mas nós queremos também calçadas, grama e sinalização viária em todos os lotes do município. Além disso, nós estamos propondo que só se abra novo loteamento a partir do momento em que os que precedem tenham alcançado uma taxa de ocupação mínima. Então nós estamos tentando colocar algumas ferramentas com o intuito não de proibir os loteamentos, mas de induzir que eles saiam já com o máximo de infraestrutura possível para que isso não fique a cargo só da prefeitura [...] Na verdade, esse foi um mercado que surgiu e as administrações acharam que era uma boa coisa, né? Então hoje nós temos 19 empresas na cidade que são especializadas exclusivamente em loteamento. Foi um mercado que foi fomentado e a partir do momento que você tem a empresa que visa aquilo ali, ela precisa daquilo ali pra continuar vivendo, é o mercado dela. Esses dias um empreendedor falou *‘a gente não vende pão, não tem como, a gente tem que vender lote, tem que*

produzir lote’, esse é o conceito, né? Então é um processo que vem sendo induzido pela iniciativa privada e não pelo poder público, a expansão do perímetro urbano vem sendo induzida pela iniciativa privada, né? E o poder público vem a rebote, ele não é o indutor desse crescimento. Quem define pra onde tá crescendo é o incorporador mesmo, eles que dão essa característica do crescimento das cidades” (Secretário da Cidade de Sorriso, 07/2018) ⁴².

Com base nestas formulações, analisaremos a seguir trechos de entrevistas realizadas em 07/2018 e em 07/2019 com moradores de bairros periféricos de Sorriso. Além daquelas já mobilizadas nos capítulos anteriores, foram realizadas mais 30 entrevistas com trabalhadores em seus locais de moradia, em estabelecimentos comerciais como bares, padarias e restaurantes e em espaços públicos de lazer como feiras e praças. Em um primeiro momento, as entrevistas tiveram como foco principal as inquietações destes trabalhadores em torno do acesso a moradia digna no interior da cidade de Sorriso, com destaque para suas percepções acerca da dimensão do aluguel na renda familiar, acerca de conquistas e deficiências vinculadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida e acerca das condições de pagamento em novos loteamentos urbanos “a preços populares”. Detivemo-nos em especial às percepções destes trabalhadores acerca das chamadas “invasões” de terrenos vazios que estiveram na origem de alguns dos bairros periféricos da cidade ou que ocorreram em período pouco anterior aos nossos trabalhos de campo ⁴³. Por fim, investigamos os múltiplos desdobramentos para a vida cotidiana destes trabalhadores da crescente segregação étnica e socio-espacial dentro da cidade de Sorriso, com destaque para experiências de preconceito racial, para precariedade do transporte público e para níveis crescentes de criminalidade e violência policial.

⁴² Neste contexto, um conjunto de notícias na imprensa vem registrando a dinâmica febril da especulação imobiliária não apenas em Sorriso, mas também em outros municípios do norte mato-grossense. Sonotícias, “Valorização imobiliária em Sorriso dobrou nos últimos anos”, 08/01/2014; Agência da notícia MT, “Imóveis do Norte de Mato Grosso valorizam mais que o ouro”, 17/05/2014; RD News, “Sete municípios-polo são campeões na expansão de imóveis de luxo no Estado”, 17/02/2019.

⁴³ Pouco antes de nosso primeiro trabalho de campo ocorreu a reintegração de posse de um terreno localizado entre o Condomínio Costa Brava e o bairro de baixa renda União na periferia oeste da cidade. Nos anos anteriores ocorreu também uma sequência de “invasões” e reintegrações de posse na área de preservação permanente de uma fazenda anexa ao bairro de baixa renda São Domingos na periferia leste. Acerca desta última, houve cobertura da imprensa: Globo.com, “Famílias são retiradas de fazenda pela polícia após invasão em Sorriso (MT)”, 01/04/2015; Sorriso FM 99,1 “Reintegração de posse da Fazenda Vigolo prossegue na Grande São Domingos”, 08/04/2015; Globo.com, “Famílias tentam invadir área pela 2ª vez em MT 15 dias após desocupação”, 20/04/2015; Portal Sorriso MT, “Polícia executa nova reintegração de posse em fazenda de Sorriso”, 23/06/2016.

Tabela 56: Loteamentos entregues para o município de Sorriso (2018)

	Bairros	Lotes ocupados	Lotes vazios
1	Centro	3.456	626
2	Bom Jesus	598	35
3	Jardim Alvorada	441	48
4	Bela Vista	1.635	67
5	Industrial 1ª Etapa	889	170
6	Industrial 2ª Etapa	386	65
7	Vila Bela (ZEIS)	696	28
8	Jardim Bela Vista	596	41
9	Morada do Sol	361	25
10	Jardim Carolina (ZEIS)	234	64
11	São Domingos (ZEIS)	530	-
12	Fraternidade (ZEIS)	90	-
13	Jardim Amazônia	625	90
14	Jardim Primavera	924	52
15	Jardim Aurora	441	468
16	Nova Prata	149	68
17	Benjamin Raiser	240	38
18	Verdes Campos	173	82
19	Jardim Itália	306	40
20	Expansão Urbana	163	352
21	Jardim Europa	443	42
22	Jardim das Américas	289	74
23	Jardim Califórnia	246	105
24	Alphaville	224	291
25	Village	298	263
26	Novos Campos (ZEIS)	621	46
27	São Matheus (ZEIS)	685	31
28	Recanto dos Pássaros	337	357
29	Boa Esperança (ZEIS)	158	-
30	Vitória Régia	135	80
31	Parque Universitário	150	144
32	Jardim Tropical	269	258
33	Taiama	209	153
34	Pinheiros (ZEIS)	471	-
35	Portal Kaiabi	233	147
36	Rota do Sol	472	1.684
37	Villa Romana	137	803
38	Park das Araras	88	87
39	Residencial Colinas	82	348
40	Porto Seguro	47	108
41	São José (ZEIS)	337	-

42	Nova Aliança (ZEIS)	424	-
43	Clube Sorriso	28	42
44	Industrial Leonel Bedin	59	94
45	Santa Maria I (ZEIS)	226	-
46	São Francisco (ZEIS)	248	-
47	Cidade Jardim	18	310
48	Santa Maria II (ZEIS)	284	-
49	Santa Clara	175	1.248
50	Distrito Primavera (ZEIS)	330	702
51	Distrito Boa Esperança (ZEIS)	755	674
52	Residencial Pinheiros III (ZEIS)	366	-
53	Loteamento São Cristóvão	8	28
54	São José II (ZEIS)	296	-
55	Residencial Costa Brava Prime	6	211
56	Villa Rica	18	287
57	Flor do cerrado (ZEIS)	48	300
58	Residencial Mario Raiter (ZEIS)	1.282	-
59	Bairro União	144	-
60	Residencial Topázio (ZEIS)	409	-
61	Residencial Florais da Mata	13	317
62	Residencial Ilhabela	14	119
63	Jardim dos imigrantes	15	101
64	Jardim Liberdade	49	123
65	Residencial Copenhague	1	314
66	Serra Dourada (ZEIS)	45	475
67	Porto Alegre	3	308
68	Santa Mônica	1	179
69	Recanto Seguro	-	34
70	Estrela do Sul	-	194
71	Brasil Norte	-	168
72	Novo Horizonte I	-	151
73	Novo Horizonte II	-	355
74	Monte Líbano I	-	377
Total		24.130	14.491

Tabela 57: Loteamentos em execução e em aprovação no município de Sorriso (2018)

Loteamentos em vias de aprovação (2018)		Número de lotes
1	Gold Park	258
2	Jardim Veneza	235
3	Chácara 47	212
4	Ouro verde II	705
5	Cond. Aquabrazil	188
6	Cond. Ilha do Coral	117
7	Bom sucesso	146
8	Jardim Paraíso	1.442
9	Jardins de Verona	428
10	Loteamento II e III – Grupo Cem	616
11	Loteamento IV – Alto Padrão	141
12	Morada do Bosque III	404
13	Parque Imperial	990
14	Recanto das Palmeiras	247
15	Industrial Valo	134
16	Loteamento JPO	425
17	Ilha das Flores	403
18	Botânico Eco Park	113
19	Loteamento Gilberto Carlot	80
20	Parque Empresarial Planalto	223
21	Recanto da Mata	1.318
22	Jardim de Nápoles	494
23	Jardim Imperial	161
24	Parque Cerrado	633
25	Vitório Baggio	100
26	Elias Rovaris	54
27	Gran Ville	1.509
28	Recanto dos Poetas	646
29	Vila Matilde	108
30	Victória	316
31	Vila Nova	98
Total		13.504

Loteamentos em execução (2018)		Número de lotes
1	Jardim dos Ipês	1.047
2	Monte Serrat	1.187
3	Mont Sinai	344
4	Europark	353
5	Reserva Jardim	300
6	São Conrado	277
7	Green Park	591
8	Cond. Arboretto Eco Ville	319
9	Condomínio Comoditá	19
10	Terra Ville	78
11	Portal das Acácias	155
12	Jardim Ocidental	234
13	Terra Brasil	533
14	Ouro Verde I	289
15	Bell Vale	338
16	Jardim Botânico	332
17	Novo Horizonte III	442
18	Master Ville I e II	208
19	Eldorado – 1ª Etapa	176
20	Eldorado – 2ª Etapa	205
21	Monte Líbano II	440
22	Leonel Bedin II	24
23	Jucelino Kubitschek	492
24	Jardim Guarujá	98
25	Morada do Bosque I e II	1.284
26	Santa Clara II	198
Total		9.963

(Secretaria da Cidade de Sorriso)

Especulação imobiliária e conflitos envolvendo moradia

Os seguintes relatos acerca da formação dos primeiros bairros periféricos a leste e a oeste de Sorriso a partir da segunda metade da década de 1980 ilustram os obstáculos encontrados por trabalhadores de origem nordestina para encontrar moradia nesta cidade. O primeiro trecho de entrevista abaixo com o ex-vereador Adevanir Pereira da Silva destaca a trajetória do Bairro União, um dos primeiros bairros periféricos fora dos parâmetros estabelecidos pela Colonizadora e localizado cerca de 8 km a oeste do centro. O entrevistado enfatiza em sua fala especialmente o papel de Aureliano Pereira da Silva, seu pai e então presidente do Sindicato dos Movimentadores de Mercadorias de Sorriso, na organização dos trabalhadores por moradia sem contar com apoio do poder público. Como contraponto, o segundo trecho de entrevista abaixo destaca a trajetória do Bairro São Domingos, organizado a partir de um conjunto de casas populares construídas pela Companhia de Habitação Popular do Estado do Mato Grosso no início dos anos 1990. Este entrevistado sublinha especialmente o protagonismo de José Domingos Fraga Filho, três vezes prefeito de Sorriso e primeira liderança local de caráter populista capaz de incorporar e dirigir desde o aparelho de Estado as inquietações dos trabalhadores assalariados de ascendência nordestina que crescentemente migravam para a cidade. Ambas as entrevistas colocadas lado a lado ilustram diferentes vetores que deram origem aos primeiros desafios contra a hegemonia dos colonos de origem sulista no processo de produção do espaço urbano de Sorriso:

“O Bairro União é desde 1984, o que aconteceu? Meu pai era desses que pensava *‘se eu tenho a minha casa, todo mundo tinha que ter um terreno’*. Ele era bastante envolvido em sindicato, foi um dos primeiros vereadores aqui de Sorriso, um homem bem dado com o pessoal, mas ele comprava briga. O pobre pra ele tinha valor, o pobre, o assalariado, o trabalhador, pra ele era em primeiro lugar... Então ele comprou uma chácara lá de 7, 8 hectares e falou *‘vou fazer um bairro aqui’*, era o sonho dele. As pessoas chegavam nele, pediam, ele descia lá embaixo, media com a corda e as pessoas foram fazendo seu barraco. O pensamento dele era futuramente urbanizar, passar pro município, como foi passado, o município assumir e de repente fazer umas casas melhores, levar água, levar luz, como depois foi levado, né? Porque a maioria das pessoas que moram lá, jamais poderiam comprar um lote aqui em cima... Então quando meu pai faleceu [em 1989], já tinha mais ou menos umas 12 famílias que moravam lá” (Ex vereador da cidade de Sorriso, 07/2018)

“Eu cheguei aqui em Sorriso em 1989, aqui ainda era tudo mato. Ali da Passo Fundo pra baixo era tudo mato, matão mesmo. Aí fizeram uma picada dentro do mato e desmataram só beirando a rua ali, quer dizer, ainda não existia rua, fizeram depois. Desmataram e disseram ‘aqui vai sair um bairro’...O São Domingos ficou lá dentro do mato. Quem fez isso foi o Prefeito, José Domingos Fraga Filho, foi ainda na 1ª gestão dele. O Prefeito colocou no nome dele, ficou São Domingos. Ele desmatou ali e conseguiu através da Cohab construir umas casas pra doar pras pessoas. E aí fizeram inscrição e ganharam as casas, foi feito lá de qualquer maneira, né? Casinhas pequenas, não tem acabamento assim, né? Casinha não bem confortada, né? Sala, cozinha, quarto, um banheirinho, uma coisinha pequena, não foi uma casa pra famílias grandes. E aí começaram a construir, né? Daí as pessoas faziam inscrição na prefeitura, ganhavam o lote e foram construindo, construindo...”
(Morador bairro São Domingos, 07/2018)

A narrativa hegemônica acerca destes eventos ressalta a capacidade de “Zé Domingos” de converter beneficiários destes programas em massa de manobra eleitoral, mas minimiza dessa forma movimentações dos próprios trabalhadores que ameaçavam transbordar os estreitos canais de encaminhamento de suas demandas dentro da ordem. Os seguintes trechos de entrevistas enfatizam justamente a pressão desde baixo sobre a Colonizadora ou sobre o poder público municipal advinda de loteamentos clandestinos, como resultado ou como antecipação a “invasões” conduzidas por trabalhadores sem teto. O primeiro trecho destacado abaixo com um corretor da Colonizadora Feliz (desdobramento da antiga Colonizadora Sorriso) relata a trajetória do Bairro São Mateus, frequentemente considerado pelos moradores de Sorriso como resultado de uma invasão. Segundo o entrevistado, tratou-se em realidade de uma série de loteamentos irregulares promovidos por proprietários de lotes originalmente planejados como bairro industrial, mas vendidos para moradia após a construção em área próxima da Cohab São Domingos. Por sua vez, o segundo trecho destacado abaixo descreve a trajetória do Bairro São José a partir da construção de outro conjunto de casas populares pela Companhia de Habitação do Estado do Mato Grosso durante o terceiro mandato como prefeito de “Zé Domingos”. Esta entrevistada relata tanto sua participação no que chama de “invasão” de uma área próxima às recém construídas casas populares, quanto as pressões exercidas por funcionários da Prefeitura Municipal para que ela e sua família se retirassem do local.

Estes trechos relativizam a suposta passividade dos trabalhadores face a liderança populista de “Zé Domingos”, unilateralmente destacada pela narrativa dominante local.

“O São Mateus começou quando lá era um bairro industrial, de aproximadamente 2 mil metros, todos os terrenos de 20 por 100. E aí tinha pessoas, elas compravam os terrenos de 20 por 100 e revendiam, entendeu? Faziam as notinhas promissórias lá e dividiam, faziam uma ruazinha de 3 metros, que é essa que cê tá conhecendo agora, entendeu? E aí de um lote faziam 20, faziam 15 terrenos, vendia sem padrão de construção nenhum e o pessoal começou a se instalar de qualquer jeito, é casa de madeira, é barraco... O pessoal subdividiu a maioria dos terrenos, aí cê imagina, como é que faz com documento? Não existe, né? Aí eu não sei em que ano que foi, a Prefeitura procurou a Colonizadora, pra tentar organizar isso daí. Eu não sei que ano que foi, mas foi de 2000 pra cá. E aí a Colonizadora conseguiu fazer, entrou num acordo lá com a Prefeitura e conseguiram dar uma ajeitada na documentação, então hoje já tem um documento” (Corretor Colonizadora Feliz, 07/2019)

“Essa fileira de casa, o deputado Zé Domingo que deu praquelles que puxava ele. Daí o resto todo se revoltou e foram invadindo, meu filho. Eu mesma invadi... Eu morava lá no São Domingo e eu vim pra cuidar da casa dum senhor lá em cima pra ninguém invadir, né? Esse homem era conhecido nosso ele falou ‘*Dona M., a senhora tá pagando aluguel, não quer cuidar de uma casa pra mim no São José?*’. Meu filho chegou da fazenda, eu disse ‘*Tem umas casa lá, nós pagando aluguel, podemos cuidar pros outros nesse bairro aí, né?*’. Ele disse ‘*Eu não vou fazer isso, mãe*’. ‘*Então tu faz o meu barraco, que eu vou*’. Deu uma semana, a turma da Prefeitura veio ‘*A senhora tem que sair, não pode ficar em invasão*’. ‘*Não, não vou assinar nada não, eu não tenho pra onde ir*’. ‘*Em 24 horas a senhora tem que sair*’. Não saio, não tenho pra onde ir, não saio, não saio. Os outros foram invadindo, fazendo casa. Como é que tira esse povo?” (Moradora Bairro São José, 07/2018)

Atualmente, a inquietação mais recorrente mencionada por todos os trabalhadores que entrevistamos nesta pesquisa ainda é o elevado custo da moradia na cidade de Sorriso. O primeiro trecho destacado abaixo com um trabalhador da construção civil e então morador do bairro União relata as dificuldades de se instalar e de se manter na cidade, devido à desproporção entre o valor do aluguel em relação a salários praticados na região. Em consonância com os demais entrevistados, este trabalhador afirma que o custo médio

de aluguel de R\$500,00 em bairros periféricos consome parcela excessiva do rendimento mensal de trabalhadores não qualificados, usualmente entre um e dois salários mínimos. Neste mesmo sentido, o segundo trecho destacado abaixo com outro trabalhador da construção civil e então morador do bairro Boa Esperança sublinha o aluguel como mecanismo de coerção econômica capaz de maximizar a exploração da força de trabalho. Este trabalhador natural de Fortaleza no Ceará descreve um movimento pendular entre seu estado de origem e a cidade de Sorriso, como destacado em nosso capítulo anterior, oferecendo um contraste entre a coerção para o trabalho que sofre nestes diferentes locais. Segundo o entrevistado, “*em Sorriso você não vive, você trabalha*” uma vez que o custo de vida e a cultura locais exerceriam pressão para uma extensão da jornada de trabalho e comprimiriam as perspectivas de lazer como válvulas de escape à labuta e solidão diárias. Em contraponto, “*no Nordeste, quando num tá em crise, tem trabalho e tem lazer*” uma vez que um menor custo de moradia e as relações de solidariedade familiar e vicinal ampliariam o leque de possibilidades de não-trabalho vistas como socialmente legítimas. Ambos os trechos de entrevista destacam as correlações entre as contradições do espaço urbano e do mundo do trabalho, aproximando-nos dessa forma da dinâmica concreta da vida cotidiana da classe trabalhadora em Sorriso:

“Eu vim com a família passear aqui, cheguei aqui e gostei da cidade. Na verdade, não é a cidade que falava assim, ela é até considerada capital do agronegócio, mas na minha opinião não é cidade que é pra todo mundo não. Porque as coisa aqui em Sorriso são tudo cara. Se a pessoa não tiver um lugar onde morar, tem que pagar um aluguel e o aluguel hoje aqui não é nada barato. Nesse bairro aqui que é um bairro pobre, não sei se já andou a cidade toda, esse é o bairro mais fraco que tem, é 500 real o aluguel aqui dentro. Lá na rua é um salário, dependendo o lugar. A pessoa vem pra cá, vem do Maranhão, tem que alugar uma casa primeiro, né? Aí pra ganhar um salário e pagar 500 real eu acho que é pouco, né? [...] Já trabalhei de tudo, cara. Trabalhei em reciclagem, trabalhei em fábrica de cano, hoje eu trabalho na construção civil. Eu não tenho estudo, eu estudei até a 8ª série, única opção minha mais lucrativa foi a construção civil, no caso. É um serviço ruim, um serviço puxado, eu fico o dia inteiro no sol, mas é mais ou menos o que eu vejo os outro ganhando, entendeu? Tem gente que trabaia aí numa empresa chamada Coopserv, ganha um salário [mínimo], mas pra mim não dá um salário, não dá realmente” (Morador Bairro União, 07/2018)

“Lá em Fortaleza eu trabalhava na construção civil, só que lá tá fraco, tá parado lá, eu vim pra cá. Mas aqui tá fraco também e eu tô com vontade de voltar pra lá de novo, porque lá tenho a minha casa. Aí na casa da gente é bom demais, né? Tô em casa, tô de boa. Agora pra ficar aqui eu tenho que pagar aluguel R\$500, R\$600... [...] Na construção dá pra tirar R\$1.100 na carteira. O salário aqui é 1.100 redondo, sabe? Aí todo mês só vai tirar mil real, por causa do desconto que é R\$100,00 [contribuição previdenciária]. Por isso que eu não tô nem na carteira, eu tô na diária, quando eu cheguei eu trabalhei 1 mês completo, ganhei R\$1.600. Agora tô aqui dentro da mata, fazendo mansão de fazendeiro. Lá é mansão mesmo, né não amigo? Mas tá de boa, tô achando bom lá... Agora o dia é comprido! Pego 5:30 da manhã e paro 6 hora da noite, né? Fazer o quê? A gente faz porque a gente precisa [...] Aqui em Sorriso você não vive, você trabalha. Aqui você não tem lazer. Aqui tem trabalho. Agora no Nordeste, quando num tá em crise, tem trabalho e tem lazer. Todo fim de semana você vai numa praia curtir com sua família, aí segunda-feira você vai pro seu trabalho. Aqui você entra 5h da manhã, sai às 6h da tarde. Isso é lazer? E trabalha domingo a domingo! Então aqui num tem lazer, tem trabalho” (Morador Bairro Boa Esperança, 07/2018)

Conforme apresentamos no capítulo 2, a resposta do poder público a estas inquietações ao longo da última década consistiu na criação de diversos conjuntos habitacionais voltados à faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida: o Residencial São Francisco com 248 casas e o Residencial Santa Maria I com 225 casas entregues em 2013; o Residencial Santa Maria II com 278 casas e o Residencial Santa Cecília com 80 casas entregues em 2014 e o Residencial Mario Raiter com 1.272 casas entregues em 2017. Para as famílias que se enquadram na faixa 2 do Programa Minha Casa, Minha Vida, em que os beneficiados pagam uma prestação maior pelo imóvel, também foram entregues em Sorriso 357 casas no Residencial Pinheiros III e outras 399 no Residencial Topázio. Apesar destas iniciativas, conforme já mencionado, o Departamento de Habitação da Secretaria de Assistência Social de Sorriso em 07/2019 ainda contabilizava 6.635 famílias cadastradas aguardando nova etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida no município. Neste contexto, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo com uma moradora do Residencial Mario Raiter novamente ressalta a dimensão do aluguel em comparação com a renda familiar como principal inquietação dentre trabalhadores assalariados em Sorriso. Esta entrevistada enfatiza que a conquista da moradia por meio do PMCMV implicou em

uma significativa redução de sua instabilidade e vulnerabilidade econômica e, portanto, em uma ampliação do consumo de serviços e mercadorias antes inalcançáveis à família. Em contraponto, o segundo trecho abaixo com o Secretário da Cidade de Sorriso em 07/2018 destaca o fato de que o Programa Minha Casa, Minha Vida reproduz e intensifica mecanismos de especulação fundiária que ampliam a segregação socioespacial na cidade. O Secretário deixa claro que a localização das casas populares construídas sob o PMCMV não é determinada pelo poder público municipal com base em necessidades coletivas, mas sim pelas empresas privadas responsáveis pela construção dos empreendimentos com base em critérios estritamente econômicos vinculados ao mercado de terras nesta região. Ao invés de se ocupar os espaços vazios no interior da cidade, cria-se assim um cinturão de conjuntos habitacionais crescentemente afastados voltados às famílias de baixa renda, com especial destaque ao Residencial Mario Raiter localizado no extremo sudeste a cerca de 7,5 km do centro em uma área descontínua em relação à mancha urbana já estabelecida. Ambas as citações ilustram assim ambiguidades de uma política pública de acesso a moradia aprisionada aos limites impostos pela subordinação da renda da terra ao capital:

“Aqui dentro de Sorriso quase tudo já morei. Primeira vez era aqui na São Francisco. O tempo que eu paguei lá era, a gente pagava R\$600,00 na quitinete. Na época eu ganhava era R\$900,00 e o meu marido trabalhava no barracão da Daroit [empresa de armazenamento e estocagem], ele ganhava uns R\$2 mil. Nessa época nós tinha 3 crianças. Glória a Deus, a gente vivia... Cê vive, cê vive, se você gostar de trabalhar, você vive bem. Não vive igual no Maranhão, aqui vive bem. [...] Eu me inscrevi nas casa, tava morando no bairro União. Disseram que já ia sair o sorteio, apareceu a lista das casa e aí gente foi lá ver e tava nosso nome. Aí foi que nós chegemo lá e nós ganhemo essa casa aqui. Agora no dia 6 desse mês fez 1 ano que nós ganhamo. A maior felicidade do mundo é um ser humano viver dentro da sua própria casa! É a melhor felicidade! Porque o dinheiro que você pagava o aluguel, você já não paga mais, você já compra umas coisa pra dentro de casa... É outra vida já pra você. E depois dessa casa, tá maravilhoso a minha vida, não é igual cê ia trabalhar, cê pensava *‘tal dia vence o aluguel, cê vai ter que pagar’*. Agora não, agora já é outra coisa, já vai trabaiair mais animada, já pensa na hora que receber o dinheiro *‘tenho que comprar isso e isso’*. Única coisa aqui que cê pensa em pagar é água e luz. Você tá sabendo que tá pagando uma coisa que é sua. Aí agora melhorou a vida” (Moradora Bairro Mario Raiter, 07/2018)

“Na verdade nós criamos um corredor de bairros afastados que dependem muito do município, do poder público na questão de saúde, educação, segurança, transporte, né? Isso traz dificuldades, traz vários problemas, mas isso foi definido mercadologicamente, não foi uma definição pública. Não foi o município que chegou à conclusão de que ali era o melhor lugar para o Mario Raiter, por exemplo. Foi porque esse empreendedor entrou numa negociação de valor de área. Eles tentaram em outros lugares, não conseguiram. E esse empreendedor vendeu a área pelo preço que cabia no projeto. Então é por isso que ele aconteceu ali, não tem um planejamento. Esse é um problema difícil de você conseguir trabalhar ele. Urbanisticamente falando, é um problema difícil em função de como esse desenvolvimento é feito, né? Porque ele é feito de forma inversa, não é o poder público, até hoje não foi o poder público que deu as coordenadas desse desenvolvimento. Tem a questão financeira, os empreendimentos com valores acessíveis pras baixas rendas estão saindo na mesma região. Então hoje nós temos áreas que estão com essa característica, no fundo do São Domingos aqui, próximo ao Novo Horizonte e nessa região do Santa Maria. Então nessa região os loteamentos eles têm terrenos menores, não é que eles são mais baratos. Se você pegar hoje por metro quadrado é praticamente o mesmo valor dos bairros residenciais mais nobres. Eles estão enquadrados em um padrão de lotes menores, por isso no preço final acabam sendo mais baratos” (Secretário da Cidade de Sorriso, 07/2018)

Como menciona o Secretário da Cidade neste último trecho destacado, paralelamente às casas populares erguidas através do Programa Minha Casa, Minha Vida multiplicaram-se também em Sorriso os loteamentos voltados a famílias de baixa renda. A este respeito, o primeiro trecho abaixo com uma moradora do Bairro Boa Esperança ressalta condições de pagamento e o ritmo de aumento do valor das parcelas que colocam em dúvida as condições das famílias de arcarem com essas obrigações no longo prazo. Neste contexto, esta trabalhadora oferece informações detalhadas acerca da inelasticidade de seu orçamento familiar e nos dá dimensão do drama cotidiano do pagamento de contas ordinárias, assim como da estreita margem de manobra para os gastos extraordinários. Desde outra perspectiva, o segundo trecho abaixo com um funcionário de uma corretora da cidade explica condições de pagamento no loteamento popular “Morada do Bosque”: entrada correspondente a 5% do valor do imóvel (em torno de R\$70 mil em 2019) e o

restante parcelado em até 240 vezes com um reajuste anual de 6% mais a inflação segundo o índice IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado), podendo chegar ao máximo de 12%. A figura 18 abaixo corresponde a um panfleto da empresa Araguaia Imóveis para divulgação justamente deste loteamento localizado logo atrás do Bairro São Domingos, proximidade explicitamente destacada na fotografia aérea utilizada na peça de marketing. De fato, o entrevistado ressalta que este loteamento localizado na “*periferia da cidade, uma região onde já aconteceu muitas coisas*” é voltado para a faixa de trabalhadores com renda de 1 a 2 salários mínimos e com o sonho de ter sua casa própria e sair do aluguel. Apesar disso, este entrevistado afirma ser comum que estes lotes “a preços populares” sejam adquiridos por pessoas de alta renda não para moradia própria mas como investimento, com objetivo de construir quitinetes ou similares voltados pra locação. Dentro deste universo, não foi incomum que os trabalhadores assalariados entrevistados para esta tese tenham relatado a perspectiva (mais ou menos real) de também comprar lotes e participar destas iniciativas de especulação como uma estratégia de aposentadoria. Dessa maneira, também estes loteamentos “a preços populares” se tornaram vetores de consolidação da especulação fundiária urbana como aspecto central da cultura local:

“Lá onde eu comprei um lote ainda é mais caro ainda. Fica na BR242, no fundo do bairro Nova Aliança, lá eles lotearam e nós deu 3 mil reais de entrada. Daí as parcela, cada ano tem um aumento. Nós começou pagando R\$582 no ano passado, esse ano já tamo em R\$702. E são 11 anos pagando. Nós até pensou em passar ele pra frente, da vez que teve esse aumento eu falei ‘*quando nós for pagar a ultima parcela disso aqui, vai saber lá o valor que vai tá isso aqui*’. Eles falaram que tinha o aumento, mas nós nem paremo pra pensar do quanto que seria. É muito caro. [...] Eu trabalho numa panificadora ganhando 600 reais, meio período. Meu marido trabalha num beneficiamento de madeira, tirando mais R\$1.600. Nós paga mil reais de mercado, água, luz, moto, por mês nós tem um gasto de 200 reais de gasolina... Daí mais o terreno, mais cartão de crédito. Chega final do mês, se eu digo que sobra R\$100 reais, eu tô mentindo. Não sobra. Eu conheço pessoas de falar ‘*Se eu pagar essa conta esse mês, eu não vou comer*’. Eu conheço pessoas assim. Eles preferem comer do que pagar outras contas e vive com nome sujo, porque não tem condição” (Moradora Bairro Boa Esperança, 07/2018)

“Esse aqui é um loteamento popular, o Morada do Bosque. Ele é voltado para faixa B menos, faixa do assalariado, a partir de um salário mínimo até 2 mil reais mais ou menos, essa é a faixa que a gente vende em média, né? Pessoal trabalhador, operário, funcionário. É que essa é uma região mais, como posso dizer... É parte da periferia da cidade, uma região onde já aconteceu muitas coisas, né? Então o pessoal de alta renda pensa em comprar pra investimento, não pra moradia. Geralmente o pessoal de classe A compra pra fazer quitinete, uma coisa mais voltada pra locação, né? Porque aqui em Sorriso, fez, alugou, cara... Aqui é muito fácil a questão de locação. Um dos meus clientes, ele foi morar no Japão, comprou 8 lotes, 4 um detrás do outro, nesse Morada do Bosque, pensando em montar apartamento para locação. [...] Os operários, os funcionários acham que o mesmo valor do aluguel dá pra ele pagar a parcela de um lote que vai ser uma coisa dele, aí ele prefere pagar um lote. Até nosso merchand maior é *‘saia do aluguel pra você ter sua residência própria, sua casa própria, você ter seu sonho da casa própria’*, que todo mundo tem. Um lote lá no Morada de 10 por 20, 200 metros quadrados, tá R\$70 mil. A gente pede 5% do valor do imóvel de entrada, em torno de 3.500 reais hoje, o restante é parcelado em até 240 vezes. E cada loteamento tem o seu reajuste, que é despesa de cartório, despesas pra manter a incorporadora... Lá no Morada é 6% de contrato mais o índice IGPM. Se o IGPM der negativo, mantém os 6%, se der positivo, o máximo que chega o reajuste é 12%, a gente nunca ultrapassa os 12% ao ano” (Corretor imobiliária Araguaia, 07/2019)

Figura 18: Cartaz de loteamento popular na cidade de Sorriso

Exatamente o espaço deste loteamento destacado no panfleto acima e antes correspondente à Área de Preservação Permanente de uma fazenda vizinha à cidade passou ao longo dos últimos anos por uma série de ocupações de trabalhadores sem teto. A este respeito, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo com moradores do Bairro São Domingos sublinha especialmente a repressão policial sobre aqueles trabalhadores que participaram desta experiência, acusados de praticar crime ambiental. Após tal reintegração de posse, o entrevistado relata sua surpresa com o fato de que esta área dematada foi então vendida e transformada no loteamento “Morada do bosque”, indício do poder político de empresas dedicadas à apropriação de renda da terra na cidade. No mesmo sentido, o segundo trecho destacado abaixo com moradores do Bairro União ressalta a trajetória de uma outra ocupação em área tampão vazia entre este bairro de famílias de baixa renda no extremo oeste da cidade e um condomínio de elevado padrão. A figura 19 corresponde justamente a fotografias tiradas durante nosso trabalho de campo dos escombros das casas após reintegração de posse nesta área vizinha ao Bairro União, enquanto a figura 20 abaixo corresponde a uma vista aérea deste bairro popular cercado por condomínios voltados a famílias alta renda, com destaque para a área então ocupada. Neste contexto, a entrevistada descreve as condições da “aquisição” inicial do barraco e o modo de vida no interior da ocupação, com especial destaque para o cultivo realizado por seu marido de árvores frutíferas, verduras e legumes para a cesta básica da família. Sua fala ilustra de maneira viva o sentimento de angústia dos trabalhadores que ali moravam perante o avanço dos tratores durante a desocupação da área:

“Aqui onde tá saindo esse loteamento logo aí, foi invadido. Foi mais de mil famílias aqui dentro. O que que fizeram? Meteram o cacete em todo mundo, jogaram pra rua e entregaram pra Araguaia [Imobiliária]. Tem terrenos que eles fizeram promoção, eles fizeram entrada mais 280 reais por mês. Pra conseguir vender, porque não conseguiram vender tudo ainda. Porque não tem como... Então a classe baixa é sofrida, não tem quem diga pra mim que não sofre. [...] Pra começar disseram que era uma reserva. Então tinha que tirar o povo, porque o povo tinha desmatado, o povo ia pagar por um crime ambiental. Arrancou tudo o povo, senão além de todo o sofrimento que já tava passando ia ter que pagar 5 mil por dia por crime ambiental. Tinha um rapaz que era forte, prenderam ele, prenderam um tanto de gente na hora... Pra nossa surpresa agora, a Araguaia tá vendendo tudo do jeito que eles querem. E o povo que precisa de terra? De terra não, que ali era só lote mesmo, pra construir

uma casa e pronto... Pra você ver a que ponto chega a maldade das autoridades e das pessoas maiores, eles sempre joga pra que o pobre venha ficar lá embaixo” (Moradores Bairro São Domingos, 07/2018)

“Nós tava vivendo de aluguel, aí meu marido falou que eles tinha invadido ali, se desse de nós morar lá... Minha sogra comprou ali um barraco, um cara lá vendeu, como eles invadiram, venderam pra nós. Pra nós não, pra minha sogra. Então nós viemos morar, porque nós tava pagando aluguel, né? Nós fomo morar ali no Sem Terra... Parece que ela comprou pelo preço de 1.500 reais. Barato, né? Pra quem tava pagando 300 reais de aluguel... Nós morou ali sem energia. Pensa só uma vida sem energia, meu Deus! É ruim, com aqueles mosquitos, apurada nossa vida ali, mas mais apurado ainda ficar pagando aluguel, né? Eu mesmo morando ali fiquei 1 ano e pouco, eu e meu marido, nós achou que a casa era nossa, né? Meu marido até tinha um pé de maracujá, pé de pimenta, pé de alface, pé de cebola, tudo ele plantou. Ajudava, né? No dia que não tinha uma carne, tinha umas pimenta pelo menos pra dar um gosto ali na comida, né? Mas aí falaram assim, que se a gente não tirasse as coisas, o trator não ia perdoar, ele ia passar com tudo por cima das coisas que a gente já tinha. Pra quem não tem nada, o trator chegar e passar por cima... Nós resolvemos tirar as coisas de lá. Quando começou os trator, os trator foi depois que todo mundo já tinha saído. A maioria das pessoas já queimaram tudo, pra não deixar passar. Teve algumas pessoas que já ficaram com raiva, porque prometeram pra nós que podia ajudar nós de alguma forma, mas não ajudaram... Mandaram todo mundo vagar mesmo, não teve dó de nós” (Moradora bairro União, 07/2018)

Figura 19: Escombros após reintegração de posse em área vizinha ao bairro União

Figura 20: Localização do bairro União no extremo oeste de Sorriso envolto por condomínios fechados e loteamentos

A fotografia aérea acima retratando o extremo oeste de Sorriso nos oferece um microcosmos das contradições do processo de produção do espaço urbano desta cidade: na parte inferior da imagem podemos ver o Bairro União ocupando uma estreita área densamente povoada por famílias de baixa renda que avançam sobre a mata ao seu lado, enquanto na parte superior da imagem podemos ver a proliferação de condomínios fechados e loteamentos voltados a famílias de alta renda ocupando amplas áreas vazias. A este respeito, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo ressalta a nítida divisão entre estes dois espaços pela área tampão salientada na fotografia pela seta vermelha, sublinhando assim o significado político e cultural da ocupação e desocupação deste local.

Este entrevistado salienta a sensação reverberada por diversos moradores do Bairro União de que *‘daqui uns anos aí, esse bairro vai ficar no meio preso’*, inclusive sob suposta ameaça de remoção, em meio aos condomínios e loteamentos de alto padrão no entorno. Desde uma perspectiva diferente, o segundo trecho de entrevista destacado abaixo com um funcionário de uma imobiliária local descreve a divulgação e a comercialização dos lotes do condomínio fechado Costa Brava, que podemos identificar na fotografia acima. Segundo este entrevistado, houve um esforço explícito de manter o acesso a este condomínio no interior de um círculo bastante exclusivo de famílias de alta renda, conectadas por uma série de relações de parentesco, amizade, de trabalho e de vizinhança. Na medida em que perdeu controle absoluto sobre a produção do espaço urbano da cidade de Sorriso como um todo, a elite de ascendência sulista construiu assim enclaves exclusivos em que poderiam reafirmar em micro-escala sua homogeneidade cultural. Neste contexto, é significativo que uma cidade com menos de 100 mil habitantes e com menos de 40 anos desde sua emancipação reproduza as dinâmicas características do processo de urbanização brasileira que marcaram as cidades médias e grandes pelo país.

“O condomínio não quis vim pra cá, pra não ficar muito perto do bairro que é pobre. Entendeu? Aí eles deixaram essa parte, tava virando tipo uma mata, aí o pessoal entrou e limpou, pagou trator e cada um fez as suas casinha do jeito que podia, porque também cê não pode investir em cima de uma coisa que se cê não sabe se vai ser seu. Então a prefeitura veio, tirou todo mundo, a área é do condomínio, porque o condomínio não queria chegar e ficar misturado. E agora tá abandonado e isso vai ficar mais feio ainda, né? Piorou porque ó o tanto de resto de pau, entendeu? [...] Aqui pra baixo vai ser loteamento, porque aí tem uma praia de rio, água doce. Os loteamento tá vindo aqui, esse bairro vai fica no meio preso, entendeu? É um bairro que vai ficar preso, sem estrutura, sem nada, porque nada aqui tem valor, por causa do jeito do bairro, cê tá vendo. Quem tem dinheiro num quer entrar aqui no meio. Então daqui uns dia, daqui uns anos aí, esse bairro vai ficar no meio preso. Eu já ouvi uma conversa, não sei te dizer se é verdade, o pessoal que tem dinheiro, que faz esses loteamento, queria tirar, indenizar cada um pra fazer um loteamento novo aqui dentro, mas tem muitas pessoas que é véia aí que não sai, entendeu? Aí, acho que não teve negociação. Então vai ficar esse bairro preso no meio aí, em redor tudo coisa grande, de rico. Porque uma pessoa daqui não dá conta de comprar...”
(Morador bairro União, 07/2018)

“O Costa Brava ele foi uma venda mais direcionada, a gente procurou as pessoas que a gente tinha conhecimento, foi vendendo pra eles, um indicava o outro, a gente quis fazer um ambiente assim meio que familiar, né? Uma pessoa indica um amigo, o outro indica parente... Então foi uma venda meio direcionada, não é aquela vendona aberta, igual a gente faz nos outros loteamentos... Quem está lá é dono de fazenda, dono de lojas, empresário assim de todos os segmentos, não tem um segmento só. É uma questão da renda também, por conta do valor do lote, o projeto de construção é maior também, então essa é uma venda mais direcionada, não é aquela venda que você faz um monte de propaganda e vai vendendo, né? Inclusive tem uns lotes ali que estão ainda em aberto no fundo do loteamento, mas a gente tá vendendo igual, a gente não tá nem fazendo mídia dele, a mídia dele é mínima, né? Agora os outros loteamentos, os outros a gente lança na mídia, faz plantão e tal. [...] Eu acredito que o condomínio fechado é uma procura por segurança. Toda cidade, no Brasil inteiro acontece isso aí, ela vai crescendo e as pessoas vão ficando limitadas ali e por questão de segurança vão procurando mais condomínio fechado. Aí você tem criança brincando na rua, o trânsito é menor, tem a questão da segurança do condomínio, tem a portaria que limita a entrada, né? Muitas vezes a pessoa tem a segurança da casa dele somente, mas ele não tem a segurança da rua” (Corretor imobiliária Pôr do Sol, 07/2019)

Figura 21: Entrada do condomínio Costa Brava

Para além dos conflitos envolvendo moradia, a segregação socioespacial entre a área central e a zona leste da cidade (também conhecida como “Grande São Domingos” ou “outro lado da BR”) é onipresente no imaginário coletivo dos habitantes de Sorriso e impõe-se de múltiplas maneiras sobre a vida cotidiana dos trabalhadores que lá habitam. Neste contexto, os trechos abaixo referem-se a desafios da mobilidade urbana em Sorriso decorrentes tanto da precariedade do serviço de transporte público, quanto da especulação fundiária que gera uma cidade espalhada entremeada por alta proporção de áreas vazias. O primeiro destes trechos com o então Secretário da Cidade reconhece o caráter insatisfatório da concessionária que desde 2004 é responsável pelo sistema de ônibus, cuja precariedade estaria levando usuários a cada vez mais adquirirem veículos próprios. Como consequência, segundo o entrevistado, o transporte público de Sorriso teria se concentrado especialmente em rotas entre a região leste e as principais indústrias locais, enquanto os demais fluxos no interior do espaço urbano seriam realizados preferencialmente por motocicletas, ampliando assim o número de acidentes de trânsito. De fato, a tabela 59 abaixo nos mostra que existiam em 2018 registrados no município de Sorriso 69.115 veículos para uma população estimada pelo IBGE em 87.815 habitantes, resultando em uma proporção de 0,78 veículos por habitante significativamente acima daquela que neste mesmo ano existia tanto no estado do Mato Grosso, quanto no Brasil. Por sua vez, o segundo trecho de entrevista destacado abaixo também sublinha a irregularidade do serviço de ônibus em Sorriso e ressalta o risco que os trabalhadores da região leste correm ao atravessar a rodovia BR163 em direção à área central da cidade. Como ilustração, a figura 23 abaixo mostra fotografias das únicas três vias de acesso existentes no período de nosso trabalho de campo entre a região leste e a área central, sendo uma delas uma passarela construída a grande distância dos bairros mais habitados

“O transporte público em Sorriso é uma concessão, desde 2004 ela está com a concessionária e não atende as necessidades. Nós já tivemos várias reuniões depois que eu assumi a pasta tentando melhorar as linhas, porque a gente não sabe nem por onde passa o ônibus direito hoje. Os pontos praticamente não existem, os horários não casam... O nosso transporte público é muito deficitário, ele não atrai o usuário, então só vai pro transporte público quem precisa muito. Hoje ele é mais financiado pelas empresas que dependem dele: a Marombi [frigorífico de aves], Lucion [frigorífico de suínos], que usam o transporte público pra levar seus funcionários.

Então são esses colaboradores que acabam financiando esse transporte, né? O fim da concessão é agora em 2019, vai ter um novo processo licitatório e nós imaginamos conseguir colocar diretrizes que melhorem o serviço, né? Só que não é uma culpa unilateral do empresário. Ele faz na medida que ele consegue viabilizar, mas é uma conta que não é fácil de fechar, né? Hoje a população não tem essa demanda, temos muita demanda por moto, o que é um problema. Isso é política do governo federal, o que o governo incentiva? Moto. Acelera a indústria de moto, barateia moto, financia moto. Hoje o cara que paga 3 reais numa passagem, se ele usar 4 vezes no dia, são 12 reais, se ele usar 30 dias, são 360 reais. Ele paga a parcela da moto e a gasolina, entendeu? Então hoje nós temos 150 acidente por mês, nós chegamos a ter 200 acidentes por mês em Sorriso, metade disso com moto. E 80% desses acidentes com moto vão pro Regional, isso custa de R\$1 a 2 milhões por mês, só em traumatologia” (Secretário da Cidade de Sorriso, 07/2018)

“Havia sim muito preconceito, principalmente dos donos de empresa aqui de Sorriso, porque eles visam a gente como escravo praticamente. A pessoa chega e não te dá ‘oi’ nem ‘bom dia’, você é subordinado e você tem que saber seu lugar subordinado, entendeu? Você não pode sentar na mesa dos patrões, você não pode dialogar com os patrões, a não ser em relação a serviço. Entendeu? Você pode ver até pela BR como a cidade é dividida. O prefeito tenta dizer ‘*ah não, não existe isso de divisão*’, mas existe sim! O risco que a gente passa pra ir daqui pro centro é grande, porque não há nenhuma faixa de pedestre, você tem que se enfiar no meio das carretas e atravessar pra poder chegar no centro. Não tem como usar a passarela ali embaixo, porque daqui até lá dá uns 6km. Não tem morador ali, é só empresa. Então a gente já vê o preconceito nessa parte, né? Porque o que gera renda é o pessoal aqui do ‘outro lado da BR’, se não fosse a gente, o outro lado não existia. [...] Os ônibus aqui é perigoso pelo fato de que os motoristas são ignorantes, grossos, inclusive em várias mídias sociais aqui de Sorriso sempre tem reclamações sobre os ônibus daqui, né? A passagem é cara e o motorista chega atrasado, então pra quem necessita estar no serviço no horário, aí sempre atrasa. Aí é difícil, as pessoas desistem, né? Os ônibus são velho, o motorista anda em alta velocidade, não tem habilitação apropriada pra aquele tipo de veículo, então é difícil...” (Moradora do bairro São Mateus, 07/2019)

Figura 22: Únicas três vias de acesso entre a região leste e a área central de Sorriso (2018)

Passagem sob viaduto ao sul da cidade

Passagem sob viaduto ao norte da cidade

Passarela distante dos bairros mais povoados

Tabela 58: Relação veículo por habitante em Sorriso, no Mato Grosso e no Brasil (2018)

	Sorriso (MT)	Mato Grosso	Brasil
Frota de veículos	69.115	2.080.484	100.746.553
Estimativa da população	87.815	3.441.998	208.494.900
Relação veículo/habitante	0,78	0,60	0,48

(IBGE Cidades)

Conforme já mencionamos anteriormente, a segregação entre os bairros localizados a oeste e a leste da BR163 aparece no discurso dos habitantes da cidade de Sorriso como uma cisão entre pessoas com origem sulista (predominantes nos bairros centrais) e pessoas com origem nordestina (predominantes na chamada “Grande São Domingos”). Neste contexto, as noções de “gaúcho” e “maranhense” cristalizam relações de poder entre classes e frações de classes que interagem e se chocam no espaço urbano de Sorriso, expressando por meio de caricaturas os múltiplos desencontros entre diferentes formas de conceber a moral do trabalho, a organização doméstica e as relações familiares e vicinais. A este respeito, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo com um assentado de reforma agrária de origem piauiense é representativo das experiências de preconceito racial recorrentes dentre relatos de trabalhadores de ascendência nordestina em Sorriso, já mencionadas antes como um traço frequente das “humilhações” no local de trabalho. Este entrevistado descreve ter sido recolhido e detido no início dos anos 1990 em meio a esforços da elite local para remover trabalhadores nordestinos que migravam à cidade, tendo sido liberado à época apenas devido a sua relação pessoal com um vereador local. Por sua vez, o segundo trecho de entrevista destacado abaixo com um diretor de origem paulista da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Domingos é representativo da maneira como o “maranhense” é usualmente representado na narrativa dominante local. O entrevistado diz que estas pessoas “*moram numas quitinetes, nuns trem meio estranho, tudo amontoado*” e “*jogam o esgoto na rua, água que lava prato, essas coisas, na rua*”. Também reafirma o imaginário coletivo segundo o qual o trabalhador de origem maranhense é incapaz de qualquer cálculo econômico racional de médio ou longo prazo, o que supostamente o levaria à condição permanente de “rodado/trecheiro” sem raízes. Estas entrevistas ilustram como na chamada “capital do agronegócio” a continuidade do caráter extrovertido de nossa formação econômico-social reproduziu múltiplos abismos entre fluxos migratórios do Sul/Sudeste ou do Norte/Nordeste que para lá se dirigiram, tendo como consequência uma identidade nacional continuamente abortada.

“Uma vez eu fui esparramar uma carga de cascalho, na casa de uma mulher. Eu fui mais um rapazinho maranhense, ele bem pretinho, e eu como mais claro, as criança da mulher, e até mesmo a mulher, ela conversava comigo, com o outro rapazinho não... Aí um dia a criancinha chegou pro meu amigo e falou assim pra ele assim ‘*tio, é verdade que todo preto é ladrão?*’ Ai ele disse ‘*Não... Não é assim, não é todo preto que é ladrão*’ Aí ele disse ‘*Quem te falou isso?*’ Disse ‘*Minha mãe*’. Aí

ele disse ‘*Não, pois então você fala pra ela que é bom ela fazer uma visita na cadeia, ela visitar a prisão, que lá tem branco do oio azul que tá preso lá, porque roubou. E tem muitos preto solto que nunca roubou*’ [...] Uma vez que nós tava no ponto de chapa e veio uma viatura da polícia civil e um ônibus atrás, pegando o pessoal e jogando pra dentro. Naquele tempo, senhor vê, eu não consigo me lembrar mais quem era o prefeito da cidade, a história era de colocar uma cancela na entrada da cidade e outra em outro lugar pra não entrar nordestino aqui. Sei que jogou a gente dentro do ônibus, eu fiquei uma hora mais ou menos detido, sem saber porquê, porque eu tava no ponto de trabalho, né? Me jogaram ali dentro e eu procurei ver o que tava acontecendo a policia não me falou.. Só me liberaro porque tem um cara aqui que já foi vereador, eu devo esse favor pra ele, a gente de vez em quando fazia serviço pra ele, né? Ele ligou lá na delegacia, mandou me soltar. Pronto, me soltaro” (Assentado no Assentamento Jonas Pinheiro, 07/2018)

“Aqui não tem gente pobre, eles não sabem o que é pobreza. Cê é paulista, cê sabe o que que é pobreza, sabe o que é uma favela. Favela tem pobreza. Rio de Janeiro, tem pobreza. Aqui não tem pobreza, eles são relaxados. Entendeu? Eu tenho a minha casa, vi um mato na calçada, eu arranco. Pra eles tanto faz aquele mato. Esses dias eu tive que fazer uma denúncia, por quê? Eles moram numas quitinetes, nuns trem meio estranho, tudo amontoado e eles jogam o esgoto na rua, água que lava prato, essas coisas, na rua, pra eles é normal. Eles tão passando por cima, as crianças tão passando, as crianças andam peladinho na rua, aquele lixo na rua, pra eles é normal aquilo. Se tem um lixo na frente da minha casa, o que que eu vou fazer? Vou limpar, tirar aquele lixo, ensacar, tentar jogar fora. Eles não, ali fica o lixo. Entende? Então eles têm essa, essa cultura... Eles trabalham assim, eles trabalham o almoço pra comer a janta, na janta eles pensam no almoço do outro dia. Eles não pensam o que eles vão comer no final de semana. Ah, é muito longe final de semana! Entendeu? Diferente de nós, você tá comendo hoje e já tá pensando no final de semana, entende? Eles não têm esse pensamento distante, eles pensam no momento. Tem uns que vêm aqui, trabalha a safra, ganha um dinheiro bom, compram um motão, põem embaixo do ônibus e levam embora, pra eles tá ótimo. Vão pra lá com 3, 4 mil reais pro Nordeste, lá pra onde o chão racha, pra aqueles lugares que eles vêm. Aí ficam 2, 3 meses vivendo com aquele dinheiro. Acabou, eles voltam. E assim eles vão rodando” (Diretor EMEF São Domingos, 07/2019)

Figura 23: Estabelecimentos comerciais com identidade nordestina na região leste de Sorriso

Esta segregação étnica tem como consequência uma marginalização no interior do espaço urbano de Sorriso dos traços culturais característicos da região Nordeste, frequentes na periferia leste desta cidade como é possível identificar na figura 23 acima, mas praticamente invisíveis (com raras exceções) dentre as áreas centrais preenchidas quase exclusivamente por referências e símbolos culturais característicos da região Sul. A este respeito, o primeiro trecho destacado abaixo com o maestro da Corporação Musical Rafael de Castro descreve a maneira como a segregação étnica de Sorriso levou à formação de duas fanfarras com identidades diferentes em cada um dos “lados” da cidade. Expressão exemplar dos desdobramentos inusitados da cisão étnica na cidade de Sorriso, o entrevistado descreve que estas duas fanfarras têm objetivos e composições claramente separados e que seus integrantes têm perfis diferentes e raramente interagem entre si. Por sua vez, o segundo trecho destacado abaixo com um artista de ascendência maranhense descreve parte de sua trajetória como escultor iniciada com um “curso de expressão escultural” organizado pela Secretaria Municipal de Educação no ano de 2004, durante o qual o entrevistado realizou a obra *Tributo à Capoeira*, ilustrada na figura 24. A figura 25 reúne outras esculturas realizadas nesta mesma oportunidade por diferentes artistas retratando os diferentes tipos raciais que habitaram o território de Sorriso, homenagem rara e ambígua em que se petrificam personagens interditados de diferentes maneiras em sua permanência ou em seu movimento pelo espaço urbano desta cidade. Em um episódio particularmente característico das tensões étnicas que permeiam a região, o entrevistado descreve como o prefeito de Lucas do Rio Verde teria lhe pedido em 2016 uma obra representativa da cultura maranhense (fotografia do artista na figura 26), mas não teria nunca pago nem tampouco recolhido a escultura encomendada, levando o artista a um quadro de carestia gravado de modo especialmente doloroso em sua memória.

“Existem duas fanfarras, existe um grupo lá de cima, né, existe um grupo daqui de baixo.... Na verdade Sorriso foi dividida na hora da colonização, entende? Isso aqui seria uma área industrial, entendeu? E os nordestinos chegaram aqui e colonizaram aqui desse lado, invadiram algumas partes, outras eles compraram... Aqui a gente é rotulado, porque é o lado periférico da cidade, muita gente rotula como se todo mundo aqui fosse bandido, né? Mas em todos os lugares da cidade tem, tanto é que no centro são os maiores bandidos da cidade, que comandam tudo, né? Às vezes, os filhos da gente, que são nordestinos, desse lado de cá, são os aviãozinho deles, entendeu? Fazem o trabalho, mas na verdade quem são os manda-chuvas são eles

[...] A fanfarra daqui é mais pra concursos, ela toca em vários locais, ela representa o município fora, já tem vários títulos, entendeu? A do município é mais marcial, pra tocar 7 de setembro, ela existe acho que desde a época da fundação do município, faz uns 15, 20 anos... Eu já fiz parte dela, teve uma época não era dividido. Dividiu depois de uma certa época que a cidade expandiu, cresceu demais, entende? Eu saí, aí eu comecei a montar uns projetos pra cá. Como eu morava aqui, eu sentia essa necessidade de trazer música pras crianças, porque aqui eles conhecem as músicas normais, que tocam no cotidiano deles. Então eu primeiro eu faço um trabalho com as músicas deles e às vezes eu faço adaptação pro clássico. Começo pelo repertório deles, que é pra eles primeiro se apaixonarem, depois eu coloco o erudito, que é pra eles entenderem a base de tudo, entendeu? Porque se eu já começar do clássico, como eles não têm o costume, eles não vão conseguir” (Maestro da Corporação Musical Rafael de Castro, 07/2019)

“Um dia o Prefeito me chamou lá e disse *‘eu quero um trabalho que retrate a família maranhense, algum trabalho pra cultura maranhense, que tu sugere?’* E eu sempre gostei muito do bumba meu boi, é a cultura maranhense, né? Aí ele falou *‘faz um esboço pra mim e eu, vamos ver se a gente faz esse trabalho’*. Aí eu fiz, ele aprovou e eu comecei a fazer esse trabalho. Era pra entregar em julho, eu consegui terminar o trabalho em julho, só que daí eles ficaram *‘não, a gente vai buscar...’* e não buscavam e não me pagavam... Foi aproximando o período de eleição e eles ficaram acho que esperando, né? Chegou outubro, o Prefeito perdeu e falaram *‘olha, a gente não vai poder pegar o trabalho, porque vai fazer o que com essa escultura agora, né? O Prefeito saiu...’*. Como eu tava contando só com o dinheiro deles lá, as coisas foram acabando em casa, a minha mulher na época tava recebendo bem pouco, tava fazendo faculdade de Pedagogia. Então a gente ficou com pouco dinheiro, ficamos praticamente uma semana tomando chá só, porque não tinha o que comer. Eu não tinha coragem de sair pra pedir pra ninguém, né? Não, vamos tomar chá aqui e ver o que dá. Então aqui em Sorriso já cheguei a passar fome, por conta da malandragem do pessoal aí... Eu fiquei magoado com a minha própria cultura por conta desse trabalho, né? Pô, os caras menosprezaram a cultura, não só o trabalho, mas a própria cultura mesmo, que era o que tava sendo representado, né? Aqui em Sorriso, eu costumo falar o seguinte, a cultura que o pessoal conhece é só a cultura da soja” (Escultor, 07/2019)

Figura 24: Escultura “Tributo à capoeira” na Praça da Juventude

Figura 25: Esculturas representando tipos étnico-raciais na cidade de Sorriso

“Índia”

“Gaúcho”

“Nordestino”

“Raça”

“Matogrossense”

Figura 26: Escultura representando a cultura maranhense comissionada, mas nunca recolhida pela Prefeitura de Lucas do Rio Verde

Durante nossa pesquisa de campo, um elevado número de entrevistados fez menção ao aumento recente na frequência de homicídios na periferia da “capital do agronegócio”. O gráfico 17 construído com base no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde mostra a evolução entre os anos de 2000 e 2018 do número de óbitos no município de Sorriso decorrentes de agressões intencionais de terceiros. Podemos de fato identificar aumento expressivo no número de assassinatos nesta cidade ao longo da década de 2010, levando Sorriso a alcançar em 2017 a taxa de 61,7 homicídios a cada 100 mil habitantes segundo o Atlas da Violência 2019 produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) junto ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esta proporção no município foi significativamente superior tanto à taxa de 31,6 mortes violentas por 100 mil habitantes no Brasil como um todo, quanto à taxa de 34,3 mortes violentas por 100 mil habitantes no estado do Mato Grosso em particular no mesmo ano. Possivelmente, tamanha intensificação da violência contra a pessoa está relacionada ao aumento recente da presença de facções do crime organizado na periferia de Sorriso, registrada em fotografia na figura 27 abaixo e cada vez mais mencionada na mídia local⁴⁴. A respeito da posição de Mato Grosso no circuito internacional de drogas ilícitas, esta reportagem sobre a prisão de um “megatraficante” na cidade de Sorriso assim o coloca:

⁴⁴ Dentre as frequentes reportagens locais em período recente acerca da presença do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) no município de Sorriso, podemos destacar as seguintes: Portal Sorriso MT, “Sorriso: jovem acusada de chefiar Comando Vermelho na região é presa pela Polícia Civil”, 06/12/2016; Sonoticias, “Jovem que liderava facção criminosa Comando Vermelho em Sorriso é condenada a 7 anos de prisão”, 30/10/2017; Portal Sorriso MT “Operação da Polícia Judiciária Civil de Sorriso aponta que organização criminosa ordena crimes de dentro da cadeia”, 08/11/2019; Reporter MT, “Membros do PCC e Comando Vermelho se enfrentam a facadas dentro de cadeia em MT”, 15/04/2020.

“O megatraficante Luiz Carlos da Rocha, cuja cabeleira prateada lhe rendeu o apelido de *Cabeça branca*, continuava na condição de ‘barão do tráfico’ mais procurado da América do Sul quando foi preso na manhã deste sábado pela Operação Spectrum da Polícia Federal. *Cabeça branca* é o que os policiais chamam de ‘matuto’, um empresário do crime, considerado o principal fornecedor de drogas para as duas principais facções criminosas do Brasil, o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC). A caçada a *Cabeça branca* terminou em Sorriso, no Mato Grosso, assim que ele voltou para uma casa de alto padrão onde costumava passar alguns dias. Policiais federais à paisana faziam tocaia no local há mais de duas semanas. Também havia equipes de prontidão em uma casa de três andares em Osasco, na região metropolitana de São Paulo, onde os policiais relataram a apreensão de mais de 2 milhões de dólares em espécie, guardados em malas, e também de uma arma no quarto do traficante. Responsável por uma operação complexa de compra e revenda de drogas, o traficante importava cocaína diretamente de produtores do Perú, da Colômbia e da Bolívia, de acordo com as investigações. Trazia a droga em pequenos aviões, para armazenagem em fazendas no Mato Grosso. De lá, os entorpecentes eram escondidos em caminhões e despachados para São Paulo, onde chegavam para facções brasileiras ou eram vendidos para quadrilhas de outros países. Essa rede de negócios fez com que ele fosse considerado hoje o maior traficante da América do Sul” (El País, “Preso pela PF: saga do maior traficante da América do Sul chega ao fim em Sorriso (MT)”, 01/07/2017)

Gráfico 17: Evolução do número de homicídios em Sorriso (2000-2018)

(Sistema de informações sobre mortalidade – Ministério da Saúde)

Figura 27: Pichações referentes ao crime organizado em muros da região leste da cidade de Sorriso

Comando Vermelho no bairro Mario Raiter

Comando Vermelho no bairro São Domingos

Proibição de roubos na região leste de Sorriso

Indícios de conflito encerrado entre PCC (sigla apagada acima) e Comando Vermelho (sigla abaixo).
Gíria “tudo dois” é o mesmo que “tudo pacificado”

Pesquisas futuras poderão investigar as possíveis relações de tensão e cooperação entre facções do crime organizado em processo de interiorização pelo país e as frações das classes dominantes vinculadas à propriedade da terra e ao chamado “agronegócio”. No que diz respeito a esta pesquisa em específico, podemos apenas destacar em esboço as diferentes maneiras como a atuação crescente destas organizações tem sido percebida por aqueles trabalhadores que habitam os bairros periféricos a leste da cidade de Sorriso. Neste contexto, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo com dois moradores do bairro São Domingos indica que o processo de territorialização destas facções é entendido de modo ambíguo, simultaneamente como vetor de banalização da vida e da morte mas também como forma de auto-proteção contra roubos e furtos na região leste da cidade. Enquanto o entrevistado 1 destaca que em *“um ano e pouco que eu tô aqui já mataram mais de trinta cara”* de modo que o mais indicado ao final da tarde é *“se fechar em casa”*, o entrevistado 2 ressalta que *“tem uma lei aqui no bairro: se roubar da quebrada, paga”*. Por sua vez, o segundo trecho de entrevista destacado abaixo com um pequeno comerciante do bairro São Domingos destaca a relação entre o aumento da violência e o estreitamento das condições de reprodução socioeconômica das famílias trabalhadoras locais em meio à escassez de empregos especialmente para mão de obra não qualificada. Segundo o entrevistado, o aumento recente no número de assassinatos tornou mais árida a vida social antes efervescente nos bairros localizados a leste da cidade de Sorriso, transformando a rua em *“um deserto”* ao cair a noite após a seis ou sete horas.

“Entrevistado 1: Um ano e pouco que eu tô aqui já mataram mais de trinta cara, é muita gente. No ano passado, começo de julho, mataram sete. Numa noite, em duas horas, sete. Aqui entre os vizinhos tem coisa melhor. Um não incomoda o outro, cuida da sua vida, mas assim, pra anda na rua a noite... É bom ficar em casa. Chegou a tardezinha se fecha em casa e fica, que senão... Que nem, essas duas mortes de anteontem, nós já tava até em casa quando escutamos os tiros aqui.

Entrevistado 2: Mas eu penso assim, quem faz a vivência da pessoa na cidade é a pessoa mesmo. Que se eu for fazer coisa errada, eles vão cobrar mesmo. Se você dever, eles não cansam de cobrar. Isso não existe. E se me devesse eu ia cobrar também. Pra viver na cidade, quem faz a convivência, é a própria pessoa... Tipo assim, se você não caça, você não acha. Tem uma lei aqui no bairro que se roubar da quebrada paga. Se roubar, se pegar... Não pode roubar no bairro, se roubar no bairro o cara...” (Moradores Bairro São Domingos, 07/2018)

“Sorriso cresceu muito e o serviço sumiu. Essa rua aqui era um fervo de gente, eu não sei se tu já foi em uma cidadezinha de garimpo que tá correndo dinheiro? Cê viu aquela movimentação gente? Era aqui e o dinheiro corria, chegava hoje de noite e amanhã você estava trabalhando. Agora cidade cresceu muito e o que as fazendas tinha que fazer já foi feito. Antigamente pra você plantar mil hectare você passava 30 dias, hoje se você tiver duas plantadeiras, com dois ou três dias você planta. Então uma fazenda de mil hectares que só de trabalhador braçal gerava em torno de 20 a 30 serviços, hoje não gera nenhum pra braçal, não. [...] Pra nós que vimos essa rua aqui se encher, chegar de noite seis horas, sete horas vazia e ver um deserto é uma decepção. Antigamente nós não tínhamos violência, cê dormia de porta aberta, hoje nós não podemos fazer isso, hoje tá mais difícil. Aqui era só paz, era o mesmo que você estar morando dentro do sítio, calminho, cê conhecia todo mundo e todo mundo te conhecia. Hoje você não conhece ninguém” (Comerciante no bairro São Domingos, 07/2018)

Surpreendentemente, alguns entrevistados descreveram um quadro semelhante ao que é chamado de genocídio da juventude negra e periférica em grandes centros urbanos. Neste universo, o primeiro trecho de entrevista destacado abaixo com o maestro da Corporação Musical Rafael de Castro descreve que há hoje em seu grupo 25 jovens no corpo musical e outros 12 no corpo coreográfico com idades que variam entre 8 e 18 anos. O entrevistado relata que “*nesse meio tempo também já tivemos perdas, vários alunos que se envolveram com drogas, que morreram*”, dentre os quais ele destaca um integrante que era usuário de crack, foi assassinado e atualmente dá nome à Corporação Musical. De fato, relatório publicado no início de 2020 pelo Observatório do Crack, vinculado à Confederação Nacional de Municípios (CNM), apontou que 82% dos 141 municípios do estado do Mato Grosso enfrentavam então problemas relacionados ao consumo de crack, com especial destaque para 11 municípios que sofriam com um índice considerado particularmente grave de uso de drogas: Guarantã do Norte, União do Sol, Sorriso, Tapurah, Campo Novo do Parecis, Salto do Céu, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Jaciara, Rondonópolis e Alto Taquari (G1 Mato Grosso, “Mais de 80% dos municípios de MT enfrentam problemas relacionados ao uso de crack e outras drogas”, 25/02/2020). O segundo trecho de entrevista abaixo com o diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Domingos relata que em 2018 “*mais de 15 ex-alunos foram mortos*”, aparentemente devido a disputas por controle do território em decorrência da ruptura

nacional entre Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital a partir de 08/2016. Em um aparente diálogo implícito com a narrativa dominante local, o entrevistado questiona: *“Agora cê acha que eu venho a público falar que isso é natural, que é uma limpa na cidade? Se eu como professor falar isso, então é melhor fechar a escola...”*. Neste contexto, a figura 28 abaixo traz exemplo de uma manifestação em apoio à atuação de policiais, que teriam matado (supostamente em confronto) quatro jovens suspeitos de tentar roubar a casa de uma defensora pública na cidade de Sorriso em setembro de 2019. Em contraponto, a figura 29 traz exemplo registrado durante nossa pesquisa de campo em 2019 de pichações em uma das passagens que ligam a região leste à área central da cidade, com críticas à ditadura civil-militar de 1964 a 1985 e à prática da tortura:

“Hoje são 25 pessoas no corpo musical e 12 no corpo coreográfico, de 8 até 18 anos. E a gente tá expandindo isso pra essas escolas também, né? Agora a gente tem um projeto Música nas Escolas, musicalidade dentro da escola, umas cinco escolas já tem projetinho de fanfarra nas escola, são os alunos que fazem parte do projeto com a gente da banda, eles estão trabalhando de estagiário e dando as aulas nas escolas. Só que o que que acontece, nesse meio tempo também já tivemos perdas, vários alunos que se envolveram com drogas, que morreram. Tanto é que hoje, a corporação musical leva o nome de um ex-integrante que era um músico porreta de bom e foi assassinado, se envolveu com crack, viciou no crack e foi assassinado... E através disso a gente resolveu homenagear, porque toda pessoa tem um lado bom e um lado ruim, nem toda pessoa é 100% bom, nem toda pessoa é 100% ruim. Que que acontece nesse meio tempo? A gente conheceu o lado bom, depois a gente conheceu o lado ruim dele. Ruim não, que ele acabou se perdendo no meio do caminho, né? Então nós decidimos homenagear ele com esse nome, Corporação Musical Rafael de Castro, pra que todo mundo conheça um pouquinho, porque através do nome a gente sempre explica nos concursos, em tudo que... porque a gente leva como exemplo, né, pra que isso não aconteça com outros integrantes. Nós já perdemos três assim... A maioria é porque se envolvem à questão da facção, né? Aí são eliminados, entre eles mesmos. É bem triste assim, porque você vê que era pessoas que se tivessem continuado... Ele tinha bem mais talento até do que eu, isso eu reconheço, entende? Tipo assim, o cara era crânio, na questão de musicalidade o cara era crânio. Entendeu?” (Maestro da Corporação Musical Rafael de Castro, 07/2019)

“No ano passado, eu perdi mais de 15 ex-alunos que foram mortos. A droga tá matando em todo lugar, né? Não é só aqui, é todo lugar, mas o ano passado foi um ano atípico de tantos ex-alunos que nós perdemos. Enquanto eles estão aqui, a gente não deixa parar de estudar, nós vamos atrás, buscamos na casa, mandamos o Conselho, incomodamos a família... Mas depois que eles saem, a gente não tem mais esse controle. Entende? Depois que eles saem das unidades, aí eles se perdem. Que nem eu falo pra todo mundo, essas crianças pra serem mortas, alguém errou, né? Eu sempre divido a responsabilidade em 4 partes: 25% da família, 25% do poder público, 25% da sociedade e 25% da escola. Por que a gente tem uma responsabilidade muito grande? Porque se os outros 3 fatores estão errando e nós também errarmos, aí cê esquece... Ano passado tava todo mundo falando que foi uma limpa, que eram bandidos, até a TV veio me entrevistar, eles queriam saber o que eu achava, né? Eu falei que eu sou responsável pela escola, eu não posso errar. Agora cê acha que eu venho a público falar que isso é natural, que é uma limpa na cidade? Se eu como professor falar isso, então é melhor fechar a escola... Todo mundo pode desacreditar, mas nós não podemos. Eu não posso desacreditar no que eu me formei. Eu não posso desmotivar meus alunos, mesmo que eles sejam ruins, né? Eu tenho que incentivar eles até o último dia. Porque senão o que vai restar pra nós daqui pra frente?” (Diretor EMEF São Domingos, 07/2019)

Figura 28: Cartaz de apoio à violência policial em manifestação em 27/09/2019 em Sorriso

Figura 29: Pichações contra a tortura e a ditadura em muro da cidade de Sorriso

Em conclusão, o município de Sorriso parece sintetizar uma contradição fundamental do complexo de relações sociais que hoje conhecemos como "agronegócio": por um lado, ela está integrada a fluxos internacionais de pessoas, mercadorias e capitais que lhe permitem reter uma parcela significativa do excedente econômico ali produzido; por outro lado, ela reproduz uma rígida segregação entre raças e classes que marginaliza agricultores familiares nas zonas rurais e trabalhadores assalariados nas zonas urbanas. Na ausência de qualquer encaminhamento político às inquietações destes trabalhadores capaz de colocar em questão os estreitos limites de sua reprodução socio-econômica, a contradição entre um espaço integrado (em escala global) e segregado (em escala local) tende a desdobrar-se em práticas crescentemente autocráticas e violentas que reafirmam como naturais e necessários os abismos sociais de nosso passado e presente históricos. De fato, nas eleições presidenciais de 2018 o candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro alcançou em Sorriso 71,23% dos votos no primeiro turno e 75,48% no segundo turno. Este apoio, especialmente dentre os grandes proprietários locais, pode ser ilustrado pelo trecho de reportagem abaixo, que relata um episódio no ano de 2018 em que fazendeiros teriam impedido com armas na mão a “invasão” de uma área por trabalhadores sem terra. No mesmo sentido, as figuras 30, 31 e 32 abaixo destacam cartazes de apoio na cidade de Sorriso e no estado do Mato Grosso a Jair Bolsonaro no primeiro semestre de 2020, em meio ao isolamento político do governo federal em decorrência do acirramento da crise econômica e da crise sanitária durante a pandemia de Covid-19:

“Produtores rurais de Sorriso se uniram e impediram que integrantes do Movimento Sem Terra (MST) invadissem a Fazenda Caçula, às 8h de ontem [20/01/2018]. A retirada, segundo agricultores, foi feita de forma pacífica e a saída filmada. De acordo com os produtores que estão instalados na região há mais de 30 anos, antes das 11h30 todos os barracos foram desmontados. *‘Reintegração de posse de uma propriedade que tem mais de 50 anos de documentação. Esse é o futuro do MST no país. Entra e depois sai o mais rápido possível para evitar problema’*, disse um dos agricultores. Em vídeo, o produtor afirma que apoia o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) para presidência da República. O parlamentar defende que produtores rurais utilizem fuzis contra invasores de terras. *‘Aqui vale mil sacos de soja por hectare. Eles querem hoje porque tem energia, asfalto aqui perto. Quando isso aqui não era nada, ninguém queria. Invadir nossa região vai sair, não vamos nem esperar judiciário nem nada’*, sustenta. Em resposta, no Twitter, Bolsonaro diz que esse tipo de ação do MST deveria ser tipificada como terrorismo. *‘A propriedade privada, rural ou urbana, é sagrada’*” (RD News, “Produtores se unem, evitam invasão de sem terras e citam Bolsonaro”, 21/01/2018)

Figura 30: Cartazes de apoio a Jair Bolsonaro em manifestação no dia 15/03/2020 em Sorriso

Figura 31: Outdoor de apoio a Jair Bolsonaro em Sorriso (07/2020)

Figura 32: Outdoors de apoio a Jair Bolsonaro no Mato Grosso (07/2020)

Conclusões e perspectivas teóricas e práticas

Ao final desta viagem, em que *sentido* se pode dizer que os trabalhadores por nós entrevistados ao longo desta tese são membros de uma mesma classe social? Como argumentamos em nossa exposição, a permanência dos traços mais espoliativos de nossa formação colonial e escravista continuamente reduziu estes sujeitos à condição de resíduos descartáveis, cuja inquietação conseguiu expressar-se predominantemente por meio de deslocamentos em busca de melhores oportunidades de acesso a terra e trabalho. Os mais significativos esforços recentes para organizar e dar sentido político a estas inquietações não foram capazes de alterar o predomínio caracteristicamente brasileiro de processos repetitivos sobre os transformadores, com especial destaque para a resiliência da estrutura fundiária ultra-concentrada e da violência impune contra trabalhadores rurais. A constituição das frações por nós investigadas como um sujeito coletivo dotado de vontade e identidade comuns na arena política local, regional e nacional aparece, portanto, como impasse teórico e prático, em meio a um novo ciclo de derrotas dos horizontes e alternativas sociais contrapostos à hegemonia do capital sobre o campo no país. Concluímos assim com uma pergunta: quais então os sentidos possíveis da auto-constituição destes sujeitos fragmentados enquanto classe trabalhadora hoje, no contexto de rápida e intensa urbanização do campo tal como observada em Sorriso (MT)? Buscaremos nesta conclusão esclarecer os parâmetros conceituais que nortearam esta pesquisa em busca de uma resposta teórica e prática a esta questão.

A perspectiva político-metodológica que orientou esta tese propôs-se inspirada em Henri Lefebvre, especificamente em sua leitura acerca da articulação de contradições sociais de diferentes tempos históricos em uma mesma *formação econômico-social*. Recuperando as elaborações de Lênin acerca desta noção estabelecida por Marx, Lefebvre afirma que o desenvolvimento histórico da acumulação capitalista não avança uniformemente como na abstração (científica, mas incompleta) presente em “O Capital”. Se em alguns países o capitalismo foi capaz de fazer tábula rasa daquilo que o precedeu, especialmente em países periféricos a expansão das relações capitalistas de produção não destruiu relações sociais antecedentes, antes as conservou e subordinou a sua dinâmica. Segue-se daí, portanto, que formações econômico-sociais com diferentes trajetórias são compostas de distintas sedimentações de dilemas históricos sucessivos, mantidos sem solução no interior da ordem burguesa capitalista (Lefebvre, [1957] 1969, p. 200-201). Esta perspectiva destaca o caráter multiforme de tensões sociais ocultas sob a aparente

homogeneidade e linearidade do crescimento econômico e do progresso tecnológico. Estabelecido de maneira célebre por Lefebvre no artigo “Perspectivas de sociologia rural” escrito em 1953, seu método propõe primeiramente um momento *descritivo* dedicado à observação de uma realidade concreta imediata e de sua complexa multiplicidade de modos de viver e pensar; em segundo lugar, um momento *analítico-regressivo* dedicado à análise destas relações sociais de maneira a situa-las e data-las na trajetória de dada formação econômico-social; em terceiro lugar, um momento *histórico-genético* dedicado à síntese da gênese de relações explicadas em sua dinâmica própria e em sua articulação ao conjunto, destacando múltiplas potencialidades inscritas no concreto em movimento (Lefebvre, [1970] 1978, p. 71). Em “A produção do espaço”, Lefebvre assim se coloca:

“Em ‘O Capital’, Marx teve a intenção de analisar e expor o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa segundo um esquema binário (dialético): a oposição capital-trabalho, que nos levaria por sua vez à oposição lucro-salário. Esta polaridade permitia compreender formalmente o movimento conflitivo e, em consequência, formulá-lo inteligivelmente, mas supunha a desaparecimento do terceiro termo procedente da história: a terra, a classe dos proprietários fundiários, as rendas fundiárias, a agricultura como tal. De um modo mais geral, o protagonismo outorgado a uma oposição binária de caráter conflitivo (dialético) presupunha a subordinação do histórico ao econômico e, em consequência, a dissolução ou absorção pelo econômico como tal das múltiplas formações herdadas da história, anteriores ao capitalismo. [...] Pois bem, Marx não pôde deixar de apreciar rapidamente as resistências de um esquema tão redutor. De onde provinha esta resistência? De vários lados e, em primeiro lugar, da realidade considerada: a terra. A escala mundial, não desaparecia a propriedade do solo, nem se reduzia a importância política dos proprietários fundiários ou os caracteres específicos da produção agrícola” (Lefebvre [1974], 2013, p. 359, tradução minha)

Segundo esta leitura, os processos de industrialização e urbanização não são homogêneos e lineares, mas se impõem de modo desigual e combinado sobre o globo. Especial mas não somente em países periféricos como o Brasil, o bloco histórico entre burguesia e aristocracia fundiária transformou ao longo do século XX a apropriação da renda da terra em um dos principais fundamentos para a formação do capital industrial. Como demonstrou Martins, isso significa que a generalização do mercado de trabalho livre assalariado foi acompanhada da reprodução de relações de produção e da

intensificação de conflitos sociais envolvendo famílias de trabalhadores rurais com diferentes formas de acesso parcial e precário à terra (Martins, [1981] 1995, p. 79-80). Por um lado, a expansão e o adensamento do tecido urbano sobre o território crescentemente privaram tais comunidades rurais de autonomia, subordinando-as aos imperativos do mercado e ressocializando-as segundo novos modos de viver e pensar. Em ritmos variados, agrupamentos tradicionais camponeses foram absorvidos e transformados pelo conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo: redes de comunicação e transporte, agências bancárias e supermercados, instituições de ensino e extensão rural, serviços de saneamento e saúde (Lefebvre, [1970] 2002, p. 17). Por outro lado, o processo de urbanização do campo envolveu a reprodução e reelaboração de ecos fragmentários da sociabilidade do mundo tradicional rural, evidentes no cultivo de hortas e na criação de galinhas, nas redes de trocas de comida e favores entre parentes e vizinhos ou mesmo no desejo ambivalente do retorno à terra que ainda hoje permeia as periferias de muitas das cidades funcionais ao campo moderno. Como vimos, muitos destes núcleos urbanos têm sido crescentemente atravessados por contradições que reproduzem em novo contexto as características do mundo rural, decorrentes da formação de imensos espaços vazios voltados à especulação fundiária paralela à concentração de trabalhadores em estreitas faixas da área urbana em troca de aluguéis que representam uma parcela frequentemente insustentável de seus salários. Neste sentido, nas palavras de Lefebvre, o processo de urbanização generalizada não levou à superação da relação cidade-campo, mas deu origem a um magma, um caos em que a cidade e o campo se misturam confusamente (Lefebvre, [2000] 2016 p. 143). Segundo esta perspectiva, buscamos sustentar nesta tese que as contradições relativas à formação do espaço urbano superpuseram-se às contradições características de zonas rurais sem aboli-las ou solucioná-las, mas dotando-as de novo sentido e nova dinâmica. Lefebvre assim se coloca a este respeito na introdução à coletânea “Do rural ao urbano”:

“Novas periodizações do tempo socio-historico se impõem já; por exemplo, entre a era campesina, a era industrial e a era urbana aparecem diferenças, com um corte (descontinuidade relativa) entre *a*) o predomínio do campo e da produção agrícola, *b*) o predomínio da empresa industrial, de sua racionalidade e *c*) o predomínio, finalmente, do urbano e de sua problemática. A era urbana não faz desaparecer por encantamento ou desencantamento as contradições e conflitos da era industrial. Esta última não consegue tampouco abolir os conflitos e contradições

da era anterior. [...] A cidade, sua explosão, a sociedade urbana e o ‘urbano’ em emergência, superpõem suas contradições às da era industrial e da era agrícola. Segue-se daí um nó pouco extrincável e uma problemática sumamente complexa. Quais contradições podem pretender-se *motrizes* do crescimento e do desenvolvimento, isto é, eventualmente destruidoras? Todas.” (Lefebvre, [1970] 1978, p. 12, grifo do autor, tradução minha)

Segue-se do exposto até aqui que também a *vida cotidiana* se desenvolve de maneira desigual e combinada na sociedade moderna, ao mesmo tempo subordinada em escala crescente aos imperativos formais do mercado e da burocracia de Estado e permanentemente tensionada por resíduos de modos de viver ou pensar pré-modernos. Por um lado, Lefebvre aponta que a vida cotidiana na sociedade moderna é determinada crescentemente por escalas de tempo lineares e fragmentadas, características de atividades passíveis de racionalização e acumulação como processos de trabalho, produção de ciência e tecnologia e multiplicação de estruturas burocráticas e jurídicas. Por outro, a vida cotidiana segue também determinada pela permanência residual de escalas de tempo cíclicas fundadas em relações sociais pré-modernas, características de atividades que não podem ser submetidas à razão analítica sem se destruírem, tais como a arte e a experiência estética, o jogo e a espontaneidade lúdica, o prazer e a sensualidade. A vida cotidiana é, portanto, marcada por uma permanente tensão entre o que Lefebvre chama de setores *controlado* e *não controlado* da vida, ou seja, entre a reificação das relações sociais reduzidas à reprodução do capital e da máquina do Estado e seu núcleo simbólico e afetivo, empobrecido e reduzido a espontaneidade deteriorada e estilizada (Lefebvre, [1961] 2002, p. 46-51 e p.334-337). Esta perspectiva explica porque em momentos de crise do processo de modernização social, voltam à tona valores e noções conservadores considerados irremediavelmente superados pelo chamado “progresso”. Especialmente em formações econômico-sociais periféricas, o processo de corrosão do mundo rural pela industrialização submeteu em curto espaço de tempo amplas massas da população a precárias condições de trabalho e de moradia em periferias urbanas, em meio às quais compreensivelmente se fortaleceu uma crítica conservadora à sociedade moderna a partir do resgate de valores comunitários em defesa da família e da religião. Ocasionalmente esta recuperação de valores conservadores assumiu a forma de uma crítica profundamente enraizada na vida cotidiana das massas à reificação no mundo moderno por meio da revalorização de relações imediatamente pessoais e afetivas,

potencial fundamento utópico de organizações de trabalhadores por exemplo em luta pela terra, como demonstrou Martins ao longo de sua obra (Martins, 2000, p. 141-142). Entretanto, esta recuperação de valores conservadores pode também assumir a forma de uma reafirmação dos traços mais violentos e espoliativos de nossa formação social, potencial fundamento utópico de experiências de extrema direita que colocam como horizonte a destruição de quaisquer organizações autônomas dos trabalhadores. Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, Lefebvre assim se refere a este desenvolvimento desigual e combinado da vida cotidiana no mundo moderno:

“Este padrão de civilização é caracterizado por elementos extremamente díspares e heterogêneos que ajudam a compô-lo. Em sua estrutura, a sociedade capitalista traz consigo toda sorte de formas antigas erguidas a um ‘nível moderno’, na medida em que é incapaz de eliminá-las. Assim, na França mesmo nós encontramos todo tipo de estrutura econômica desde uma quase-primitiva economia pastoral (nos Pireneus, por exemplo), uma economia agrária quase patriarcal (os pequenos camponeses que podemos encontrar em muitas regiões), até as mais modernas técnicas da grande indústria. Do mesmo modo, como corolário, existem áreas superpostas e interconectadas em nossa cultura e em nossa consciência, que correspondem factualmente e historicamente a diferentes momentos da civilização: desde mitos agrários e superstições camponesas até conhecimentos científicos recentemente adquiridos. Nosso ‘padrão médio’ é feito deste emaranhado inextricável. Até em sua aparente e pretensiosa ‘modernidade’, nossa cultura traz consigo um grande e disparatado patchwork, que não tem nada de ‘moderno’” (Lefebvre, [1947] 1991, p. 191-192, tradução minha)

A crítica da vida cotidiana permitiu a Lefebvre uma releitura da noção de *práxis*, de maneira a salientar tanto os múltiplos determinismos que herda de relações sociais passadas, como sua ineliminável abertura à criação de modos de viver e pensar futuros. Na obra “Sociologia de Marx”, Lefebvre critica Lukács não apenas por sustentar uma representação idealizada da *práxis* revolucionária sob a direção do Partido Comunista, mas também por superestimar o processo de reificação em que a forma mercadoria tenderia a deformar as relações humanas ao ponto de reduzi-las a relações entre coisas. Lefebvre argumenta que o conteúdo da vida cotidiana segue pulsando sob a reprodução formal seja da mercadoria, do dinheiro e do capital, seja da lei, do contrato e do Estado,

de tal maneira que mesmo os atos aparentemente insignificantes do dia-a-dia são atravessados por resíduos insubmissos ao caráter fixo e sistemático da ordem formal. Dentro desta leitura, Lefebvre propõe um esquema de análise da práxis em três níveis: a *práxis repetitiva* é o polo que recomeça os mesmos gestos e os mesmos atos em ciclos determinados com uma escala mínima (mas nunca nula) de inventividade e criatividade; a *práxis mimética* é aquela que ao imitar e seguir modelos é capaz de criar e transformar parcialmente as relações sociais dominantes, ainda que sem saber como nem por quê; a *práxis inovadora* é o polo em que relações sociais dominantes são submetidas a questionamento radical através da articulação entre teoria e prática revolucionárias (Lefebvre, [1966] 1968, p. 34-37). Por um lado, esta proposta permite-nos interpretar a vida cotidiana como um caleidoscópio em que se combinam de modo surpreendente aqueles estilhaços de modos de viver herdados do passado nunca plenamente superados. Por outro lado, esta proposta permite-nos também interpretar a vida cotidiana como um laboratório em que fermentam silenciosamente as inquietações que apontam para um futuro apenas aparentemente aprisionado na reprodução tautológica de formas abstratas. Isso equivale a dizer que sob a aparência de pretensas e pretensiosas novidades do mundo moderno perpetuam-se ecos e fragmentos de modos de viver e pensar pretéritos, do mesmo modo que sob a reprodução das relações de produção gestam-se experiências e inquietações que apontam para além das atuais formas de exploração e dominação. Lefebvre assim sintetiza estas articulações entre passado, presente e futuro que compõem sua leitura acerca da noção de práxis:

“Mesmo a necessidade histórica supõe a passagem pela ação – a práxis – do possível ao real, e dá lugar à iniciativa. Toda possibilidade abre dois caminhos: o de uma alienação maior e o de uma desalienação. Por toda parte o homem social sempre inventa e cria, por toda parte ele sempre é vítima de suas obras [...] A noção de práxis e a práxis social começam a desdobrar diante de nós a riqueza das determinações que contêm. Que o termo hegeliano ‘determinação’ não desvie a atenção e não nos faça derivar à teoria. A práxis, estando determinada, é aberta. Ela sempre comporta uma abertura sobre o possível. Outra coisa não é a determinação, dialeticamente: o negativo que compreende o positivo, nega o passado em nome do possível e, assim, o manifesta como totalidade. Toda práxis se situa duplamente na história: em relação ao passado e em relação ao futuro, sobre o qual ela se abre buscando cria-lo. As determinações resultam do passado;

são formas, sistemas e estruturas colocados à margem e que não desapareceram, não puderam ser superados ou apenas o foram incompletamente; estes resultados, estas obras continuam a agir. Mas as determinações não excluem nem a iniciativa dos homens que os combatem para liquidá-los, nem os acasos e as contingências” (Lefebvre, [1966] 1968, p. 39).

Esta leitura da noção de práxis está relacionada com a interpretação de Lefebvre acerca da noção de *ideologia* não como falsa consciência, mas como conjunto de representações que ao mesmo tempo revela e oculta contradições sociais determinadas. Recuperando as elaborações de Marx e Engels, Lefebvre aponta que a formação das ideologias remonta à complexificação da divisão social do trabalho ao longo da história, especialmente à divisão entre trabalho material e intelectual que pela primeira vez tornou possível a elaboração de abstrações que se propuseram desconectadas da práxis humana. Neste sentido, as ideologias assumiram o papel de apresentar interesses particulares como se fossem universais, tendo como resultado a ocultação de contradições sociais e a naturalização de relações de exploração e dominação historicamente determinadas. Entretanto, Lefebvre também argumenta que as ideologias nunca se separam de fato da práxis na medida em que atuam como ponto de partida e como resultado de ações mais ou menos eficazes, moldando a linguagem cotidiana com expressões e símbolos elaborados ao longo de gerações envolvidas em longas trajetórias de conflitos sociais. Neste sentido, as ideologias guardam mitos e utopias que expressam alternativas e virtualidades históricas derrotadas, que se reproduzem especialmente na consciência das massas populares de maneira subterrânea e mutilada, mas potencialmente viva e eficaz. Lefebvre conclui que as ideologias nunca são inteiramente falsas, na medida em que representações enganosas e ilusórias se mesclam por vezes indissolivelmente a conceitos que elas por um lado veiculam e deixam emergir e por outro lado recobrem e sufocam. Segundo o autor, isso implica em uma relativização da clivagem entre ciência e ideologia: a verdade surge sempre mesclada ao erro e jamais chega a se sistematizar definitivamente, na medida em que a práxis que a embasa sempre se abre sobre o possível, sobre o futuro (Lefebvre, [1966] 1968, p. 50-61). Neste sentido, a maneira como as relações sociais aparecem à consciência imediata dos trabalhadores individualmente ou em grupos não pode ser a priori ignorada ou desvalorizada por um discurso que se proponha científico. Esta aparência tanto traduz como oculta relações sociais de dominação e exploração, abrindo um manancial de saberes práticos simultaneamente eficazes e mistificados que

podem apontar à reflexão crítica a dinâmica das inquietações cotidianas das massas. Lefebvre assim se coloca a respeito deste processo em “Lógica formal/lógica dialética”:

“Assim, a aparência, a manifestação, o fenômeno, são um reflexo da essência, da realidade concreta, com tudo o que implica a palavra ‘reflexo’: algo fugaz, transitório, rapidamente negado e superado pela essência mais profunda. Mas é precisamente assim que a essência, oculta dentro do fenômeno, vem refletir-se em nós e para nós. E nossa reflexão consiste em levar em conta este fenômeno para ultrapassá-lo e atingir – através dele – a essência. Assim, uma palavra, um gesto, um esgar de alguém me surpreendem; reflito sobre este detalhe aparentemente insignificante. Se me ativesse à constatação imediata, a aparência nada mais seria, para mim, que uma aparência. Mas, refletindo sobre ela, atinjo através dela – considerada como um ‘fenômeno’ – aquilo que é essencial no indivíduo em questão. Desse modo, o movimento de nossa reflexão pode e deve reproduzir o movimento através do qual a essência se traduz, se trai e se reencontra em si mesma: mais rica, mais profunda que o fenômeno e, todavia, ‘expressa’ por ele. A ‘expressão’, não devemos esquecê-lo, ao mesmo tempo implica e dissimula, oculta e revela, traduz e trai o que ela expressa!” (Lefebvre, [1947] 1983, p. 217)

Esta leitura acerca da noção de ideologia leva-nos necessariamente a uma revalorização crítica do discurso do senso comum, de modo a buscar a grandeza e a profundidade que se escondem sob as miudezas da linguagem cotidiana das massas. Segundo Lefebvre, o traço marcante desta linguagem é o que ele chama de ambiguidade, isto é, um tenso e cuidadosamente construído compromisso tácito por meio do qual as relações de poder são relativamente encobertas de maneira a evitar que os conflitos sociais sejam levados a termo e explodam de maneira recorrente em meio à interação cotidiana. Ao mesmo tempo, entretanto, ambiguidade é também o que permite às classes subalternas consentir sem capitular a relações de exploração e dominação que se lhe impõem, seja por meio do humor que parece inverter pontualmente relações de poder, seja através de silêncios e gestos que complementam ou subvertem o sentido das palavras ditas (Lefebvre, [1981] 2005, p. 64-65). Em pesquisas baseadas em análises de entrevistas, esta característica tem como consequência inevitável uma espécie de desencontro inicial entre a linguagem científica do investigador e a linguagem cotidiana dos investigados, o que exige um esforço de tradução mútua para estabelecer uma linguagem comum a ambos. Desde esta perspectiva, a pesquisa sociológica é uma troca em que o investigador só tem

acesso ao conteúdo dramático vivido pelo sujeito investigado na medida em que também se envolve e compromete no diálogo, ou seja, na medida em que se dispõe a interpretar-se a si mesmo sociologicamente ao interagir com o seu “objeto” (Martins, 2014, p. 34). Isso pressupõe simultaneamente uma crítica da linguagem do senso comum atravessada por inúmeras mistificações e incongruências que limitam o potencial criativo da práxis, mas também e mesmo principalmente uma crítica da linguagem da ciência frequentemente tomada da arrogância conceitual que se alheia da experiência vivida. Lefebvre em seu segundo volume de sua “Crítica da vida cotidiana” assim se coloca a respeito da dialética que atravessa as entrevistas em uma pesquisa de campo:

“Na sociologia, a maioria das entrevistas começa como um período de desconforto, como bem sabem os investigadores. Iniciantes gostariam de evitar ou minimizar este período; eles não percebem o quão frutífero ele é. Que este desconforto não pode ser evitado, que tal inquietação surge quase necessariamente quando um contato vivo é estabelecido, isso é confirmado por técnicas de dinâmica de grupos e psicoterapia, caso confirmação fosse necessária. Em todos os casos, o conteúdo dramático do vivido está escondido sob padrões de comportamento evasivos. A entrevista começa com uma espécie de desafio tácito para o entrevistado por parte do entrevistador (que busca alcançá-lo, compreendê-lo) e para o entrevistador por parte do entrevistado (que busca evadir-se e desviar seu esforço). Quanto mais altos os riscos, maior o desafio e maior o desconforto. Enquanto esta inquietação durar, o investigador, incapaz de resistir a uma vertigem mental, tenta clarificar sua representação e refinar sua linguagem. Durante este período, a pessoa entrevistada lentamente aceita receber ou ceder uma parte do ‘real’: um aspecto do drama escondido, a situação de sua realidade cotidiana. Qualquer linguagem comum torna-se aparente ao final destes diálogos, uma vez que a ‘conversa de surdos’ tenha sido evitada” (Lefebvre, [1961] 2002, p. 102, tradução minha)

O encadeamento conceitual esboçado até este momento leva-nos necessariamente a uma leitura da *classe trabalhadora* não como um sujeito homogêneo, mas como síntese em potencial de uma série heterogênea de frações ou grupos submetidos a um conjunto multifacetado, diversificado e articulado de contradições com a ordem do capital. Segundo Lefebvre a reprodução social é não apenas a reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada de contradições sociais (antigas e novas) que se

multiplicam e se diversificam, que se articulam com influência e intensidade variável umas sobre as outras durante a trajetória de formações econômico-sociais determinadas. Conflitos sociais decorrentes do modo de apropriação da terra, decorrentes da formação do espaço urbano, decorrentes de clivagens étnico-raciais ou de gênero reproduzem-se neste sentido juntamente à contradição entre forças produtivas e relações de produção. De acordo com esta leitura, a práxis potencialmente revolucionária da classe trabalhadora não decorre imediatamente da estrutura do modo de produção capitalista, mas sim de um processo histórico (não linear, nem unívoco) de unificação dos fragmentos e resíduos insubmissos, das virtualidades e alternativas bloqueadas, das necessidades radicais não solucionadas e mesmo invisíveis aos discursos hegemônicos (Martins, 2015, p. 107). Desde esta perspectiva, a classe trabalhadora corresponde a uma identidade comum ao mesmo tempo enraizada na vida cotidiana daqueles grupos ou frações que a compõem, mas também potencialmente capaz de questionar e apontar para além deste limite em direção a um projeto de transformação revolucionária da atual ordem social estabelecida. Uma vez que este processo é desigual e combinado, a investigação acerca da classe trabalhadora implica na busca por circunstâncias e condicionalidades objetivas e subjetivas capazes de estimular e/ou limitar tal síntese de conflitos dispersos e isolados. Ou seja, a investigação acerca da classe trabalhadora implica no estudo dos ritmos da inquietação que fermenta em meio à passividade e a atividade de suas diferentes frações, contradição que nunca se resolve completamente:

“Marx não expõe nem uma coesão estrutural, nem um deslocamento iminente do modo de produção. Ele não mostra nem um ‘sujeito’, nem um ‘sistema’, mas um *processo*. No curso deste processo, as contradições se produzem, se reproduzem, se atenuam ou se aprofundam, aparecem ou desaparecem. No conjunto do processo, há a reprodução ampliada das contradições (antigas e novas). A análise de um tal processo ilumina sujeitos (agentes ou atores: grupos, classes, frações de classe), mas não um sujeito. Ela descobre sistema parciais, mas não um sistema. A contradição entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção é somente uma relação conflitiva entre tantas outras, essencial, é verdade, mas variável em intensidade e em influência. A contradição ‘sobredeterminante’, se se aceita esta terminologia, não consistiria no conflito permanente entre o esforço para assegurar a coerência do conjunto social e o renascimento perpétuo de contradições em todos os domínios?” (Lefebvre, [1972] 1999, p. 170)

Na conclusão de “Limites do capital”, David Harvey oferece apontamentos que (a nosso ver) têm afinidades com os de Henri Lefebvre e que também podem nos ajudar a esclarecer o significado da noção de classe trabalhadora que balizou nossa pesquisa. Harvey destaca que a reprodução social da força de trabalho não se reduz apenas à reprodução ampliada do capital, mas realiza-se também a partir de um conjunto de relações sociais que escapam relativamente ao domínio seja do mercado, seja do Estado. Os séculos XIX e especialmente XX foram marcados por uma crescente colonização da vida cotidiana das massas pelos imperativos de valorização do valor, como já vimos, mas este processo não é completo segundo a leitura tanto de Lefebvre, como de Harvey. Segue-se daí que é necessário investigar as maneiras como se articulam a reprodução do capital mediante a produção de mais valor e a reprodução da vida vivida dos trabalhadores, não apenas nas relações de trabalho mas também em espaços dedicados à reprodução familiar, à habitação, à educação, à migração, à alimentação, às festas, etc. Cada uma destas relações sociais é marcada não apenas por uma articulação e interdependência mútuas, mas também por uma tensão e conflito latentes, configurando dessa maneira a dinâmica da luta de classes no nível da práxis e da linguagem cotidianas. Estabilidade e conflito sociais fundamentam-se na maneira como se reproduzem estes e outros aspectos aparentemente prosaicos da vida social das classes trabalhadoras, entendidos como maneiras simultaneamente minúsculas e decisivas de “fazer história”.

“A maneira como a reprodução do capital mediante a produção de mais valor se combina e se entrelaça com a reprodução da vida vivida do trabalhador torna-se problemática. As duas dimensões captam, em sua oposição, a tensão fundamental entre a riqueza da cultura diversificada e as áridas realidades da busca de lucro. Algum tipo de unidade deve existir entre as duas para a sociedade capitalista poder atingir pelo menos a aparência de estabilidade social e desajustes importantes devem ser certamente o sinal de crises marcadas por um conflito social sério. Entretanto, nenhum processo pode dominar fácil ou diretamente o outro, apesar de sua mútua interdependência. Meios de coordenação devem ser encontrados, muitos mecanismos de contenção mútua, que de algum modo mantêm a sociedade em um equilíbrio suficiente em suas partes isoladas para impedir qualquer colapso social total. Esse tema tem sido explorado em termos das relações entre as lutas baseadas no trabalho e aquelas travadas no espaço de vida sobre habitação, saúde, educação. O fato de existir algum tipo de unidade latente em todas estas lutas é óbvio. E os dois lados sabem disso” (Harvey, 2013, p. 563)

Podemos enfim retornar a nossa pergunta: quais então os sentidos possíveis da auto-constituição destes sujeitos fragmentados enquanto classe trabalhadora hoje, no contexto de rápida e intensa urbanização do campo tal como observada em Sorriso (MT)? A contribuição desta tese para responder esta questão pode ser sintetizada em diálogo com algumas elaborações de Henri Lefebvre acerca do processo de *produção do espaço*. A práxis humana ao longo da trajetória de formações econômico-sociais determinadas produz uma espacialidade própria que serve de suporte a suas múltiplas relações sociais, resultando em texturas justapostas oriundas de diferentes temporalidades da história (nunca plenamente abolidas) que se interpenetram ao mesmo tempo que colidem entre si. Por um lado, essa práxis é determinada pelas *representações do espaço* dominantes em cada momento da história e tendentes a sistemas de conceitos abstratamente elaborados, que contribuem para a relativa coesão e estabilidade da reprodução das relações sociais de produção sob direção de centros de poder político, econômico e cultural estabelecidos. Por outro lado, esta práxis preserva aqueles *espaços de representação* que expressam simbolismos complexos ligados aos aspectos clandestinos e subterrâneos da vida social, vinculados às experiências concretamente vividas por grupos e classes que se apropriam residualmente e através da imaginação dos espaços sob domínio do capital e do Estado. Relações entre estes momentos da práxis são instáveis e podem resultar em compromissos ou fissuras entre os espaços abstratamente concebidos e espaços concretamente vividos, em uma dinâmica complexa na qual cada lugar social é determinado tanto por grandes movimentos da ordem distante impostos por Estados e pelo mercado mundial quanto por pequenos movimentos da ordem próxima baseados em compromissos e conflitos locais. Em contraponto à ilusória transparência de um espaço mental vazio e inteligível que oferece campo livre à ação humana ou à ilusória opacidade de um espaço visual preenchido por conjuntos de coisas percebidas confusamente como naturais e necessárias, Lefebvre propõe-nos enfrentar os desafios teóricos e práticos da sociedade moderna por meio de uma investigação da complexidade e das contradições próprias do *espaço social*:

“Não há um espaço social, mas vários espaços sociais e inclusive poderíamos dizer que se trata de uma multiplicidade ilimitada; o termo ‘espaço social’ denota um conjunto inumerável. No curso do crescimento e do desenvolvimento, nenhum espaço chega a desaparecer: *o mundial não abole o local*. Não se trata de uma consequência da lei de desenvolvimento desigual, mas sim uma lei própria. O entrecruzamento dos espaços sociais é uma lei. Tomado isoladamente, qualquer

espaço é apenas uma abstração. Abstrações concretas que existem ‘realmente’ por redes e ramificações, feixes de relações. Por exemplo, as redes de comunicação a escala mundial, as redes de informação. Há que se fazer notar que o desenvolvimento destas redes muito recentes não erradica de seu contexto social aquelas outras mais antigas, justapostas no curso dos séculos [...] Tudo isso encontra sua materialização nas cidades mediante a construção de edifícios apropriados. Assim, o espaço social e, sobretudo, o espaço urbano emergem em toda sua diversidade, comparável a uma estrutura laminada (como a de uma mil-folhas) muito mais que a homogeneidade isotrópica do espaço matemático clássico (euclidiano-cartesiano)” (Lefebvre, [1974], 2013, p. 142, grifo do autor, tradução minha)

A prática social usualmente chamada de “agronegócio” no Brasil contemporâneo corresponde com precisão ao conceito de *espaço abstrato* proposto por Henri Lefebvre, referente à produção do espaço sob a ordem capitalista e sob o que se convencionou denominar de “globalização” ao longo da segunda metade do século XX em particular. Primeiramente, este espaço tende à homogeneidade por ser suporte da generalização da forma mercadoria e do predomínio do valor de troca sobre o valor de uso em escala global, mas também por se tornar ele próprio objetos de intercâmbio e investimento que subordinam diferenças qualitativas ao imperativo quantitativo da valorização do valor. Esta tendência é particularmente explícita na monótona paisagem das lavouras de grãos que se estendem por quilômetros no entorno das maiores rodovias mato-grossenses, assim como na pretensa homogeneidade étnico-cultural gaúcha reafirmada visual e narrativamente à exaustão em todas as principais “cidades do agronegócio” deste estado. Em segundo lugar, este espaço se fragmenta à medida em que é vendido em parcelas e converte-se em meio de segregação daqueles elementos sociais rechaçados às periferias, ordenando a distribuição e os fluxos de grupos e classes de acordo com uma divisão social do espaço que complexifica e se superpõe às contradições da divisão social do trabalho. Este traço é visível tanto na especulação no meio-norte de Mato Grosso que acelera a concentração fundiária em gigantescas fazendas e marginaliza agricultores familiares, quanto na segregação socioespacial urbana que como vimos recorta algumas das principais “cidades do agronegócio” em “bairros de gaúchos” e “bairros de maranhenses”. Em terceiro lugar, este espaço se hierarquiza não apenas porque distribui as classes em locais tidos como periféricos, desprezíveis, perigosos ou como centrais, nobres, atraentes,

mas principalmente porque exige centros de poder político que crescentemente se reforçam face aos conflitos de um espaço ao mesmo tempo globalizado e fragmentado. Esta característica expressa-se em escala global no surgimento de regimes autoritários em resposta às crescentes contradições entre fluxos mundiais e limites nacionais/regionais. Em escala nacional expressa-se proliferação de tendências autoritárias co-determinadas pela expansão do “agronegócio” que colocaram em xeque a democracia brasileira, resultando em um projeto de aprofundamento da internacionalização de cadeias de *commodities* paralela à multiplicação de clivagens sociais de nossa formação histórica.

No interior deste contexto, os dilemas e perspectivas do processo de auto-constituição da classe trabalhadora dependem fundamentalmente das múltiplas práticas espaciais de suas diferentes frações que transbordam e (em maior ou menor medida) desafiam as representações do espaço dominantes do “agronegócio” em Mato Grosso. Assentamentos de reforma agrária, hortas comunitárias e feiras de produtores rurais; migrações e inscrições no espaço urbano de simbolismos da cultura nordestina; ocupações por moradia e loteamentos que rompem os traçados em formato de tabuleiro são iniciativas de trabalhadores para se apropriar dos seus espaços concretamente vividos em relações complementares e conflituosas com o espaço abstrato do “agronegócio”. Trata-se de espaços de representação que atualizam virtualidades históricas irrealizadas, expressam resíduos sociais insubmissos e respondem a demandas radicais invisibilizadas, reintroduzindo heterogeneidades e inovações em um espaço homogêneo e repetitivo. Mantidas em seu atual formato e dimensão, contudo, estas diferenças são facilmente subordinadas à reprodução daqueles poderes políticos e econômicos estabelecidos, resultando em pactos sociais usualmente denominados como populistas que conforme vimos acima ao mesmo tempo animam e conformam as disputas políticas em Sorriso. Trata-se nesse sentido de diferenças que permanecem distantes de produzir um novo espaço como suporte de novas relações sociais capazes de enfrentar as pretensões hegemônicas e o alcance estratégico que o chamado “agronegócio” ainda demonstra. Apontam nesse sentido para uma necessária redefinição e ampliação do projeto de reforma agrária que ofereça novos horizontes para jovens trabalhadores cujos modos de viver, de pensar e de trabalhar orbitam crescentemente em torno do espaço urbano.

O crescimento acelerado ao longo das últimas décadas de “cidades do agronegócio” como Sorriso desnuda limites e impasses de todos os projetos de reforma agrária que pautaram movimentos sociais e forças à esquerda durante o século XX, mas

constituem também novos laboratórios do que Lefebvre chama de *espaço diferencial*. Estas cidades representam tanto o coroamento do espaço abstrato do “agronegócio” funcional à moderna produção agropecuária e agroindustrial do complexo grãos-carne, quanto a maximização de suas contradições em meio à emergência do fenômeno urbano e sua vida social complexa que aponta para além da racionalidade de empresas e Estado. Como viemos argumentando ao longo desta tese, isto não implica no desaparecimento da demanda e da luta por terra dentre as classes trabalhadoras do Mato Grosso, mas em sua preservação e ressignificação sob crescente influência de centralidades urbanas. Invisibilizadas pelas narrativas dominantes e pouco investigada pela pesquisa acadêmica, as periferias destas cidades são provavelmente o espaço mais dinâmico de fermentação das inquietações da juventude trabalhadora subordinada ao chamado “agronegócio”, atraída por perspectivas de qualificação, formalização e lazer e frustradas em maior ou menor medida por precárias condições de trabalho e por altos custos de moradia locais. O cotidiano destes sujeitos é determinado tanto por iniciativas de encontro e celebração em espaços públicos, quanto pela aridez de conjuntos habitacionais reduzidos ao mínimo grau de diversidade e pela violência latente ou explícita da polícia e de frações do tráfico, em um caleidoscópio de contradições e conflitos crescentemente incontornável à investigação da espacialidade e sociabilidade produzidas pelo chamado “agronegócio”. Assim, é possível concluir que as “cidades do agronegócio” que cresceram de maneira excepcional nas últimas décadas moveram-se em um espectro desde de pequenos núcleos sob controle quase total de empresas colonizadoras em aliança com o Estado, até centralidades de porte médio com uma vida urbana crescentemente complexa que abre novos horizontes e sentidos à auto-constituição da classe trabalhadora nestas regiões.

Desde uma perspectiva lefebvriana, a noção de espaço diferencial constitui-se como uma hipótese estratégica, um projeto teórico e prático de longo prazo, capaz de sintetizar as problemáticas rural e urbana e assim orientar futuros enfrentamentos ao “agronegócio”. Em primeiro lugar, em contraponto à já mencionada tendência do espaço abstrato à homogeneidade, a hipótese do espaço diferencial aponta para a necessidade de defesa e estímulo de múltiplos e heterogêneos modos de trabalho, vida e apropriação dos espaços rural e urbano que representem prioridade do valor de uso em relação ao valor de troca. Em nosso universo de pesquisa isso implica não apenas em um contraponto à grande lavoura de grãos por meio da ampliação das terras em mãos de camponeses e indígenas, mas também no questionamento da pretensa homogeneidade étnico-cultural “gaúcha”

através da celebração do encontro de contribuições dos vários fluxos migratórios à região. Em segundo lugar, em contraponto ao processo de fragmentação do espaço abstrato, o espaço diferencial enquanto projeto exige um combate à especulação fundiária e à segregação sócio-espacial que marginaliza aquelas frações mais precarizadas da força de trabalho a estreitas áreas altamente adensadas em troca de aluguéis relativamente altos. Em nosso universo de pesquisa isso significa um combate à proliferação descontrolada de loteamentos urbanos que subordinam a vida em "cidades do agronegócio" ao pagamento de renda da terra a grandes proprietários, mobilizando-se aqueles com acesso precário à moradia contra a multiplicação de vazios urbanos, contra o alto valor de aluguéis e contra áridas condições de vida de conjuntos habitacionais distantes do centro. Em terceiro lugar, em contraponto à hierarquização que caracteriza o espaço abstrato, o espaço diferencial enquanto estratégia aponta para a autogestão generalizada de espaços de trabalho e moradia contra a violência explícita de órgãos estatais e paraestatais e contra pactos populistas que subordinam inquietações populares a limites da ordem estabelecida. Em nosso universo de pesquisa isso exige esforços para dar novos sentidos à rede de parentesco e vizinhança através da qual fluem informações sobre terra e trabalho, com vistas a constituir as periferias das "cidades do agronegócio" enquanto um sujeito coletivo e unificado condizente com sua dimensão econômica, demográfica e cultural na região.

Ao fim desta tese, uma série de perguntas permanece em aberto a futuras pesquisas a serem conduzidas em “cidades do agronegócio” em geral e em Sorriso em particular. Quais as alternativas de sobrevivência de pequenas chácaras, assentamentos e acampamentos de reforma agrária neste contexto e quais as relações que os jovens nascidos e criados nestes locais estabelecem com o lote familiar e com o espaço urbano? Qual o futuro dos fluxos migratórios de força de trabalho para estes locais em meio à redução da demanda de trabalho braçal não qualificado em fazendas e agroindústrias? Quais as perspectivas de inserção econômica e política de jovens trabalhadores com crescente qualificação e crescentes expectativas de emprego e usufruto da vida urbana? Qual o alcance do “agronegócio” vinculado à cadeia carnes-grãos na produção do espaço e qual o ritmo de crescimento possível em médio e longo prazo de cidades como estas? Qual o horizonte de complexificação e heterogeneização da vida social no interior de cidades com base econômica predominante na exportação de *commodities* agrícolas? Qual o futuro da clivagem étnica nestas cidades e quais os impactos de inscrições de simbologias de estados do nordeste sobre espaços urbanos hegemonicamente “gaúchos”?

Quais as raízes e os desdobramentos da interiorização de padrões de violência urbana típicos de grandes cidades ligados a compromissos e conflitos entre frações do tráfico? Quais as perspectivas de atuação destas frações do tráfico em conjuntos habitacionais de grandes dimensões, distantes de centros urbanos e carentes de infraestrutura de serviços? Quais as possibilidades de expressão política da classe trabalhadora no interior destas cidades para além de pactos de caráter populista com frações de elites locais, responsáveis por simultaneamente atender e neutralizar demandas populares sob parâmetros da ordem? Estas e tantas outras perguntas exigem a recuperação de um programa de pesquisa sociológica coletivo capaz de investigar “cidades do agronegócio” como Sorriso, laboratórios dos impasses e das perspectivas da vida social no Brasil do século XXI.

Bibliografia

ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: A Sudeco no espaço mato-grossense*. Dourados: UFGD, 2014.

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. *Reforma Agrária no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista (Unesp). Franca, 2006.

ALMEIDA, Luciana Schleder. *Gaúchos, festas e negócios: O agronegócio da soja no Meio-Norte mato-grossense*. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2013.

ALMEIDA, Terezinha Ferreira de. *A BR 163 na cidade de Sorriso: Apartheid do corpo social urbano*. Dissertação de mestrado em Estudos da Linguagem. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá: 2016.

_____; COX, Maria Inês Pagliarini. *O lado nordestino da cidade de Sorriso: O lado maldito segundo a posição-sujeito sulista*. Revista Rua, n. 22, v. 2, Campinas: Nov/2016.

ALVES, Laci Maria Araújo. *Sonhar e fazer: experiências de mulheres e de homens em movimentos sociais na luta por moradia em Rondonópolis – MT*. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2004.

ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). *Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Piauí e do Maranhão e Leste de Tocantins*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

ANDRADE, Maristela de Paula. *Os gaúchos descobrem o Brasil: Projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: EDUFMA, 2008.

ARACRI, Luís Ângelo dos Santos. *Informatização agrícola no cultivo da soja em Mato Grosso: Técnica, trabalho e reorganização do território*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Sistemas de produção agrícola e meio técnico-científico-informacional: A difusão da agricultura de precisão e a modernização do espaço agrário em Mato Grosso*. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro: 2010.

ARRIMA, Eugênio; BARRETO, Paulo; BRITO, Marky. *Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental*. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2005.

_____.; RICHARDS, Peter; WALKER, Robert; CALDAS, Marcellus. *Statistical confirmation of indirect land use change in the Brazilian Amazon*. Environmental Research Letters, Volume 6, Number 2. 24/05/2011.

ARRUDA, Zuleika Alves. *Sinop: território de múltiplas e incompletas reflexões*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 1997.

_____. *Onde está o agro deste negócio?* Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2007.

ARRUZZO, Roberta Carvalho. *Relações entre técnica, trabalho e espaço na agricultura moderna em Mato Grosso*. Dissertação de mestrado em geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2004.

_____. *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2005.

BALSADI, Otávio Valentim. *O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira e suas diferenciações regionais no período 1992-2004*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

BARROZO, João Carlos. *Exploração e escravidão nas agropecuárias da Amazônia mato-grossense*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 1992.

_____. *Em busca da pedra que brilha que nem estrela: Garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai – Diamantino*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

_____. *Mato Grosso: Do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: UFMT, 2008.

_____. Os assentados e assentamentos rurais do Araguaia. In HARRES, Marluza Marques; NETO, Vitale Joani. *História, terra e trabalho em Mato Grosso: Ensaios teóricos e resultados de pesquisas*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

BEAL, Simone Gardin. *Pequena Produção rural e o selo social: Assentamento “28 de Outubro” Campo Verde/MT*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, 2010.

BECKER, Berta, MIRANDA, Mariana, MACHADO, Lia Osório. *Fronteira amazônica: Questões sobre a gestão do território*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990.

BENETTI, Maria Domingues. *Globalização e desnacionalização do agronegócio brasileiro no pós 1990*. Porto Alegre: FEE, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Vol. 1: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERNARDES, Júlia Adão. Técnica e trabalho na fronteira de expansão da agricultura moderna brasileira. In ARRUIZZO, Roberta Carvalho (org.). *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2005.

_____; FREIRE FILHO, Osni de Luna (orgs). *Geografias da soja: BR163: Fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006.

_____; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (orgs). *Geografias da soja II: A territorialidade do capital*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

_____; ARRUIZZO, Roberta (orgs). *Geografias da soja III: Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

_____; ARACRI, Luis Angelo dos Santos (orgs). *Espaço e circuitos produtivos: a cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2010.

_____. BUHLER, Ève Anne; COSTA, Marcos Vinícius Velozo da (orgs). *As novas fronteiras do agronegócio: Transformações territoriais em Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

BIANCARDINI FILHO, Ary. *A questão urbano-habitacional em Cuiabá – MT: Uma análise dos efeitos da localização dos conjuntos habitacionais no período 1960 a 2010*. Dissertação de mestrado em Engenharia de Edificações e Ambiental. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, 2014.

BONFIM, Márcia. *As engrenagens da cidade: Centralidade e poder em Cuiabá na segunda metade do século XX*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

BONI, Márcia Regina. *Aventuras e sacrifícios: Histórias das professoras migrantes de Sorriso (MT)*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

BORGES, Maria Stella Lemos. *A consignação da violência: a peonagem na região de Três Lagoas – MS*. Tese de doutorado de Sociologia. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2002.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

BRANFORD, Susan; GLOCK, Oriel. *The last frontier: Fighting over land in the Amazon*. Londres: Zed Books, 1985.

BRITO, Eduardo Martins de. *MST: Uma análise de seu programa e práticas políticas sob os governos do PT*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande, 2015.

BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis, Vozes, 1988.

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária UFFRJ, 1997.

BUHLER, Ève Anne; GUIBERT, Martine; REQUIER-DESJARDINS, Denis. As agriculturas empresariais na Argentina, no Brasil e no Uruguai: uma globalização dos espaços rurais? In BERNARDES, Júlia Adão; BUHLER, Ève Anne; COSTA, Marcos Vinícius Vellozo da (orgs). *As novas fronteiras do agronegócio: Transformações territoriais em Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

CAMARGO, Kelly Cristina de Moraes. *Expansão da Soja e Dinâmica Sociodemográfica no Mato Grosso*. VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Vol. 1, pp.1-21, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 2016.

_____, *Dinâmica demográfica e transformação econômica recente no Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado em Demografia. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2017.

CAMPOS, Helton Luiz da Silva. *Assentamentos rurais desmatam mais do que outras propriedades rurais em Mato Grosso, verdade ou mito?* Um diagnóstico do desmatamento em assentamentos rurais localizados na biota amazônica mato-grossense no período de 1995-2007. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do capitalismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; EVANGELISTA, Leonardo; VIEIRA, Anderson. A “modernização” da agricultura no sul maranhense: um balanço 30 anos depois. In ANDRADE, Maristela de Paula. *Os gaúchos descobrem o Brasil: Projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: EDUFMA, 2008.

CARVALHO, Carlos Eduardo Souza de. *Mudanças e conquistas: História oral de mulheres migrantes em Lucas do Rio Verde (1980 – 2006)*. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2011

CARVALHO, David Ferreira; CARVALHO, André Cutrim. *Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências*. Revista Econômica Ensaios, Uberlândia (MG), 26 (1), p. 35-64, Jul./Dez. 2011.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix do Araguaia: 1971.

CASTRO, Sueli Pereira; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete; PRETI, Oreste. *A colonização oficial em Mato Grosso: A nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de; FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; COSTA, Célia Maria Leite (orgs.). *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

CERUTTI, Leandro Genoíno. *Deslocamento social e trabalho temporário: Práticas e relatos de trabalhadores em Primavera do Leste*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, 2004.

CRAICE, Carla. *Trajetórias residenciais em Lucas do Rio Verde (MT): Entre a produção vertical do campo e a ocupação horizontal da cidade*. Tese de doutorado em demografia. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2017.

COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (orgs.). *O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas*. Volume 1. Curitiba: Editora CRV, 2018.

COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

CORREA, Ana Elisa Cruz. *Crise da modernização e gestão da barbárie: a trajetória do MST e os limites da questão agrária*. Tese de Doutorado em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. *A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2012.

COSTA, Vibérica Gonçalves da; GONÇALVES, Alícia Ferreira. *O Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Uma análise crítica*. Artigos inéditos, p. 93-108, jan-jun 2012.

CUNHA, José Marcos Pinto da. *A migração no Centro-Oeste brasileiro no período de 1970-1996: O esgotamento de um processo de ocupação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2002.

_____, *A dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2011.

_____, *A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas*. In: ARRETCHE, M. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora UNESP; CEM, 2015.

CUNHA, Orlando Evangelista. *Expansão da soja em Mato Grosso e desenvolvimento econômico no período de 1995 a 2005*. Dissertação de mestrado e Agronegócios e Desenvolvimento Regional. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, 2008.

CURY, Carmelita. *Do Bororo ao Prodoeste*. Rondonópolis: Alvorada, 1973

DATALUTA. *Relatório Brasil 2016*. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp). Presidente Prudente, 2017.

_____, *Relatório Mato Grosso 2012*. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp). Presidente Prudente, 2013.

DAVIS, Shelton. *Vítimas do milagre: O desenvolvimento e os índios no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*, Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

_____, *Especialização primária como limite ao desenvolvimento*. Desenvolvimento em Debate. v.1, n.2, p.111-125, janeiro–abril e maio–agosto 2010.

_____, *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In LEITE, Sérgio (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001

_____, O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao governo Lula. In MOREIRA, Roberto José, BRUNO, Regina (orgs.). *Dimensões rurais de políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

DEMAMANN, Mirian Terezinha Mundt. *Rondonópolis – MT: Campo, cidade, centralidades*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2011.

DESCONSI, Cristiano. *A marcha dos pequenos proprietários rurais: Trajetórias de migrantes do sul do Brasil para o Mato Grosso*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2011.

_____, *O controle da lavoura: A construção de relações sociais de produção de soja entre assentados do meio norte do Mato Grosso*. Tese de doutorado em sociologia e antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2017.

DIAS, Edmundo, *Revolução Passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*, São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

DIAS, Elisia Aparecida; BORTONCELLO, Odila. *Resgate histórico do município de Sorriso: Portal da agricultura no cerrado mato-grossense*. Cuiabá, 2003.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Meninas da noite: a prostituição de meninas escravas no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

DOMINGUES, Ieda Terezinha. *Dinâmica territorial de Sorriso: Estudo sobre a segregação socioespacial*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá: 2015.

ELIAS, Denise. *Globalização e agricultura: A região de Ribeirão Preto - SP*. São Paulo: Edusp, 2003.

_____; PEQUENO, Renato. *Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, V. 9, N. 1, maio/2007.

_____. *Agronegócio e novas regionalizações no Brasil*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, V. 13, N. 2, novembro/2011.

EMBRAPA AGROSSILVIPASTORIL, *Contextualização da agricultura familiar em Mato Grosso*. Sinop: 2014

EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL (EMPAER/MT). *Agricultura familiar em números*. Cuiabá: Setembro/2015.

ESTERCI, Neide (org.) *Peões e garimpeiros: terra e trabalho no Araguaia*. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1983.

_____, *Conflito no Araguaia: Peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____, *Escravos da desigualdade*: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1994.

FARIAS, Luiz Felipe. *Agronegócio e luta de classes*: Diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital no complexo citrícola paulista. São Paulo: Ed. Sunderman, 2014.

FELTRAN, Gabriel. *Irmãos*: Uma história do PCC. São Paulo: Cia. Das Letras, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERNANDEZ, A. J. Castrillon. *Violência, luta pela terra e assentamentos*: A construção social dos assentados em Mato Grosso. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 1997.

_____, *Do Cerrado à Amazônia*: As estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2007.

_____; FERREIRA, Eudson de Castro; PRAXEDES da SILVA, Evande. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In MEDEIROS, Leonilde Medeiros; LEITE, Sérgio. *A formação de assentamentos rurais no Brasil*: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FEARNSIDE, Philip; FIGUEIREDO, Adriano. China's influence on deforestation in brazilian Amazonia: A growing force in the state of Mato Grosso. In RAY, Rebecca; Gallagher, Kevin; López, Andrés; SANBORN, Cynthia. *China and sustainable development in Latin America*: The social and environmental dimension. London: Anthem Press, 2017.

FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e propriedade*: A luta pela terra no Mato Grosso. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 1984.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra*: A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____, CERQUEIRA, Gelba Cavalcante; OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. Representações sociais de mulheres de ambiente, donas de pensão e parentes de

trabalhadores submetidos à escravidão. In CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de; FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; COSTA, Célia Maria Leite (orgs.). *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

FIORAVANTE, Livia Maschio. *Do agronegócio à cidade como negócio: A urbanização de uma cidade mato-grossense sob a perspectiva da produção do espaço*. Tese de doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo, 2018

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FREDERICO, Samuel. *O novo tempo do Cerrado: Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos*. Tese de doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2008.

_____. *As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira*. Caderno Prudentino de Geografia. n. 33, v. 1, jan/jul. 2011.

FREIRE, Júlio de Lamonica. *Por uma poética popular da arquitetura*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

GALETTI, Lyliã da Silva Guedes. *Sertão, Fronteira, Brasil: Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: Política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937-1988)*. São Paulo: Unesp, 2011.

GUIDUCCI FILHO, Edson. *Política fundiária dos governos Fernando Henrique Cardoso: Reformismo institucional, conciliação e capitulação*. Tese de doutorado em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa, 2001.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 1986.

_____. *Mundo do trabalho no Mato Grosso: cidades, vilas e outras áreas entre o urbano e o rural* In HARRES, Marluza Marques; NETO, Vitale Joani. *História, terra e trabalho em Mato Grosso: Ensaio teóricos e resultados de pesquisas*. Cuiabá: EdUFMT, 2009

_____, Cidades de fronteira In SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *Relações Cidade-campo: Fronteiras*. Goiânia: EdUFG, 2000

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HASSE, Geraldo. *A rainha do agronegócio: história da soja no Brasil*. Ribeirão Preto: Coruja, 2011.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede 'gaúcha' no nordeste*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

HARRES, Marluza Marques; NETO, Vitale Joani. *História, terra e trabalho em Mato Grosso: Ensaio teóricos e resultados de pesquisas*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

HARVEY, David. *Limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HECK, Fernando Mendonça. *Uma Geografia da Degradação do Trabalho: O Adoecimento dos Trabalhadores em Frigoríficos*. Revista Percorso NEMO. Maringá, v. 5, n. 1, 2013.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio, *Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 25, n. 74, outubro de 2010.

IANNI, Otávio. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1975.

_____, *Colonização e contra reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979a.

_____, *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b.

_____, *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

INOCÊNCIO, Maria. *O Prodecer e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia, 2010.

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA (IMEA). *Entendendo o mercado da soja*. Workshop Jornalismo Agropecuário. 17/06/2015.

_____. *Pesquisa sobre mecanização agrícola em Mato Grosso*. In <http://www.imea.com.br/imea-site/view/uploads/estudos-customizados/ApresentacaoMecanizacaoAgricola-2015.pdf>, Junho 2015

_____. *Agronegócio em Mato Grosso*. In http://imea.com.br/upload/pdf/arquivos/2012_09_13_Apresentacao_MT.pdf, Agosto 2012.

JARDIM, Antônio de Ponto. Aspectos do processo de urbanização recente na região Centro Oeste In LAVINAS, Lena (org.). *A urbanização da fronteira*. e II. Rio de Janeiro: Publipur/UFRJ, 1987.

JOANONI NETO, Vitale. *Amazônia na década de 1970: A fronteira sob o olhar do migrante*. Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, n. 16, p. 186 -206, Jan./Jul. 2014.

KAGEYAMA, Ângela et alli, O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais in *Agricultura e políticas públicas*, Brasília: IPEA, 1987.

KINZO, Mary Dayse. *Colonização e transformações na estrutura de classes: de posseiros a colonos*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 1982.

KOWARICK, Marcos. *Amazônia/Carajás: Na trilha do saque*. São Luís: Editora Anita Garibaldi, 1995.

LAMERA, Janice Alves. *Análise da eficiência dos assentamentos rurais em Mato Grosso*. Dissertação de mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, 2008.

LAVINAS, Lena (org.). *A urbanização da fronteira*. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Publipur/UFRJ, 1987.

LEFEBVRE, Henri. *A sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____. *O pensamento de Lenine*. Lisboa: Moraes Editores, 1969.

_____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

_____. *Lógica forma/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

- _____. *Critique of everyday life*. Volume I: Introduction. Londres: Verso, 1991.
- _____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- _____. *Critique os everyday life*. Volume II: Foundations for a sociology of the everyday. Londres: Verso, 2002.
- _____. *Critique os everyday life*. Volume III: From modernity to modernism (Towards a metaphilosophy of daily life). Londres: Verso, 2005.
- _____. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013
- _____. *Espaço e política: O direito à cidade II*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016.
- LEITE, José Carlos. Posse e conflito pela terra em Jaurú-MT (1980-1990) in BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso: Do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: UFMT, 2008.
- LEITE, Sérgio (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001
- LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- LERRER, Débora. A visibilidade e o silenciamento do problema agrário brasileiro nos anos FHC e Lula. In COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (orgs.). *O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas*. Volume 1. Curitiba: Editora CRV, 2018.
- LIMA, Maria Arlinda da Silva. *Garimpo e ocupação territorial: efeitos sociais provocados pela atividade garimpeira em Peixoto Azevedo – MT (1978-1990)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, 2009.
- MACRUZ, Fernanda de Moraes Sarmento. *Folclore de peões e posseiros em luta pela sobrevivência*: Porto Alegre, município de Luciara, Mato Grosso. São Paulo: Escola de Folclore, 1983

MAHAR, Dennis. *Frontier development policy in Brasil: A study of Amazonia*. New York: Praeger, 1979.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. *A Guerra: A ascensão do PCC e o mundo do crime organizado no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2018,

MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha. *Percurso e Destino: Parentesco e família no sertão de Pernambuco e meio-norte do Mato Grosso*. Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Antropologia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2015.

MARTA, José Manuel de Carvalho. *Fumaça e progresso, um drama de treva e luz*. In: Revista de Estudos Sociais, Ano 1, n.1, Cuiabá: EdUFMT, 1999.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *O poder do atraso: Ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____ (org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996

_____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Reforma agrária: O impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____ (org.) *Travessias: A vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. *A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. *Uma sociologia da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTEI, Lauro Francisco. *O governo interino e a desestruturação da política agrária e de desenvolvimento rural do país*. Texto para discussão 018/2016. Núcleo de Estudos de Economia Catarinense. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

MEDEIROS, Leonilde, *História dos movimentos sociais no campo*, Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____, *Reforma agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____; LEITE, Sérgio. *A formação de assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MELO, Danilo Souza. *Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000 – 2012)*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Três Lagoas, 2015.

MENDES, Maurício Ferreira. *Políticas públicas em assentamentos rurais: Potencialidades e limitações do PNAE e PAA em Mato Grosso*. Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia, 2017.

MIRANDA, Jocy Gonçalo de. *A produção de ouro no estado do Mato Grosso*. Dissertação de mestrado em Geociências. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 1997.

MORAES SILVA, Maria Aparecida. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In MARTINS, José de Souza (org.) *Travessias: A vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MOREIRA, Roberto José, BRUNO, Regina (orgs.). *Dimensões rurais de políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla 1892-1992*. Cuiabá: Editora UFMT, 2007.

NASCIMENTO, Luciano Bonfim do (org.). *As redes políticas do agronegócio da soja: interesse, estratégia e resistências*. Rio de Janeiro: Livre expressão, 2010.

NEGRI, Sérgio Sebastião. *Uso desigual do território em Rondonópolis no processo de expansão do agronegócio da soja em Mato Grosso*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista (Unesp). Rio Claro, 2010.

NEGRI, Silvio Moisés. *O processo de segregação sócio-espacial no contexto do desenvolvimento econômico da cidade de Rondonópolis – MT*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista (Unesp). Rio Claro, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *Amazônia: Monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1993.

_____. *A fronteira amazônica mato-grossense: Grilagem, corrupção e violência*. Tese de Livre-docência. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1997.

_____. A questão agrária no Brasil: Não reforma agrária e contra reforma agrária no Brasil do governo Lula. In MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et alli. *Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico 2003-2010*.

OLIVEIRA, Anna Luiza Garção de. *A produção do espaço urbano de Cuiabá – Mato Grosso*. São Paulo: Cia do e-book, 2018

OLIVEIRA, Bernardete A. C. Castro. *Os posseiros de Mirassolzinho*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1991.

OLIVEIRA, Gustavo Bediaga de. *O Novo Código Florestal e a Reserva Legal do Cerrado*. Dissertação de mestrado em Ecologia. Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2015.

OLIVEIRA, João Mariano de. *A esperança vem na frente: Contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de Sinop*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1982.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. *Desejo e desenho na Amazônia urbana*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 1992.

PALMA, Danielly Cristina de Andrade. *Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT*. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2011

PASCA, Dan. *Garimpo e meio ambiente: O caso de Poconé/Mato Grosso*. Caderno do NERU, n.3, setembro de 1994.

PASTRE, Rafael. *Reprimarização do desenvolvimento: O papel das principais agroindústrias brasileiras de soja no Centro Oeste (1994-2014)*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2016.

PEIXOTO, Sérgio Elísio Araújo Alves. *A reforma agrária no Brasil: uma leitura das décadas de 1990 e 2000*. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2017.

PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. *A expansão da fronteira agrícola e as transformações no norte mato-grossense: O caso de Lucas do Rio Verde*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

PICOLI, Fiorelo. *Amazônia: a ilusão da terra prometida*. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

PLASSAT, Xavier. *CPT: 30 anos de denúncia e combate ao trabalho escravo*. In <https://www.cptnacional.org.br/multimidia/49-noticias/trabalho-escravo/2634-cpt-30-anos-de-denuncia-e-combate-ao-trabalho-escravo>, Maio de 2015.

PORTELA, Aline de Assis. *A produção do espaço urbano em Rondonópolis – MT: Um ensaio de ritmanálise*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Rondonópolis, 2016.

PÓVOAS, Lenine. *Cuiabanidade*. Cuiabá: s/ed, 1987.

PUHL, João Ivo. *O tempo do grilo: Posseiros na gleba São Domingos (1979-1990)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRESTES, Cláudia Alvarenga. *Os trabalhadores e a formação de uma cidade do Mato Grosso: Família, vizinhança e compadrio em Sorriso*. Dissertação de mestrado em Sociologia e Antropologia. Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2010.

PROCÓPIO, Argemiro. *Amazônia: Ecologia e degradação social*. São Paulo: Editora alfa-ômega, 1992.

QUEIRÓZ, Imar Domingos. *Governos Locais e Participação Popular em Cuiabá*. Revista Uniciências, volume 7, p. 157-192. Cuiabá: Edunic, 2003.

RIBEIRO, Hidelberto de Souza. *O migrante e a cidade: Dilemas e conflitos*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2000.

RIBEIRO, José Donizetti. *Terra e garimpo: um estudo da violência na consolidação do espaço da colonização em Alta Floresta- MT (1978-1983)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, 2001.

_____, Colonização e garimpo: expropriação e violência no norte de Mato Grosso in BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso: Do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: UFMT, 2008.

RISSO, Joel. *Diagnóstico espacialmente explícito da expansão da soja no Mato Grosso de 2000 a 2012*. Dissertação de Mestrado em Sensoriamento Remoto. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). São José dos Campos, 2013.

ROMANCINI, Sônia Regina. *Novas territorialidades nas cidades mato-grossenses*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808)*. Tese de doutorado em História. Universidade Estadual de São Paulo (USP). São Paulo, 1996.

RUAS, Fabiano Coutinho. *Produção e estratégias de acesso a mercados em assentamentos de Reforma Agrária no norte de Mato Grosso*. Dissertação de mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2017.

RÜCKERT, Aldomar. *Metamorfoses do território: A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense (1930-1990)*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

RUMSTAIN, Ariana. *Peões no trecho: Trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

_____. *A Casa e o Mundo: Família e trabalho na dinâmica das idas e vindas do "mundo da vida" e da "vida no mundo"*. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2015

SÁ, Rogério Oliveira; MARTA, José Manoel Carvalho. *Dinâmica da acumulação de capital no norte do Mato Grosso*. Revista Perspectivas Contemporâneas, v. 8, n. 1, p. 21-39, jan./jun. 2013

SALOMÃO, Elder Prata. *Garimpos no Tapajós*. Ciências da Terra, n° 1, nov/dez 1981.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2013.

SCHAEFER, José Renato. *As migrações rurais e implicações pastorais: Um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte de Mato Grosso*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

SCOLESE, Eduardo. *A reforma agrária*. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVA, Elias da. *Território, cidade e rede: O papel de Rondonópolis na expansão da soja no cerrado mato-grossense*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

SILVA, Elizabeth Rosa. *A organização e a influência da elite empresarial rural no processo de construção da agenda de governo: Uma análise a partir da percepção de atores sociais de uma cidade do agronegócio na fronteira agrícola do Brasil*. Tese de doutorado em Administração. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2009

SILVA, Iris Karine dos Santos. *A reforma agrária no governo Dilma*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.

SILVA, José Gomes da. *Buraco Negro: A reforma agrária na constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1999.

SOUSA, Lucas Gomes de. *(Re)produção do espaço urbano no agronegócio mato-grossense: O caso de Lucas do Rio Verde*. Dissertação de mestrado em Planejamento e Gestão do Território. Universidade federal do ABC (UFABC). Santo André, 2013.

SOUZA, Ana Maria de. *Relatos da cidade: Nomadismo, territorialidades urbanas e imprensa* (Cuiabá – MT). Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SOUZA, Edison Antônio de. *Sinop: História, imagens e relatos – Um estudo sobre sua colonização*. Cuiabá: Instituto de ciências humanas e sociais, 2004.

SOUZA, Maria Aparecida Martins. *Retalhos de Vidas: escravidão contemporânea nas agropecuárias do Araguaia (1970-2005)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, 2009.

SUZUKI, Júlio César. *De povoado a cidade: A transição do rural ao urbano em Rondonópolis*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 1996.

TAFNER JÚNIOR, Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos da. *Alta Floresta: uma colônia de Ariosto da Riva em Mato Grosso*. Novos Cadernos NAEA v. 19, n. 3, p. 205-232, set-dez 2016.

TAVARES dos SANTOS, José Vicente. *Matuchos: Exclusão e luta*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

TESORO, Luci Léa Lopes Martins. *Rondonópolis – MT, um entroncamento de mão-única: O processo de povoamento e de crescimento de Rondonópolis na visão dos pioneiros (1902 – 1980)*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 1993.

THERY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de; HATO, Julio; GIRARDI, Eduardo. *Atlas do Trabalho Escravo no Brasil*. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.

THOMAS, Elói Felipe de Oliveira. *Formação do Partido dos Trabalhadores em Cuiabá (1979-1985)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TRINDADE, Roberto de Barros Emery; FILHO, Olavo Barbosa. *Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: História de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VIANNA, Luiz Werneck. *As ondas grandes e a oposição*. O Estado de São Paulo, 06/01/2019.

VIDIGAL, Circe da Fonseca. *Sinop, a terra prometida: Geopolítica da ocupação da Amazônia*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Estadual de São Paulo (USP). São Paulo, 1992.

VIEIRA NETO, José. *A urbanização e a problemática ambiental no centro oeste do Brasil: o caso de Rondonópolis (MT)*. Tese de doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

VIEIRA, Nívea Muniz. *O trabalho em sua relação com a técnica e a (re)organização espacial na cadeia carne/grãos da BR-163*. Dissertação de mestrado em Geografia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2009.

VILLELA, Ruth. A experiência do Ministério do Trabalho e Emprego e instituições parceiras no combate ao trabalho escravo contemporâneo. In CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de; FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; COSTA, Célia Maria Leite (orgs.). *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

WELCH, Clifford Andrew. Governamentalidade: agenda oculta do Agrogolpe de 2016. In COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (orgs.). *O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas*. Volume 1. Curitiba: Editora CRV, 2018.

WESZ JÚNIOR, Valdemar João. *Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

_____, *O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no sudeste de Mato Grosso (Brasil)*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Rio de Janeiro, 2014.

WILKINSON, John; CASTELLI, Peirina German. *A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil: Biotecnologias, patentes, biodiversidade*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2000.

XAVIER, Glauber. *O boia fria e o cotidiano na cidade*. Goiânia: Editora UFG, 2012.

_____, *Assalariados rurais urbanizados: sobre o fenômeno urbano e os trabalhadores rural na alta modernidade*. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

ZANCOPÉ, Gilberto; NASSER, José Monir. *O Brasil que deu certo: A saga da soja brasileira*. Curitiba: Tríade, 2005.

ZART, Laudemir Luiz. *Desencanto na nova terra: Assentamento no município de Lucas do Rio Verde na década de 1980*. Dissertação de mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1998.